



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**2033/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário que apresente, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a indicação anexa.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2022

  
Vereador Irlan Melo

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

INDICAÇÃO Nº \_\_\_\_\_

Senhora Presidente,

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário desta Câmara, em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 2033/22 de autoria do vereador Irlan Melo, apresenta a Vossa Excelência, nos termos do art. 129, I, do Regimento Interno, a presente indicação a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor André Dantas, Superintendente de Mobilidade, para sugerir a reavaliação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado no dia 06 de maio de 2019 entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte com o objetivo de assegurar a continuidade, por meio da prorrogação pelo prazo de 5 (cinco) anos, do serviço de transporte coletivo suplementar de Belo Horizonte pelos delegatários de permissão que tenham adquirido direito nos termos do Edital de Concorrência Pública 003/2001 e das Leis 9.288/06 e 11.046/17, e que tenham contrato e/ou aditamento firmado com o Município em decorrência dos referidos diplomas legais.

Alternativamente à proposta supracitada, sugiro a celebração de um novo Termo de Ajustamento de Condutas pelo prazo de 5 anos com a prorrogação dos Termos Aditivos celebrados.

Segue, anexo, os fundamentos desta indicação.

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2022

  
Vereador Irlan Melo

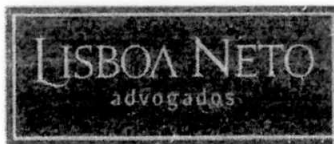
À Senhora  
Vereadora Nely Aquino  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Proposição originária de decisão  
da comissão relativa ao(a)

Requerimento de Comissão

nº 2033 / 2022





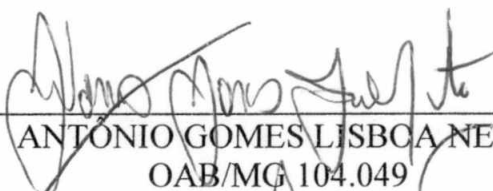
**A Câmara Municipal de Belo Horizonte/Minas Gerais.**

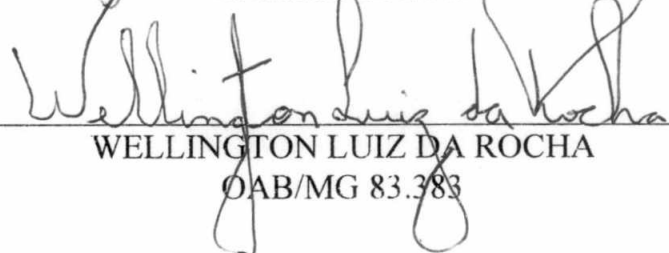
**Prezado Vereador Irlan Melo.**

Conforme acordado na última reunião desta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário cujo objeto foi a realização de audiência pública com a finalidade de se “reavaliar o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado no dia 06 de maio de 2019 entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Município de Belo Horizonte com o objetivo de assegurar a continuidade do serviço de transporte coletivo suplementar de Belo Horizonte pelos delegatários de permissão que tenham adquirido direito nos termos do Edital de Concorrência Pública 003/2001 e das Leis 9.288/06 e 11.046/17, e que tenham contrato e/ou aditamento firmado com o Município em decorrência dos referidos diplomas legais.” realizada no dia 1/12/2022, às 13h30 solicitamos a V. Sa., na qualidade de Procuradores da Associação dos Empresários em Transporte Suplementar e Similares do Estado de Minas Gerais/Atrasuple e da Associação de Beneficiários do Transporte Suplementar de Minas Gerais/Abetrans no sentido de se promover o processamento e o encaminhamento do pleito anexo ao Presidente da Comissão de Desenvolvimento, Transporte e Sistema Viário para posterior envio ao Dirigente máximo da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte/SUMOB visando a realização de análise técnica pelos servidores que compõem a referida Autarquia.

1

Belo Horizonte, 7 de Dezembro de 2022.

  
ANTONIO GOMES LISBOA NETO  
OAB/MG 104.049

  
WELLINGTON LUIZ DA ROCHA  
OAB/MG 83.383

A Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte/SUMOB

Dr. André Dantas  
Presidente da SUMOB  
Belo Horizonte/MG

Nós, na qualidade de dirigentes das Entidades representantes de parte dos beneficiários do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 6 de Maio de 2019 entre representantes do Município de Belo Horizonte e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais solicitamos os préstimos de V. Sa. no sentido de que esta Autarquia promova o início dos estudos técnicos visando a análise quanto a viabilidade da celebração de termo aditivo ao TAC de 2019 ou a celebração de um novo Termo de Ajustamento de Conduta objetivando como consequência, em ambas as hipóteses, a prorrogação dos contratos de permissão do transporte suplementar do Município de Belo Horizonte pelas razões de fato e de direito abaixo consignadas.

2

**CAPÍTULO I**  
**INTRODUÇÃO**  
**SEÇÃO I**  
**DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

1. O Município de Belo Horizonte possui uma população, de acordo com o último censo do IBGE de 2010, de 2.375.151 (Dois Milhões, trezentos e setenta e cinco mil, cento e cinquenta e uma) – Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama> /Acesso em: 16/11/2022.

1.1. Ainda, segundo o mesmo IBGE a estimativa para a população de Belo Horizonte para o Ano de 2021 é de 2.530.701 (Dois milhões, quinhentos e trinta mil, setecentos e uma) – Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/panorama> /Acesso em: 16/11/2022.

**CAPÍTULO II**  
**SEÇÃO I**  
**DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO APLICÁVEL AO**  
**TRANSPORTE PÚBLICO MUNICIPAL**

2.1. A nossa Capital, assim como os demais 5.570 Municípios brasileiros (\*) têm, por mandamento constitucional consignado no Inc. V do art. 30 a competência para:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

.....

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, **incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;**

.....” (Negritamos)

(\*) Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> / Acesso em 17/11/2022.

**SEÇÃO II**  
**DA LEI DE CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

3

2.2. A Lei n. 8.987 de 1995, aplicável em todo o território nacional, possui a seguinte ementa: “Dispõe sobre o regime de concessão e **permissão** da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.”. (Negritamos).

2.2.1. O referido Diploma Legal estabelece diversas regras jurídicas e princípios de suma importância relativas a prestação de serviços públicos concedidos ou permitidos ao particular.

2.2.2. Um dos princípios que merecem destaque é o da “Continuidade do Serviço Público” insculpido no §1º do art. 6º abaixo transcrito:

“ .....

**Capítulo II**  
**DO SERVIÇO ADEQUADO**

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, **continuidade**, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.” (Negritamos)

## SEÇÃO II DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

2.3. Ainda no âmbito Constitucional, mais especificamente da Constituição do Estado de Minas Gerais temos, mais especificamente sobre o tema “transporte coletivo”, previsão expressa, no Inc. VI do art. 170, destinada aos Municípios mineiros nos seguintes termos:

“Seção I  
Da Competência do Município

.....

Art. 170 – A autonomia do **Município** se configura no exercício de **competência privativa, especialmente:**

.....

VI – **organização e prestação de serviços públicos de interesse local**, diretamente ou sob regime de concessão, **permissão** ou autorização, **incluído o transporte coletivo de passageiros, que tem caráter essencial.**

.....” (Negritamos)

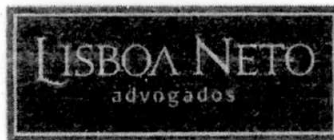
4

## SEÇÃO III DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

2.4. Já no âmbito da legislação municipal, mais especificamente sobre o tema “transporte coletivo” podemos destacar, em um primeiro momento, a previsão a partir do art. 193 e seguintes da “Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte” (LOMBH) que dispõem sobre uma série de deveres destinados ao Município de Belo Horizonte no que se refere ao “transporte coletivo”.

2.4.1. Aqui, se faz necessário o destaque da incumbência destinada a Municipalidade no sentido de um poder-dever de se executar todas as ações necessárias a organização e funcionamento do sistema de transporte público de Belo Horizonte em prol da população do Município e demais usuários deste modal de transporte. O art. 193 da LOMBH prescreve a obrigação do Município nos seguintes termos:

“.....



## **CAPÍTULO XII**

### **DO TRANSPORTE PÚBLICO E SISTEMA VIÁRIO**

Art. 193 - Incumbe ao Município, respeitadas as legislações federal e estadual, **planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros**, tráfego, trânsito e sistema viário municipal.  
.....". (Negritamos)

## **CAPÍTULO III**

### **DO ATUAL CONTEXTO ENVOLVENDO**

#### **O**

### **SISTEMA DE TRANSPORTE SUPLEMENTAR DE PASSAGEIROS**

### **DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

#### **SEÇÃO I**

### **DA EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO**

### **HORIZONTE S/A - BHTRANS**

#### **E**

#### **DA**

### **SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE BELO**

### **HORIZONTE/SUMOB**

5

3.1. Ainda no âmbito municipal temos a legislação que regula a organização e o funcionamento do transporte público coletivo no Município de Belo Horizonte que foi conferida, nos termos do art. 2º da Lei n. 5.953/1991, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS, nos seguintes termos:

“Art. 2º - A **BHTRANS** terá por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, delegar e **controlar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros**, tráfego, trânsito e sistema viário, respeitadas a legislação federal e a estadual pertinentes, bem como o planejamento urbano do Município.” (Negritei)

3.2. Recentemente, mais precisamente no ano de 2021, foi editada a Lei n. 11.319 que criou a **SUPERINTENDÊNCIA DE MOBILIDADE DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/SUMOB**.

3.3. Durante o período de coexistência da BHTRANS e da SUMOB previsto na Lei n.11.319/2021 a organização e funcionamento do STSP será, paulatinamente transferido para a SUMOB.

3.4. Já a Lei n. 11.319/2021, mais especificamente no Inc. IV do art. 2º, estabelece a competência da SUMOB em promover a organização e funcionamento dos serviços de transporte público de passageiros em Belo Horizonte, nos seguintes termos:

“ .....

Art. 2º - A Sumob tem como competência:

.....”

IV - executar, diretamente ou **por meio** de concessão, subconcessão, **permissão** ou contratação e, em caráter excepcional, de autorização, os **serviços de transporte público coletivo, estabelecendo as condições de operação, programação de horários, tipos e características dos veículos, formas de delegação, e exercendo controle sobre as condições de operação e prestação dos serviços;**”(Negritei).

3.5. Nestas normas jurídicas pode-se destacar, em especial, as incumbências destas Entidades no que se refere a organização e funcionamento do transporte coletivo de Belo Horizonte e o bom atendimento dos Municípios e demais usuários deste serviço público.

6

## SEÇÃO II DOS EDITAIS DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA/BHTRANS DE 2001 E DE 2016

3.6. Objetivando a organização deste serviço público essencial de transporte público o Município de Belo Horizonte publicou os editais n. 003/2001 e n. 001/2016 cujos escopos foram, respectivamente, “a delegação através de Contrato de Adesão de Permissão para a execução do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros, no Município de Belo Horizonte às pessoas físicas capazes de executarem o referido serviço, conforme Projeto Básico do STSP (Anexo 1)” e “..... delegar Permissões do Serviço Público de Transporte Coletivo Suplementar de Passageiros do Município de Belo Horizonte à pessoa física e .....”.

3.6.1. O Edital n. 003/2001 prescrevia ainda: “2.1. Serão selecionados os 300 (trezentos) primeiros classificados e convocados para prestação dos serviços, e .....”.



3.6.2. Já o Edital 001 de 2016 igualmente estabeleceu a delegação de 300 (trezentas) permissões.

3.7. Atualmente, o Sistema de Transporte Suplementar de Passageiros/STSP possui, para atendimento da 4 (quatro) redes de serviço, aproximadamente 247 veículos. Destes 247 veículos, aproximadamente 35 (trinta e cinco) micro-ônibus são de propriedade e dirigidos pelos beneficiários do TAC de 2019 remanescentes da Concorrência Pública 3/2001.

3.7.1. Parte da malha viária do Município de Belo Horizonte deveria, com base no subitem 1.1.1 do Edital de 2016 ser atendida, como mencionado anteriormente, por 300 (trezentos) Permissionários/Veículos. É possível constatar que já existe, neste momento, uma defasagem de, aproximadamente, 53 (cinquenta e três) veículos.

3.7.2. Durante o processo de escolha dos 300 (trezentos) Permissionários previstos na Concorrência Pública n. 01/2016 o procedimento objetivando a adjudicação das permissões ocorreu a paralisação do certame pelo período de 2016 até 2019, por determinação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (Processo Administrativo n. 980376/2016).

3.8. Em Março de 2019 foi retomado o processo de licitação com a assinatura dos Termos de Permissão objetivando o cumprimento do objeto consignado no Edital n. 001/2016.

3.8.1. Neste período de paralisação entre 2016 a 2019 ocorrido no âmbito do Edital n. 001/2016 os permissionários, entre eles os beneficiários da Lei n. 11.046/2017 mantiveram, em observância aos princípios da continuidade do serviço público, bem como do interesse público primário e secundário o serviço público de transporte suplementar em pleno funcionamento.

3.8.2. Nesta questão é importante reiterar que o serviço público de transporte suplementar à população de Belo Horizonte (e demais usuários) sem solução de continuidade em uma ação conjunta, de sinergia, de cooperação entre o Poder Concedente e os Permissionários/beneficiários do Edital de n. 01/2016.

3.9. Posteriormente, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta, mais especificamente, em 6 de Maio de 2019 cuja finalidade, em sua essência, foi a manutenção dos contratos de permissão nos seguintes termos: "Clausula 1ª – O Município de Belo Horizonte se compromete a manter os contratos de permissão do serviço de transporte suplementar de passageiros **firmados e aditados, até a presente data,[sic] com os familiares dos**

**permissionários falecidos ou acometidos por invalidez permanente, oriundos da concorrência pública 003/2001, até o termo final das respectivas prorrogações de prazo.”. (Negritei).**

3.9.1. Atualmente, os beneficiários do TAC de 2019 permanecem comprometidos, apesar de todas as dificuldades de natureza econômica, com a execução dos serviços do STSP. Nada abalou o firme propósito dos beneficiários do TAC de 2019 de executarem suas obrigações exercendo seus trabalhos com competência, qualidade, empenho em prol de um sistema de transporte que atenda aos anseios de todos os envolvidos.

**CAPÍTULO IV**  
**DOS EFEITOS DELETÉRIOS DE NATUREZA ECONÔMICA DA**  
**PANDEMIA DE COVID-19 E A ATUAÇÃO LEGISLATIVA E**  
**JUDICIAL**  
**SEÇÃO I**  
**DO CENÁRIO PANDÊMICO NO BRASIL**

4.1. É cediço que os efeitos iniciais da Pandemia de Covid-19 iniciaram-se a partir de Março de 2020 resultando em vários impactos negativos no Brasil, seja de natureza sanitária, social ou econômica.

8

4.1.1. A partir do início dos efeitos sanitários, sociais e econômicos da Covid-19 os membros do Poder Legislativo, nas 3 esferas de Governo, propuseram uma série de proposições legislativas cujo escopo principal foi a minimização dos impactos da Pandemia.

4.1.2. Na seara econômica as diversas casas legislativas federal, estaduais e municipais propuseram diversas medidas de natureza sanitária e econômica.

4.2. O Poder Legislativo Federal aprovou a Lei n. 14.216/2021 que possui a seguinte ementa: “Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias”

W d



4.2.1. O referido Diploma Legal estabeleceu, ante o cumprimento de algumas condições e requisitos, a suspensão de medidas judiciais, extrajudiciais ou administrativas que resultassem em desocupações ou remoções forçadas. Aqui, é necessário registrar que o Poder Legislativo Federal não revogou, em nenhum momento, o Direito de Propriedade previsto no Inc. XXII do art. 5º da Constituição da República ou na Legislação Civil. O que o Poder Legislativo Federal prescreveu, de forma temporária e urgente, por meio da aprovação da Lei n. 14.216/2021, o surgimento de regras jurídicas que assegurassem direitos básicos do nosso ordenamento jurídico pátrio tais como a “Dignidade da Pessoa Humana” e o “Direito a Moradia”.

4.2.2. Ainda sobre a atuação das Casas Legislativas pode-se citar, como exemplo, a aprovação de medidas de criação de auxílios financeiros destinados às pessoas em situação mais vulnerável. Foram medidas necessárias e, a princípio por prazo determinado, para o enfrentamento dos efeitos negativos da Pandemia. Tanto o Poder Legislativo de Belo Horizonte quanto o Poder Legislativo Estadual aprovaram medidas urgentes e temporárias de auxílio as pessoas mais vulneráveis.

4.3. Igualmente, o Poder Judiciário, provocado por meio de ações judiciais específicas atuou com o objetivo de minimizar os efeitos da Pandemia. No Estado de Minas Gerais podemos citar, como exemplo, a apreciação de ação ordinária movida pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte + 4 em desfavor do Município de Belo Horizonte (Processo n. 5172824-67.2020.8.13.0024) cujo o objetivo foi a recomposição com de perdas das empresas de ônibus coletivo em virtude a queda brutal de arrecadação durante a Pandemia de Covid-19.

4.3.1. Foi celebrado, entre o SETRA + 4 e o Município de Belo Horizonte acordo, no dia 21 de Dezembro de 2020. Este acordo foi firmado no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Territoriais, Urbanas e Rurais e de Grande Repercussão Social (CEJUSC SOCIAL) e totalizou o montante de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em favor dos autores da demanda judicial.

4.3.2. O Supremo Tribunal Federal ao analisar o conteúdo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 828 estabeleceu, por meio de 3 decisões liminares monocráticas, ratificadas posteriormente pelo Plenário, prazos de suspensão de cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público.

4.4. O registro de todas as ações promovidas pelo Poder Legislativo, nas 3 esferas de Governo e do Poder Judiciário são para demonstrar que, ante um cenário Pandêmico agudo e grave se faz necessário a adoção de medidas excepcionais, temporárias e de forma urgente. Vale àquela máxima “Situações extremas exigem medidas extremas”.

4.5. Isto tudo para demonstrar a convergência de esforços dos Poderes Constituídos, nas esferas de Governo, objetivando a minimização dos efeitos econômicos prejudiciais em benefício das pessoas mais vulneráveis e da Sociedade. Nesta última situação, não interessava a ninguém que as receitas das empresas de ônibus convencional e o equilíbrio econômico financeiro contratual ficassem comprometidos a ponto de tornarem inviáveis as operações das empresas na execução dos serviços de transporte público.

**CAPÍTULO V**  
**DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL ENVOLVENDO OS**  
**BENEFICIÁRIOS DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DE**  
**2019**  
**SEÇÃO I**  
**DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**  
**E O**  
**VALOR SOCIAL DO TRABALHO**

10

5.1. A nossa intenção, como representantes dos beneficiários do TAC de 2019 é promover o início de um debate produtivo, juntamente com os demais Agentes Políticos interessados visando demonstrar duas questões que merecem destaque envolvendo os beneficiários do TAC de 2019.

5.2. A primeira questão é a de demonstrar que o contexto social e econômico encontrado no Brasil em 2019 permanece, ou melhor, encontra-se agravado pela Pandemia de Covid-19 resultando durante este período de Março de 2020 até os dias atuais em diversos males para o País, em especial, na parte sanitária e econômica. Se já não bastasse os efeitos negativos da Pandemia tivemos, ainda, um quadro de estagnação financeira na década de 2010 a 2020 que assolou o Brasil e que está sendo considerada por muitos economistas como a “segunda década perdida”.

5.2.1. Como não podia ser diferente é neste contexto de Pandemia e de macroeconomia que os Permissionários/beneficiários do STSP estão envolvidos. Como já mencionado acima os Permissionários/beneficiários do STSP ultrapassaram os últimos anos com dificuldades financeiras e, a grande maioria,

permaneceu firme no seu intento de cumprir com a sua obrigação contratual para com o Município e, principalmente, com os Municípios e demais usuários do STSP.

5.3. A segunda questão é demonstrar a necessidade de se sensibilizar os Atores Políticos envolvidos com o tema “transporte público” quanto a necessidade de celebração de um novo ajuste (ou a prorrogação do ajuste existente) visando a manutenção dos beneficiários do TAC de 2019, bem da qualidade do serviço do STSP atendendo, desta forma, o interesse público primário e secundário.

5.3.1. Aqui neste tópico se faz necessário mencionar, mais uma vez, conteúdo da Carta Magna de 1988.

5.3.2. O art. 1º da CRFB, mais especificamente nos Incs. III e IV, que dispõem sobre os princípios da “Dignidade da Pessoa Humana” e dos “valores sociais do Trabalho” transcritos abaixo:

### “TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais

11

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....

III - a **dignidade da pessoa humana**;

IV - os **valores sociais do trabalho** e da livre iniciativa;

.....” (Negritei).

5.3.3. Igualmente a nossa Carta Magna, mais especificamente no o art. 6º do Capítulo II do Título II estabelece, ainda, como um dos valores sociais o trabalho nos seguintes termos:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência dos desamparados, na forma desta Constituição. ” (Negritei).

**SEÇÃO II**  
**DO DIAGNÓSTICO SITUACIONAL**  
**DOS**  
**BENEFICIÁRIOS DO TAC DE 2019**

5.4. A primeira questão, como já mencionado acima, é a continuidade, ou melhor, a piora do contexto fático (social e econômico) que fundamentou, por meio dos “considerandos” consignados, a celebração do TAC de 6 de Maio de 2019.

5.4.1. Todo o conjunto de princípios/regramentos de natureza constitucional e legal praticamente, continuam os mesmos. Quase nada mudou no contexto jurídico que precedeu a celebração do TAC de 2019.

5.4.2. A piora do cenário social e econômico mencionada acima deve-se ao fato de que em Março de 2020 o Brasil (e o Mundo) estavam no início do processo envolvendo a disseminação do vírus da Covid-19.

5.4.3. A Pandemia de Covid-19 resultou em efeitos deletérios de diversas natureza. A partir do início da Pandemia o Brasil sofreu efeitos de natureza sanitária, social e econômica.

5.4.4. Mais uma vez o Município de Belo Horizonte e os Permissionários/beneficiários do TAC 2019 estiveram em um esforço conjunto em prol da comunidade belo-horizontina.

5.4.5. Os Permissionários/Beneficiários do TAC 2019 se mantiveram, durante todo o período da Pandemia de Covid-19 (ainda declarada pela Organização Mundial de Saúde) firmes no cumprimento de suas obrigações legais/contratuais junto ao Município de Belo Horizonte prestando um serviço público de transporte de qualidade reconhecida por grande parte da população usuária do STSP.

5.4.6. Os Permissionários/Beneficiários do TAC de 2019 executaram seus serviços em uma condição muito delicada tanto sob o aspecto do risco de contágio quanto pela queda da já vertiginosa da receita mensal recebida em um sistema de transporte deficitário.

5.5. O Município determinou o fechamento das atividades não essenciais. Mesmo neste cenário caótico os Permissionários/Beneficiários do TAC de 2019 continuaram mantendo os serviços do STSP de forma adequada e sem nenhuma interrupção.

12



**CAPÍTULO VI**  
**DO PEDIDO**  
**SEÇÃO I**  
**DOS FUNDAMENTOS DO PEDIDO**

6.1. Inicialmente, é necessário registrar que a interpretação sistemática da Constituição da República nos permite, assegurar com convicção, especialmente no que se refere aos Direitos Fundamentais, que o presente pleito dos beneficiários do TAC de 2019 encontra-se respaldado.

6.1.1. Além disto, quando se realiza uma interpretação integrada de todas as normas jurídicas e princípios do nosso ordenamento jurídico, mais uma vez, é possível vislumbrar que o presente pleito dos beneficiários do TAC de 2019 mostra-se razoável e, principalmente, justo.

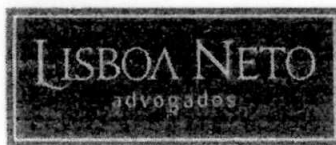
**SEÇÃO II**  
**DO PEDIDO**

6.2 Diante de todo o exposto acima solicitamos os préstimos de V. Sa. como Dirigente máximo da SUMOB promova o processamento da presente demanda objetivando a análise do pleito do beneficiários da TAC de 2019 visando a prorrogação, pelo prazo de 5 (cinco) anos, do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em Maio de 2019 ou a celebração de um novo Termo de Ajustamento de Conduta pelo mesmo prazo com a respectiva prorrogação dos termos aditivos celebrados.

13

6.2.1. O STSP já se encontra, como mencionado acima, deficitário em relação ao número de permissionários necessários ao atendimento da atual rede de serviço. Não interessa a ninguém, seja o Município, seja a BHTRANS/SUMOB, seja aos usuários o enfraquecimento de um sistema de transporte que já não possui número suficiente de veículos para atendê-lo perdendo, caso não ocorra a prorrogação das vigências dos termos aditivos, uma perda significativa da força de trabalho responsável pelo atendimento as 4 (quatro) Redes de Serviço do Município de Belo Horizonte.

7. Segue, anexo, instrumentos de procuração outorgados pelos Presidentes da ATRASUPLE e ABETRANS como representantes dos beneficiários do TAC com interesse na prorrogação dos Termos Aditivos de permissão.



Belo Horizonte, 7 de Dezembro de 2022.

ANTÔNIO GOMES LISBOA NETO  
OAB/MG 104.049

WELLINGTON LUIZ DA ROCHA  
OAB/MG 83.383





27

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, neste ato representado pelos Promotores de Justiça abaixo signatários, e o **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, neste ato representado pelo Prefeito Alexandre Kalil e pelo Procurador-Geral do Município, Dr. Tomáz de Aquino Resende, entendem por bem celebrar o presente **Termo de Ajustamento de Conduta - TAC**, com o objetivo de assegurar a continuidade do serviço de transporte coletivo suplementar de Belo Horizonte pelos delegatários de permissão para execução desse serviço que tenham adquirido esse direito nos termos do **Edital de Concorrência Pública 003/2001** e das **Leis 9.288/06 e 11.046/17**, e que tenham contrato e/ou aditamento firmado com o Município em decorrência dos referidos diplomas legais.

**Considerando** o disposto no art. 127 da Constituição da República, que atribuiu ao Ministério Público a natureza de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

**Considerando** o disposto no inc. II do art. 129 da Carta Constitucional, que cominou ao Ministério Público a função institucional de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

**Considerando** que o papel constitucional e social exercido pelo Ministério Público, ao teor dos artigos 127 e 129 da Constituição da República;

**Considerando** a regulação e controle do serviço de transporte coletivo de passageiros compete ao Município de Belo Horizonte;

**Considerando** que o serviço público tem como um dos seus princípios o da continuidade, devendo o serviço ser prestado de forma ininterrupta;



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Considerando** que o princípio da continuidade do serviço público atende a necessidade e a harmonia social, sendo que a própria existência do poder público impõe esta exigência de prestação ininterrupta;

**Considerando** a obrigatoriedade de o Município de Belo Horizonte prestar o serviço de transporte público de passageiros de forma adequada;

**Considerando** que a política municipal de mobilidade, estabelecida na Lei Municipal 10.134/11, art. 1º, prevê que o acesso ao espaço urbano se dará mediante a utilização de vários meios de transporte;

**Considerando** que o Plano Diretor de Mobilidade Urbana de Belo Horizonte, previsto no art. 7º do Decreto Municipal 15.317/13, contemplará os serviços de transporte coletivo em suas diversas escalas, contendo o sistema suplementar de transporte coletivo;

**Considerando** que o §1º do art. 195 da Lei Orgânica Municipal de Belo Horizonte assegura direito ao transporte coletivo a todos os habitantes do Município, cabendo ao Poder Público tomar as medidas necessárias para garantir linha regular em todos os bairros;

**Considerando** que o sistema de transporte suplementar foi criado para fazer ligação entre bairros sem passar pela área central, e por isso é essencial na logística do sistema de transporte urbano, sendo muito utilizado por população de baixa renda;

**Considerando** que o serviço de transporte suplementar em Belo Horizonte foi previsto pela primeira vez no edital de Concorrência Pública 03/2001 da BHTRANS, para ser prestado por pessoas físicas;

**Considerando** que na sistemática do edital de Concorrência Pública 03/2001 da BHTRANS não há a previsão de cadastro de reserva no caso do transporte suplementar;

**Considerando** que, em face da ausência de critério transitório e da inviabilidade de se realizar nova licitação no caso em que o permissionário





## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

*Successão*  
tivesse sido afastado de suas atividades em virtude de morte, invalidez permanente ou privação ou restrição da liberdade, nos termos de sentença penal condenatória transitada em julgado, bem como da necessidade social de manutenção do sustento das famílias dos referidos permissionários, a Lei Municipal nº 9.288/2006 estabeleceu que a sistemática para se garantir a continuidade do serviço público, nesses casos, seria a de transferência da permissão ao cônjuge supérstite, ao companheiro ou à companheira e aos descendentes;

**Considerando** que os permissionários que faleceram ou foram acometidos por invalidez permanente implantaram o sistema de transporte suplementar de passageiros e asseguraram a regular execução dos serviços recém-criados à época;

**Considerando** que em tais circunstâncias os permissionários colaboraram para aperfeiçoamento desse novo modelo de transporte coletivo;

**Considerando** que com o falecimento ou a invalidez permanente do permissionário suas viúvas e familiares não possuíam outra fonte de renda e muitas ainda precisavam continuar a quitar os veículos adquiridos para prestação do serviço;

**Considerando** que foi autorizada por lei municipal (9.288/2006) a transferência da permissão a familiares dos permissionários falecidos ou acometidos por invalidez permanente, os quais possuem contratos de permissão para a execução do serviço de transporte público coletivo suplementar de passageiros em vigor;

**Considerando** que também foi autorizada por lei municipal (11.046/2017) a prorrogação do prazo de vigência dos referidos contratos por mais 60 (sessenta) meses, com fundamento nas mesmas premissas de fato e de direito, efetivada através da formalização de aditivos contratuais vigentes;

*prorrogação CTTs*



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**Considerando** que tais contratos e aditivos foram firmados de boa-fé entre as partes e hoje representam o sustento dessas famílias, possuindo, portanto, marcante caráter social;

**Considerando** que impedir que os familiares dos permissionários continuem a prestar o serviço irá afetar principalmente a população mais carente, usuária desse serviço;

**Considerando** que o eventual rompimento dos contratos vigentes firmados com os familiares desses permissionários geraria insegurança jurídica;

**Considerando** que a BHTRANS promoveu a reestruturação técnica da Rede de Transporte do Serviço Suplementar de Passageiros, visando à modernização do sistema e ao melhor atendimento dos respectivos usuários, cuja operação será iniciada após a delegação de novas permissões e a efetiva transição operacional dos antigos para os novos permissionários, decorrente de regular procedimento licitatório;

**Considerando** que o acórdão da ADI 1.0000.18.044350-9/000 foi disponibilizado em 27/02/19, após a homologação do procedimento licitatório, publicada em 06/11/2018;

**Considerando** que algumas das linhas disponibilizadas na licitação não foram preenchidas pelos participantes na quantidade de veículos demandada pelo serviço público e outras linhas foram desertas, não comparecendo interessados em explorá-las;

**Considerando** que a manutenção dos contratos e aditivos firmados com os familiares dos permissionários falecidos ou acometidos por invalidez permanente não acarretará prejuízo aos novos permissionários;

**Considerando** que é imperioso levar em conta o ambiente fático em que a norma opera;

**Considerando** que o enunciado normativo julgado inconstitucional na ADI 1.0000.18.044350-9/000, ao ser confrontado com as circunstâncias concretas



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

e realidade fática acima expostas, produz norma constitucional por assegurar observância aos princípios da dignidade da pessoa humana, boa-fé, continuidade do serviço público, segurança jurídica, eficiência e valorização do trabalho humano.

**Resolvem celebrar o presente Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, fundado nas seguintes condições:**

**Cláusula 1ª** – O Município de Belo Horizonte se compromete a manter os contratos de permissão do serviço de transporte suplementar de passageiros firmados e aditados, até a presente data, com os familiares dos permissionários falecidos ou acometidos por invalidez permanente, oriundos da concorrência pública 003/2001, até o termo final das respectivas prorrogações de prazo.

**Cláusula 2ª** – O Município garantirá aos familiares dos permissionários referidos na Cláusula 1ª o direito de executarem o serviço de transporte coletivo suplementar em uma das linhas que não foram ocupadas pelos participantes da nova licitação, conforme critério de escolha definido no respectivo edital e nas demais normas pertinentes.

**Cláusula 3ª** – O direito assegurado ao familiar do permissionário nos termos da Cláusula Segunda é intransferível, não se aplicando de forma sucessiva a qualquer outro familiar, mesmo nos casos de falecimento ou invalidez permanente posterior, hipóteses em que o respectivo contrato será rescindido antecipadamente.

**Cláusula 4ª** – A execução dos contratos de permissão a que se refere o presente termo de ajustamento de conduta está condicionada à observância, pelos respectivos beneficiários, do Regulamento do Serviço de Transporte Suplementar de Passageiros e demais normas legais e/ou regulamentares pertinentes, aplicáveis a todos os permissionários do sistema, inclusive no tocante à obrigatoriedade de integração e cumprimento das regras referentes à Câmara de Compensação de Resultados, à liderança do Consórcio de



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Permissionários, às disposições contidas no edital da nova licitação e às demais obrigações inerentes e necessárias à prestação adequada do serviço.

Cláusula 5ª. Para que produza seus regulares efeitos jurídicos, o presente instrumento será submetido à homologação nos autos da ação direta de inconstitucionalidade n. 1.0000.18.044350-9/000, em tramitação perante o TJMG.

Belo Horizonte, 06 de maio de 2019.

Elisabeth Cristina dos Reis Villela  
Promotora de Justiça  
17ª PJPP-BH

Leonardo Duque Barbabara  
Promotor de Justiça  
17ª PJPP-BH

Keti Turi Boscato  
Promotora de Justiça  
17ª PJPP-BH

Alexandre Kalil  
Prefeito de Belo Horizonte

Tomaz Aquino  
Procurador Geral de BH  
Tomaz de Aquino Resende  
BM 116.745-9  
Procurador-Geral do Município

Antônio Sérgio Tonet  
Procurador Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais

### PROPOSIÇÃO INICIAL

Avulsos distribuídos

Em 19/12/22

Responsável pela distribuição





## Requerimento de Comissão

2034/2022

### CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

#### REQUERIMENTO DE COMISSÃO Nº

Senhor Presidente,

Requeiro à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, I e II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Jorge Noman Filho, Prefeito de Belo Horizonte, ao Sr. Leandro César Pereira, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura, ao Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudecap), e ao Sr. Cláudio Vinícius Leite Pereira, Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, pedido de informação contendo alguns questionamentos sobre as obras públicas em andamento, de construção de muro de contenção, implantação de escadaria, canalização de rede de esgoto e drenagem pluvial, e outras, **na Rua João Soares de Senna nº 90, no Alto Vera Cruz, região Lesta da Capital.**

Recebemos nos gabinetes demanda de moradores da região a respeito da falta de acesso, provocado por deslizamento de terra, que causou o desmoronamento de escadaria e parte do espaço externo de um imóvel, alcançando outras áreas, colocando em estado de insegurança os munícipes.

Além disso, segundo relatos dos mesmos, ocorreu acidente no canteiro de obras envolvendo um morador, que está hospitalizado.

A partir de imagens, foi possível constatar a gravidade da situação e a urgência de medidas de contenção e manutenção, com vista a garantir segurança e mobilidade urbana.

Diante do exposto, indaga-se:

1. Qual a previsão de conclusão das obras e o cronograma? Favor enviar toda a documentação correlata, inclusive o contrato administrativo.

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 15/12/22  
HORA: 18:51:27

2. Quais medidas podem ser adotadas a curto prazo, para mitigar os problemas apresentados?

3. Os responsáveis pelas obras estão cientes do fatídico acidente mencionado? Quais medidas foram tomadas?

Sem mais para o momento, reforço os votos de estima e consideração.

Belo Horizonte, 14 de dezembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.12.15 10:19:41  
-03'00'

---

**Ver. (a) Fernanda Pereira Altoé**  
**NOVO**

MARCOS  
ANTONIO

CRISPIM:02749  
830605

Assinado de forma  
digital por MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:02749830605  
Dados: 2022.12.14  
17:18:39 -03'00'

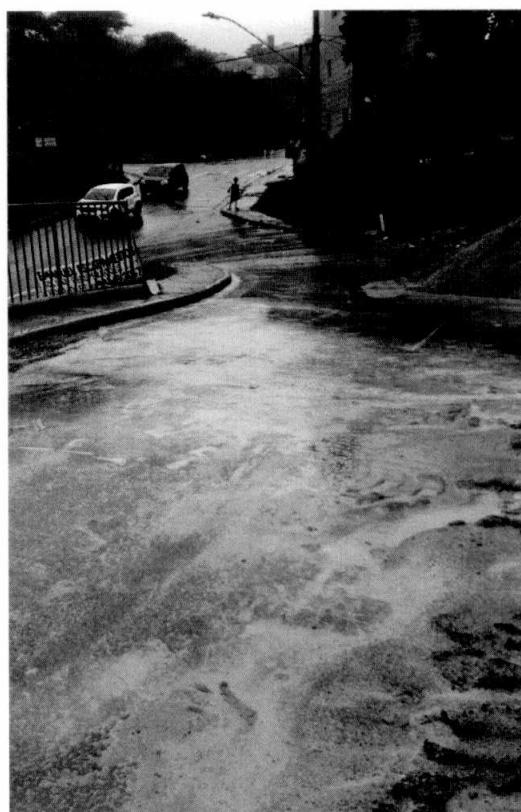
---

**Ver. Marcos Crispim**  
**PROGRESSISTA**

**Exmo. Sr.**

**Vereador Wesley**

**Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário**





[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 16/12/2022 10:39:20 UTC  
**Versão do software** 2.10

▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** Sil xxx-22 - Fernanda 18h51.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** fa6fc4bec5d7279a7c10f56c82b99236  
971e28a494a2027805864836d92925ff  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 2

▼ Assinatura por CN=MARCOS ANTONIO CRISPIM:\*\*\*498306\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111,  
OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o  
padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** December 14, 2022 at  
8:18:39 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*19898  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=2082851900017  
OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	December 15, 2022 at 1:19:41 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em <u>19/12/21</u>
<u>4634</u>
Responsável pela distribuição

Modo escuro

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**2035/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, à Presidente da BHTrans, Sra. Julia Gallo, ao Superintendente de Mobilidade Urbana, Sr. André Dantas, e ao Procurador-Geral do Município, Sr. Hércules Guerra, pedido de informação sobre as ações judiciais já propostas em relação ao contrato de concessão de serviço de transporte coletivo.

Requeiro que sejam indicadas todas as ações já propostas pelo SETRA, concessionários do serviço de transporte, Defensoria Pública, Ministério Público, Ações Populares e instrumentos semelhantes que tenham por objeto qualquer relação com contrato de concessão de serviço de transporte decorrente do Edital 131/2008, com as revisões tarifárias, revisões contratuais, definições de tarifas, definições técnicas e/ou temas relacionados à mobilidade urbana.

A fim de que não restem dúvidas, requeiro que sejam indicadas **TODAS** as ações judiciais, desde 2008, que tenham reflexo na prestação do serviço de transporte público, tendo como autor qualquer que seja o agente e como réus o Município, a BHtrans e/ou os concessionários de ônibus, o consórcio operacional, o SETRA, ou qualquer outro representante dessas partes.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2022.

**FERNANDA PEREIRA**

**ALTOE:04519898641**

Assinado de forma digital por

FERNANDA PEREIRA

ALTOE:04519898641

Dados: 2022.12.19 13:52:03 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**

**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 19/12/22  
HORA: 13:53:55

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

### ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

Data de verificação 19/12/2022 17:02:21 UTC  
Versão do software 2.10

#### ▼ Informações do arquivo

Nome do arquivo PI\_ ações judiciais transporte coletivo.pdf  
Resumo SHA256 do arquivo 036abc326e758f1aa5209e42d237074ee21813d887ea6a0946fdad1e9760eee  
Tipo do arquivo PDF  
Quantidade de assinaturas 1

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

#### ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura Destacada  
Status da assinatura Aprovado  
Caminho de certificação Aprovado  
Estrutura da assinatura Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
Cifra assimétrica Aprovada  
Resumo criptográfico Correto  
Data da assinatura December 19, 2022 at 4:52:03 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuidos
Em 19/12/22
AC54
Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO **2040/2022**

Senhor Presidente,

Requeremos a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, ao Superintendente de Mobilidade Urbana, Sr. André Dantas e ao Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury, pedido de informação sobre o cumprimento de viagens do sistema convencional de transporte público.

Diante da noticiada paralisação das linhas operadas pela Viação Torres<sup>1</sup>, em 20/12/22, e tendo em vista os termos do acordo celebrado entre Câmara Municipal, Prefeitura de Belo Horizonte e empresas concessionárias do serviço de transporte, para concessão do subsídio, pergunta-se:

1. Quantas viagens foram realizadas pelas empresas concessionárias de ônibus em 20/12/2022?
2. Enviar o quantitativo das viagens realizadas em 20/12/2022, individualizadas por linha, organizado em planilha de formato aberto;
3. As linhas paralisadas operadas pela empresa Viação Torres, foram operadas por outra empresa na data de 20/12/2022? Caso positivo, qual ou quais empresas operaram as linhas?
4. Como foi verificado o cumprimento de viagens no dia 20/12/2022?
5. Quais foram os motivos que levaram à anunciada paralisação por parte da empresa Viação Torres?

<sup>1</sup> <https://www.hojeemdia.com.br/minas/motoristas-fazem-paralisac-o-e-deixam-passageiros-a-pe-na-estac-o-s-o-gabriel-1.939044>

6. Qual o percentual de viagens, dentro do total de viagens diários do sistema, é operado por essa empresa?
7. Qual o valor total essa empresa recebeu do subsídio até o presente momento?

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.12.21 13:03:59 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA ALTOÉ**

GABRIEL SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:01466  
629622

Assinado de forma digital por  
GABRIEL SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=20828519000170,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
A3, cn=GABRIEL SOUSA MARQUES  
DE AZEVEDO:01466629622  
Dados: 2022.12.21 12:59:19 -03'00'

**VEREADOR GABRIEL**

PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:0395006  
3684

Assinado de forma digital  
por PEDRO LUIZ NEVES  
VICTER  
ANANIAS:03950063684  
Dados: 2022.12.21 12:04:56  
-03'00'

**VEREADOR PEDRO PATRUS**

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 21/12/2022 16:08:04 UTC  
**Versão do software** 2.10

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** PI\_dados\_transporte\_coletivo (1) (1).pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** feaea56148b1d1af25f7b3698d5ddab2a18626e2a88e5b92724af8fc408356a2  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 3

▼ Assinatura por CN=PEDRO LUIZ NEVES VICTER ANANIAS:\*\*\*500636\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** December 21, 2022 at 3:04:56 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** December 21, 2022 at 3:59:19 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

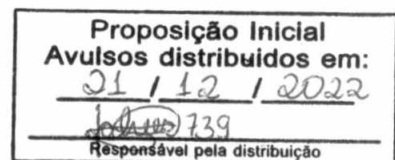
Modo escuro ☐

Cifra assimétrica  
Resumo criptográfico  
Data da assinatura

Aprovada  
Correto  
December 21, 2022 at 4:03:59 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação



## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº  
**2041/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta comissão, nos termos do art. 76, § 4º da Lei Orgânica, combinado com o art. 48, II do Regimento Interno, que seja encaminhado, por meio da Mesa, ao Sr. Fuad Noman, Prefeito de Belo Horizonte, e ao Sr. Ralisom Guimarães de Andrade, Presidente da Transfácil, pedido de informação complementar ao Requerimento nº 1774/2022, acerca do uso do transporte público coletivo, gratuitamente, na data de 30/10/2022.

No Requerimento de Comissão nº 1774/2022 foram requeridos os dados sobre o número de viagens, números de passageiros transportados e valor a ser pago pela Prefeitura de Belo Horizonte pelo transporte gratuito no dia 30/10/2022, segundo turno das eleições majoritárias.

Com base na resposta do CONSÓRCIO DEXEC. OF. 500/2022 pergunta-se:

- 1) O que é o Sistema de Compensação Tarifária?
- 2) Qual a sua previsão legal e/ou contratual?
- 3) Como foi aferido o “custo da operação” no dia 30/10/2022 e o “custo padrão apurado pelo Sistema de Compensação Tarifária”? Gentileza enviar em tabela de formato aberto cada um dos valores de custo considerados na composição dos custos totais.
- 4) Indicar o número de passageiros transportados em cada uma das categorias tarifárias no dia 30/10/2022;
- 5) Qual foi o valor anual da receita do sistema aferido nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022? Discriminar o valor bruto e valor líquido.
- 6) Qual foi o número total de viagens realizado nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022?
- 7) Qual foi o número total de passageiros transportados nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022?
- 8) Qual o custo médio da viagem realizada pelo transporte público nos anos de 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022?



9) A compensação do valor de R\$ R\$3.611.418 (três milhões seiscentos e onze mil, quatrocentos e dezoito reais), será feita no crédito de viagens decorrentes do contrato nº 01.2017.0803.0026.05.00 ou no crédito do acordo judicial do processo nº 5172824-67.2020.8.13.0024?

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641

Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.12.21 15:22:16 -03'00'

**VEREADORA FERNANDA PEREIRA ALTOÉ**  
**NOVO**

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001**

**Data de verificação** 21/12/2022 18:29:50 UTC  
**Versão do software** 2.10

▼ **Informações do arquivo**

**Nome do arquivo** PI Gratuidade Complementar.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 54061b1b7c619e9016da1331279eab8eea180c664c705ae2cc0867107a60c7ae  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 1

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ **Informações da assinatura**

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** December 21, 2022 at 6:22:16 PM UTC

▶ **Informações do assinante**▶ **Caminho de certificação**

**Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuídos em:**

21 / 12 / 2022

739

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

REQUERIMENTO Nº

**2042/2022**

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada visita técnica na Rua: Pinto Noronha, na altura do nº 52 e 59, bairro União, CEP 31170520, com a finalidade de verificar a possibilidade de implantação de redutor de velocidade do tipo quebra-molas no local mencionado.

Sugiro que a visita aconteça no dia 29 /12/2022, às 09:00 horas.

Ponto de encontro: Rua: Pinto Noronha, na altura do nº 52 e 59, bairro União.

A realização desta visita técnica se justifica pelo fato da referida rua ter um trecho que propicia o tráfego em alta velocidade, podendo assim ocasionar acidentes com risco de atropelamentos envolvendo crianças e idosos.

Recomendo que sejam convidados:

- Josué Costa Valadão – Secretário Municipal de Governo—SMGO.
- Leandro César Pereira – Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOBI
- Júlia Costa Gallo – Presidente Substituta da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S.A—BHTRANS.
- Marcelo de Camargos Pereira – Coordenador de Atendimento Regional Nordeste – CARE - NE

Belo Horizonte, 07 de Dezembro de 2022.

Assinado de forma digital  
por CLEITON XAVIER DA  
SILVA:04563721646  
Data: 2022.12.21  
15:57:30 -03'00'

**Vereador Cleiton Xavier  
Partido PMN**

Ao Senhor

Vereador: Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 28.12.2022  
HORA: 15:58:26

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)**RELATÓRIO**▼ **RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001****Data de verificação** 21/12/2022 18:59:13 UTC**Versão do software** 2.10▼ **Informações do arquivo****Nome do arquivo** 3Rua pinto Noronha - Uniao 10.pdf**Resumo SHA256 do arquivo** 160aa3ae5dcf882ddf51b104ab19411cbeff5b6fbcc2d9b5c1a3a6ba90ab10b2**Tipo do arquivo** PDF**Quantidade de assinaturas** 1▼ **Assinatura por CN=CLEITON XAVIER DA SILVA:\*\*\*637216\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR**▼ **Informações da assinatura****Tipo de assinatura** Destacada**Status da assinatura** Aprovado**Caminho de certificação** Aprovado**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).**Cifra assimétrica** Aprovada**Resumo criptográfico** Correto**Data da assinatura** December 21, 2022 at 6:57:30 PM UTC▶ **Informações do assinante**▶ **Caminho de certificação****Proposição Inicial**  
**Avulsos distribuidos em:**21 / 12 / 2022[Assinatura]

Responsável pela distribuição

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



**OF. SMGO/DALE Nº 915 /2022**

Belo Horizonte, 20/12/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 179/2022** – Autoria do Vereador Wanderley Porto – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 466/22, de 25/02/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 179/2022, de autoria do Vereador Wanderley Porto, que solicita informações sobre o atendimento dos horários de ônibus, especialmente aos que trafegam na Avenida Senador Levindo Coelho, no bairro Vale do Jatobá.

Consultada, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do Ofício BHTRANS-DPR/DALE Nº 664/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

BHTRANS-DPR/DALE 664 /2022

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2022

**ASSUNTO:** Requerimento de Comissão nº 179/2022, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Wanderley Porto


**Referência:** TAG 349967

Senhora Diretora,

Encaminhamos anexa a Informação Técnica BHTRANS/DTP/SUTP/GESPR nº 123/2022, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 179/2022.

Colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

  
Júlia Costa Gallo – BT90030  
Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Senhora  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO



**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GESPR Nº 123/2022  
DE 2 DE NOVEMBRO DE 2022**

**Assunto:** Informações sobre o atendimento dos horários de ônibus, especialmente aos que trafegam na Avenida Senador Levindo Coelho, no bairro Vale do Jatobá.

**Referência:** Requerimento de Comissão nº 179/2022, da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Vereador Wanderley Porto (TAG 349967).

O objetivo desta Informação Técnica é fornecer as informações requeridas pelo Sr. Vereador Wanderley Porto. O pedido consta do Requerimento 179/2022 enviado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A solicitação diz respeito às informações quanto a oferta de viagens na Avenida Senador Levindo Coelho, no Bairro Vale do Jatobá. Desse modo, informamos que:

As linhas municipais que trafegam na Av. Senador Levindo Coelho são as linhas 304 (Estação Diamante/Jatobá IV), 305 (Estação Diamante/Mangueiras - sublinha 02 - noturno), 309 (Estação Diamante/Petrópolis), 310 (Estação Diamante/3ª e 4ª Seções), 311 (Estação Diamante/Independência), 326 (Estação Barreiro/Vale do Jatobá) e 330 (Estação Barreiro/Independência).

Em conformidade com as disposições legais, especialmente o Decreto nº 13.384/2008, as concessionárias poderão operar com organização operacional e programação próprias, inclusive o quadro de horários proposto. Não obstante, devem ser cumpridos os requisitos mínimos para a prestação dos serviços estabelecidos no contrato de concessão vigente, a saber, o Edital de Concorrência Pública nº 131/2008.

Em outubro de 2021, a BHTRANS solicitou às concessionárias a realização de adequações na oferta de viagens para todo o sistema de transporte coletivo, haja vista o incremento de demanda esperado na ocasião, tendo sido geradas infrações de índole operacional, previstas no Decreto nº 13.384/2008.

Visando aprimorar o serviço prestado aos cidadãos, a Prefeitura de Belo Horizonte, em conjunto com a Câmara Municipal de Belo Horizonte e as Concessionárias, firmaram acordo para melhoria da operação do sistema de transporte por ônibus. Tal acordo resultou em Projeto de Lei, aprovado em primeiro turno na CMBH em 6 de junho de 2022 e em segundo turno, em 21 de junho de 2022. Assim, o projeto seguiu para sanção do prefeito, com publicação no DOM em 02/07/2022 a Lei nº 11.367/2022, que traz como obrigação às concessionárias o aumento do número de viagens ofertadas em todo o sistema de transporte coletivo. Após a vigência da lei em questão, foram publicados o Decreto nº 18.022/2022 e a Portaria SUMOB 004/2022, com os critérios para aumento da oferta de viagens, regulamentando o disposto na Lei publicada.

Estas são as Informações Técnicas disponíveis sobre o assunto.

**AVULSOS DISTRIBUÍDOS**Em 21 / 12 / 2022

Responsável pela distribuição

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

Thiago Henrique de Oliveira Faustino – BT02019  
Gerente de Programação e Redes de Transporte – GESPR  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022 às 12:44  
Assinante: THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA FAUSTINO Matrícula: BT002019  
Hash da assinatura: D5548B6F30405C8592E7B47F7F61669995840119 Para validar utilize o QR Code ao lado.





**OF. SMGO/DALE Nº 916 /2022**

Belo Horizonte, 20/12/2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 195/2022** – Autoria do Vereador Braulio Lara – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 505/22, de 04/03/2022.

Senhora Presidente,

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 195/2022, de autoria do Vereador Braulio Lara, que solicita informações sobre a linha de ônibus 303, Estação Diamante/Santa Cecília, na Região do Barreiro, em Belo Horizonte.

Consultada, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do Ofício BHTRANS-DPR/DALE Nº 675/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,



**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

BHTRANS-DPR/DALE 675 /2022

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2022

**ASSUNTO:** Requerimento de Comissão nº 195/2022, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Braulio Lara


**Referência:** TAG 350000

Senhora Diretora,

Encaminhamos anexa a Informação Técnica BHTRANS/DTP/SUTP/GESPR nº 124/2022, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 195/2022.

Colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

  
Júlia Costa Gallo – BT90030  
Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Senhora  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO



**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS DTP/SUTP/GESPR Nº 124/2022  
DE 2 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Assunto:** Informações sobre o quadro de horários da linha 303 - ESTACAO DIAMANTE / SANTA CECILIA VIA CASTANHEIRAS

**Referência:** Demanda TAG 350000 – Req. 195/2022 da Câmara Municipal de Belo Horizonte – Vereador Bráulio Lara.

O vereador Bráulio Lara, através do Requerimento nº 195/2022, encaminhado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário apresentou solicitações para esclarecimentos quanto a oferta de viagens especificadas para as linhas 303 (ESTACAO DIAMANTE / SANTA CECILIA VIA CASTANHEIRAS) na semana de 13/02/2022 a 19/03/2022.

Assim sendo, na tabela abaixo segue o Quadro de Horários especificado pela BHTRANS para atendimento da linha, à época.

**Linha 303 - ESTAÇÃO DIAMANTE / SANTA CECÍLIA VIA CASTANHEIRAS**

**QUADRO DE HORÁRIOS ESPECIFICADO PELA BHTRANS (QRO - QUADRO DE REFERÊNCIA OPERACIONAL)**

**DIA ÚTIL**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
				30	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
				55	35	35	35	45	45	45	45	45	45	45	45	35	35	35	45	45	45	45	45
					55	55	55									55	55	55					

**SÁBADO**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
				30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
					30	20	20	20	30	30	20	20	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	25
						40	40	40			40	40											50

**DOMINGO E FERIADO**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
				20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
				50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50

vitae.



SL3: VIA ÁREA INDUSTRIAL

Estas são as Informações Técnicas disponíveis sobre o assunto.

Documento assinado eletronicamente, de acordo com Decreto 17.710 de 13 de Setembro de 2021

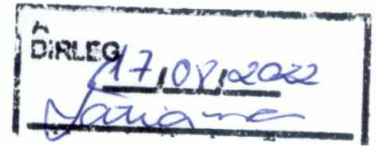
Thiago Henrique de Oliveira Faustino – BT02019  
Gerente de Programação e Redes de Transporte – GESPR



Documento assinado digitalmente, por assinatura simples, em Sexta-feira, 2 de Dezembro de 2022 às 13:15  
Assinante: THIAGO HENRIQUE DE OLIVEIRA FAUSTINO Matrícula: BT02019  
Hash da assinatura: 0FAE87DE7D813010016D1F8A1EE1669997747965 Para validar utilize o QR Code ao lado.



DE



**Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP**  
**Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE**

SEPN 515, Conjunto D, Lote 4, Edifício Carlos Taurisano, - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70770-504  
Telefone: (61) 3221-8405 - www.gov.br/cade

OFÍCIO Nº 5798/2022/GAB-PRES/PRES/CADE

Brasília, na data da assinatura.

À Sua Excelência a Senhora Vereadora

**Nely Aquino**

Presidente

Câmara Municipal de Belo Horizonte

Assunto: Of. Dirleg nº 3.819/22 - Informação sobre fiscalização referente a redução de ICMS

Referência: Caso responda este Ofício, favor indicar expressamente o Procedimento nº 08700.005469/2022-73.

Excelentíssima Presidente,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao ofício supracitado, que encaminha o Requerimento 1294/2022, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, acerca de fiscalização da implementação de redução de ICMS em empresas e postos de combustíveis na cidade de Belo Horizonte. Em síntese, no ofício destaca-se que dois postos do Município mantiveram alíquota superior à estabelecida na Lei Complementar 194, 23 de junho de 2022 e no Decreto Estadual nº 48.456, de 1º de julho de 2022, sendo que um deles o fixou em 62,34% sobre o abastecimento da gasolina comum, enquanto que o outro cerca de 31%, o que seria observado através de uma matemática simples.
2. Por fim, questiona: (i) quais seriam as medidas fiscalizadoras do Cade para barrar possíveis cobranças dos tributos de ICMS acima do estabelecido pelas citadas normas; (ii) quantos estabelecimentos foram flagrados cobrando o ICMS acima do estabelecido no país; e (iii) qual seria o impacto financeiro diante da redução do imposto.
3. Em que pese a compreensível preocupação desta Casa Legislativa com o bem-estar imediato do consumidor, atualmente vigora o regime de liberdade de preços no mercado de combustíveis, não havendo previsão legal para controle de preços por parte do estado nesse setor. Isso porque, embora aparentemente o controle de preços em um primeiro momento possa ser benéfico para o consumidor, já há abundante literatura econômica no sentido de que esse controle, em seguida, termina por ser lesivo ao consumidor e ao desenvolvimento econômico.
4. Para melhor esclarecer que não há controle estatal sobre preços nesse mercado, permito-me citar a explicação constante da Nota Técnica nº 8/2022/SG-TRIAGEM CONDUTAS/SGA2/SG/CADE:



Historicamente[1], até meados da década de 1990, a interferência do Estado na distribuição e revenda de combustíveis automotivos contemplava o controle de preços, margens de comercialização e fretes. A partir dos anos 1990, porém, o Estado modificou a sua forma de atuação em diversos setores da economia brasileira. Nas indústrias de petróleo e de biocombustíveis, iniciou-se um processo de liberalização dos preços dos derivados em toda a cadeia produtiva, além de gradual redução dos subsídios governamentais. Mas foi somente a partir da Lei nº 9.478 de 1997 - a Lei do Petróleo - que a liberalização no mercado de combustíveis automotivos se deu de modo mais efetivo, tendo sido concluída em 31 de dezembro de 2001.

A partir desta data, portanto, **os reajustes nos preços dos combustíveis cabem exclusivamente a cada agente econômico – do poço ao posto revendedor –, que estabelecem seus preços de venda e margens de comercialização em cenário de livre concorrência. Logo, nenhum órgão de Estado ou de governo tem atribuições de tabelamento ou controle de preços ou quantidades para comercialização de combustíveis automotivos.**

A Lei do Petróleo já mencionada (Lei nº 9.478 de 1997) também criou a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e conferiu a esta Agência a competência para implementar a política energética nacional no que se refere a petróleo, gás natural e biocombustíveis, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, de gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta desses produtos. Dado que a Agência não controla preços ou quantidades de quaisquer produtos, essas atribuições legais devem ser exercidas por meio da proteção do processo competitivo nos mercados, uma vez que a Lei do Petróleo estabelece, também, a promoção da livre concorrência entre os princípios e objetivos da política energética nacional.

Esclarece-se, ainda, que a Portaria MF nº 59, de 29 de março de 1996, já tinha liberado os preços de gasolina automotiva e etanol hidratado combustível – EHC nas unidades de comércio atacadista e varejista, bem como as margens de comercialização dos postos revendedores e das distribuidoras nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, nos estados de Goiás e do Mato Grosso do Sul, no Distrito Federal e na Base de Barra do Garça (MT). A Portaria MF nº 292, de 13 de dezembro de 1996, também tinha estendido essas medidas aos estados de Tocantins e do Mato Grosso e aos municípios de Porto Velho (RO), Manaus (AM) e Belém (PA).

A Lei do Petróleo, de 06 de agosto de 1997, então, estabeleceu o prazo de 36 meses para a conclusão do processo de liberalização dos preços dos combustíveis automotivos, ou seja, agosto de 2000. A Portaria Interministerial MF/MME nº 293, de 13 de novembro de 1997, liberou as margens de distribuição e de revenda de óleo diesel, em todo o território nacional. A Portaria Interministerial MF/MME nº 28, de 9 de março de 1999, liberou os preços de gasolina automotiva e etanol hidratado combustível – EHC nas unidades de comércio atacadista e varejista, bem como as margens de comercialização dos postos revendedores e das distribuidoras nas localidades que não haviam sido designadas pela Portaria MF nº 59, de 29 de março de 1996, e pela Portaria MF nº 292, de 13 de dezembro de 1996.

Em seguida, a Lei nº 9.990, de 21 de julho de 2000, estendeu o prazo estipulado pela Lei do Petróleo e estabeleceu nova data para que se finalize o processo de liberalização de preços de combustíveis: 31 de dezembro de 2001. Finalmente, a Portaria Interministerial MF/MME nº 240, de 27 de julho de 2001, liberou os preços de venda, em todo o País, de óleo diesel nas unidades de comércio atacadista e varejista. O processo de abertura do mercado brasileiro de combustíveis é finalizado na data prevista, 31 de dezembro de 2001, com a liberação dos preços nas unidades produtoras onde ainda vigorava controle.

**Assim, desde 1º de janeiro de 2001 em diante não existe qualquer normativo que regulamente um eventual controle de preços por parte do Estado nesse setor da economia..**

Aproveita-se a oportunidade para indicar que na série Documentos de Trabalho nº 40 da antiga Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), os autores Carlos Ragazzo e

Rutelly da Silva discutiram sobre os "*Aspectos econômicos e jurídicos sobre cartéis na revenda de combustíveis: uma agenda para investigações*", no qual trataram, dentre outros aspectos, das iniciativas do Ministério Público no combate a cartéis. Ademais, o Departamento de Estudos Econômicos do Cade publicou estudo sobre o mercado de revenda de combustíveis, disponível no site da autarquia, que aborda as principais especificidades do mercado.

5. Por fim, para uma melhor compreensão dos aspectos jurídicos e econômicos relacionados a controle de preços no setor, recomendo a leitura da edição "Mercados de Distribuição e Varejo de Combustíveis Líquidos", da Série Cadernos do Cade, elaborado pela Departamento de Estudos Econômicos deste Conselho, publicado em maio deste ano. Disponível em <[https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos-economicos/cadernos-do-cade/Caderno\\_Mercados-de-distribuicao-e-varejo-de-combustiveis-liquidos.pdf](https://cdn.cade.gov.br/Portal/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos-economicos/cadernos-do-cade/Caderno_Mercados-de-distribuicao-e-varejo-de-combustiveis-liquidos.pdf)>.

6. Esperando ter atendido à solicitação, colocamo-nos ainda à disposição para outros esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Alexandre Cordeiro Macedo**

Presidente do Cade

[Assinado eletronicamente]



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Cordeiro Macedo, Presidente**, em 08/08/2022, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília e Resolução Cade nº 11, de 02 de dezembro de 2014.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [sei.cade.gov.br/autentica](http://sei.cade.gov.br/autentica), informando o código verificador **1099320** e o código CRC **E5AE2628**.

Referência: Ao responder este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08700.005469/2022-73

SEI nº 1099320







**OF. SMGO/DALE Nº 909 /2022**

Belo Horizonte, 07/12 /2022

Assunto: Resposta ao **Requerimento de Comissão nº 1.695/2022** – Autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé – encaminhado pelo ofício Dirleg nº 5.077/22, de 06/10/2022.

Senhora Presidente,

\

Reporto-me ao Requerimento de Comissão nº 1.695/2022, de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre a custódia dos valores decorrentes da bilhetagem eletrônica do sistema público de transporte coletivo da capital.

Consultada, a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte emitiu resposta por meio do Ofício BHTRANS-DPR/DALE Nº 673/2022, conforme cópia anexa.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

**Leonardo Amaral Castro**

Secretário Municipal Adjunto de Governo  
Subsecretário de Relações Institucionais

Excelentíssima Senhora  
Presidente da Câmara Municipal  
**Vereadora Nely Aquino**  
CAPITAL

BHTRANS-DPR/DALE 673 /2022

Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2022

**ASSUNTO:** Requerimento de Comissão nº 1695/2022, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereadora Fernanda Pereira Altoé

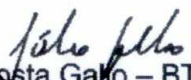
**Referência:** TAG 353478

Senhora Diretora,

Encaminhamos anexa a Informação Técnica BHTRANS/GCETT/SUTP nº 295/2022, em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1695/2022.

Colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

  
Júlia Costa Gallo – BT90030  
Presidente Substituta

Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS

Senhora  
Luana Magalhães de Araújo Cunha  
Diretoria de Acompanhamento Legislativo – DALE  
Secretaria Municipal de Governo – SMGO

**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/GCETT/SUTP Nº 295/2022,  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022**

**Referência:** Requerimento de Comissão nº 1.695/2022 – CMBH – Vereadora Fernanda Pereira Altoé – TAG 353478.

**Assunto:** Solicitação de informação sobre a custódia dos valores decorrentes da bilhetagem eletrônica do sistema público de transporte coletivo da capital.

**1. Introdução**

A BHTRANS/GECOP recebeu, por meio do TAG 353478, o Requerimento de Comissão nº 1.695/2022 da Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), de autoria da Vereadora Fernanda Pereira Altoé, que solicita informações sobre a custódia dos valores decorrentes da bilhetagem eletrônica do sistema público de transporte coletivo da capital.

**2. Informação Técnica**

A seguir são apresentados os questionamentos apresentados pela Ilma. Vereadora.

1. *Quanto foi apurado, anualmente, desde o início do contrato em 2008, a título de rendimento financeiro decorrente da custódia de valores pela Transfácil?*
2. *Esses valores foram repassados à tarifa em algum momento? Se sim, quando e qual o montante foi contabilizado?*
3. *Como é feito, pelo Poder Concedente, o controle de apuração dos valores custodiados pelo Agente de Liquidação?*
4. *Ainda nos termos do Decreto Municipal nº 13.384, de 12 de novembro de 2008, art. 123, § 1º "O desempenho irregular da função de liquidação das receitas da CONCESSÃO de que trata o inciso V do caput deste artigo, notadamente a não realização da transferência dos valores devidos ao PODER CONCEDENTE, à BHTRANS ou ao FGE na forma da lei e do CONTRATO, poderão acarretar a imposição ao CONSÓRCIO OPERACIONAL da obrigação de, para o desempenho dessa função, contratar terceiro ou substituir terceiro contratado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, bem como da decretação da intervenção no AGENTE DE LIQUIDAÇÃO, no CONSÓRCIO OPERACIONAL ou na CONCESSÃO". Já houve hipótese de falha na função de liquidação e aplicação de alguma sanção, por essa razão, ao Agente de Liquidação?*

Quanto aos item 1, esclarecemos que todas as receitas do sistema de transporte, incluindo-se as oriundas da venda de créditos eletrônicos vencidos e não revalidados (créditos comprados e não utilizados pelos usuários), taxas cobradas para carga a bordo, venda de cascos de cartões eletrônicos, bem como qualquer outro tipo de receita ou rendimento financeiro, são consideradas Receitas da Concessão e são apuradas nas revisões tarifárias e contratuais, os resultados completos das verificações realizadas estão disponíveis no link:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/bhtrans/informacoes/transparencia/transparencia-no-transporte-coletivo/auditoria-transporte-coletivo>



**INFORMAÇÃO TÉCNICA BHTRANS/GCETT/SUTP Nº 295/2022,  
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2022**

Links específicos ao assunto:

- 1ª Revisão Tarifária e Contratual/Período de Operação: 2008 – 2012, as informações estão disponíveis no item 2.2.3 (Receitas Complementares) do Relatório Técnico Final de Apuração do Resultado Econômico - Financeiro dos Contratos de Concessão da Rede de Transporte e Serviços por Ônibus de Belo Horizonte
- 2ª Revisão Tarifária e Contratual por solicitação das concessionárias/Período de Operação de Mai/2013 - Fev/2015, as informações estão disponíveis no item 3 (Apuração das Receitas, Custos e Investimentos Observados) do Relatório de Atualização da Modelagem Econômico-financeira dos Contratos de Concessão (Versão 03)
- Auditoria do Transporte Coletivo 2018, as informações estão disponíveis no item 3.2 (Receitas Complementares e Acessórias do Relatório Final).

Quanto ao item 2, esclarecemos que durante as revisões contratuais, momento em que a Taxa Interna de Retorno (TIR) é calculada envolvendo todos custos, receitas e investimentos, e os valores envolvidos impactam no resultado final, e consequentemente nas tarifas.

Quanto ao item 3, informamos que a BHTRANS faz o controle dos citados valores por meio do Sistema de Bilhetagem Eletrônica que permite o acompanhamento dos valores apurados dos créditos eletrônicos e do pagamento em dinheiro pelos usuários. Assim, nas revisões contratuais, é possível se apurar e considerar no conjunto de receitas também aquelas relativas aos valores custodiados pelo agente de liquidação. Em geral, as avaliações que envolvem o cálculo do TIR, em virtude de sua complexidade e necessidade de transparência à sociedade, são realizadas por empresas especializadas contratadas pela Prefeitura de Belo Horizonte / BHTRANS, sendo os resultados publicados no portal externo da BHTRANS conforme links já disponibilizados.

Quanto ao item 4, esclarecemos que por parte das ações de fiscalização da BHTRANS e das empresas especializadas de Verificação Independente e Auditoria, não foram encontradas, até o momento, evidências de falhas na função de liquidação para justificar aplicação de sanções ao Agente de Liquidação.

Essa é a informação técnica disponível.

Carlos Franklin de  
Almeida Rabelo BT00594

Assinado de forma digital por Carlos  
Franklin de Almeida Rabelo BT00594  
Dados: 2022.12.02 18:12:38 -03'00'

Carlos Franklin de Almeida Rabelo – BT00594  
Gerente de Controle, Estudos Tarifários e Tecnologia – GCETT  
Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS



**CONSÓRCIO DEXEC. OF. 500/2022**

Belo Horizonte, 05 de dezembro de 2022.

Resposta ao Ofício Dirleg nº 5.335/2022 - Operação Eleições Segundo Turno

Exma. Sra.  
Nely Aquino  
Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte

c/cópia

Exmo. Sr.  
Vereador Wesley  
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário

Excelentíssima Senhora,

**O CONSÓRCIO OPERACIONAL DO TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS POR ÔNIBUS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – TRANSFÁCIL**, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de MG, na Rua Aquiles Lobo, nº 504 inscrito no CNPJ sob o nº 04.398.505/0001-07, aqui representado pela Diretora Executiva, vem, **em resposta ao ofício Dirleg nº 5.335/2022**, datado de 3 de novembro de 2022, informar o que segue.

Através do supramencionado ofício foi encaminhado o Requerimento de Comissão nº 1774/2022 emitido pela Sra. Vereadora Fernanda Altoé por meio do qual requer informações sobre a gratuidade no transporte público coletivo de Belo Horizonte no dia do segundo turno das eleições, dia 30.10.2022, conforme Decreto Municipal nº 18.132 de 24 de outubro de 2022.

1 – De acordo com o MCO – MAPA DE CONTROLE OPERACIONAL extraído do sistema SITBUS (cópia anexa), no dia 30.10.2022 foram registrados 331.683 (trezentos e trinta e um mil, seiscentos e oitenta e três) passageiros transportados. Entretanto, não podemos afirmar que esse foi o número total de usuários, uma vez que o referido sistema aponta somente aqueles passageiros que possuem cartão BHBUS e que registraram sua viagem no validador. Considerando que não estava sendo cobrada tarifa naquele dia, inúmeras pessoas foram transportadas sem que fossem contabilizadas.

DIRLEG 13/12/22  
Júlia Catão



2 – Conforme acima esclarecido, é possível afirmar tão somente o número de pessoas que fizeram uso do cartão BHBUS de uma das modalidades disponibilizadas aos usuários do sistema. Todos os passageiros que não possuem cartão BHBUS foram transportados mesmo sem qualquer registro.

3 – Não. Só é possível computar como transportado aquele passageiro que fez uso do cartão BHBUS. Os passageiros que não fizeram uso do cartão BHBUS – seja pelo fato de não possuírem, seja pelo fato de escolherem por não utilizar naquele dia – não foram registrados, ou seja, utilizaram o serviço de transporte público naquele dia, mas não constam no sistema de bilhetagem eletrônica.

4 – Nos termos da PORTARIA CONJUNTA SUMOB/BHTRANS Nº 015/2022, as catracas dos ônibus e linhas de bloqueio das estações foram liberadas pelos operadores embarcados ou em solo. Além disso, a referida Portaria determinou que as Concessionárias tomassem as providências necessárias para que as catracas (roletas) das estações de integração, estações de transferência do MOVE e dos ônibus fossem destravadas pelos operadores, evitando-se acúmulo de passageiros próximos às catracas. Nesse sentido, o registro dos passageiros transportados no dia 30.10.2022 feito por meio do SITBUS não pode ser considerado como o número total de usuários.

5 – Como respondido acima, o sistema de bilhetagem registrou 331.683 (trezentos e trinta e um mil, seiscentos e oitenta e três) passageiros.

6 – Não.

7 – Considerando que não há como apurar o número total de passageiros efetivamente transportados nesse dia, as Concessionárias informaram à SUMOB o custo da operação no dia em questão com base no custo padrão apurado pelo Sistema de Compensação Tarifária.

8 – A Prefeitura de Belo Horizonte editou o Decreto Municipal nº 18.132 de 24 de outubro de 2022.

9 – A prestação dos serviços foi realizada conforme Quadro de Horários previamente aprovado pela SUMOB após a edição da PORTARIA CONJUNTA SUMOB/BHTRANS Nº 015/2022.

10 – Não houve aditamento aos contratos de concessão para a prestação do serviço de forma gratuita.





11 – A SUMOB, após questionada pelas Concessionárias, pontuou que a Prefeitura de Belo Horizonte é credora de valores aportados a título de compra antecipada de créditos eletrônicos de vale-transporte e que o custo dessa gratuidade no dia das eleições será objeto de compensação com o referido crédito.

12 – Conforme resposta acima, o valor devido deverá ser compensado do crédito existente a favor do Município.

13 – Foram realizadas 15.607 (quinze mil, seiscentos e sete) viagens no dia 30.10.2022.

14 – Os quadros de horários das linhas seguiram as normativas previstas na PORTARIA CONJUNTA SUMOB/BHTRANS Nº 015/2022.

15 – O custo total das viagens realizadas pelas Concessionárias no dia 30.10.2022 é de R\$3.611.418 (três milhões seiscentos e onze mil, quatrocentos e dezoito reais), dimensionado com base no custo padrão apurado pelo Sistema de Compensação Tarifária para o dia em questão.

16 – Não é possível responder, uma vez que o valor devido não foi pago e tampouco descontado do crédito existente a favor da Prefeitura de Belo Horizonte.

17 – Foram registradas as seguintes reclamações, no canal de atendimento BH digital, no dia 30.10.2022: 4 (quatro) relacionadas ao comportamento do operador; 1 (uma) relacionada ao estado de conservação do veículo; 1 (uma) relativa à suposto descumprimento do Quadro de Horários; 1 (uma) relacionada à suposto excesso de velocidade e 1 (uma) relativa ao tempo de espera. Tivemos, portanto, apenas 8 (oito) intercorrências, o que representa 0,002% de reclamações no total de 331.683 passageiros registrados, não gerando impacto nas operações do dia 30.10.2022, especialmente pelo fato de que o número de usuários foi maior que o computado pelo sistema de bilhetagem eletrônica.

Sem mais para o momento, o **TRANSFÁCIL** se coloca à disposição para demais esclarecimentos e renova votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**Ana Flávia Camilo da Silva**  
Diretora Executiva

**Consórcio Operacional do Transporte Coletivo de Passageiros por Ônibus do  
Município de Belo Horizonte – TRANSFÁCIL**







# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

OFÍCIO 01/2022

## GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE GT-MOBH

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Grupo de Trabalho para Discussão da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte – GT-MOBH, instituído pelo Decreto nº 17.928, de 11 de abril de 2022, concluiu seus trabalhos em 19 de dezembro de 2022, com a apresentação do relatório final no plenário Amyntas de Barros.

Para contribuir com os trabalhos da comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário, encaminhamos para ciência dessa comissão, cópia do Relatório final e da ata da reunião em que foi apresentado, com as conclusões e encaminhamentos dos membros do grupo para melhorar a mobilidade urbana na capital.

Belo Horizonte, 21 de dezembro de 2022.

FERNANDA PEREIRA  
Assinado de forma digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.12.21 14:39:08 -03'00'

Fernanda Pereira Altoé

GABRIEL SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
Assinado de forma digital por GABRIEL  
SOUZA MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
DN: cn=GABRIEL SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO, o=AC SOLUTI  
Multiple v5, ou=20828519000170,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=GABRIEL SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
Dados: 2022.12.21 14:08:14 -03'00'

Gabriel Azevedo

Nely Aquino

PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:039  
50063684  
Assinado de forma  
digital por PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:03950063684  
Dados: 2022.12.21  
14:43:05 -03'00'

Pedro Patrus

Reinaldo Gomes

Bruno Miranda

Wesley Autoescola

Ao Senhor

Vereador Wesley

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e  
Sistema Viário

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 21.12.2022  
HORA: 15:13:53

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA DE  
BELO HORIZONTE - GT-MOBBH**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2022**

**Local:** Plenário Amyntas de Barros, na Câmara Municipal de Belo Horizonte

**Horário:** 9 horas

**Presentes:** o superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas; o vereador Gabriel; a vereadora Marcela Trópia; o vereador Pedro Patrus; o vereador Marcos Crispim; o vereador Bruno Miranda; o vereador Braulio Lara; o vereador Wilsinho da Tabú; o vereador Dr. Célio Frois; a vereadora Nely Aquino; o vereador Cláudio do Mundo Novo; o vereador Rubão; o vereador Wesley; o vereador José Ferreira; e a vereadora Professora Marly.

O vereador Gabriel saudou a todos e comunicou que esta seria a trigésima e última reunião do Grupo de Trabalho para Discussão da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte - GT-MOBBH - e que seria apresentado o relatório final do grupo de trabalho. Informou ainda que seria feita mais uma apresentação pelo André Soares Dantas do subsídio estabelecido para as empresas de ônibus. Agradeceu a presença do André Soares Dantas e pelo trabalho desenvolvido como superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte. Lembrou a composição deste grupo de trabalho e lembrou o seu histórico. Lembrou que foi criado subsídio que perdurará até março de 2023 e comentou sobre as condições estabelecidas para sua concessão. Disse que a Prefeitura ainda não apresentou proposta de reformulação contratual e que o contrato atual é vigente até 2028. Apresentou as conclusões do trabalho e enfatizou que o grupo de trabalho foi uma



forma muito eficiente de discutir o tema, mas lamentou a ausência de representantes da sociedade civil. Disse que a tomada de decisões exclusivamente pela Prefeitura tem se mostrado pouco eficiente na construção de políticas públicas sendo a discussão na CMBH sendo realizada apenas posteriormente. Defendeu que o diálogo iniciado antes da apresentação da proposta facilita o processo e contribui para sua melhor estruturação. Afirmou a necessidade de alteração do modelo contratual atual. Disse que a percepção da população indica que o serviço de transporte público não é satisfatório, especialmente por conta da lotação e dos atrasos dos ônibus. Disse que os projetos de Lei nºs 442, 444 e 446/22 visam alterar a forma de pagamento e o controle da operação financeira do sistema, trazendo ao poder concedente o controle destes pontos, além de outros pontos como faixas exclusivas e formas de pagamento da tarifa. Comentou sobre a falta de transparência nas operações da Transfácil. Disse que ainda está aguardando a realização de uma auditoria dos custos das empresas de ônibus e enfatizou ser muito difícil se discutir qualquer movimentação de recursos antes da realização dessa auditoria. Afirmou que a CMBH não aceitará chantagem e que não será concedido novo subsídio em março de 2023. Cobrou da Prefeitura a tomada de medidas concretas para reformulação do sistema de transporte coletivo. Informou que foi apresentado o Projeto de Lei nº 332/22 que autoriza, como medida excepcional, a encampação dos serviços de transporte por ônibus no município, transferindo para a Prefeitura a operação direta do sistema. Apresentou os encaminhamentos constantes do relatório final, em especial a invocação da revisão contratual pelo poder contratante, que seja realizada a auditoria das contas das empresas para definição do custo total de operação real, que sejam realizadas as revisões tarifárias contratualmente obrigatórias, que sejam votados os projetos de lei nº 442, 444, 446 e 332/22, que seja resolvido o repasse para empresas de transporte



suplementar e táxi lotação, que seja enviada cópia do presente relatório ao Ministério Público de Contas e seja o texto integral do relatório disponibilizado no sítio oficial para acesso a qualquer interessado. Disse que as discussões prosseguirão na Prefeitura e na Comissão de Desenvolvimento Econômico, transporte e Sistema Viário. Adiantou que, como presidente eleito da CMBH, ira indicar para essa comissão os vereadores Braulio Lara e Wesley a quem reputou como extremamente capacitados para prosseguia com essa discussão. Informou que após esta reunião seria realizada a cerimônia simbólica de devolução de R\$ 74 milhões economizados pela CMBH para a Prefeitura e que esse valor seria destinado ao atendimento à população em situação de rua.

A vereadora Nely Aquino saudou a todos e lembrou a dificuldade para formação deste grupo de trabalho e exaltou a sua importância. Parabenizou todos os vereadores e assessores que participaram dos trabalhos desse grupo de trabalho. Informou que após esta reunião, às 11h30min será feita cerimônia simbólica de devolução de recursos economizados pela CMBH para a Prefeitura. Disse que a economia total em 2022 foi de R\$ 148 milhões, sendo que já haviam sido devolvidos R\$ 74 milhões e que agora serão devolvidos mais R\$ 74 milhões. Informou que o orçamento total da CMBH para 2022 foi de R\$ 325 milhões e a economia feita representa 45% do orçamento total.

O vereador Pedro Patrus comentou sobre a importância do trabalho desenvolvido por este grupo de trabalho e lembrou que, quando de sua formação, Belo Horizonte enfrentava o colapso do sistema de transporte público. Comentou sobre as dificuldades enfrentadas pela população de Belo Horizonte nessa terça-feira de chuva e com os funcionários do metrô em greve. Cobrou medidas concretas para resolver os problemas verificados.



O vereador Braulio Lara comentou que desde o início de seu mandato vem tratando dentro da Comissão de Desenvolvimento Econômico, transporte e Sistema Viário dessa problemática de mobilidade urbana e transporte coletivo e disse que a comissão irá continua a debater essa questão.

A vereadora Marcela Trópia afirmou ser contra a concessão de novo subsídio e cobrou a adoção de medidas concretas para solucionar os problemas verificados e promover a revisão dos atuais contratos.

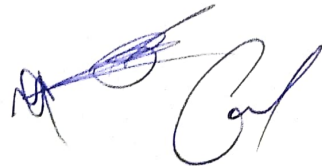
O vereador Marcos Crispim disse que recebe reclamações de que, mesmo com o subsídio, a lotação nos ônibus continua. Comentou sobre os problemas no trânsito em Belo Horizonte e defendeu que a mobilidade urbana seja discutida como um todo.

O vereador Wilsinho da Tabu parabenizou o grupo de trabalho pelo trabalho realizado. Cobrou da Prefeitura a adoção das medidas sugeridas no relatório final e o compromisso de agir em busca da solução dos problemas verificados no sistema de transporte coletivo.

O vereador Cláudio do Mundo Novo parabenizou o grupo de trabalho pelo trabalho realizado. Comentou sobre os problemas de mobilidade verificados em função das chuvas e da greve dos metroviários.

O vereador Bruno Miranda parabenizou o trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho e a liderança exercida pelo vereador Gabriel. Disse que a Prefeitura tem feito um grande esforço em tomar decisões efetivas na busca de soluções para o problema do transporte coletivo em Belo Horizonte.

O vereador Rubão comentou sobre ainda ocorre a superlotação de ônibus em Belo Horizonte e que o subsídio não serviu para acabar com esse problema, em especial na Região Leste. Disse que a demora nos ônibus coloca os passageiros em





risco de assaltos e sob a chuva. Cobrou transparência da utilização dos recursos destinados ao transporte público por ônibus.

André Soares Dantas agradeceu a oportunidade de participar desta reunião como parte de um diálogo da Prefeitura com a CMBH e com a população. Disse que recebeu orientação específica do prefeito Fuad Norman de garantir a transparência nas ações do transporte público. Comentou sobre o trabalho desenvolvido na Prefeitura e que não existe um modelo no Brasil que possa ser usado como referência. Se comprometeu a contribuir com o processo com um posicionamento técnico. Disse que esse processo de discussão é demorado e cansativo e que é preciso buscar convergência de opiniões. Agradeceu a gentileza, carinho, compreensão e respeito dos vereadores e de seus assessores. Em seguida, fez a apresentação do 5º relatório de acompanhamento do subsídio do transporte público referente ao mês de novembro de 2022. Apresentou números mínimos de viagens em dias úteis típicos e de viagens noturnas em todos os tipos de dias, níveis máximos de ocupação e intervalo máximo de viagens. Disse que essas são condicionantes para o repasse do subsídio. Apresentou os valores a serem repassados em dezembro de 2022 referente ao período de referência de novembro de 2022. Lembrou o processo de apuração, análise, validação e repasse do subsídio. Enfatizou que ocorre o acompanhamento diário por meio de fiscalização, monitoramento de contribuições, reuniões diárias de intervenção e monitoramento da operação. Apresentou das de frota emprenhada por dia útil, número de passageiros transportados por dia e número médio de passageiros por viagem. Ponderou que existe superlotação no transporte coletivo em todas as cidades do mundo nos horários de pico. Comentou sobre melhorias realizadas em novembro de 2022 detalhando as linhas que sofreram ajustes. Apresentou dados de contribuições apresentadas pelos usuários e enfatizou que todas essas contribuições são



respondidas. Disse que a maior parte das contribuições se referem ao funcionamento do ar-condicionado, ao estado de conservação do veículo e ao funcionamento do elevador. Agradeceu a todos a oportunidade e colocou-se à disposição para esclarecimentos adicionais.

O vereador Gabriel disse que iria buscar uma maior participação da sociedade civil. Convidou André Veloso para se manifestar e informou que ele compunha a primeira comissão criada para discutir esse tema e lamentou que a composição do grupo de trabalho atual não tenha contemplado a participação da sociedade civil.

André Veloso convidou todos a fazerem uma reflexão sobre a importância dos avanços alcançados, mas que ainda existem muitos problemas a serem resolvidos. Disse que a solução dos problemas verificados só será atingido com uma maior gerência do poder público sobre o processo e com uma efetiva participação da sociedade civil. Lembrou que hoje quem opera o sistema de ônibus em Belo Horizonte é o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros - SetraBH -, por meio da Transfácil. Defendeu o fortalecimento dos mecanismos de participação popular. Cobrou maior transparência nos custos do sistema de transporte público e na alocação dos recursos. Comentou sobre a morosidade na cobrança de multas contratuais das empresas de ônibus.

André Soares Dantas concordou com a importância da participação popular e que é preciso buscar formas de sua ampliação. Comentou sobre o processo de transição das operações da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans - para a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB.

O vereador Gabriel saudou o vereador Wesley e informou que comparecerá à Comissão de Desenvolvimento Econômico, transporte e Sistema Viário para apresentar o relatório final deste grupo de trabalho.





O vereador Wesley saudou o vereador Gabriel e defendeu a reformulação completa do sistema de transporte público em Belo Horizonte e comentou sobre estudo realizado propondo um novo sistema para o município, com aumento do atendimento e diminuição da quilometragem rodada pelos ônibus e disse que em fevereiro de 2023 apresentará este estudo nessa Casa. Disse que este grupo de trabalho é mais um dos grandes marcos desta legislatura sendo deixados para Belo Horizonte.

O vereador José Ferreira parabenizou as manifestações do André Soares Dantas. Disse que somos reféns do atual contrato e que as empresas de ônibus fazer o que querem em Belo Horizonte. Disse que a Região Noroeste não tem uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA - e que o atendimento é feito por uma unidade de saúde em outra regional, mas que não existe linha direta para esse deslocamento.

A vereadora Professora Marly comentou sobre os impactos do problemas do transporte público na evasão escolar.

O vereador Gabriel declarou encerrados os trabalhos.


André Soares Dantas  
**Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte**



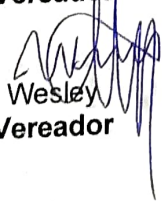
Gabriel  
**Vereador**



Pedro Patrus.  
**Vereador**



Bráulio Lara  
**Vereador**



Wesley  
**Vereador**



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA DE  
BELO HORIZONTE – GT-MOBBH**

**RELATÓRIO FINAL**

**BELO HORIZONTE**

**2022**



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA DE  
BELO HORIZONTE – GT-MOBH INSTITUÍDO PELO DECRETO Nº 17.928**

**RELATÓRIO FINAL DOS TRABALHOS**

**Composição da Comissão:**

1. Representantes do Poder Executivo de Belo Horizonte:

André Soares Dantas, Superintendente de Mobilidade Urbana;

Caio Perona, o Subprocurador-Geral do Contencioso;

Diogo Oscar Borges Prosdocimi, Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte

João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana;

2. Representantes da Câmara Municipal de Belo Horizonte:

Fernanda Pereira Altoé

Gabriel Azevedo

Nely Aquino

Pedro Patrus

Reinaldo Gomes

Bruno Miranda

Wesley Autoescola



## Índice

.....	5
1. DO INÍCIO DOS TRABALHOS.....	6
2. DAS REUNIÕES.....	8
2.1. 1ª Reunião.....	8
2.2. 2ª Reunião.....	11
2.3. 3ª Reunião.....	14
2.4. 4ª Reunião.....	15
2.5. 5ª Reunião.....	16
2.6. 6ª Reunião.....	16
2.7. 7ª Reunião.....	17
2.8. 8ª Reunião.....	18
2.9. 9ª Reunião.....	19
2.10. 10ª Reunião.....	21
2.11. 11ª Reunião.....	22
2.12. 12ª Reunião.....	24
2.13. 13ª Reunião.....	26
2.14. 14ª Reunião.....	29
2.15. 15ª Reunião.....	32



2.16. 16ª Reunião.....	36
2.17. 17ª Reunião.....	40
2.18. 18ª Reunião.....	41
2.19.19ª Reunião.....	43
2.20.20ª Reunião.....	46
2.22. 22ª Reunião.....	55
2.23. 23ª Reunião.....	57
2.24. 24ª Reunião.....	57
3. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS.....	61
3.1 - DO CONJUNTO DE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS DE MOBILIDADE NA CAPITAL.....	61
3.1.1 - DA APROVAÇÃO DO SUBSÍDIO EMERGENCIAL EM PERÍODO DE 1 ANO, VINCULADO A 17 CONDICIONANTES.....	61
3.1.2 - DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO MODELO CONTRATUAL.....	66
3.1.3 - DA ALTERAÇÃO DA LÓGICA DE PAGAMENTO: DA SUBSTITUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO POR TARIFA PARA QUILOMETRO RODADO.....	67
3.1.4 - DAS FAIXAS EXCLUSIVAS PARA ÔNIBUS.....	70
3.1.5 - DA EXCLUSÃO DO PAGAMENTO EM DINHEIRO NO INTERIOR DOS VEÍCULOS.....	71



3.2 - DA APROVAÇÃO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO PROPOSTAS PELO LEGISLATIVO.....	73
3.3 - DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDITORIA DAS CONTAS DAS CONCESSIONÁRIAS.....	74
3.4 - DA ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO ÚLTIMA MEDIDA PARA GARANTIA DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE.....	77
4 - ENCAMINHAMENTOS.....	78



## 1. DO INÍCIO DOS TRABALHOS

Em 11 de abril de 2022 o Decreto nº 17.928 instituiu grupo de trabalho para discussão da mobilidade urbana de Belo Horizonte - GT-MOBBH, com o objetivo de analisar os modelos de mobilidade urbana, incluindo o transporte público coletivo por ônibus, com atribuições de identificar os principais desafios da modalidade urbana no município e debater modelos contratuais e políticas públicas que garantam a melhoria dos serviços oferecidos à população. O Grupo foi constituído com os seguintes integrantes: João Antônio Fleury Teixeira, Secretário Municipal de Política Urbana; Caio Perona, Subprocurador-Geral do Contencioso na Procuradoria Geral do Município; André Soares Dantas, Superintendente de Mobilidade Urbana; e Diogo Oscar Borges Prosdocimi, Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte - BHTrans, como representantes do Poder Executivo de Belo Horizonte. Representando o Poder Legislativo da capital, foram indicadas as Vereadoras Nely Aquino, Fernanda Pereira Altoé, e os vereadores Gabriel Azevedo e Pedro Patrus como representantes da Câmara Municipal, número que viria a ser complementado nas reuniões seguintes.

A instituição do Grupo de Trabalho foi feita em um cenário de caos e urgência, frente ao iminente colapso do sistema de transporte público coletivo por ônibus na capital. Nos dias que antecederam a sua criação, foram constatadas diversas interrupções do serviço considerado essencial e inúmeros prejuízos à população que depende diretamente desse serviço.

Nesse momento, Belo Horizonte presenciava reiteradas paralisações de linhas específicas e até mesmo uma greve do sistema de ônibus<sup>1</sup>, cuja motivação ainda é

---

1 [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/03/21/interna\\_gerais,1354287/bhtrans-pede-reforco-dos-onibus-em-meio-a-greve-dos-metroviarios.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/03/21/interna_gerais,1354287/bhtrans-pede-reforco-dos-onibus-em-meio-a-greve-dos-metroviarios.shtml)  
<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/03/31/empresas-de-onibus-de-bh-reduziram-viagens-durante-1a-semana-da-greve-do-metro.ghtml>





investigada pelos órgãos competentes, tendo em vista as diversas denúncias e indícios que o movimento poderia ter sido deflagrado pelas próprias empresas como forma de pressionar o Poder Público da capital mineira.

Também foi observada a redução unilateral do número de viagens pelas concessionárias, à revelia da necessidade da população, sob alegação que, independente das disposições contratuais, as empresas só disponibilizariam linhas até o valor que julgavam compatível com a arrecadação do sistema.

O inconformismo, segundo os concessionários, teria origem na inobservância de aplicação da fórmula paramétrica para aumento da tarifa, que alegam seria automática a cada 12 (doze) meses por força do contrato.

No início de abril a justiça<sup>2</sup> acatou o pedido de reajuste proposto na ação nº 5015234-56.2022.8.13.0024 pelos concessionários e determinou a instauração e homologação de procedimento administrativo de reajuste que poderia elevar a tarifa de R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) para R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos)

As cláusulas preveem o reajuste anual da tarifa com base em fórmula paramétrica contratualmente prevista, mas também a obrigação de revisão tarifária a cada quadriênio contratual de modo a ajustar a TIR (taxa interna de retorno), o impacta, diretamente, a modicidade tarifária. No entanto, o contrato só teve uma

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/30/interna\\_gerais,1363429/empresas-de-bh-garantem-onibus-suficientes-em-horario-de-pico-na-segunda.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/30/interna_gerais,1363429/empresas-de-bh-garantem-onibus-suficientes-em-horario-de-pico-na-segunda.shtml)

[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/28/interna\\_gerais,1363039/bh-empresas-de-onibus-vao-reduzir-viagens-fora-do-horario-de-pico.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/28/interna_gerais,1363039/bh-empresas-de-onibus-vao-reduzir-viagens-fora-do-horario-de-pico.shtml)

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/04/29/oferta-de-viagens-sera-reduzida-em-todas-as-282-linhas-de-onibus-que-circulam-em-bh.ghtml>

<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/03/05/orientacao-e-retirar-os-onibus-das-ruas-diz-motorista-em-bh.ghtml>

<sup>2</sup> [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/05/interna\\_gerais,1357965/justica-determina-aumento-da-tarifa-de-onibus-e-valor-pode-chegar-a-r-5-85.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/05/interna_gerais,1357965/justica-determina-aumento-da-tarifa-de-onibus-e-valor-pode-chegar-a-r-5-85.shtml)



revisão tarifária, referente ao primeiro quadriênio (2008-2012) e não aplicou o reajuste tarifário nos anos de 2017, 2019, 2020, 2021. Frise-se que tal obrigação cabe ao Poder Concedente.

Assim, para viabilizar uma forma de revisão e compatibilização do contrato completamente defasado, e que já foi criticado por ambas as partes publicamente, o Grupo de Trabalho se reuniu pela primeira vez em 12/04/2022 estando presentes a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Nely Aquino; a Vereadora Fernanda Altoé; o Vereador Gabriel; o Vereador Pedro Patrus; o Secretário de Municipal de Política Urbana; Sr. Joao Fleury; o Superintendente de Mobilidade Urbana, Sr. André Dantas; o Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Sr. Diogo Prosdocimi; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; e o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt Prym.

## **2. DAS REUNIÕES**

### **2.1. 1ª Reunião**

No dia 12/04/2022 foi aberta a 1ª reunião do grupo de trabalho, estando presentes a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Nely Aquino; a Vereadora Fernanda Altoé; o Vereador Gabriel; o Vereador Pedro Patrus; o Secretário de Municipal de Política Urbana; Sr. Joao Fleury; o Superintendente de Mobilidade Urbana, Sr. André Dantas; o Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Sr. Diogo Prosdocimi; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; e o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt Prym.

O Vereador Gabriel apresentou a proposta da Câmara para o direcionamento de estudo do Grupo, fazendo um breve histórico das reuniões do último Comitê que foram divididas em infraestrutura; política tarifária; bilhetagem eletrônica; remuneração



dos operadores; tecnologia; abertura de mercado; ouvidoria, transparência e participação popular e integração metropolitana. O vereador sugeriu que o novo estudo observasse divisão semelhante dos pontos de maneira a aproveitar os trabalhos realizados em discussões anteriores sobre a mobilidade no município.

Destacou a urgência de conciliação dos Poderes para o tratamento do Projeto de Lei nº 229/2021 em trâmite na Câmara e sugeriu o desmembramento de tratamento de concessionários do transporte coletivo e permissionários do transporte suplementar, tendo em vista as particularidades de cada modelo de prestação de serviço.

O Secretário Fleury ressaltou que, como o aporte tem referência a definição do valor pelo volume das gratuidades, a divisão dos temas poderia alterar o Projeto de Lei como um todo.

A Vereadora Fernanda Altoé ressaltou que sem revisão tarifária era impossível saber o real valor da tarifa, não havendo como o Projeto calcular a gratuidade. Em complementação o Vereador Gabriel demonstrou preocupação no fato de o Projeto não garantir que não haveria aumento do valor da passagem.

O assessor Jorge Prym destacou que as ações em trâmite (5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022.8.13.0024) sobre a concessão de reajuste pedem um crédito em favor das concessionárias, não alterando o valor da tarifa em vigor. Afirmou que o Executivo já estava em processo de contratação de auditoria e que a gratuidade era apenas uma base de cálculo para concessão do subsídio que seria estabelecido pelo Projeto de Lei 229/2021.

A Vereadora Nely Aquino sugeriu que o Poder Legislativo definisse condicionantes em um acordo entre concessionárias, Prefeitura, Câmara e Ministério Público.



O Vereador Gabriel pediu que fosse registrado em ata questionamentos de porquê a Prefeitura ainda não se colocou no polo ativo da ação nº 5140496-50.2021.8.13.0024, proposta pelo Ministério Público que busca a anulação do contrato; a divisão de temas de discussão proposta e o andamento dos Processos Administrativos Punitivos 1/2021 e 2/2021 que apuram, respectivamente, a contratação da empresa Maciel Auditoria e as irregularidades incontáveis do contrato de concessão de transporte público.

O procurador Caio Perona afirmou que os PAPs estavam em andamento mas ressaltou a urgência de tramitação do PL nº229/2021 tendo em vista a decisão judicial que determinou ao Executivo a instauração de procedimento e homologação de reajuste tarifário, que implicaria em um aumento de R\$ 1,35 (um real e trinta e cinco centavos) na tarifa.

A Vereadora Fernanda Altoé insistiu que fosse celebrado um acordo judicial entre as partes para que o reajuste não fosse aplicado. O Vereador Gabriel sugeriu a assinatura do acordo antes do início da tramitação do projeto de lei.

Assim terminaram a reunião propondo que, antes de avançar na discussão, fosse celebrado acordo entre Prefeitura de Belo Horizonte, Câmara Municipal, concessionários do serviço público, Ministério Público e Tribunal de Contas, estabelecendo as seguintes condicionantes:

- a Prazo para concessão do aporte financeiro;
- b Suspensão das ações judiciais com objeto de reajuste;
- c Condicionantes contratuais para garantir a melhoria dos serviços.



## 2.2. 2ª Reunião

No dia 19 de abril do ano corrente foi aberta a 2º reunião ordinária pelo Prefeito, anunciando que o objetivo principal dos trabalhos seria construir uma proposta de consenso para ser levada a audiência de conciliação no âmbito do órgão de conciliação do Ministério Público Compor-MPMG.

Ressaltou que há decisão judicial que determina a instauração do procedimento e sua homologação com vistas a aplicação do reajuste previsto nos contratos de concessão. Por essa razão, solicitou a construção de uma proposta que possa solucionar a questão sem a necessidade de reajuste do valor das passagens.

A Presidente da Câmara, vereadora Nely Aquino pontuou que:

1) Deveriam ser convidados para a audiência: Procurador-Geral de Justiça; Promotor de Defesa do Consumidor; Promotor de Habitação e Urbanismo; Promotor de Defesa do Patrimônio Público; representante da Defensoria Pública; representante do TJMG; representante do TCE/MG; representante da Câmara Municipal; representante do Executivo; representante dos sindicatos das empresas, tanto o Setra como o representante do Sindipautras. Acrescentou que também deve ser convidado um representante da associação que representa outra parte dos permissionários que não se sentem contemplados pela atual liderança.

2) O segundo ponto do acordo apresentado pelo Legislativo é que o texto do Projeto de Lei seja alterado para prever a autorização da concessão de um subsídio simples no mesmo valor atual, com prazo determinado de um ano e sem vinculação com a gratuidade. No acordo, sugeriu que fosse previsto que o subsídio será computado na verificação da modicidade tarifária quando for realizada a revisão tarifária obrigatória prevista em contrato. Houve consenso em relação a proposta apresentada.



3) A suspensão das ações judiciais e da alteração da tarifa até o final da auditoria, que deverá ser realizada ao longo de um ano.

A vereadora Fernanda Altoé pontuou que a Câmara não vai entrar na discussão da redução da tarifa, que isso deve ser resolvido por contrato aditivo apenas entre o Executivo e o Setra. O vereador Pedro Patrus propôs retirar a questão da vedação à alteração do valor da tarifa das condicionantes e manter apenas a suspensão das ações judiciais.

O Prefeito afirma que não há preocupação do Executivo em discutir no futuro quanto ao correto reajuste da tarifa, por essa razão será contratada auditoria com vistas a subsidiar o processo de revisão tarifária e de revisão contratual. Explica também que o Governo Federal acabou de aprovar no Senado o pagamento da gratuidade, está na Câmara tramitando em estágio avançado. No caso da aprovação do pagamento da gratuidade pelo Governo Federal, no Município de Belo Horizonte seria paga a gratuidade acrescida do subsídio, com a aprovação do Projeto de Lei no formato apresentado pela Câmara.

Sr. Jorge Prym propõe o aumento da tarifa condicionado a um percentual atrelado a um possível gatilho, por exemplo aumento do diesel. Os vereadores contestam se haveria uma redução do valor nos casos de queda no preço dos combustíveis.

Discutido o ponto, houve consenso somente em relação a apresentação de substitutivo propondo subsídio simples, sem base de cálculo vinculada, além da condicionante de suspensão das ações relativas ao reajuste das tarifas com base na fórmula paramétrica

A Vereadora Nely prossegue com os pontos do acordo.



4) O quarto ponto é a adoção do quadro de horários pré-pandemia, e o retorno do quadro de horários noturno. Discutido o ponto estabeleceu-se o consenso de que a condicionante será um acréscimo de 30% sobre o volume de viagens de março, o que representaria mais de 21.000 viagens e recompor o quadro de horários noturno. Propõe-se que o volume seja alcançado sob a forma de metas e o subsídio somente será repassado caso cumprida a meta.

5) Indicação de bens em garantia no valor do subsídio para reversão ao Município em caso de descumprimento. Sr. Fleury aponta que como foi acordado que o subsídio só será pago após o cumprimento das metas de restabelecimento do quadro de horários, não há razão para ter garantia em bens. Houve consenso em excluir esta condicionante.

6) Transferência direta dos valores às empresas via Setra ou se passar pela Transfácil retirar a taxa de administração. O Executivo não vê dificuldades com essa proposta. O Sr. Jorge Prym ressaltou que essa é uma reivindicação do Sindipautras e o compromisso já foi assumido com eles. É possível manter essa cláusula para o transporte suplementar.

7) Transparência na divisão dos valores — indicar quanto cada empresa recebeu. A proposta foi aceita por todos.

8) Disponibilidade, em tempo real, das imagens internas dos ônibus. A vereadora Nely aponta que atualmente as empresas não disponibilizam as imagens quando são solicitadas. Afirma que seria uma ferramenta que facilitaria a fiscalização. O Sr. André Dantas pontua que o sistema, conseguimos acompanhar pelo GPS. Concorde que as imagens são importantes, mas se preocupa com o custo disso. Vereadores entendem que pode ser retirado do acordo, já que possuem projetos que tratam disso em tramitação na câmara.





Outras questões apresentadas na proposta do Legislativo:

- a A necessidade de uma auditoria aberta, com participação e fiscalização ativa dos demais Poderes;
- b Verificar a possibilidade do uso de estrutura em blockchain nos documentos produzidos pela auditoria;
- c Que a contratação da auditoria não deveria ser feita por pregão.

Sobre esses pontos, o Sr. Jorge Prym pontua que o blockchain na auditoria é inviável, e pode ser pensado apenas após a auditoria.

Sobre a proposta de divisão dos projetos entre suplementares e coletivos apresentada na reunião anterior, o Sr. Jorge Prym entende que não faz sentido agora que tratamos de um subsídio simples. Não há mais a complexidade levantada naquele momento.

O Sr. Jorge Prym sugeriu que o Executivo redija uma petição com os pontos acordados nessa reunião, cuja minuta será enviada a todos os presentes para avaliação, estabelecido o consenso em torno da minuta esta será levada para discussão no âmbito do Centro de Autocomposição do MPMG (COMPOR).

### **2.3. 3ª Reunião**

No dia 26 de abril de 2022, foi aberta a 3ª Reunião pela Presidente Nely Aquino distribuiu proposta de acordo reformulada pela Câmara Municipal realizado a partir da minuta enviada pelo Executivo, havendo consenso entre os membros do Grupo de Trabalho.



A vereadora Fernanda Pereira Altoé junto com demais Vereadores alertaram sobre o direito de os concessionários continuarem exigindo o reajuste tarifário com aplicação da fórmula paramétrica de 2017 até 2020, por meio da judicialização.

O Sr. Jorge Prym informou que a PBH não foi notificada pelas empresas de ônibus exigindo a aplicação da fórmula paramétrica.

A prefeitura informou que está à disposição para a formalização de acordo e sugeriu que a reunião com Ministério Público seja definida rapidamente, cabendo à Presidente da Câmara agendar e enviar o convite aos membros do Grupo de Trabalho.

## **2.4. 4ª Reunião**

A 4ª Reunião Ordinária foi realizada no dia 03 de maio de 2022, iniciada com a informação de que não será possível junto a Câmara de Mediação do Ministério Público (Compom) reunião para análise da proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho, em virtude da oposição do Ministério Público.

O Sr. Jorge Prym informou que na proposta de acordo há um erro de cálculo relativo aos valores dos permissionários, procedeu-se a retificação do item 7 da proposta.

Posteriormente, os presentes passaram a discutir sobre o cronograma das atividades do Grupo de Trabalho, que ficou definida da seguinte maneira:

1 Celebração de acordo, com o protocolo de novo projeto de lei e cumprimento de demais itens constantes na minuta do Grupo de Trabalho.

2 Modernização e propostas de mudança do presente contrato, com contabilidade regulatória e segregação das operações vinculadas à concessão, paralelamente à contratação de uma auditoria que fará a revisão contratual e tarifária.



3 Estudo para a modernização e planejamento de longo prazo da mobilidade urbana.

### **2.5. 5ª Reunião**

No dia 10 de maio de 2022, foi aberta a 5ª Reunião Ordinária pela Presidente da Câmara Nely Aquino, relembrando os importantes avanços das discussões do Grupo de Trabalho.

O Secretário Fleury informou que foram avaliadas as sugestões apresentadas anteriormente.

Sr. André Dantas leu item a item do documento entregue pelo Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas. Houve consenso para alterar a minuta de proposta de acordo.

### **2.6. 6ª Reunião**

Na 6ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de maio de 2022, informaram que foi finalizada a minuta da proposta de acordo, disponibilizada para o Setra-BH.

O Sr. Raul Lycurgo, passou a apresentação de item a item com as observações do Setra.

Após discussão do Grupo, foi redigida nova redação para solução dos impasses nos itens 3,4,8,9 e 14, do documento inicial de propositura de acordo.

O Setra solicitou nova reunião para que o ponto 7 fosse discutido com o Conselho do Setor, sendo novo encontro marcado para o dia 12/05/2022.



## 2.7. 7ª Reunião

A 7ª Reunião Ordinária ocorrida dia 24 de maio de 2022 foi iniciada pelo Secretário Fleury informando que o Sr. Caio Perona, Subprocurador-Geral do Contencioso da PGM traria ao Grupo de Trabalho informações sobre o procedimento para contratação de auditoria necessária para a revisão tarifária e contratual.

A Vereadora Fernanda Pereira Altoé solicitou a inclusão de mais um ponto no cronograma do Grupo de Trabalho sobre o planejamento da mobilidade urbana em eventos de grande porte no Município, enfatizou que são muitas reclamações dos munícipes e turistas sobre os gastos e dificuldade de acesso a transporte principalmente nos dias de grandes eventos esportivos, ou a realização de shows e exposições.

O Vereador Gabriel solicitou a realização de reuniões específicas na Superintendência de Mobilidade para discussão da forma de remuneração dos suplementares e do táxi lotação, para regulamentação da lei dos aplicativos e para o funcionamento do Comurb.

O Sr. Diogo Prosdocimi apresentou uma síntese do cronograma e do que foi discutido até a presente data pelo GT. Destacou o início da fase II em que será discutida a auditoria para revisão contratual e tarifária.

Sr. Caio Perona, fez explanação sobre a forma de realizar a auditoria com vistas a proporcionar a revisão tarifária e contratual e as alternativas avaliadas para sua execução.

Os integrantes do GT discutiram o período de abrangência da auditoria e houve o consenso do período, que será de 2014 (data da última revisão tarifária) até 2021.



Definiram quesitos preliminares e a cotação por meio de orçamentos das maiores empresas de auditoria para apresentação de propostas.

O Sr. Diogo apresentou um resumo do plano de trabalho e das discussões que ocorreram em 2021 no Comitê de Repactuação da Tarifa do Transporte Público Coletivo de Belo Horizonte.

André Dantas pontuou que, antes da integração metropolitana, deve-se discutir o modelo de financiamento. Os presentes definiram que, após a apresentação do Sr. Diogo com o resumo das reuniões do Comitê, as equipes do Legislativo e do Executivo vão definir o plano de trabalho com as respectivas datas e discussões.

Diego Prosdocimi apresentou ponto a ponto das discussões e das propostas de cada uma das reuniões que ocorreram em 2021, especificamente sobre infraestrutura, política tarifária e bilhetagem eletrônica.

Foram acrescentados 4 pontos no plano de trabalho:

- 1 Modelo de financiamento
- 2 Mobilidade em grande porte
- 3 Mobilidade ativa
- 4 Questão ambiental

## **2.8. 8ª Reunião**

A 8ª Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 31 de maio de 2022 foi aberta pelo Secretário Fleury, que passou a palavra ao Sr. André Dantas, que informou que no contato com o Setra-BH, o sindicato mostrou-se favorável à realização da auditoria por meio de perícia em procedimento de produção antecipada de provas, dentro de



procedimento já em curso no Poder Judiciário. Que ainda estava aguardando o retorno do Setra sobre as condicionantes e requisitos.

Apresentou as premissas formuladas pelos integrantes do Executivo para a realização da auditoria. Caio Perona ressaltou que as premissas apresentadas têm como objetivo formar um direcionamento para o trabalho da auditoria.

O Secretário Fleury e o vereador Gabriel sugeriram que as premissas do Executivo e do Legislativo fossem lidas nesta reunião e enviadas aos integrantes do GT com o compromisso de todos enviarem as sugestões para a formulação de um documento único na próxima reunião.

André Dantas leu ponto a ponto as oito premissas sugeridas pelo Executivo. A Sra. Renata Fajardo, assessora da Vereadora Fernanda Altoé, apresentou os quesitos sugeridos pelo Legislativo e sugeriu que fossem incluídas todas as perguntas do Ministério Público de Contas em reunião do GT.

O Vereador Gabriel informou que foram indicados para compor Comitê, os Vereadores Reinaldo Gomes, Wesley e o Bruno Miranda. Informou que eventualmente quando algum vereador não puder comparecer, os assessores poderão representá-los.

Por fim, solicitou informação sobre o andamento para dos 17 itens do acordo firmado entre o Executivo, Legislativo e o Setra-BH e sobre a implantação do Comurb. O Executivo assegurou que todos os itens serão cumpridos.

## **2.9. 9ª Reunião**

No dia 07 de junho, a 9ª Reunião Ordinária foi a aberta pelo Secretário Fleury, que passou a palavra ao Sr. André Dantas, para que realizasse a apresentação de





item por item dos encaminhamentos e providências adotados pela Prefeitura de Belo Horizonte para o cumprimento dos 17 (dezesete) itens do acordo.

A vereadora Fernanda Altoé solicitou a participação de um membro do Legislativo nas reuniões preliminares que estão sendo realizadas com a empresa de auditoria. Solicitação foi aceita por Caio Perona e André Dantas.

Para demonstração dos encaminhamentos do acordo, André Dantas demonstrou que as ações judiciais foram suspensas e apresentou partes de uma minuta de decreto que pretende regulamentar o projeto o projeto de lei em análise no Legislativo.

Sobre o aumento do número das viagens, o Sr. André Dantas apresentou organograma de como será a fiscalização do cumprimento das metas e da ampliação do número de viagens realizadas pelas concessionárias.

Acerca do ponto 11 do acordo, que dispõe sobre potencializar a receita advindas da publicidade do ônibus como parte da revisão contratual, André Dantas informou que não está no decreto, mas será objeto de estudo pelo Poder Executivo.

Ficou definido que constará expressamente no decreto a não expiração dos créditos, sem ônus ao usuário.

No tocante ao Comurb, Fleury informou que ainda será agendada a primeira reunião.

Em relação a auditoria, o Executivo reafirmou o compromisso que estão sendo realizadas todas as tratativas necessárias para iniciar e conduzir o trabalho de forma célere e confiável.

O Executivo e Legislativo iniciaram discussão sobre a necessidade de deixar expressa a fiscalização do repasse aos suplementares. A vereadora Fernanda Altoé



sugeriu a elaboração de instrumento para obter o compromisso dos suplementares ao cumprimento de metas específicas para o modelo da permissão vinculando o recebimento do subsídio a um modelo de mais transparência e resposta à sociedade de melhoria na prestação do serviço a exemplo da instalação de GPS nos veículos. Fleury ressaltou que essa discussão é urgente e que o Grupo deve encontrar uma solução.

Ficou adiada a apresentação dos quesitos para a auditoria pelos integrantes do Grupo de Trabalho.

#### **2.10. 10ª Reunião**

No dia 14 de junho de 2022 foi aberta a 10ª Reunião Extraordinária pelo Secretário Fleury, que iniciou a reunião e passou a palavra à vereadora Fernanda Altoé, que questionou tanto sobre o andamento das ações judiciais quanto a realização da perícia.

Caio Perona informou que os documentos relacionados ao contrato e às auditorias anteriores foram enviados para outras empresas de auditoria de grande porte.

O Vereador Pedro Patrus solicitou urgência na análise do decreto, já que o Projeto de Lei já poderia ser votado.

André Dantas explicou brevemente alguns pontos que demonstraram que a discussão sobre os modelos de financiamento contratual é profunda e longa, portanto, deve ser definido exatamente como o grupo vai estudar a questão.

Fleury afirmou que a questão do financiamento é um dos temas mais complexos do cronograma e sugeriu que pela complexidade seja o primeiro ponto a



ser estudado. Propôs que sejam convidados especialistas para explicar cada um dos modelos existentes para subsidiar as discussões.

André Dantas de comprometeu a apresentar na próxima reunião os modelos de financiamento contratual existentes em outras cidades do mundo.

Fleury e Pedro Patrus ressaltaram que a composição do Legislativo no GT precisava ser regularizada formalmente.

Por fim, Fleury informou que a minuta do decreto será encaminhada aos membros do legislativo antes do dia 21 de junho, data da votação do projeto de lei.

#### **2.11. 11ª Reunião**

No dia 28 de junho de 2022, ocorreu a 11ª Reunião Ordinária, aberta pelo Secretário Fleury que informou o cronograma aprovado pelo GT.

O Sr. André Dantas passa a apresentar informações sobre o modelo de financiamento para o transporte público coletivo. O Secretário solicitou também o retorno dos membros do Legislativo quanto às minutas de decreto encaminhadas para análise e sugestões, o que foi feito de imediato.

André Dantas antes de iniciar a apresentação sugeriu ao grupo que fossem ouvidos especialistas no assunto, inclusive se prontificando a indicar alguns nomes. O arquivo com a apresentação que será disponibilizada para os membros do GT, explicou detalhadamente os conceitos e os modelos de financiamento atualmente existentes: autossustentável, subsidiado estatizado e suas variações que existem em todo o mundo.

Também apresentou experiências de desregulamentação do transporte, e metodologias meramente teóricas, que não foram experimentadas. Pontuou ainda que a questão fundamental em todos os modelos de financiamento é a origem dos



recursos para o custeio. André Dantas apresentou alguns estudos, ressaltando que há uma infinidade de teorias e experiências diversificadas, por exemplo a experiência de Seoul, baseada na distância que o usuário percorre e a experiência de Hong Kong, em que há uma variação da tarifa de acordo com o horário do dia.

O vereador Gabriel questionou qual dos modelos têm funcionado melhor (autossustentável, subsidiado ou estatizado).

André Dantas informou que os modelos mais utilizados são os autossustentáveis e subsidiados, mas é importante ouvir especialistas sobre o assunto e refletir o que queremos para o futuro e não apenas sobre o que tem funcionado atualmente.

Prosseguindo com modelos de financiamento, foram citados alguns exemplos do pedágio urbano pelo mundo. Disse que as referências utilizadas para a apresentação serão disponibilizadas para os membros do GT e indicou que fossem convidados membros do IPEA para uma apresentação e debate.

Todos os tópicos foram debatidos pelos membros do GT que contribuíram com seus próprios estudos e experiências.

O vereador Gabriel questionou sobre o planejamento do grupo sugerindo o início de tramitação de um projeto de lei até setembro. Fleury ressaltou que a revisão contratual não implica necessariamente em um novo projeto de lei.

O Vereador Braúlio fez considerações sobre a apresentação ressaltando que antes de tudo temos que avançar sobre a definição do modelo de financiamento desejado, que na opinião do vereador está entre o modelo autossustentável e subsidiado. Sugeriu reflexões também sobre a despesa com a otimização de vias.



O Secretário Fleury sugeriu que a discussão sobre o modelo de licenciamento, seja encerrada ainda em julho após o grupo convidar e ouvir especialistas.

Sobre as reuniões com as empresas de auditoria, André Dantas informou que tiveram uma reunião recentemente com mais uma empresa e que devem retornar no prazo de 15 dias. E na hipótese de nenhuma das grandes empresas aceitem realizar o trabalho, o grupo pode discutir nova estratégia.

Questionado pelo vereador Gabriel, André Dantas informou que o WhatsApp para o recebimento das contribuições da população para a fiscalização do serviço de ônibus está pronto, e que a transferência dos valores aprovados no projeto de lei como subsídio deverá ser efetuada em até dez dias.

## **2.12. 12ª Reunião**

No dia 12 de julho, ocorreu a 12ª Reunião Ordinária aberta pelo Superintendente André Dantas, que iniciou a reunião e comunicou que se tratava da apresentação de um convidado, especialista do Ipea, Sr. Carlos Henrique Carvalho, que participou por vídeo chamada. Antes da participação do convidado, foram feitos alguns informes: Quanto à implementação das condicionantes previstas na Lei n. 11.367/2022, que autorizou a concessão do subsídio, André informou que os decretos e portarias foram publicados no DOM de sábado, 9 de julho de 2022. O canal de comunicação via WhatsApp foi implementado e está funcionando.

Ainda, anuncia que foi assinado um termo de adesão às condições do decreto com cada um dos consórcios. Também, que as ações judiciais que estão previstas no acordo foram suspensas. Quanto às empresas de auditoria, informou que aguarda o retorno de duas empresas que enviarão a proposta até o dia 15 de julho.

André Dantas também informou que no período noturno foram cumpridas as viagens programadas, com alguns problemas em estações específicas, mas que





foram acompanhados pelas equipes técnicas e operacionais da Prefeitura escaladas para monitorar o serviço de transporte público, que em última medida fiscalizaram o cumprimento do novo quadro de horário proposto.

Caio Perona complementou que o termo de adesão aos requisitos do decreto e portaria se trata de uma segurança jurídica extra, e que foi assinado pelos quatro consórcios de empresas de ônibus e pelo consórcio operacional.

O palestrante Carlos Henrique Carvalho agradeceu o convite e iniciou a apresentação detalhando por meio de gráficos e dados os problemas estruturais do sistema de transporte público que advém da utilização da tarifa como principal fonte de custeio do transporte. O foco da apresentação foi na justiça social com compartilhamento do financiamento do modelo e compensação das externalidades geradas; criação de receita extra tarifária focada na progressividade do pagamento (quem tem mais paga mais), pigouviano (quem polui mais paga mais) e aumento da base de custeio com tributos generalistas.

Ao final da apresentação, André Dantas abriu o espaço para dúvidas dos integrantes do GT. A vereadora Fernanda Altoé solicitou a palavra e fez questionamentos sobre o aumento de impostos, além da análise de quem faz o pagamento real das tarifas, considerando que muitos empregadores é que fazem esse pagamento, qual a abrangência do estudo quanto aos pagamentos reais pelos usuários, impossibilidade de vinculação de imposto (necessidade de emendas constitucionais) e surgimento dos carros elétricos no impacto da poluição), que foram respondidos.

André Dantas solicitou ao palestrante a divulgação da apresentação aos membros do grupo, que foi atendido.



Após a apresentação, o vereador Gabriel pontuou que, pelo que ele tem estudado, o formato de financiamento progressivo, com a participação de todos é uma proposta que deve ser bem avaliada pelo grupo e já adianta que o seu posicionamento atual é a materialização de um modelo de subsídio permanente, mas ainda é necessário estudar a origem dos recursos. Dessa forma, sugere que o grupo comece a apresentar algumas propostas indicando a origem desse recurso.

O Secretário Fleury pontuou que, após a apresentação de hoje, fica ainda mais claro que a discussão deve ser mais ampla do que apenas o âmbito municipal. A discussão deve envolver principalmente a região metropolitana e o Estado.

O vereador Gabriel sugeriu que, no prazo de um mês, os membros do Executivo, principalmente o Superintendente André e o Secretário Fleury apresentassem os dados e o cumprimento das condicionantes aos demais vereadores na Câmara Municipal, o que foi aceito por ambos.

## **2.13. 13ª Reunião**

A 13ª Reunião ocorreu no dia 16 de agosto de 2022, aberta pelo Sr. André Dantas iniciou a reunião e cumprimentou o convidado Adriano, que vai participar por videochamada e apresentar alguns estudos sobre modalidades de financiamento do transporte público.

Adriano Paranaíba é economista e doutor em economia dos transportes. Atualmente é pesquisador visitante do Ipea e é professor efetivo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás na disciplina economia dos transportes.

O palestrante iniciou a apresentação detalhando os principais problemas das grandes cidades (congestionamento, poluição, segurança e habitação). Esses problemas na visão do palestrante, são todos advindos das configurações das cidades, como ocupamos e gerenciamos o espaço urbano. Com dados do transporte



público de Goiás, demonstrou que, com o passar dos anos, o número de passageiros está reduzindo, mas a distância percorrida pelas linhas do transporte público tem aumentado e o número de veículos também.

A conclusão imediata é que os usuários do transporte coletivo estão morando cada vez mais distante dos locais mais adensados da cidade. Como possíveis soluções apresentou a possibilidade da utilização do transporte público suplementar; a micro-mobilidade, que tem o objetivo de aumentar a capilarização do sistema (integração e suplementação do sistema); integração entre modalidades de transporte (ruas sem carro, ciclovias e transportes públicos integrados).

Passando para a discussão da sustentabilidade financeira do transporte, o palestrante, após trazer dados detalhados, afirma que, na sua opinião pessoal, o financiamento pelo subsídio e pelo financiamento apenas pela tarifa não são sustentáveis. Cita as receitas extra tarifárias, e como exemplo utiliza Hong Kong no qual todas as estações são autossustentadas. O sistema de Hong Kong utilizou a especulação imobiliária como forma de trazer contrapartidas ao sistema.

O palestrante agradeceu a atenção e finalizou a apresentação. André Dantas abriu para perguntas dos presentes.

A vereadora Fernanda Altoé solicitou a disponibilização da apresentação e, em seguida, fez dois questionamentos (1) como incluir as receitas complementares, se essa possibilidade entra na licitação da própria mobilidade ou se seriam licitações complementares; e (2) o ônibus tem o horário de funcionamento que abarcam tanto horários de pico quanto horários mais vazios e perguntou se é viável utilizar os horários mais vazios para outras finalidades, por exemplo transporte escolar.

Quanto à segunda pergunta, o palestrante informou que acha complexo, já que o próprio uso do sistema que determina os horários de pico, por exemplo o horário



escolar é um dos horários de pico. Na visão dele, a solução é de longo prazo ao rever o uso do solo, pensar em linhas inteligentes.

André Dantas perguntou sobre a utilização das receitas extra tarifárias no Brasil, que na visão dele ainda é feita de forma tímida e a maioria dos nossos exemplos são internacionais. O palestrante informa que até então, os próprios contratos proibiam a obtenção de outras receitas por acreditar que as empresas poderiam desviar do objetivo principal. O desenho da receita extra tarifária tem que ser feito no próprio contrato, se o poder público que deve criar essas receitas ou se as próprias empresas deveriam criar essas receitas.

O vereador Bráulio Lara explicou sobre o trabalho realizado na Câmara Municipal em grupo de discussão sobre a mobilidade urbana onde uma das discussões é sobre separar a bilhetagem do pagamento da prestação do serviço. Sobre o assunto, pediu a opinião do palestrante. O professor Adriano informou que não é possível falar se é bom ou ruim sem a disponibilização dos dados do transporte. Apenas com a gestão da informação, aberta ao público, é possível que as empresas procurem o poder público para a prestação do serviço.

Após essa consideração do palestrante, a vereadora Fernanda Altoé informou que seu PL sobre dados abertos, pautado em segundo turno para o dia 01/09/22, inspirado no projeto de Santa Catarina, será muito importante justamente para ter essas informações em base aberta de dados para a melhoria do sistema de mobilidade urbana no Município e outros setores.

O vereador Bráulio Lara questionou sobre a possibilidade de remuneração dos prestadores de serviço pelo km rodado. O palestrante vê com receio essa possibilidade, pois a consequência pode ser valorizar muito o dado da distância percorrida em detrimento de outros dados também relevantes.



O vereador Bráulio questionou sobre a possibilidade de se criar contratos mais flexíveis e abertos. O palestrante entende que devem ser pensados contratos de transição, que não flexibilizem o que vem sendo feito hoje, mas que criem possibilidade do contratante, o próprio concessionário, oferecer serviços por demanda. Adriano entende que a possibilidade de se oferecer serviços por demanda é um caminho para gerar informações para o sistema e, a partir daí, rever o contrato.

André Dantas fez algumas considerações sobre o sistema atual que temos em Belo Horizonte, no qual coexistem o sistema de transporte público complementar e o suplementar. Considerou que o transporte por demanda de Goiânia deve ser observado de perto. Feitas essas considerações, André agradeceu ao palestrante pela importante contribuição.

O Secretário Fleury informou que, quanto as auditorias, as empresas vão apresentar as propostas em juízo.

André Dantas pontuou que a apresentação foi muito importante, principalmente por conectar o problema às políticas de ocupação urbana. Mas diante da nossa urgência, o foco deve ser no modelo de financiamento.

Um ponto comum entre as apresentações até o momento, é a possibilidade de receitas extra tarifárias. A vereadora Fernanda propõe convidar os empresários para a próxima reunião.

#### **2.14. 14ª Reunião**

No dia 30 de agosto, o Secretário Fleury iniciou a 14ª Reunião Ordinária e passou a palavra ao Superintendente André Dantas. André informou que foram convidados para a presente reunião o Sr. Raul Licurgo e Célia Maceira, representantes do Setra-BH.





O vereador Gabriel convidou para participar el a reunião o Sr. Matheus Daniel representante dos bares e restaurantes para discutir. Eduardo Muñoz é representante da Bravo Motor Company que tem como objetivo auxiliar o poder público e privado na descarbonização e melhoria do transporte público por meio dos veículos elétricos.

A vereadora Fernanda expôs que no caso da publicidade nos ônibus e a possibilidade de alterações contratuais a qualquer momento, solicitou que os representantes do Setra conversassem livremente sobre esses pontos.

O Sr. Raul Licurgo iniciou informando que com o início do subsídio já há uma melhora significativa no transporte público com a ampliação do número de viagens. Pontuou que há alguns problemas, mas diariamente são feitas reuniões com a Sumob e BHTrans que visam o ajuste para eficiência do serviço na medida do possível. Informou que trabalham hoje com uma frota antiga que demanda mais manutenção, o que não é desejado. Detalhou alguns dados, como a redução dos fornecedores e a ausência da aplicação da fórmula paramétrica que levou a situação atual dos veículos. Sobre o contrato informou que os contratos de concessão do transporte público são de longo prazo justamente para possibilitar a amortização do investimento. Informou que o financiamento tarifário realmente deve ser discutido, pois é um modelo em desuso. Detalhou os gastos do transporte público, citando o ISSQN e CGO podem voltar a ser cobrados, e que a discussão da nova modelagem do contrato deve passar pela discussão da desoneração do transporte. Informou que a bilhetagem eletrônica fornece dados importantes para o sistema e que a possibilidade de abolir o dinheiro em espécie no sistema público traria inúmeros benefícios.

Quanto ao uso exclusivo da bilhetagem eletrônica, o vereador Gabriel questionou o que deve ser feito e qual o benefício imediato. O Sr. Raul Licurgo informou que não há nenhuma vedação e que atualmente 70% dos usuários utilizam o vale-transporte, 82% utilizam o cartão usuário e 18% dinheiro.



O vereador Gabriel questionou se ao abolir o dinheiro, diminuirá o número de usuários do transporte de ônibus. O Sr. Raul Licurgo i informou que não, em razão do aplicativo e que a proibição do uso do dinheiro não demanda alteração contratual e poderia ser por portaria.

O Secretário André informou que, no país quando se tentou implantar medidas semelhantes. o Ministério Público vetou por considerar a medida restritiva. Mas ao mesmo tempo, pontuou que atualmente a recarga pode ser facilitada em razão do PIX, o que reduz a restrição indicada pelo Ministério Público em situações anteriores. O Sr. Eduardo Muñoz pontuou que tecnologicamente não existe problema para a implantação da bilhetagem exclusivamente eletrônica. Caio Perona corroborou com o entendimento, mas disse que atualmente não é possível. O Sr. Raul informou que a questão é de simples implementação.

Quanto a este ponto, o Secretário Fleury informou que o Executivo e o Setra vão estudar as medidas tecnológicas necessárias para não impedir a utilização de nenhum usuário do transporte coletivo com a nova medida implantada.

O Sr. Raul trouxe a questão quanto a remuneração do contrato, que atualmente o transporte é remunerado por passageiro e não por quilometragem. Esse ponto, André Dantas informou que não é uma alteração simples, pois gera uma discrepância grande entre o que se pode pagar, a receita, e o real custo do sistema, quanto a esse ponto citou o exemplo de Londres, onde esse modelo é aplicado, e que atualmente está colapsando.

Sobre receitas extra tarifárias. Raul detalhou alguns exemplos de prejuízo do sistema, por exemplo, ao suprir demandas de eventos específicos com os jogos de futebol. Questionado, Fleury informou que será apresentado estudo sobre a mobilidade em dias de grandes eventos. Ao ser questionado pela possibilidade de



obter receita por meio de publicidade, Raul já adiantou que a receita é muito pequena frente ao custo do sistema.

Sobre pesquisa realizada com os funcionários dos bares e restaurantes, Matheus informou que 61 % dependem do transporte público de Belo Horizonte e o restante do transporte metropolitano. 82% relataram problemas com o transporte. Sobre o transporte noturno, principalmente nos finais de semana, relatou que o transporte tem horário muito distantes.

André Dantas solicitou os dados das linhas que o Sr. Matheus citou como exemplo de demora entre os horários disponíveis. O vereador Gabriel solicitou que o Sr. Matheus orientasse que os funcionários apresentassem as reclamações direto no canal do WhatsApp, pois os dados da pesquisa trazidos na reunião não são úteis no momento atual, após a concessão do subsídio e retomada de inúmeras linhas noturnas.

Após as considerações da Abrasel, passaram a palavra ao Sr. Eduardo Muñoz. A questão da frota antiga e o tamanho dos veículos são questões fundamentais, pois elevam o custo do sistema. Portanto, a integração entre vans e outros tipos de veículos deve ser pensado. Entende que é necessário criar sistemas diferenciados e que reduzem a utilização do carro privado.

## **2.15. 15ª Reunião**

No dia 06 de setembro, foi aberta a 15ª Reunião Ordinária pelo Sr. André Dantas que informou sobre o recebimento de dois ofícios. A resposta destes ofícios, com informações sobre o repasse dos recursos, foi entregue aos vereadores presentes. ressaltando sobre o sigilo das informações.

André solicitou que Raul Licurgo, apresentasse os detalhes levantados pelo SetraBH sobre a bilhetagem exclusivamente eletrônica, ponto que começou a ser



tratado na última reunião. Raul Licurgo enumerou detalhadamente os pontos que o Setra considera favoráveis à proposta como: segurança e saúde pública, embarque rápido, fim de funções desnecessárias e retirada de custos do transporte. Informou sobre a Lei Municipal n. 8.224/2001, que autorizou a implantação da bilhetagem eletrônica e incluiu a função do agente de bordo em substituição dos cobradores, essa lei precisaria ser alterada para a implementação da proposta.

O vereador Pedro Patrus questionou sobre a quantidade de cobradores atualmente existentes nos ônibus. Raul Licurgo informou que não há mais cobradores dentro dos ônibus, os funcionários foram realocados em outras atividades e outros estão como agente de bordo nas estações.

Pedro questionou se o fim do dinheiro a bordo não acarretaria nenhuma demissão. Raul Licurgo confirmou que não vai acarretar nenhuma demissão e informou que o fim do dinheiro a bordo tem sido um processo que vem ocorrendo em fases e que, na visão do Setra, só traz benefícios, facilita o embarque e traz o maior controle de dados.

Representantes do Setra trouxeram informações detalhadas sobre o funcionamento atual do aplicativo, que atualmente precisa do cartão. Mas está em desenvolvimento um aplicativo que não precisa do cartão, há uma carteira digital com geração do QRCode.

Pedro Patrus questionou se o fim do dinheiro a bordo traz impacto no valor da passagem. Raul informou que atualmente já não há esse custo, mas o impacto da bilhetagem eletrônica poderá ser visto na revisão tarifária. André entende que o maior ganho seria a redução do tempo da viagem, ou seja, a qualidade da prestação do serviço.



Os membros do GT questionaram sobre aprimorar as formas de pagamento, por exemplo, pagar diretamente com o cartão de crédito ou reconhecimento fácil no caso de gratuidades. O Setra informou que atualmente, com os validadores existentes, ainda não é possível.

Após o informe, trouxe as informações que ficaram a cargo do Legislativo para a implementação da bilhetagem eletrônica. O legislativo relacionou a legislação que impediria esse passo. Ressaltou a existência da Lei Municipal n. 10.526/2012, que exige a presença de agente de bordo e, no entendimento do vereador Gabriel, precisa ser revogada. O vereador ressaltou que o projeto de lei deve ser de iniciativa do Executivo. Detalhou os benefícios trazidos pelo fim do dinheiro e finalizou questionando sobre o que precisa ser feito pelo Executivo.

André informou que o Executivo também analisou os dados e impactos do processo, e o mais importante nesse momento é a elaboração de um plano de transição que tenha o menor impacto social. O vereador Gabriel solicitou a definição de prazo para a tomada da decisão.

Raul Licurgo apresentou detalhes das informações levantadas pelo Setra, com detalhes das linhas que atualmente mais utilizam o pagamento em dinheiro. A maior parte das linhas que utilizam o dinheiro a bordo com predominância são linhas que a tarifa é R\$1.00, que normalmente, é simples de ter o dinheiro trocado, facilitando o pagamento. Nesse sentido, a proposta é que essas linhas sejam as últimas do processo. Em grande parte das linhas a utilização do dinheiro está em torno de 4% dos usuários.

A vereadora Fernanda Altoé questionou se o SetraBH consegue apurar qual seria a economia para o sistema com a retirada do dinheiro. Questionou se, com a economia em curto prazo, seria possível o investimento na melhoria do sistema de cobrança eletrônica.





Fleury informou que a proposta de alteração dos atos normativos necessários para a implantação gradual do fim do dinheiro a bordo será levada para apreciação do Prefeito.

O SetraBH, por meio do seu representante. Raul Licurgo se compromete a apresentar todos os estudos para a implementação gradual da bilhetagem exclusivamente eletrônica e ampliação das formas de pagamento, de forma a não restringir o acesso dos usuários.

A Vereadora Fernanda destacou a audiência pública sobre o tema de transportes em eventos e propôs o estudo sobre o uso de ônibus previamente ajustados para linhas específicas e mais rápidas até o evento, ainda que com valores diferenciados, como já existiu na cidade.

O GT passou para a discussão do próximo ponto, sobre auditoria. A vereadora Fernanda Altoé pediu explicações sobre as reuniões realizadas com as grandes empresas de renome.

Caio Perona explicou detalhadamente como foi realizado o contato, a solicitação da perícia judicial e a decisão do juiz sobre a escolha direta de uma única empresa.

Caio explicou que a Prefeitura apresentou Embargos de Declaração, solicitando que fossem nomeadas as quatro empresas de maior renome, para apresentação de propostas.

O vereador Gabriel questionou o motivo dos Embargos, Caio esclareceu que o ideal é a apresentação de proposta das quatro empresas e que esse foi o primeiro pedido realizado judicialmente.



A vereadora Fernanda questionou se não haveria impedimento da empresa escolhida para atuar como perita, considerando que já atuou como auditora, em duas oportunidades, não seria impedida.

## **2.16. 16ª Reunião**

No dia 13 de setembro de 2022, foi realizada a 17ª reunião do Grupo de Trabalho. André Dantas iniciou a reunião e apresentou o primeiro convidado e palestrante, Professor Joaquim Aragão, especialista em engenharia dos transportes e professor da Universidade de Brasília.

O Professor iniciou a apresentação detalhando a dificuldade em saber como investir na infraestrutura de transporte urbano, destacou as diferentes formas de investimento possíveis as quais normalmente se deparam com o problema de quanto maior o investimento, maior o custo. Ressaltou que as ideias de investimento devem sempre ter em vista o retorno fiscal.

Como caso de engenharia territorial, apresentou o exemplo do metrô do Distrito Federal. Inicialmente a obra foi financiada mediante venda de terrenos e orçamento federal. O projeto não foi concluído, ficou insolvente. Entretanto o metrô foi construído conjuntamente com duas cidades, cujos recursos gerados por pessoas físicas e jurídicas poderiam ter auxiliado na conclusão da obra caso o projeto tivesse sido pensado de forma conjunta.

O palestrante apresentou brevemente o programa Metrolândia do DF, que tem como objetivo programar um sistema articulado de investimentos (polos de investimento) ao longo da linha do Metrô-DF, visando a sustentabilidade financeira da operação. Ressaltou que shoppings, espaços para escritórios e flats, não garantem sozinhos o sucesso dos polos, pois estão sujeitos a flutuações do mercado. Deve-se aliar negócios tradicionais a vocações específicas de saúde, cultura, lazer, etc.



O Professor Joaquim Aragão detalhou o projeto Metrô-BH, conforme apresentação que será anexada à presente ata. Finalizou a apresentação e abriu o espaço para discussão.

André Dantas questionou quais alterações legislativas seriam necessárias para implementar uma nova abordagem quanto às fontes de financiamento do transporte público. O Professor informou que a maior dificuldade é a necessidade de compreender qual tipo de relação o poder público quer com o setor privado.

A vereadora Fernanda elogiou a apresentação e pontuou que, pelo que ela viu, as alterações não passam pelo legislativo, pois são questões de uso e ocupação do solo, e questionou se, além de Brasília, há outros modelos que podem ser estudados pelo Grupo. O professor comentou que no Brasil, há modelos de operações urbanas consorciadas, são as únicas experiências que ele tem conhecimento. O professor ressaltou que o Legislativo tem um papel fundamental e que a cooperação com o Executivo é essencial.

André Dantas agradeceu a participação do Professor.

Fernanda Altoé informou que a Câmara fez o estudo de toda legislação que precisa ser alterada para a implantação da bilhetagem eletrônica e que o estudo será enviado o grupo.

Fleury informou que o Executivo está de acordo com a alteração dos atos normativos necessários para implantação gradual da bilhetagem eletrônica, desde que, inicialmente ainda seja permitido o pagamento em dinheiro. Destacou que o fundamental é garantir que os trabalhadores que atualmente trabalham como agentes de bordo não percam o emprego.

Os membros do GT, em consenso, definiram que é necessário elaborar um cronograma para apresentação dos projetos de lei e decretos.



Após os informes, Eduardo Muñoz iniciou a sua apresentação sobre a eletrificação dos veículos. Informou que estão implantando um complexo industrial de bateria para carros elétricos em Nova Lima. Apresentou a EVShare e informou que o problema de mobilidade é comum na maioria dos lugares do mundo. Destacou que descarbonizar as cidades tem sido um foco, entendendo que este é um dos principais problemas atuais. Detalhou os impactos sociais decorrentes de um sistema de mobilidade urbana pouco eficaz e que acaba priorizando o transporte individual. Destacou que a mudança no sistema, quando bem pensada, não reduz emprego e pode gerar mais empregos.

Sobre os ônibus elétricos, Eduardo Muñoz demonstrou em sua apresentação os dados sobre custos e durabilidade, comparados com o motor a diesel, para demonstrar a viabilidade da implantação. Quanto ao custo para implantação, apresentou o exemplo de Curitiba que estabeleceu uma parceria com o BNDES para a implantação de ônibus elétricos, portanto, entende que é necessário um bom projeto para acessar os recursos disponíveis.

Eduardo Muñoz ressaltou a importância da bilhetagem eletrônica como forma de atrair investimento. Em sua apresentação também constaram dados sobre a geração, distribuição e armazenamento de energia e a necessidade de pensar essa questão de forma integrada à implantação de ônibus elétrico. Destacou a necessidade de desenvolvimento de redes integradas de mobilidade.

Explicou sobre a questão financeira da nova mobilidade. Detalhou que o sistema financeiro deve ser transparente de forma a facilitar a atração de investidores ou o acesso à linhas de financiamento. Como exemplo, apresentou a possibilidade de um único sistema de pagamento para ônibus e táxis. Esse sistema único também seria responsável pelo pagamento dos custos do transporte, de forma que qualquer pessoa poderia acessar.



Detalhou que quando se inclui no sistema de transporte um veículo elétrico, se gera o crédito de carbono. Esse crédito é também um retorno àquele que escolheu o veículo elétrico.

Eduardo finalizou a apresentação e informou que será compartilhada com os demais. O vereador Gabriel comentou que a partir da apresentação do Eduardo, ele entende que temos duas possíveis metas que são a troca da frota e a integração metropolitana.

A vereadora Fernanda Altoé questionou se há dados quanto a economia gerada pelos carros elétricos e o que é feito com a bateria após o prazo de 11 anos. Eduardo comentou que ela ainda dura mais 20 anos em galpões de armazenagem e depois 90% é possível de reciclagem.

André Dantas elogiou a apresentação e passou a palavra ao Raul Lycurgo para apresentar o projeto do Setra para a implantação gradual da bilhetagem exclusivamente eletrônica no transporte público.

O projeto seria estruturado em três fases. A primeira fase contemplaria as linhas que estão com menor circulação de dinheiro em espécie e haveria a divulgação da informação sobre a não circulação de dinheiro nestas linhas.

Há a previsão de ação com os agentes nas estações incentivando o uso do aplicativo do BHBus e distribuição grátis do primeiro cartão. Serão realizadas campanhas de divulgação em mídias on line, com tutorial de como utilizar o BHBus, cartazes no ônibus, Backbus nas linhas e regiões específicas.

A segunda fase é trabalhar com cerca de 40% das linhas, que ainda estão com maior circulação de dinheiro. Nessa fase haverá a implantação da funcionalidade no aplicativo para pagamento por meio de QRCode, mas o QRCode não dará direito à integração.





A terceira fase é trabalhar com capilaridade, nas linhas que tem maior utilização de dinheiro. Nessa fase há a implantação dos pontos de venda, ATMs em pontos estratégicos e promotores (transfácil nas ruas) para incentivar ainda mais o uso do app.

André Dantas ressaltou a necessidade de correta divulgação para a implantação da fase 1 e, após agradecer a presença do Raul Lycurgo, finalizou a reunião.

## **2.17. 17ª Reunião**

A Reunião foi aberta pelo Vereador Pedro Patrus, com a comunicação de que a reunião seria destinada a nova prestação de contas pelo GT. O Senhor André Soares Dantas procedeu a prestação de contas e informou que todos os recursos destinados ao transporte público estão sendo controlados de forma rigorosa e transparente. Ainda, informou que a apresentação seria um complemento da feita na reunião de prestação de contas e que o relatório completo estaria disponibilizado no Site da Superintendência de Mobilidade.

Estavam presentes os Vereadores Marcos Crispim, Claudio do Mundo e Braúlio Lara, que fizeram questionamentos sobre a apresentação da prestação de contas, e as demandas foram respondidas pelo Senhor André Soares Dantas.

O Vereador Gabriel apontou que houve avanço desde a última reunião e questionou a falta de resposta de alguns ofícios enviados. O Vereador afirmou também que se até 2023 a repactuação dos contratos não for feita a anulação dos contratos pelo Ministério Público passa a ser uma alternativa.

A Vereadora Fernanda Pereira Altoé questionou a falta de compartilhamento de informações no grupo de trabalho e apresentou questionamentos ao senhor André, que foram respondidos. O Vereador Pedro Patrus fez algumas considerações e



questionamentos. Os Vereadores lamentaram a ausência do secretário Municipal de Política Urbana e de representante da Procuradoria do Município.

## **2.18. 18ª Reunião**

André Dantas iniciou a reunião e apresentou a convidada Maria do Socorro Pirâmides.

A Sra. Maria do Socorro iniciou a apresentação detalhando dados que constam em um estudo realizado sobre a priorização do transporte coletivo, conforme o documento anexo. Apresentou dados sobre a média de pessoas transportadas em veículo particular e a média da utilização do transporte coletivo e como o impacto nas vias urbanas é menor com a utilização do serviço de transporte público.

Demonstrou que na pesquisa realizada foi estudado a circulação, operação dos pontos de ônibus; interseções com semáforos; circulação de pedestres e usuários do transporte coletivo e regulamentação da faixa de estacionamento.

Sobre as vias estudadas, informou que foram objeto de análise 71km de vias, que resultaram em 80km de projetos prontos para serem implantados e que não influenciariam na circulação dos veículos particulares. O projeto apresenta proposta de faixas exclusivas em horários específicos, abarcando o pico da manhã e o pico da tarde.

Informou que os projetos estão localizados em todas as regionais, com exceção da regional Barreiro que possui um projeto específico de BRT. Foram apresentados dados sobre o tratamento de calçadas. Informou sobre parte do projeto que já foi implantado e parte que está em implantação. As etapas já iniciadas têm previsão de finalização no final de outubro. A apresentação também trouxe dados sobre o ganho de velocidade com a implantação das faixas exclusivas. Uma das prioridades de implantação do projeto é a região da Avenida Afonso Pena.



Trouxe dados sobre implantação e modificação das ciclovias, o projeto de implantação de ciclovias tem como objetivo interligar trechos já existentes. Há ainda o tratamento das interseções, com o objetivo de constar também orientações aos pedestres.

Maria do Socorro passou por todos os projetos, demonstrando as vias e as alterações que constam no projeto.

A 2a etapa de implantação é a Avenida Afonso Pena, incluindo ciclovia da Avenida Rio Branco até a Praça da Bandeira. Passou ponto a ponto as interseções da Afonso Pena, demonstrando as intervenções que serão realizadas, inclusive para prevenir os atropelamentos, que possuem taxas elevadas na região. O projeto da Afonso Pena também inclui um projeto paisagístico com o plantio de novas árvores.

Com a implantação do projeto, os resultados esperados são: redução do tempo de viagem; menor tempo de espera; pontos de ônibus menos cheios; melhoria na pontualidade em relação ao quadro de horários; redução de custos operacionais; redução de emissão de gás carbônico, gases efeito estufa e poluentes locais.

Durante a apresentação os membros presentes, os vereadores Fernanda Pereira Altoé, Gabriel Azevedo, Pedro Patrus e Bráulio Lara, fizeram diversas colocações e questionamentos. O Superintendente André Dantas pontuou que sempre que são apresentados projetos de alteração das vias para implantação de ciclovias e faixas exclusivas há a preocupação com a piora do tráfego, principalmente para os carros. Mas na prática o que se verifica é uma melhora e maior fluidez para todos, incluindo os veículos particulares.

Os dados completos da apresentação, incluindo os dados do projeto de priorização do transporte coletivo, constam na apresentação que será anexada à ata.



André Dantas agradeceu a apresentação e passou para o próximo assunto da pauta. Conforme discutido em reuniões anteriores, foi distribuído aos presentes minuta de projeto de lei que possibilita a implementação da bilhetagem exclusivamente eletrônica. O assunto foi discutido e os vereadores recomendaram que, por se tratar de assunto técnico e para que não se alongue muito a discussão, o projeto de lei seja enviado para a Câmara na próxima semana.

Os vereadores demonstraram descontentamento com a ausência dos demais membros do GT, sobretudo, do Secretário Fleury e do Procurador do Município Caio Perona nos encontros recentes. Ressaltaram que a presença de ambos é importante para o prosseguimento das discussões.

André, por fim, destacou a importância da próxima reunião, na qual teremos a apresentação do convidado Fernando Portella sobre integração tarifária.

#### **2.19.19ª Reunião**

André Dantas iniciou a reunião apresentando o convidado Márcio D'Agosto, professor associado do Programa de Engenharia de Transporte da COPPE/UFRJ. O tema abordado foi “Tecnologias para Propulsão do Transporte Coletivo Urbano”.

André Dantas mencionou o interesse do Prefeito em convidar os(as) Vereadores(as) que fazem parte deste grupo para uma reunião na próxima semana, conforme pedido realizado pelos mesmos no encontro anterior do GT. Os vereadores solicitaram que a reunião aconteça antes do recesso do plenário.

André Dantas também esclareceu que os Requerimentos de Comissão estão sendo respondidos com maior celeridade pela Sumob. Os representantes do legislativo, presentes na reunião, novamente manifestaram descontentamento com a ausência dos representantes da Secretaria Municipal de Política Urbana e da Procuradoria do Município.



Antes da apresentação, o Vereador Gabriel perguntou ao Professor Márcio D'Agosto se ele tinha conhecimento do relatório da CPI da "Caixa Preta da BHTrans" e de que o contrato de concessão do transporte coletivo por ônibus de Belo Horizonte é resultado de um cartel.

O professor respondeu que não tinha conhecimento do relatório da CPI e sobre o citado cartel das empresas em Belo Horizonte. O professor Márcio D'Agosto iniciou a apresentação, e o arquivo contendo todos os detalhes que será anexado a presente ata. Apresentou a importância e o desafio da transição energética e tecnologia. Demonstrou a evolução da idade da frota, a importância da qualificação do transporte e da transição energética e tecnológica.

Após comentários do Superintendente André e do Vereador Bráulio Lara, sobre a atração de novos usuários para o transporte coletivo, o convidado ressaltou que as medidas para dar preferência ao transporte coletivo por ônibus nas vias são necessárias e podem atrair novos usuários, repartindo a fatia de usuários de automóvel privado e transporte coletivo.

Continuando a apresentação, o Convidado esclareceu que nem todas as fabricantes/montadoras que operam com ônibus convencionais no Brasil possuem veículo elétrico/híbrido. Finalizada a apresentação pelo convidado, o Superintendente André Dantas agradeceu ao convidado e abriu para perguntas.

O Vereador Bráulio agradeceu a apresentação do convidado e disse que foi instigadora. Ainda, ressaltou que um dos primeiros desafios é a matriz energética e que as mudanças já estão acontecendo, mas ainda sem investimento. Acrescentando, o vereador perguntou qual é a visão do convidado sobre o transporte por propulsão magnética.





O Professor Márcio D'Agosto esclareceu que o “maglev” tem muitos desafios para a implantação no meio urbano. A proposição inicial seria substituir o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, porém, desconhece, por exemplo, qual é a capacidade efetiva deste sistema e quantos passageiros podem ser transportados.

O vereador Bráulio perguntou ao convidado como está a integração das matrizes solares para uso no sistema, tendo o professor Márcio D'Agosto esclarecido que existem algumas iniciativas no transporte de carga, como a instalação de painéis fotovoltaicos nos galpões para abastecer os caminhões elétricos. Que ainda não é algo significativo, levando em consideração o tamanho do transporte de carga por caminhões que circulam no Brasil e que não sabe afirmar se existe alguma ação sendo tomada a nível nacional.

O Superintendente André Dantas questionou ao convidado se uma garagem de ônibus, coberta por painéis fotovoltaicos, poderia abastecer 100 ônibus, tendo ele respondido que não é possível abastecer os veículos com a energia gerada através dos painéis.

A Vereadora Fernanda Altoé perguntou ao convidado o que seria preciso para ter uma frota de ônibus elétricos, tendo ele acrescentado que com a tecnologia que existe hoje, seria possível, no máximo, abastecer com energia elétrica 10% da frota existente em Belo Horizonte. Complementou informando que seria necessário um estudo para avaliar qual seria o consumo destes veículos, levando em consideração, por exemplo: distância, trajeto, topografia, trânsito, entre outros.

O Vereador Bráulio Lara ressaltou que 1/3 do ganho energético poderá vir do trabalho de otimização do sistema e que saber medir o ganho pode dar embasamento para sustentar o projeto.

Os presentes agradeceram a presença do convidado.



A Vereadora Fernanda destaca que soluções mais simples podem ser implantadas para melhoria do sistema. Os membros enfatizaram a importância da conscientização de todos para melhoria da mobilidade e destacaram a necessidade de avançar no combate a evasão nas viagens.

Vereador Bráulio apontou a dificuldade de integração tarifária e de modais. Ressaltou a necessidade de revisão do sistema, onde existem linhas periféricas mais sobrecarregadas.

O Superintendente André mencionou uma pesquisa realizada a nível nacional, que esclarece as principais necessidades dos usuários do transporte coletivo. Salientou que em primeiro lugar vem o preço da passagem, em segundo a confiabilidade do sistema e em terceiro o conforto.

André Dantas agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

## **2.20.20ª Reunião**

André Dantas iniciou a reunião apresentando a minuta de projeto de lei para regulamentar a bilhetagem eletrônica. O vereador Gabriel sugeriu que o projeto fosse lido na reunião para que fosse possível votar ainda em dezembro.

André Dantas realizou a leitura da minuta na íntegra. O documento apresentado e lido em reunião será anexado à presente ata. Foram realizadas várias observações por todos os integrantes, notadamente quanto à utilização do cartão como principal forma de pagamento. O vereador Gabriel entende que a redação dá prioridade ao cartão e deixa outras mídias, como NFC, em segundo plano.

O vereador Gabriel sugeriu incluir dispositivo para possibilitar que o usuário do transporte público adquira créditos diretamente com o cartão de crédito e débito. André Dantas demonstrou preocupação com as implicações quanto ao repasse desse



custo. O vereador ressaltou que, ao facilitar o pagamento da tarifa, a consequência direta é a possibilidade de voltar com a classe média e alta ao transporte público. A redação do art. 4º da minuta foi revista conforme sugestões apresentadas na reunião.

André Dantas, apesar de reconhecer a necessidade de avançar com a utilização das mídias que foram sugeridas pelo vereador Gabriel para inclusão no PL (cartão de crédito e débito com NFC e bilhetes de utilização única), demonstrou desconforto com a obrigação pelo fato de ainda não ter como prever o impacto da implantação, quanto aos custos e integração com outros sistemas.

André informou que a sugestão será avaliada e apresentada ao Prefeito. Os vereadores solicitaram que fossem informados da versão final antes do envio à Câmara.

Passou-se ao segundo ponto da reunião que é quanto ao modelo de financiamento apresentado na reunião passada. O vereador Gabriel informou que conversaram, e entendem que é um caminho, mas não ficou claro como será feito. Caso seja necessário projeto de lei, solicitou que fosse redigido e apresentado ao grupo.

Questionou sobre a origem dos recursos, com indicação da dotação orçamentária. André informou que, nesta reunião, espera uma confirmação dos vereadores participantes quanto à proposta de financiamento apresentado para continuar detalhando os próximos passos. Gabriel informou que os membros do GT gostaram da proposta e entendem que um modelo híbrido atende ao contexto atual, ressaltando que não haverá consenso na Câmara. André firmou o compromisso de desenvolver uma minuta para discussão na próxima reunião.

André Dantas também informou que irá apresentar o projeto de faixas exclusivas na próxima reunião.



O vereador Gabriel agradeceu a presença do Hércules e solicitou, a pedido da vereadora Fernanda, uma reunião com o Procurador. Gabriel questionou sobre o andamento dos processos administrativos punitivos (PAP n. 01 e PAP n. 02) que foram abertos na BHTrans, um questionando a auditoria da Maciel e outro questionando o processo licitatório dos consórcios. Dr. Hércules narrou o andamento dos dois casos, um está na Controladoria e o outro foi encaminhado para a Sumob para esclarecimento de questões técnicas. Dr. Hércules informou que trará as informações na próxima reunião.

### **2.21.21ª Reunião**

Vereador Gabriel abriu a reunião registrando a presença dos Vereadores Pedro Patrus, Fernanda Altoé, Wilsinho da Tabu e pela Prefeitura Sr. André Dantas.

Registrou que esse comitê é composto por outros membros do executivo (Secretário Fleury - SMPU e Dr. Caio Perona - PGM) e que já tem algumas reuniões que eles não comparecem inviabilizando a respostas a questões que não podem ser tratadas com o superintendente André Dantas.

Ressaltando que há um prazo de medidas a serem tomadas até dezembro, Vereador Gabriel apresentou três sugestões de projetos de lei e abriu um prazo até 25/10/22 para que os demais Vereadores que quiserem apresentar sugestões se manifestem nos projetos.

A apresentação foi intitulada como INICIATIVAS LEGISLATIVAS PELA MOBILIDADE. Frisou que o Secretário João Fleury já registrou que não há possibilidade de novo subsídio sem a adoção de medidas de alteração no contrato e que as duas maiores reclamações conforme as apresentações anteriores são a superlotação e o descumprimento do quadro de horário.



Propôs o aumento da velocidade média por meio de privilégio ao sistema de ônibus, como por exemplo as faixas exclusivas. Ressaltou, porém, que a câmara não pode propor a criação de faixas exclusivas.

Disse que a prefeitura apresentou duas vezes a mesma proposta de implantação de faixas exclusivas mas não houve avanços. A responsável pelo projeto no antigo comitê de mobilidade disse que o projeto não avançou por conta do aumento de insumos.

Ao seu entender, hoje as faixas preferenciais e exclusivas são tratadas como exceção. Apresentou então, a sugestão de um projeto de lei que implementa as faixas exclusivas. Ressaltou que foi feito um estudo criterioso de legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, e que o projeto não cria gastos para o executivo.

Disse que é uma mudança circulatória no sistema de mobilidade, dando o exemplo de uma ponte de safena. O segundo projeto tratou do fim do dinheiro a bordo. Ressaltou que as formas de financiamento precisam de segurança dos dados de arrecadação e que o fim do dinheiro coloca os dados em forma digital, assegurando a confiabilidade dos dados obtidos pelo sistema.

Além disso o fim do dinheiro a bordo diminui o risco de assalto e o tempo de entrada dos passageiros já que o motorista não tem que se preocupar com o troco.

De novo, o Vereador Gabriel ressaltou que as maiores causas de problema, segundo os usuários, são o tempo e a lotação e que ambos os projetos observam e ajudam nesses problemas. Com uma legislação específica da bilhetagem eletrônica seria possível regularizar a situação e computar o impacto das novas tecnologias na modicidade tarifária.



Vereador Gabriel explicou que hoje 80% da operação já é eletrônica e que isso seria feito de forma gradual. Ressaltou que nenhuma metrópole no mundo usa mais dinheiro. Além disso o pagamento eletrônico dá uma noção de onde a pessoa entra e onde ela sai. Disse que não há necessidade de se ter um cartão BHBus para usar no ônibus, já que é possível utilizar o cartão de crédito.

Frisou que não está tratando do fim dos cobradores, já que isso é uma questão a ser definida pela Prefeitura.

A terceira sugestão foi a mudança na forma de remuneração. De acordo com o contrato os operadores não são renumerados por viagens feitas, mas por passageiro transportado.

Na sua visão, o contrato como está estimula os concessionários a atuarem pelos ônibus lotados. Sugeriu a remuneração por produção quilométrica o que inverteria a lógica fazendo com que os concessionários queiram fazer mais viagens.

Então apresentou um projeto que altera a forma de remuneração da prestação de serviços de transportes passando de tarifa para quilometro rodado. Vereador Gabriel disse que essas três legislações podem mudar a vida dos cidadãos belo-horizontinos.

Frisou que amanhã haverá uma reunião com o Prefeito para discutir essas questões. Disse que abrirá os textos para que os demais vereadores opinem e que na próxima terça será protocolado.

Ressaltou, novamente, que considera um desrespeito a Prefeitura não enviar o Secretário de Política Urbana e o Procurador nomeados para o comitê.

Vereador Gabriel anunciou a presença de dois representantes da ASTRASUPLE, Ernani Gomes Brandão e Alexandre Daniel de Oliveira.





André Dantas iniciou sua apresentação.

Começou contextualizando que a diminuição do número de viagens ocorreu durante a pandemia, com paralisação dos serviços em alguns horários, principalmente o noturno.

Disse que houve um processo de discussão para, a partir de 11 de julho de 2022, alocar um subsídio para aumentar o número de viagens. Isso se seguiu até o contexto atual em que chegamos a 22 mil viagens. Ainda não considera ideal, porque estamos enfrentando por exemplo a greve do metrô, mas ao seu sentir há um avanço.

Ressaltou que tem havido grande nível de controle no dinheiro dado como subsídio. Disse que a Lei 11.367/22 prevê que tem que ser realizadas 21.708/dia no período diurno e 528/dia no período noturno. Essas são os critérios de repasse do subsídio. Os outros dois critérios (nível máximo de ocupação e invertamo-nos máximo de viagem) estão no contrato e são mecanismos de controle da prestação de serviço e não do repasse.

Até agora restam a repassar 101 milhões para o convencional e 4.903.999,00 para o suplementar. Repassou o processo de repasse que leva em conta a apuração, análise, validade dos dados para só aí efetivar o repasse.

Disse que no dia a dia tem fiscalização na rua e no COP, além do monitoramento pelos canais de denúncia. Todo esse conjunto de atividade resulta em melhorias. Frisou que a Lei 11.367/22 permitiu a manutenção da tarifa a R\$ 4,50 enquanto os demais lugares no Brasil aumentaram a tarifa. Além disso, houve aumento do número de ônibus, do número de viagens, dos canais de comunicação, o atendimento prioritário para as situações emergenciais, a ampliação da participação do cidadão e o desenvolvimento do plano de ação para demandas críticas.



Ressaltou que no começo do subsídio tivemos uma demanda de 913 mil passageiros e agora 980 mil.

Chegou a 1.013.007 em agosto. A média de passageiro por viagem saiu de 54 para 44. A frota passou de 2.113 para 2.266. Apresentou comparativo do número de linhas demonstrando que houve um avanço no oferecimento das viagens. 95% das linhas de sábado, 98% das de domingo e 97% das de dias úteis tiveram aumento na oferta do quadro de horários.

Frisou que tudo pode ser acompanhando no portal da Prefeitura: <HTTPS://prefeitura.pbh.gov.br/sumob/maisonibus>. Demonstrou o histórico de contribuições via WhatsApp e Digital. Em setembro o campeão de reclamação foi o comportamento do motorista.

Encaminhamento das demandas:

- Das 2.530 demandas recebidas todas foram respondidas.
- As demandas geraram fiscalização, inteligência e atendimento de emergência.
- As demandas emergenciais tratavam de conservação dos veículos, ar condicionado, e funcionamento do elevador. E as não emergenciais tratavam de remodelagem, plano de ação e contribuições encaminhadas aos consórcios.

Disse que 35 linhas foram autuadas por descumprimento do nível máximo de ocupação. Isso gerou um plano de ação que considerou as linhas com mais reclamação de horário e superlotação, estabelecendo atuação específica.

Destaques:

- Linha 643 - acréscimo de 1 viagem no horário de pico.



- Linha 8207 - treinamento de operadores para ordem de parada no ponto de embarque.

- Linha 62 - acréscimo de viagem no pico

- Linha 330 e 342 ajustes no quadro de horário

Há outras linhas que foram alteradas e estão todas registradas no portal.

Próximos passos. André ressaltou que é um processo contínuo e que os planos de ação continuam.

Vereadora Fernanda ressaltou que nas apresentações do GT o que se tem visto é que invés de inventar tem que se melhorar o que já está em mãos, a exemplo das medidas de privilégio de fluxo. Tem que melhorar o que já possui de recursos e quando isso não for mais suficiente passar a investir no que não se tem.

Vereador Wilsinho agradeceu a apresentação e a Comissão que tem feito um trabalho importante para a melhoria. Disse que durante a pandemia tentaram um diálogo com o executivo que não obtiveram e que agora, com as discussões, vê avanços. No seu entendimento o transporte público é uma das prioridades da cidade.

Vereador Bráulio, perguntou ao André, se ao invés da contratação de uma empresa para melhoramento da rede essa construção não poderia sair de dentro da SUMOB. André disse que isso demandaria um estudo e uma equipe grande e que hoje não há como deslocar uma equipe para fazer isso sob pena de penalizar outras demandas essenciais da cidade.

Disse que a contratação de uma empresa de fora trará também especialistas com conhecimentos que a SUMOB não tem.



Vereador Bráulio disse que esteve em Porto Alegre na semana passada, e que acompanhou a Câmara de vereadores que também discutia sobre transporte. Disse que percebeu que BH é muito cautelosa de não testar, e que o receio é que ao buscar o ótimo se deixe de observar o bom. Que há um amplo campo de alternativas de gargalos que são velhos conhecidos da cidade.

Disse que percebeu, voltando de madrugada, que os sinais da Dom Pedro I e Antônio Carlos não estão sincronizados. Que são obviedades que estão na boca do cidadão e que poderiam ser organizados de forma mais célere se houvesse menos burocracia. Que a SUMOB tem que chamar a sua responsabilidade um pouco de tentativa.

André ressaltou que a consultoria terá uma abordagem bem simplista para que seja de rápida implantação, mas agradece as considerações. Vereadora Fernanda perguntou ao André sobre a auditoria da empresa EY para os consórcios analisando o período de 2015 a 2022 e André disse que não tem conhecimento.

Vereador Pedro agradeceu a prestação de contas e parabenizou o Vereador Gabriel pelas propostas de leis. Demonstrou grande preocupação com o decurso do tempo do subsídio sem novas proposições.

Disse que é a favor do subsídio mas que a transparência é fundamental e que nesse contrato não há isso. Bráulio ressaltou que o sistema suplementar é a saída para suprir o que o convencional não consegue atender.

Vereador Pedro agradeceu e encerrou a reunião.



## **2.22. 22ª Reunião**

André Dantas iniciou a reunião e apresentou o Dr. Felipe Mantuano, Procurador do Município que está acompanhando o processo de transição da BHTrans para a Sumob. O Dr. Felipe vai acompanhar as reuniões do GT a partir de hoje.

Dr. Hércules trouxe informações sobre o processo de auditoria que será feito em âmbito judicial, informou que despachou com o juiz responsável e que será indicada a KPMG. Após a intimação, é necessário aguardar a resposta da KPMG.

A vereadora Fernanda informou que há uma ação do Setra em que é discutida a ampliação da idade dos ônibus (Ação n. 5155564-40.2021.8.13). O Setra pediu a extinção e a Fernanda informou que o Município pediu o prosseguimento. Dr. Hércules vai verificar o que ocorreu nesse caso e dará o retorno.

Fernanda questionou sobre o andamento das Ações Punitivas (PAP 01/2021 e PAP 02/2021). Dr. Hércules informou que quanto ao PAP 01/2021 foi designada uma nova comissão, conforme portaria publicada no dia 29/10. Fernanda questionou os termos da portaria publicada que informava que não havia sido designada uma comissão anteriormente. Felipe e Hércules explicaram o andamento do procedimento e a razão da necessidade de designação de nova comissão. Quanto ao PAP 02/2021, Hércules explicou que ainda será publicada nova portaria.

O vereador Gabriel questionou o prazo de andamento dos processos punitivos que já duram mais de um ano, e, na opinião dele, a Prefeitura não tem passado as informações de forma correta o que acarretaria a responsabilidade dos gestores à época. Gabriel afirma que, com a publicação da Portaria designando nova Comissão o que ele entende é que nada foi feito até o momento. Deixou registrado a sua insatisfação e registrou a necessidade de uma reunião, com todas as garantias de sigilo, para informar o andamento dos processos.



Dr. Hércules informou que os processos não ficaram parados, foram encaminhados para a Controladoria que emitiu um relatório e, após o relatório, estão sendo tomados os próximos passos o que incluiu a publicação da portaria no sábado.

O vereador Pedro Patrus entende as preocupações do Gabriel, contudo afirma que o Grupo tem que olhar para a frente. Pois se forem apurar auditorias passadas, não há apenas a da gestão passada, há auditorias inclusive de gestões ainda mais antigas com várias questões que merecem ser apuradas e investigadas.

Gabriel reafirma a admiração pela gestão atual da Prefeitura, mas afirma que é necessário prosseguir com as investigações citadas nos processos administrativos punitivos para esclarecer a auditoria e o contrato de concessão ainda vigente.

Os membros do Executivo informaram que vão apresentar aos vereadores, com detalhes e garantindo o sigilo necessário, o andamento dos dois processos administrativos.

André Dantas prosseguiu com a reunião e apresentou o projeto de lei sobre bilhetagem eletrônica com alguns ajustes em relação ao texto apresentado na última reunião. As alterações constam no art. 4º, que trata sobre a forma de pagamento da tarifa e utilização de crédito eletrônico, e no art. 9º, que trata sobre o prazo de implementação.

Após discussões entre todos os presentes quanto a redação proposta, chegou-se no acordo quanto ao art. 9º. Será mantido o caput apresentado pelo André Dantas com o prazo de 90 dias para implementação de um projeto piloto e a redação sugerida pelo vereador Gabriel será incluída no parágrafo único, permitindo a implantação em prazo inferior nas linhas determinadas pelo Executivo.

Gabriel manifestou e pediu para registrar a sua insatisfação com a ausência do Secretário Fleury.





André prosseguiu com a reunião e informou que o projeto de lei sobre nova modalidade de financiamento do transporte público está em construção e assim que finalizado será encaminhado ao grupo.

Com a apresentação e discussão dos dois projetos de lei, o grupo discutiu quais seriam os próximos passos. André Dantas explicou com alguns exemplos estudos que seriam importantes para a mobilidade urbana, como, por exemplo, políticas de desincentivo para o transporte individual privado. Gabriel questionou sobre a possibilidade de implantação de projetos pilotos de transição e o grupo discutiu a possibilidade de implantação de estacionamentos subterrâneos como receita acessória e forma de revitalização do centro. Todos os membros presentes discutiram os diversos pontos de vista apresentados.

A partir desta discussão, o vereador Gabriel solicitou que a Sumob tente apresentar na próxima reunião 3 propostas com áreas do Município em que poderiam ser implantados projetos com a participação do Executivo, da Câmara e da sociedade civil. André se comprometeu a verificar na BHTrans se já existem projetos prontos para apresentação.

André Dantas encerrou a reunião.

## **2.23. 23ª Reunião**

A reunião foi realizada para apresentação pela Prefeitura de Belo Horizonte, de devolutiva dos projetos de Lei apresentados pelos vereadores, a fim de apresentar proposta de substitutivo aos projetos de Lei já em tramitação.

## **2.24. 24ª Reunião**

Minuto de silêncio pelo falecimento do assessor jurídico do vereador Wilsinho da Tabu. Vereador Pedro Patrus acompanha on-line por estar com COVID-19.



Superintendente André Dantas inicia apresentação do 4o relatório de prestação de contas do subsídio.

Alunos do Colégio Santo Agostinho ocupam as galerias. André Dantas destaca a importância do subsídio para a manutenção do valor da tarifa pública, ampliação de número de ônibus, aumento da quantidade de viagens, aumento de canais de comunicação e transparência, atendimento prioritário para situações emergenciais, ampliação da participação dos cidadãos na busca de soluções e desenvolvimento de plano de ação para soluções críticas.

André Dantas especifica aumento na frota de veículos em circulação e queda na média de passageiros por viagem com a implementação do subsídio. André Dantas apresenta execuções de melhorias já finalizadas e em andamento em linhas apontadas como prioritárias pelos usuários.

Vereadora Fernanda Altoé afirma que o número de viagens não, melhorou apenas voltou-se a cumprir o mínimo contratual, e questiona o que pode ser feito para efetivamente aumentar as viagens.

André Dantas esclarece que, se fossem seguidos os termos originais do contrato, a queda de demanda reduziria ainda mais a quantidade de viagens. Soluções mais avançadas dependeriam de atualização contratual, seguro o superintendente.

Vereadora Fernanda Altoé lembra que há oito anos não há auditoria efetiva no sistema de transporte coletivo em Belo Horizonte. Vereador Bruno Miranda questiona sobre efetiva melhora na prestação de serviços. André Dantas ressalta que o usuário se sente mais acolhido por ter mais canais de comunicação para relatar sobre dificuldades no sistema.



Vereador Gabriel agradece a presença dos vereadores que não integram o grupo de trabalho e ressalta que a Câmara foi muito célere para a aprovação de um subsídio, mas que essa iniciativa não pode ser a única. Gabriel recorda que na 13ª reunião foi lembrado que dezembro está chegando e que está se encerrando o tempo hábil para aprovar modificações no contrato antes do fim do subsídio, já que em janeiro é recesso e o subsídio se encerra em março.

Gabriel lembra que o subsídio já sofre queda significativa nos valores de janeiro, fevereiro e março. Gabriel destaca que a Prefeitura não enviou nenhuma proposição legislativa que avance além do subsídio que se encerra em março de 2023.

Gabriel apresenta estado de tramitação de projetos de iniciativa do legislativo sobre o tema: a criação de faixas exclusivas como regra e não exceção (PL 444/2022), já aprovado nas comissões e pronto para votação em plenário. O PL da Bilhetagem Eletrônica (PL 446/2022) foi aprovado na CLJ e aguarda parecer de tramitação conjunta em comissões, sob relatoria do vereador Bruno Miranda, líder de governo. O PL da mudança de forma de remuneração (PL 442/2022) foi aprovado na CLJ e aguarda parecer de tramitação conjunta em comissões.

O PL da eletrificação da frota até 2028 (392/2022) já foi aprovado em primeiro turno em plenário. O PL de encampação da frota em caso de descumprimento contratual (PL 332/2022) já foi aprovado nas comissões de Legislação e Justiça; Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário; Administração Pública; e atualmente está na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, presidida pelo vereador Claudiney Dulim.

A Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PELO 06/2022) que transforma em permanente a iniciativa de tarifa zero nos dias de eleição está tramitando em comissão especial própria para o tema.



Vereador Gabriel ressalta que a recuperação do transporte passa por tornar o serviço de transporte coletivo também atrativo para as classes médias que acabaram optando por não usar o sistema, mas que gostam de usar o transporte público de férias na Europa. A baixa atratividade do transporte público também contribui muito para que os usuários invistam em motos e alternativas individuais, e tornar o transporte mais fácil, acessível e confortável, e não apenas utilizado por falta de opção.

Vereador Wilsinho da Tabu lembra que a compra de uma motocicleta em prestações pode custar menos do que o gasto mensal em tarifas. Vereador Gabriel apresenta anteprojeto de lei para destinação de R\$ 40 milhões de recursos economizados pela Câmara para investimento na modernização do sistema, ressaltando que, apesar da disposição dos vereadores, é indispensável a iniciativa privativa do Poder Executivo.

Vereador Gabriel lembra aos representantes da PBH que os prazos estão ficando curtos para solucionar a questão antes do fim do subsídio.

Vereador Cláudio do Mundo Novo solicita mudanças mais visíveis para a população, como reforço na integração das linhas à estação Pampulha. Vereador Marcos Crispim questiona falta de linhas na região do Granja de Freitas, e cobra transporte mais efetivo na região Leste.

Vereadora Fernanda Altoé cobra estudo de origem e destino dos passageiros para aumentar a eficiência do sistema, e lembra que o contrato permite alteração a qualquer momento.



### **3. CONCLUSÃO DOS TRABALHOS**

O Grupo de Trabalho composto por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo mostrou-se uma forma eficiente de discussão de propostas sobre temas que tem grande impacto em nossa cidade.

A tomada de decisões unilateralmente pela prefeitura, com discussão posterior na Câmara Municipal, somente após escrito e enviado o projeto de Lei, tem se mostrado pouco eficiente na construção de políticas públicas.

O diálogo iniciado antes da apresentação da proposição torna o debate no legislativo municipal mais célere e propositivo, o que tem reflexo direto no tempo de tramitação da proposição e no número de questionamentos levantados, pedidos de informação e emendas apresentadas.

Nesse sentido, a partir de todo o exposto, passamos a apresentar, além das conclusões teóricas sobre os diferentes modelos para o financiamento das políticas de mobilidade, soluções práticas para aprimorar o serviço de transporte público coletivo por ônibus na capital.

#### **3.1 - DO CONJUNTO DE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS DE MOBILIDADE NA CAPITAL**

##### **3.1.1 - DA APROVAÇÃO DO SUBSÍDIO EMERGENCIAL EM PERÍODO DE 1 ANO, VINCULADO A 17 CONDICIONANTES**

A completa inabilidade da prefeitura de Belo Horizonte em solucionar o problema crônico do transporte coletivo em nossa cidade chegou ao limite no fim do



ano de 2021, quando enfrentamos um alegado colapso do sistema de ônibus da cidade.

A ausência de circulação de diversas linhas, aliada à redução unilateral do número de ônibus pelas concessionárias, que definiram qual seria o número de veículos em circulação numa completa inversão da lógica do sistema, trouxeram verdadeiro caos à capital.

Com vistas a resolver a situação emergencial posta, a Câmara Municipal de Belo Horizonte interveio nas negociações das empresas concessionárias com a prefeitura, uma vez que a solução demandaria proposta legislativa.

Além da definição antecipada dos pontos mínimos necessários à viabilização da concessão do subsídio, o Poder Legislativo contribuiu com mais de 74 milhões de reais em auxílio financeiro, com a garantia que parte do valor seria destinado aos permissionários do transporte suplementar e aos motoristas do táxi lotação em atividade no município.

Foram estabelecidos 17 pontos de acordo para o pagamento do subsídio, limitado por Lei ao período de um ano, e sob pena de interrupção do repasse mensal em caso de descumprimento. Ressalte-se que o referido acordo foi aceito pelas empresas concessionárias e registrado em juízo, uma vez que há condicionantes vinculadas a processos em tramitação.

As exigências para a aprovação do repasse de R\$ 237.500.000,00 foram:

1 — O Município de Belo Horizonte e as concessionárias acordam a suspensão, até 21 de junho de 2022, das ações judiciais em curso sobre o reajuste tarifário (5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234- 56.2022.8.13.0024), na forma do artigo 313,II, do Código de Processo Civil, mediante as condicionantes elencadas a seguir.





2 — As concessionárias se comprometem: (1) no dia útil seguinte após o primeiro aporte, a (i) aumentar o número de viagens diárias em dias úteis típicos em, no mínimo, 15% em relação à média de viagens diárias em dias úteis típicos verificada no mês de março de 2022 e a (ii) retomar a prestação do serviço de transporte público em horário noturno aos níveis da média da programação realizada no último trimestre pré-pandemia (novembro/2019 a janeiro/2020); (2) em até 15 dias após o primeiro aporte. A aumentar o número de viagens diárias em dias úteis típicos em, no mínimo, 30% em relação à média de viagens diárias em dias úteis típicos verificada no mês de março de 2022.

3 — O descumprimento pelas concessionárias de qualquer das condições elencadas nesta proposta implicará o não pagamento da parcela do subsídio correspondente ao mês seguinte.

4 — As partes acordam que, enquanto vigorar o subsídio, não haverá aumento a qualquer título do valor da tarifa praticada.

5 — As partes se comprometem a computar o valor integral do subsídio quando da realização de revisão tarifária, considerando-o na verificação da modicidade tarifária.

6 — Dentro da sua autonomia, a Câmara Municipal deliberará sobre o projeto de lei que será apresentado pelo Poder Executivo, levando em consideração a urgência da matéria e podendo adotar mecanismos do regimento interno para viabilizar uma tramitação célere.

7 — O Poder Executivo encaminhará projeto de lei demonstrando que o subsídio proposto é simples (sem base de cálculo vinculada), no montante de R\$ 237,5 milhões (R\$ 226,5 milhões para o transporte convencional e R\$ 11 milhões para o suplementar), divididos desta forma:



A. Para as concessionárias do transporte público coletivo convencional, R\$ 30 milhões/mês para os meses de abril, maio e junho de 2022; e R\$ 17,75 milhões/mês para os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2022; e R\$ 10 milhões/mês para os meses janeiro, fevereiro e março de 2023.

B. Para os permissionários do transporte suplementar, R\$ 1,457 milhão/mês para os meses de abril, maio e junho de 2022; e R\$ 862 mil/mês para os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2022; e R\$ 485,333 mil/mês para os meses janeiro, fevereiro e março de 2023.

8 — O Município de Belo Horizonte acorda em transferir diretamente aos permissionários/câmara de compensação os valores mensais destinados aos permissionários, sem a incidência de taxa de administração. Quanto às concessionárias, o repasse será feito por meio do consórcio operacional, que exerce a função de agente de liquidação, que deverá informar à SUMOB o repasse específico a cada concessionária e empresa.

9 — Fica acordado que o consórcio operacional enviará mensalmente planilha com o valor do subsídio destinado a cada uma das operadoras que integram os consórcios que operam as linhas do serviço concedido de Transporte Público Coletivo de Belo Horizonte e o Poder Executivo divulgará os dados do repasse às concessionárias.

10 — Sancionado o Projeto de Lei que autoriza a concessão do subsídio nos termos expostos, as partes concordam com a extinção, sem julgamento do mérito, dos autos 5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022X13.0024.



11 -- As partes se comprometem a desenvolver mecanismos para potencializar as receitas advindas da publicidade dos Ônibus como parte da revisão contratual.

12 — O Município de Belo Horizonte se compromete a gradualmente buscar a incorporação das ponderações do item 4 do Ofício n. 40/2022/PGSSM/MPC, de 4 de maio de 2022, nos balancetes mensais de desempenho da prestação do serviço.

13 — A SUMOB criará canal específico, no WhatsApp e e-mail, para facilitar a participação do usuário na fiscalização do serviço.

14 — As partes concordam que os créditos de passagem jamais poderão expirar e eventual revalidação será sem ônus para o usuário, conforme regulamentação.

15 — A Câmara Municipal de Belo Horizonte ampliará em R\$ 74 milhões o valor do subsídio de R\$ 163,5 milhões originalmente proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte, totalizando os R\$ 237,5 milhões do item 7.

16 — As partes se comprometem a, no prazo de até um ano, apresentar proposta de reformulação da tarifa e de modernização e/ou repactuação do contrato.

17 — As partes apresentarão, no prazo de até um ano, projeto de aplicativo de mobilidade com inovações para facilitar o pagamento e a utilização do transporte público em Belo Horizonte com foco no usuário, sem ônus financeiros para o Município.

O acordo foi firmado com assinatura dos representantes do Poder executivo, do Legislativo, e representantes dos consórcios operacionais que prestam os serviços de transporte.

Nos momentos que precederam a assinatura do acordo e o envio da Lei com o subsídio para as empresas de ônibus, os representantes do Poder executivo, notadamente o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Fleury, manifestou



que se tratava de medida emergencial, e que não poderiam os participantes simplesmente, aprovar novo subsídio no ano seguinte.

A manifestação ecoou por toda a Câmara Municipal, e os vereadores aceitaram a concessão do subsídio para que, neste prazo de pagamento emergencial, fossem estudadas soluções para a resolução do problema.

Realizadas as diversas reuniões relatadas acima, surgiram os pontos fundamentais, que determinaram as ações tomadas para enfrentamento da situação a partir de todos os estudos realizados e ouvidos diversos especialistas na área de mobilidade urbana. Passam os vereadores a explicar as ações tomadas a partir do trabalho desenvolvido.

### **3.1.2 - DA NECESSIDADE DE ALTERAÇÃO DO MODELO CONTRATUAL**

Durante todo o período de trabalho, levando em consideração as diversas reuniões realizadas e os especialistas ouvidos, ficou claro que o modelo atual de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros na cidade de Belo Horizonte está completamente defasado, e é incapaz de subsistir até 2028.

A lógica estabelecida no contrato espúrio firmado em 2008, fato demonstrado cabalmente pelo relatório final da CPI da BHTrans, mostra-se inadequada e incentiva a superlotação dos veículos tendo em vista a remuneração exclusivamente auferida do valor da tarifa paga pelo usuário final.

Muito embora o subsídio tenha sido suficiente para evitar o completo colapso do sistema, e que efetivamente tenha havido aumento no número de viagens, a percepção da população é que o serviço de transporte coletivo na capital ainda é ruim.



Ainda é um mistério porque o Poder Concedente, no caso a prefeitura de Belo Horizonte, ainda não provocou a revisão contratual. Em diversas situações, tanto representantes do executivo quanto das próprias empresas concessionárias já manifestaram a insatisfação com o atual contrato.

Conforme registrado em ata, todos os integrantes concordam que de nada adianta a suplementação anual de verba para o transporte por meio de subsídio, caso o presente instrumento continue vigente.

O contrato tornou-se letra morta, invocada esporadicamente em benefício próprio pelas empresas concessionárias, mas sistematicamente descumprido por elas. Diversas disposições são descumpridas, multas aplicadas são ignoradas, mas uma vez por ano as empresas lembram-se do instrumento para cobrar um reajuste que alegam ser automático, apesar de ignorar completamente a revisão tarifária contratualmente prevista.

Buscando soluções eficientes para o enfrentamento dos problemas que persistem, a despeito da injeção de dinheiro no sistema por meio da aprovação do subsídio, o Grupo de Trabalho identificou três propostas legislativas fundamentais para o enfrentamento dos principais problemas identificados.

Dessa feita, passamos à explanação das soluções apontadas pelos integrantes do Grupo de maneira a proporcionar uma melhora sensível ao usuário final do serviço de transporte por ônibus na cidade.

### **3.1.3 - DA ALTERAÇÃO DA LÓGICA DE PAGAMENTO: DA SUBSTITUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO POR TARIFA PARA QUILOMETRO RODADO**



A partir da concessão do subsídio em 2022, foram elencadas uma série de condicionantes para medir a contraprestação oferecida pelas concessionárias de transporte coletivo em razão do repasse do recurso.

Entre as medidas já mencionadas de reestabelecimento do número mínimo de viagens em número não inferior ao do período imediatamente anterior à pandemia, além da retomada das viagens em horários noturnos, também foi exigido a criação de um canal de reclamações por WhatsApp, para receber as demandas diretamente do usuário e auxiliar na fiscalização do serviço.

A medida trouxe mais inteligência ao Poder Público municipal, que ganhou uma ferramenta interativa para identificação dos problemas, além de possibilitar a criação de um banco de dados para auxiliar a compreender quais são os principais gargalos identificados pelos passageiros.

Um dos problemas mais frequentemente relatados foi a superlotação dos veículos, principalmente nos horários considerados de pico de movimento, mas não exclusivamente neles.

Isso acontece em principal medida pelo atual modelo de remuneração do prestador de serviços. Hoje, o sistema de transporte coletivo é custeado quase única e exclusivamente pelo valor da tarifa paga pelo passageiro na roleta, e isso cria uma distorção que incentiva cada vez mais à superlotação dos veículos.

Nesse modelo, quanto maior o número de pessoas transportadas, maior será a receita para o sistema. Assim, não existe qualquer incentivo para a disponibilização de mais linhas, vez que quanto mais pessoas transportadas por veículo a cada viagem, maior a “eficiência” e o lucro para a concessionária.





O modelo é cruel, e representa verdadeiro subsídio indireto, pago pelos próprios passageiros que se amontoam de pé para custeio das viagens com menor número de passageiros, por exemplo, em período noturno.

Vale dizer que não há, atualmente, qualquer incentivo para aumento do número de viagens, sendo mais lucrativo empilhar passageiros em poucos veículos e simplesmente ignorar as multas, modelo adotado pelas concessionárias em completo desrespeito com o usuário final.

Assim, a proposta apresentada pelos vereadores na forma do Projeto de Lei 442/2022 propõe alterar essa forma de pagamento do serviço, que deixaria de ser única e exclusivamente custeado pelo pagamento de tarifa.

A Vereadora Fernanda ressaltou a necessidade de alteração de termos do projeto para que as medidas propostas não impliquem em descumprimento da Lei de Licitação no tocante ao processo licitatório original, o que deverá ser analisado.

A proposição visa alterar não só a forma de pagamento, mas o controle da operação financeira do sistema e a lógica da definição dos horários e trajetos das linhas de ônibus, trazendo de volta ao Poder Concedente o controle destes pontos fundamentais para estabelecimento de uma política de mobilidade eficiente.

Pela proposta, o controle dos quadros de horários, trajetos das linhas e principalmente, do número de veículos em circulação volta às mãos da prefeitura, que através da Sumob ficaria a cargo de estabelecer e fiscalizar os números mínimos definidos para a prestação de um serviço de qualidade.

O pagamento nesses casos, seria determinado pelo cumprimento ou não das Ordens de Serviço emitidas pelo órgão municipal, que deverá definir o trajeto, os horários, e o valor a ser pago pela viagem realizada independentemente do número de passageiros transportados, que passa a ser calculado pela distância percorrida.



Nessa inversão de lógica, os concessionários têm não só um incentivo para a colocação de mais veículos nas ruas, mas verdadeira obrigação uma vez que o descumprimento do trajeto e dos horários determinados na Ordem de Serviço implica no não pagamento por parte do Poder Executivo. Com essa alteração, o único responsável pelo número de veículos nas ruas é a própria prefeitura, que deverá dimensionar o serviço para garantir um atendimento digno e de qualidade.

Não se propõe, nesse momento, a remuneração exclusivamente pela quilometragem rodada. A tarifa paga pelo usuário, somada a outras receitas acessórias do sistema compõem a forma de remuneração.

No entanto, o controle financeiro necessariamente deve retornar para o Poder Público, que fará o pagamento apenas após a prestação dos serviços nos termos determinados pelo tomador.

A inversão da lógica do sistema não indica necessariamente a desnecessidade de complementação por subsídio. No entanto, garante o aumento da circulação de veículos e ataca diretamente o problema de superlotação, uma das principais reclamações dos passageiros na cidade.

A medida, entretanto, não é suficiente, isoladamente, para solucionar os principais problemas identificados. Com isso, necessária a aprovação em conjunto com as demais medidas propostas, explicadas a seguir.

### **3.1.4 - DAS FAIXAS EXCLUSIVAS PARA ÔNIBUS**

A outra reclamação mais frequente, além da superlotação, é o atraso das viagens e descumprimento do quadro de horários. Objetivando enfrentar esse



problema, a solução encontrada foi relativamente simples: priorizar a circulação dos veículos de transporte coletivo na cidade.

Com esse objetivo, foi apresentado o Projeto de Lei 444/2022, que prevê a instalação de faixas exclusivas para ônibus, ainda que reversíveis, nas vias da capital. Segundo o disposto na proposta, todas as vias da região do hipercentro deverão contar com faixas exclusivas, exceto nos casos em que for tecnicamente impossível ou houver justificativa razoável baseada no interesse público.

A exceção deverá ser justificada pelo órgão municipal responsável em ato administrativo motivado, explicando as razões da impossibilidade de implantação de faixa exclusiva na via.

Com faixas exclusivas como regra viária na região do hipercentro, projeta-se a redução significativa no tempo de viagem, reduzindo os atrasos e tornando o sistema mais rápido e eficiente.

Há também que se ressaltar a inovação proposta da reversibilidade da medida, o que possibilita um dinamismo necessário para o tratamento da mobilidade em uma metrópole como Belo Horizonte. Com isso, as faixas de circulação exclusivas poderão ser direcionadas ao transporte coletivo apenas nos horários de pico de circulação, reduzindo o impacto no trânsito como um todo.

### **3.1.5 - DA EXCLUSÃO DO PAGAMENTO EM DINHEIRO NO INTERIOR DOS VEÍCULOS**

Também no sentido de tornar mais ágeis as viagens de ônibus, uma outra proposta necessária é a alteração da forma de pagamento da tarifa dentro do transporte coletivo.



O pagamento da viagem em dinheiro, principalmente em um cenário em que as empresas descumprem flagrantemente a Lei ao retirar os cobradores dos ônibus e deixar os motoristas em dupla função, torna o embarque extremamente moroso. A necessidade de troco aumenta o tempo que o passageiro demora para passar da roleta, criando filas de usuários que se estendem para fora dos veículos. A fim de minimizar esse problema, propõe-se o pagamento eletrônico da tarifa.

Os métodos de pagamento digitais já são parte da realidade da maioria dos belo-horizontinos, e a facilidade da aquisição e pagamento da passagem tem o potencial de atrair passageiros para o modal, além de proporcionar a redução do tempo de viagem.

Segundo o Projeto de Lei apresentado, os veículos deverão contar com tecnologia de pagamento por aproximação, crédito, débito, QR Code ou outra tecnologia similar.

Há previsão expressa de um bilhete de utilização única, que poderá ser adquirido nas estações ou em qualquer ponto de venda autorizado pelos órgãos municipais de controle (como bancas de revista por exemplo).

Seguindo recomendação do Ministério Público já realizada em outros municípios que adotaram medidas semelhantes, não se trata da exclusão da moeda corrente como forma de aquisição da passagem, mas sim da vedação de utilização de dinheiro no interior do veículo.

Além do aumento da velocidade de embarque, principalmente nas grandes vias de ligação, que acumulam grande número de passageiros, a medida aumenta a segurança dos trabalhadores do transporte coletivo, uma vez que a ausência de valores dentro dos ônibus desestimula os assaltos. Também importante frisar a melhora na condição de trabalho dos motoristas, que mesmo ilegalmente, são



obrigados a acumular funções, e a medida traria maior tranquilidade para o desempenho da função principal, de condução do veículo.

A proposta apresentada pelos parlamentares prevê ainda, a multiplicidade de operadores do sistema de cobrança de passagens, e a extinção do monopólio injustificado da Transfácil, que atualmente opera a bilhetagem.

Não faz o menor sentido que o operador do sistema de transporte acumule também a função de controle da bilhetagem e da tarifa recebida. A empresa não tem nenhum diferencial competitivo que justifique a sua manutenção, com exclusividade, como operadora do sistema de bilhetagem.

A proposta também tem como reflexo a retomada do controle pelo município, dos dados do sistema de transporte coletivo na capital. Compreender o perfil do usuário do transporte é fundamental para a orientação das políticas públicas de mobilidade. As informações sobre o fluxo de passageiros, tempo de embarque, lotação e trajeto percorrido ficam atualmente na mão das empresas concessionárias. É necessário o controle direto das informações, sem intermediários, pelo órgão responsável pela organização da mobilidade na capital.

### **3.2 - DA APROVAÇÃO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO PROPOSTAS PELO LEGISLATIVO**

As 3 propostas mencionadas neste relatório já foram apresentadas e tramitam na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Necessário perceber que, ainda que as medidas não tenham relação de prejudicialidade entre si, certamente guardam relação de complementaridade.



Com a adoção das medidas apresentadas, será nítido o aumento da eficiência do sistema, implicando diretamente na redução do tempo de viagens, proporcionado pela agilidade do pagamento eletrônico e facilidade da circulação pelas faixas exclusivas.

Em relação à lotação dos veículos do transporte coletivo, basta alterar a lógica do sistema para remuneração por quilômetro rodado, independentemente do número de passageiros transportados. O Poder Executivo passará a emitir quantas ordens de serviço forem necessárias para garantir o número adequado de veículos em circulação, reduzindo a lotação dos ônibus e garantindo mais viagens aos passageiros, principalmente nos horários considerados de pico.

Posto isso, reiteram os integrantes do GT de transportes a necessidade de aprovação das medidas, desenvolvidas a partir da identificação dos problemas por meio dos dados obtidos e considerando a opinião dos especialistas que contribuíram para o desenvolvimento dos trabalhos, de maneira a garantir a melhoria do transporte público coletivo de passageiros por ônibus no município.

Para além dessas medidas, necessário apontar que é necessária a urgente revisão do contrato, e a primeira medida para que isso seja possível é a realização da auditoria do sistema, ponto elencado na realização do acordo com as empresas e com o Poder Executivo para a aprovação do subsídio.

### **3.3 - DA NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDITORIA DAS CONTAS DAS CONCESSIONÁRIAS**

Além das alterações legislativas necessárias para aprimoramento do modelo de mobilidade no município, necessário ressaltar a preocupação desta Casa Legislativa com a auditoria dos contratos e das contas das empresas concessionárias.





Muito embora as ações sejam de inteira responsabilidade do Poder Executivo Municipal em razão das regras de competência, o papel de fiscalização inerente ao Legislativo impõe a participação da Câmara nesse processo para acompanhamento e garantia de lisura.

A auditoria é ponto fundamental nessa discussão, tendo em vista que até a presente data, o Poder Concedente sequer sabe o custo total do sistema de transporte do município. Muito embora a aplicação da fórmula paramétrica seja reiteradamente cobrada como uma obrigação contratual, outras disposições, como a revisão tarifária, são completamente ignoradas.

A revisão tarifária é elemento fundamental uma vez que, identificada a eficiência do sistema, parte do valor é repassado às concessionárias como forma de incentivo, e outra parte é direcionada à modicidade tarifária.

No entanto, o que vemos nos últimos anos são alegações desacompanhadas de qualquer memória de cálculo, com alegação de desequilíbrio econômico do contrato, reiteradamente aceita sem contestação pelo Poder Executivo Municipal.

A CPI da BHTrans demonstrou uma série de irregularidades na documentação apresentada pelos consórcios, além de colher depoimentos de autoridades da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, afirmando que não possuem mecanismos de controle e fiscalização suficientes para a mensuração do sistema de transportes.

A apresentação da documentação prevista no objeto do edital da última auditora, considerada fraudulenta e objeto de processo administrativo punitivo aberto pela Administração Pública, foi incompleta e apresentava diversos indícios de superfaturamento dos valores apresentados ao município de Belo Horizonte. A título de exemplo, foram apresentadas notas de abastecimento de veículos em outros



municípios; de contratação de frete de combustível do estado de São Paulo sem qualquer justificativa válida; indícios de utilização das garagens para fins alheios à prestação de serviço de transporte público municipal; pagamento de contas pessoais pelas concessionárias, como o aluguel do espaço de casamento da filha de um dos sócios, dentre outros.

Esses inúmeros indícios reforçam a suspeita que o custo de operação informado ao município é inflado artificialmente, e muito superior ao custo real, provocando um desequilíbrio falso e fraudulento na relação com a administração municipal. Ao apresentar números inflados, tornam impossível qualquer repasse para a modicidade tarifária, e mantém o valor da prestação do serviço muito superior ao efetivamente necessário, como forma de pressionar por repasses e garantir o maior lucro possível aos empresários do setor.

Dessa forma, urgente a realização de auditoria das contas das empresas para aferição do custo real do sistema. Não se pode fazer política pública na base do achismo, ou de estimativa que só beneficia um grupo de concessionários em detrimento da população belo-horizontina.

Assim, reiteram os vereadores da necessidade de apuração detalhada das contas do transporte coletivo na capital mineira, para que haja o correto dimensionamento de recursos e adequado tratamento dos problemas, fixação do custo real do sistema e dimensionamento de eventual política de subsídio apenas após o esclarecimento de todos os pontos referentes à prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros.



### **3.4 - DA ENCAMPAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO ÚLTIMA MEDIDA PARA GARANTIA DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE**

Todas as propostas apresentadas têm o condão de impedir que os problemas vivenciados em março de 2022 não sejam repetidos. A interrupção de serviço essencial causa prejuízo enorme ao município, e afeta diretamente todos os setores produtivos da cidade, vez que a maioria dos trabalhadores depende do serviço de transporte coletivo.

Ademais, com as reiteradas greves do metrô da capital, verifica-se ainda maior pressão sobre o sistema de transporte por ônibus, sendo necessárias a adoção de medidas para impedir a sucessiva concessão de subsídios sem o retorno eficaz para o cidadão.

Nesse sentido, como medida excepcional e derradeira para impedir novas cenas como as vivenciadas no início do ano, e com vistas a garantir a continuidade da prestação de serviço essencial, apresentaram os vereadores o Projeto de Lei 332/2022, autorizando, nos termos da Legislação Federal, a encampação dos serviços de transporte por ônibus no município.

A medida de caráter excepcionalíssimo autoriza o Poder Concedente a assumir diretamente todos os bens necessários à manutenção do serviço de transporte. A medida alcança também os recursos humanos, assumindo a administração o controle das forças de trabalho como motoristas e funcionários dos setores administrativos, resguardado de qualquer reflexo trabalhista, que continuaria a ser suportado pelos empresários.

Há ainda a previsão de contratação de empresa especializada para avaliação dos bens, liquidações e pagamentos de indenizações que se fizerem necessárias. Nesse caso extremo, seriam descontados os valores já repassados às



concessionárias, bem como os valores das isenções de impostos concedidas, até o momento completamente desconsideradas no cálculo das passagens.

Trata-se de medida em último caso pois não é papel da administração controlar diretamente a prestação do serviço, o que se mostra óbvio já que houve processo de concessão. No entanto, em situações graves em que a interrupção do serviço essencial representa prejuízo incalculável para a cidade, não há outra solução senão a intervenção municipal para garantia de sua execução.

#### **4 - ENCAMINHAMENTOS**

Tendo em vista as medidas apresentadas e o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho instituído em 11 de abril de 2022 pelo Decreto nº 17.928, passamos aos encaminhamentos sugeridos pelos participantes com vistas a alcançar a maior efetividade das medidas e proporcionar melhoria sensível no sistema de transporte público coletivo de passageiros por ônibus em Belo Horizonte.

- 1 – Que seja imediatamente invocada a revisão contratual pelo Poder Concedente, no caso, a prefeitura de Belo Horizonte na figura do Sr. Fuad Noman;
- 2 – Que seja realizada a auditoria das contas das empresas para definição do custo total de operação real;
- 3 – Que sejam realizadas as revisões tarifárias contratualmente obrigatórias, em vez da aplicação indiscriminada da fórmula paramétrica;
- 4 – Que seja votado e aprovado o Projeto de Lei 442/2022, que altera a lógica de remuneração da tarifa para o quilômetro rodado;



- 5 – Que seja votado e aprovado o Projeto de Lei 444/2022, que instituí as faixas exclusivas de circulação de ônibus na região do hipercentro;
- 6 - Que seja votado e aprovado o Projeto de Lei 446/2022, que institui o pagamento eletrônico da tarifa, agilizando o processo de embarque de passageiros;
- 7 – Que seja votado e aprovado o Projeto de Lei 332/2021 que prevê a possibilidade de encampação dos bens das concessionárias nos casos em que houver a interrupção da prestação do serviço considerado essencial;
- 8 – Que seja imediatamente resolvido o repasse para as empresas de transporte suplementar e táxi lotação, vez que os recursos já estão assegurados e as concessionárias de veículos convencionais têm recebido regularmente desde o mês de abril;
- 9 – Que seja enviada uma cópia do presente relatório ao Ministério Público de Contas, tendo em vista o descumprimento integral do Poder Executivo da implementação do ponto 12, para incorporação das sugestões de controle nos balancetes mensais de desempenho enviadas no momento de elaboração do texto da Lei que aprovou a concessão do subsídio;
- 10 – Seja o texto integral disponibilizado em sítio eletrônico oficial para oportunizar o acesso ao presente documento público a qualquer interessado;

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2022



Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)

Vereador(a)





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
<i>A</i>	1

## PROJETO DE LEI Nº 392/22

Estabelece a obrigatoriedade da utilização de veículos elétricos na prestação de serviços públicos que menciona, a partir de 2028.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

**Art. 1º** – A partir de julho de 2028, toda a frota destinada à prestação de serviços públicos municipais, nos termos dessa lei, deverá ser composta por veículos elétricos.

**Art. 2º** - Para os fins dessa lei, considera-se como prestação de serviços públicos municipais aqueles exercidos diretamente pelo poder público, bem como os prestados por terceiros por meio de concessão, permissão ou autorização incluindo:

I – o transporte público coletivo de passageiros, convencional e suplementar;

II – o transporte por táxi;

III - veículos à disposição de órgãos e membros da administração pública municipal;

**Art. 3º** - Toda a frota de veículos de propriedade da administração pública movidos a combustão deverá ser substituída por veículos elétricos até julho de 2028.

**Parágrafo único:** A substituição será feita de forma gradual, priorizando a troca dos veículos mais desgastados e com maior tempo de uso.

**Art. 4º** – O Poder Executivo e a Câmara Municipal apresentarão propostas direcionadas aos permissionários do transporte suplementar e taxistas com vistas a viabilizar a adequação dos prestadores ao disposto nesta lei.

**Art. 5º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

PROTOCOLIZADO CONF. SEMI.  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA: 07/07/2022  
HORA: 16:17:13



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
	2

**Art. 6º - O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários para a fiel execução desta lei.**

**Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Belo Horizonte, 06 de julho de 2022**

**GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:0146629622**  
Assinado de forma digital por GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:0146629622  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Múltipla v5, ou=20828519000170, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:0146629622  
Dados: 2022.07.06 14:48:10 -03'00'

**Vereador Gabriel**

**IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634**  
Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Múltipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634  
Dados: 2022.07.07 12:05:48 -03'00'

**Vereador Irlan Melo**

**REINALDO GOMES DE SOUZA:76781348604**  
Assinado de forma digital por REINALDO GOMES DE SOUZA:76781348604  
Dados: 2022.07.06 16:02:49 -03'00'

**Vereador Reinaldo Gomes**

**WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:05239801673**  
Assinado de forma digital por WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:05239801673  
Dados: 2022.07.06 14:59:07 -03'00'

**Vereador Wanderley Porto**

**ÁLVARO DAMIÃO**  
VEREADOR

**DAMIÃO VIEIRA DA PAZ:67336361668**  
Assinado de forma digital por ALVARO DAMIÃO VIEIRA DA PAZ:67336361668  
Dados: 2022.07.06 15:28:18 -03'00'

**Vereador Álvaro Damião**

**JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731**  
Assinado de forma digital por JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Múltipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731  
Dados: 2022.07.06 15:15:23 -03'00'

**Vereador Ciro Pereira**

**Vereador Jorge Santos**

**LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:77940148672**  
Assinado de forma digital por LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:77940148672  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Múltipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:77940148672  
Dados: 2022.07.06 14:56:29 -03'00'

**Vereador Léo**

**CELIO DA ASSUNCAO FROIS:67066968620**  
Assinado de forma digital por CELIO DA ASSUNCAO FROIS:67066968620  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Múltipla v5, ou=73999229000135, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=CELIO DA ASSUNCAO FROIS:67066968620  
Dados: 2022.07.07 15:21:34 -03'00'

**Vereador Cleiton**

**Vereador Dr. Célio Froes**

**HENRIQUE HIGIDIO BRAGA:13269461615**  
Assinado de forma digital por HENRIQUE HIGIDIO BRAGA:13269461615  
Dados: 2022.07.07 16:05:23 -03'00'

**Vereador Henrique Braga**

**MARILDA DE CASTRO PORTELA:00821508695**  
Assinado de forma digital por MARILDA DE CASTRO PORTELA:00821508695  
Dados: 2022.07.07 09:56:15 -03'00'

**Vereadora Marilda Portela**

**NELI PEREIRA DE AQUINO:03553151650**  
Assinado de forma digital por NELI PEREIRA DE AQUINO:03553151650  
Dados: 2022.07.07 13:24:50 -03'00'

**Vereadora Nely Aquino**

**JULIANO LOPES LOBATO:95760415620**  
Assinado de forma digital por JULIANO LOPES LOBATO:95760415620  
Dados: 2022.07.06 16:54:31 -03'00'

**Vereador Juliano Lopes**



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
	3

**Justificativa**

A instabilidade do preço do petróleo e o alto índice de poluição dos veículos movidos a combustíveis fósseis obriga-nos a repensar o modelo das grandes metrópoles. O aumento de veículos elétricos no município é uma medida importante para redução de emissões de CO<sub>2</sub>, diminuição dos níveis de ruídos na capital e redução das chamadas “ilhas de calor”, vez que não geram a emissão de gases.

A tecnologia está avançando consideravelmente nesse campo, e diversos países da Europa já planejam a substituição de 100% da frota de veículos do país, públicos e particulares.

Dessa feita, não só é completamente possível como extremamente recomendável que Belo Horizonte de mais esse passo em direção à sustentabilidade ambiental e à inovação. A adoção dos veículos elétricos já foi incorporada por outros entes federativos de forma isolada, mas a capital mineira será, com a ajuda dos nobres colegas que compõem esse parlamento, a primeira a tornar uma ação concreta para substituição integral da frota por veículos elétricos.

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 07/07/2022 16:19:56 BRT  
**Versão do software** 2.8.1  
**Nome do arquivo** Projeto de lei veículos eletricos (final).1.pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 655be50d4a3647e57b479ff2cf1d25b7a15a8b309f65ecd147a3  
1315b9e3a0df

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*,  
OU=Certificado PFA3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5,  
O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Atributos obrigatórios/opcionais</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:\*\*\*401486\*\*, OU=Certificado  
PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR

## ▼ Informações da assinatura

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Atributos obrigatórios/opcionais</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=WANDERLEY DE ARAUJO PDRTO FILHO:\*\*\*398016\*\*, OU=Certificado  
PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,

Modo escuro ☐

C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

## ► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:\*\*\*770687\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

## ► Caminho de certificação

## ► Atributos

▼ Assinatura por CN=ALVARO DAMIAO VIEIRA DA PAZ:\*\*\*363616\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

## ► Caminho de certificação

## ► Atributos

▼ Assinatura por CN=REINALDO GOMES DE SOUZA:\*\*\*813486\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada

Modo escuro ☐

<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=JULIANO LOPES LOBATO:\*\*\*604156\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Atributos obrigatórios/opcionais</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=MARILDA DE CASTRO PORTELA:\*\*\*215086\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Atributos obrigatórios/opcionais</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Atributos obrigatórios/opcionais</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

Modo escuro ☐



## ► Atributos

▼ Assinatura por CN=NELI PEREIRA DE AQUINO:\*\*\*531516\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

## ► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=CELIO DA ASSUNCAO FROIS:\*\*\*669686\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Atributos obrigatórios/opcionais	Aprovados
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

## ► Caminho de certificação

## ► Atributos

▼ Assinatura por CN=HENRIQUE HIGIDIO BRAGA:\*\*\*694616\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC INFOCO DIGITAL v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Em conformidade com o padrão
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Certificados necessários	Nenhum certificado é necessário
Mensagem de alerta	Atualizações incrementais não verificadas

## ► Caminho de certificação

Modo escuro ☐



PROJETO DE LEI Nº 442/22

Altera a forma de remuneração pela prestação de serviços de transporte público coletivo de passageiros no município

Art. 1º – A remuneração pelo serviço de transporte público coletivo de passageiros no município de Belo Horizonte será calculada em razão da distância percorrida pelas linhas.

Art. 2º – A Superintendência de Mobilidade – SUMOB - definirá a rede de transporte, o quadro de horários e o trajeto das linhas de ônibus.

§1º – É de responsabilidade da SUMOB a emissão das Ordens de Serviço – OS – que determinarão aos concessionários do transporte público coletivo, o trajeto a ser percorrido por cada linha e a produção quilométrica diária necessária.

§2º – A operação de linha em trajeto sem a emissão da respectiva Ordem de Serviço pela SUMOB não será considerada para nenhum efeito, e não gera dever de remuneração ou qualquer outro ressarcimento pelo município.

§3º – Aplica-se a regra do §2º aos casos em que a prestação do serviço estiver em desacordo com o descrito na Ordem de Serviços.

§4º – Considera-se para os fins dessa Lei, Ordem de Serviço – OS - como documento que formaliza as especificidades do serviço a ser prestado.

Art. 3º – A tarifa do transporte público coletivo cobrada do usuário final será determinada pelo Poder Executivo, devendo ser o valor direcionado ao custeio do serviço, podendo ser complementado quando necessário por determinação de Lei específica.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
<i>AB</i>	<i>2</i>

**Parágrafo Único:** Nos casos em que houver remuneração excedente à devida de acordo com as Ordens de Serviços, o valor será direcionado para investimentos na rede de mobilidade urbana do município.

**Art. 4º** – O controle e a gestão dos valores arrecadados diariamente pela cobrança da tarifa será feito diretamente pelo Poder Executivo, que realizará o repasse às concessionárias após a verificação da conformidade dos trajetos, distâncias e horários com os estabelecidos na respectiva Ordem de Serviço.

**Parágrafo Único:** Os resultados financeiros com a arrecadação de tarifa do transporte público coletivo de passageiros serão publicados mensalmente em sítio eletrônico oficial em formato que garanta a efetiva transparência da gestão dos valores.

**Art. 5º** – Eventual alteração do equilíbrio econômico e financeiro deverá ser comprovada na forma e termo estabelecidos no contrato firmado a partir da adjudicação da concorrência pública 131/08, entre o Poder Executivo e as concessionárias prestadoras do serviço.

**Parágrafo Único:** É vedado o pagamento de qualquer parcela que não seja decorrente da remuneração pela produção quilométrica que esteja amparada por OS emitida pela SUMOB, sem que haja comprovação real de desequilíbrio em estrita observação do disposto no contrato de concessão vigente.

**Art. 6º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CELIO  
EDEIROS  
ORREA:9  
727896

Assinado de forma digital por CELIO EDEIROS ORREA:91572789620 DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, ou=CELIO EDEIROS ORREA:91572789620 Dados: 2022.10.27 14:23:27 -03'00'

CLEITON  
XAVIER DA  
SILVA:0456  
3721646

Assinado de forma digital por CLEITON XAVIER DA SILVA:04563721646 DN: c=BR, o=CP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, ou=CLEITON XAVIER DA SILVA:04563721646 Dados: 2022.10.26 17:39:43 -03'00'

CLAUDIO  
MOTA  
CAMPOS:33  
976406104

Assinado de forma digital por CLAUDIO MOTA CAMPOS:33976406104 Dados: 2022.10.26 16:59:32 -03'00'

MILTON DE  
FREITAS  
CARVALHO  
JUNIOR:030  
47581673

Assinado de forma digital por MILTON DE FREITAS CARVALHO JUNIOR:03047581673 Dados: 2022.10.27 10:41:39 -03'00'

WILSON  
MELO  
JUNIOR:67  
147976649

Assinado de forma digital por WILSON MELO JUNIOR:67147976649 Dados: 2022.10.26 16:24:09 -03'00'

MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:027  
49830605

Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO CRISPIM:02749830605 Dados: 2022.10.26 15:45:47 -03'00'

LEONARDO  
SILVEIRA  
DE CASTRO  
PIRES:7794  
0148672

Assinado de forma digital por LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRE:77940148672 Dados: 2022.10.26 15:21:39 -03'00'

DUDA  
SALABERT  
T  
ROSA:049  
67383645

Assinado de forma digital por DUDA SALABERT ROSA:04967383645 Dados: 2022.10.26 15:02:43 -03'00'

GABRIEL  
SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:014  
66629622

Assinado de forma digital por GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=20828519000170, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, ou=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622 Dados: 2022.10.25 16:52:41 -03'00'

WESLEY  
MOREIRA DE  
PINHO:0031  
5187611

Assinado de forma digital por WESLEY MOREIRA DE PINHO:00315187611 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=09461647000195, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A3, ou=WESLEY MOREIRA DE PINHO:00315187611 Dados: 2022.10.26 12:17:47 -03'00'

Assinado de forma digital por CELIO DA ASSUNCAO FROIS:67066968620 Dados: 2022.10.26 14:22:21 -03'00'

REINALDO  
GOMES DE  
SOUZA:76781  
348604

Assinado de forma digital por REINALDO GOMES DE SOUZA:76781348604 Dados: 2022.10.26 12:03:56 -03'00'

PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:039  
50063684

Assinado de forma digital por PEDRO LUIZ NEVES VICTER ANANIAS:03950063684 Dados: 2022.10.26 13:57:16 -03'00'

IRLAN CHAVES  
DE OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, ou=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634 Dados: 2022.10.26 14:56:08 -03'00'

MARILDA  
DE CASTRO  
PORTELA:00  
821508695

Assinado de forma digital por MARILDA DE CASTRO PORTELA:00821508695 Dados: 2022.10.26 17:18:48 -03'00'



Dirleg	Fl.
PA	3

### JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo alterar a sistemática de cobrança do transporte coletivo da capital. Atualmente, o sistema é remunerado exclusivamente pelo número de passageiros transportados a cada viagem, o que estimula a superlotação dos veículos em detrimento do atendimento de linhas consideradas pouco lucrativas.

A alteração proposta é remunerar as concessionárias por produção quilométrica, ou seja, pelo trajeto percorrido por cada linha, independente do número de passageiros transportados.

Nessa nova lógica, o executivo reassume o controle das linhas e horários para direcioná-las a satisfazer o interesse público, determinando previamente o trajeto, os horários e a distância a ser percorrida, o que beneficia diretamente as viagens noturnas e o aumento do número de viagens em horário de pico.

Além disso, o controle e gestão dos valores arrecadados a título de tarifa retornam ao executivo, que só realizará o pagamento do serviço se confirmada a prestação na forma e nos termos exigidos pelo poder público (como ocorre com qualquer outro serviço).

Dessa feita, apresento a proposta para análise dos nobres pares a fim de provocar a discussão de soluções efetivas para o transporte coletivo na capital.

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 27/10/2022 18:00:03 UTC  
**Versão do software** 2.10

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** PL mobilidade producao quilometrica VF (15).pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** a8924f9c1e673a8e4a43a9c8196f8ed66336c840d5b8669c3dcd2bacef106e11  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 15

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** October 25, 2022 at 7:52:41 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=REINALDO GOMES DE SOUZA:\*\*\*813486\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** October 26, 2022 at 3:03:56 PM UTC

▶ Informações do assinante

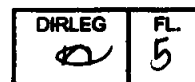
▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=WESLEY MOREIRA DE PINHO:\*\*\*151876\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 3:17:47 PM UTC

**Status dos atributos**

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=PEDRO LUIZ NEVES VICTER ANANIAS:\*\*\*500636\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 4:57:16 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=CELIO DA ASSUNCAO FROIS:\*\*\*669686\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 5:22:21 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 5:56:08 PM UTC

**Status dos atributos**

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:\*\*\*673836\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 6:02:43 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:\*\*\*401486\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 6:21:39 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=MARCOS ANTONIO CRISPIM:\*\*\*498306\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 6:45:47 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=WILSON MELO JUNIOR:\*\*\*479766\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 7:24:09 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=CLAUDIO MOTA CAMPOS:\*\*\*764061\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
---------------------------	-----------

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## Verificador de Conformidade

Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 7:59:32 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=MARILDA DE CASTRO PORTELA:\*\*\*215086\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 8:18:48 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=CLEITON XAVIER DA SILVA:\*\*\*637216\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 8:39:43 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=MILTON DE FREITAS CARVALHO JUNIOR:\*\*\*475816\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 27, 2022 at 1:41:39 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



▼ Assinatura por CN=HELIO MEDEIROS CORREA:\*\*\*727896\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 27, 2022 at 5:23:27 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



PROJETO DE LEI Nº 444/22

Institui a implementação de faixas exclusivas para o transporte coletivo público de passageiros nas vias que menciona e dá outras providências

Art. 1º – As vias arteriais do município de Belo Horizonte contarão com faixa exclusiva destinada ao serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus.

Parágrafo Único: A autorização para a circulação de outros veículos em faixas exclusivas caberá ao Poder Executivo através de regulamento.

Art. 2º – A regra do artigo 1º não se aplica aos casos em que, por motivo de ordem legal, técnica ou contrariedade ao interesse público, a via não puder comportar a instalação de faixa exclusiva, desde que devidamente justificado por ato administrativo motivado publicado na imprensa oficial.

Parágrafo único: Nas hipóteses descritas no *caput* deste artigo, os atos administrativos que excluam a implementação de faixa exclusiva em vias arteriais serão individualizados, não podendo um mesmo ato justificar o impedimento à implementação da faixa exclusiva em mais de uma via.

Art. 3º – As faixas exclusivas de que trata esta Lei poderão ser reversíveis, respeitada a exclusividade para os veículos destinados ao transporte público coletivo de passageiros nos períodos considerados de pico, definidos em regulamento pelo órgão municipal competente.

Art. 4º – As vias arteriais ou trechos de vias arteriais contidas no perímetro da Avenida do Contorno serão objeto de estudo e análise específica, que considerará todo o contexto de mobilidade urbana, não limitado ao tráfego de veículos automotores.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
<i>PA</i>	2

Art. 5º – Para os efeitos dessa Lei, considera-se VIA ARTERIAL aquela caracterizada por interseções em nível, geralmente controlada por semáforo, com acessibilidade aos lotes lindeiros e às vias secundárias e locais, possibilitando o trânsito entre as regiões da cidade.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JORGE  
LUIZ DOS  
SANTOS:02  
377068731**

Assinado de forma digital por  
JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PF A3, cn=JORGE LUIZ DOS  
SANTOS:02377068731  
Dados: 2022.10.26 12:52:28  
-03'00'

**GABRIEL  
SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:014  
66629622**

Assinado de forma digital por  
GABRIEL SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:01466629622  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=20828519000170,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF  
A3, cn=GABRIEL SOUSA MARQUES  
DE AZEVEDO:01466629622  
Dados: 2022.10.26 11:26:43 -03'00'

**REINALDO  
GOMES DE  
SOUZA:76781  
348604**

Assinado de forma  
digital por REINALDO  
GOMES DE  
SOUZA:76781348604  
Dados: 2022.10.26  
12:02:43 -03'00'

**FERNANDA  
PEREIRA  
ALTOE:0451  
9898641**

Assinado de forma  
digital por  
FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.10.26  
12:28:08 -03'00'

**WESLEY  
MOREIRA DE  
PINHO:00315187  
611**

Assinado de forma digital por WESLEY  
MOREIRA DE PINHO:00315187611  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI  
Multipla v5, ou=09461647000195,  
ou=Videoconferencia, ou=Certificado  
PF A3, cn=WESLEY MOREIRA DE  
PINHO:00315187611  
Dados: 2022.10.26 12:16:41 -03'00'

**PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:039  
50063684**

Assinado de forma  
digital por PEDRO LUIZ  
NEVES VICTER  
ANANIAS:03950063684  
Dados: 2022.10.26  
13:56:17 -03'00'

**CELIO DA  
ASSUNCAO  
FROIS:6706696  
8620**

Assinado de forma  
digital por CELIO DA  
ASSUNCAO  
FROIS:67066968620  
Dados: 2022.10.26  
14:16:09 -03'00'

**IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:923607  
69634**

Assinado de forma digital por  
IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA  
MELO:92360769634  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado  
PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE  
OLIVEIRA MELO:92360769634  
Dados: 2022.10.26 14:52:14  
-03'00'

**DUDA  
SALABERT  
T  
ROSA:049  
67383645**

Assinado de  
forma digital por  
DUDA SALABERT  
ROSA:049673836  
45  
Dados:  
2022.10.26  
15:04:53 -03'00'

**WANDERLEY  
DE ARAUJO  
PORTO  
FILHO:05239  
801673**

Assinado de forma  
digital por  
WANDERLEY DE  
ARAUJO PORTO  
FILHO:05239801673  
Dados: 2022.10.26  
15:11:36 -03'00'

**LEONARDO  
SILVEIRA DE  
CASTRO  
PIRES:77940148672**

Assinado de forma  
digital por LEONARDO  
SILVEIRA DE CASTRO  
PIRES:77940148672  
Dados: 2022.10.26  
15:31:28 -03'00'

**MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:  
02749830  
605**

Assinado de  
forma digital por  
MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:027498  
30605  
Dados:  
2022.10.26  
15:41:45 -03'00'

**WILSON  
MELO  
JUNIOR:67  
14797664  
9**

Assinado de  
forma digital por  
WILSON MELO  
JUNIOR:6714797  
6649  
Dados:  
2022.10.26  
16:21:02 -03'00'

**CLAUDIO  
MOTA  
CAMPOS:339  
76406104**

Assinado de forma  
digital por CLAUDIO  
MOTA  
CAMPOS:33976406104  
Dados: 2022.10.26  
17:05:09 -03'00'

**MARILDA  
DE  
CASTRO  
PORTELA:0  
082150869  
5**

Assinado de  
forma digital  
por MARILDA DE  
CASTRO  
PORTELA:00821  
508695  
Dados:  
2022.10.26  
17:19:57 -03'00'

**CLEITON  
XAVIER  
DA  
SILVA:045  
63721646**

Assinado de forma digital  
por CLEITON XAVIER DA  
SILVA:04563721646  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil,  
ou=AC SOLUTI Multipla  
v5, ou=22882751000111,  
ou=Presencial,  
ou=Certificado PF A3,  
cn=CLEITON XAVIER DA  
SILVA:04563721646  
Dados: 2022.10.26  
17:37:38 -03'00'

**MILTON DE  
FREITAS  
CARVALHO  
JUNIOR:03  
047581673**

Assinado de forma  
digital por MILTON  
DE FREITAS  
CARVALHO  
JUNIOR:030475816  
73  
Dados: 2022.10.27  
10:37:01 -03'00'

**FLAVIA  
FERREIRA  
BORJA  
PINTO:969  
40018620**

Assinado de  
forma digital por  
FLAVIA  
FERREIRA BORJA  
PINTO:96940018  
620  
Dados:  
2022.10.27  
12:14:44 -03'00'

**HELIO  
MEDEIROS  
CORREA:915**

Assinado de forma digital por HELIO  
MEDEIROS CORREA:9157279620  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multipla v5,  
ou=22882751000111,  
ou=Presencial, ou=Certificado PF A3,  
cn=HELIO MEDEIROS  
CORREA:9157279620



Dirleg	Fl.
<del>1</del>	3

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por objetivo determinar soluções urgentes a serem adotadas pela prefeitura a fim de melhorar o fluxo de veículos na capital, principalmente do transporte coletivo.

A instalação de mecanismos como faixas exclusivas são soluções comprovadamente eficazes para a redução do tempo de viagem no transporte coletivo, meio utilizado pela maior parte dos trabalhadores no município.

A reversibilidade das faixas exclusivas propostas visa garantir uma maior flexibilidade da malha viária do município.

Certo que a medida pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e do trânsito na cidade, encaminho aos colegas para apreciação.

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 27/10/2022 17:56:45 UTC  
**Versão do software** 2.10

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** PL mobilidade faixas exclusivas VF (19).pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 66fbd1807fe5332c9d11ceab030483de50423685b1303b69e7b1c98816337298  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 19

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** October 26, 2022 at 2:26:43 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=REINALDO GOMES DE SOUZA:\*\*\*813486\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** October 26, 2022 at 3:02:43 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=WESLEY MOREIRA DE PINHO:\*\*\*151876\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 3:16:41 PM UTC

**Status dos atributos**

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 3:28:08 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:\*\*\*770687\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 3:52:28 PM UTC

**Status dos atributos**

Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=PEDRO LUIZ NEVES VICTER ANANIAS:\*\*\*500636\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura**

Destacada

**Status da assinatura**

Aprovado

**Caminho de certificação**

Aprovado

**Estrutura da assinatura**

Conformidade com o padrão (ISO 32000).

**Cifra assimétrica**

Aprovada

**Resumo criptográfico**

Correto

**Data da assinatura**

October 26, 2022 at 4:56:17 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=CELIO DA ASSUNCAO FROIS:\*\*\*669686\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



## Verificador de Conformidade

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 5:16:09 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 5:52:14 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=DUDA SALABERT ROSA:\*\*\*673836\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=36432667000100, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 6:04:53 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=WANDERLEY DE ARAUJO PORTO FILHO:\*\*\*398016\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 6:11:36 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:\*\*\*401486\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 6:31:28 PM UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=MARCOS ANTONIO CRISPIM:\*\*\*498306\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 6:41:45 PM UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=WILSON MELO JUNIOR:\*\*\*479766\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 7:21:02 PM UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=CLAUDIO MOTA CAMPOS:\*\*\*764061\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 8:05:09 PM UTC

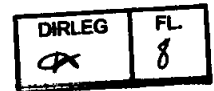
## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=MARILDA DE CASTRO PORTELA:\*\*\*215086\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 8:19:57 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=CLEITON XAVIER DA SILVA:\*\*\*637216\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 8:37:38 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=MILTON DE FREITAS CARVALHO JUNIOR:\*\*\*475816\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 27, 2022 at 1:37:01 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=FLAVIA FERREIRA BORJA PINTO:\*\*\*400186\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 27, 2022 at 3:14:44 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

▼ Assinatura por CN=HELIO MEDEIROS CORREA:\*\*\*\*727896\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 27, 2022 at 5:25:49 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



**PROJETO DE LEI Nº 446/22**

Dispõe sobre o sistema de bilhetagem eletrônica no serviço transporte público coletivo, convencional e suplementar, de passageiros por ônibus em Belo Horizonte.

Art. 1º – Esta Lei dispõe sobre o sistema de bilhetagem eletrônica no serviço municipal de transporte público coletivo, convencional e suplementar, de passageiros por ônibus.

Parágrafo único: Entende-se por sistema de bilhetagem eletrônica o conjunto de equipamentos, programas, aplicativos e procedimentos operacionais projetados e implantados com a finalidade de controlar a operação e o fluxo de valores em sistemas de transporte público de passageiros.

Art. 2º – O sistema de bilhetagem eletrônica tem como objetivo fornecer um sistema integrado de pagamento de tarifas e controle de acesso aos usuários, com o propósito de:

I – possibilitar a coleta e o processamento de dados necessários ao planejamento e ao controle do desempenho do serviço de transporte público coletivo;

II – proporcionar o controle numérico dos passageiros de forma que todos os usuários sejam contabilizados pelos validadores dos ônibus e das estações de integração.

III – aprimorar o controle e o gerenciamento dos beneficiários de gratuidade;

IV – proporcionar maior segurança por meio da redução de moeda corrente nos procedimentos de cobrança de passagens nos ônibus;

V – reduzir a evasão de receitas e eventuais fraudes.

Art. 3º – O sistema de bilhetagem eletrônica deverá permitir a coleta dos dados definidos pelo poder concedente que sejam necessários para o controle e a regulação de políticas públicas de mobilidade urbana.



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
<i>Sten</i>	2

§1º – Os dados de que trata o caput serão disponibilizados pelo operador do sistema de bilhetagem eletrônica em formato aberto e auditável, nos termos de regulamento.

§2º – Todos dados provenientes do sistema de pagamento eletrônico instituído no Município de Belo Horizonte são de titularidade do Poder Concedente, conforme disposto pelo § 2º, do art. 5º da Lei nº 11.417, de 4 de outubro de 2022.

Art. 4º – O sistema de bilhetagem eletrônica utilizará cartões inteligentes recarregáveis, cartões de crédito ou débito por meio da tecnologia NFC - Near Field Communication ou outra tecnologia que cumpra as mesmas funções, pagamento por QR Code digitalmente ou impresso em bilhete de utilização única, além de outras formas e mídias que permitam a validação de créditos eletrônicos de passagem diretamente no validador do veículo.

§1º – O sistema deverá prever a possibilidade de armazenagem, nos cartões inteligentes, de créditos eletrônicos de outros sistemas de transporte no município e região metropolitana de Belo Horizonte.

§2º – Não será autorizada a cobrança de nenhuma taxa de serviço para a venda e recarga de créditos quando a compra for efetuada diretamente por pessoa física.

§3º – Fica garantida a opção de pagamento dos créditos eletrônicos de passagem por moeda corrente em qualquer ponto de venda, exceto no interior dos veículos.

Art. 5º – É admitida a multiplicidade de operadoras dos sistemas de bilhetagem eletrônica, desde que observadas as disposições desta lei e os parâmetros técnicos definidos pelo Poder Concedente.

Art. 6º – A Superintendência de Mobilidade do município de Belo Horizonte – Sumob – deverá estabelecer as políticas de operação e funcionamento do sistema de bilhetagem eletrônica e definir sua parametrização, com as seguintes atribuições:

I – regulamentar a utilização e os canais de venda e de consulta de créditos eletrônicos aos usuários;



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
<i>Dr.</i>	3

II – analisar as informações financeiras e operacionais obtidas por meio do sistema de bilhetagem eletrônica com vistas ao constante aprimoramento do sistema de transporte público;

III – fiscalizar e proceder auditoria na operação do sistema de bilhetagem eletrônica;

IV – manter canais de comunicação com os usuários e com as operadoras dos sistemas de bilhetagem eletrônica.

Art. 7º – Constitui obrigação do operador do sistema de bilhetagem eletrônica:

I – Disponibilizar em tempo real toda a base de dados do sistema de bilhetagem eletrônica, inclusive informações gerenciais de bilhetagem e controle operacional da frota;

II – emitir, comercializar e distribuir cartões inteligentes, bilhete de utilização única ou qualquer outra forma para validação da passagem observado o caput do art. 4º, diretamente ou por meio de agentes comercializadores;

III – registrar todos os usuários, inclusive os beneficiários de isenção tarifária, respeitando em todos os casos a legislação vigente;

IV – proceder à implantação de rede de canais de vendas de créditos, podendo, para tanto, celebrar parcerias com estabelecimentos bancários, comerciais e similares.

V – viabilizar a aquisição de créditos eletrônicos por meio da internet, PIX e outros meios digitais;

VI – instalar e manter os equipamentos e tecnologias necessárias à operação do sistema de bilhetagem eletrônica em perfeito estado de funcionamento em toda a frota do sistema de transporte público;

VII – Manter o sistema de bilhetagem eletrônica tecnologicamente atualizado.

Art. 8º – A Sumob regulamentará a implantação de novas tecnologias de controle, por meio da atualização e modernização das técnicas, dos equipamentos e das instalações representando a melhoria e a expansão do serviço de bilhetagem eletrônica.

Art. 9º – Qualquer nova tecnologia implantada, que eventualmente elimine ou restrinja alguma função do serviço municipal de transporte público coletivo, deverá ser





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
	4

acompanhada de programa de requalificação e recolocação dos trabalhadores atingidos, pelas empresas concessionárias.

Art. 10º – As concessionárias e os permissionários do serviço de transporte público coletivo de passageiros por ônibus no Município deverão adequar a prestação do serviço ao disposto nesta Lei até 31 de março de 2023.

Art. 11 – O parágrafo único do art. 4-A da Lei 8.224 de 28 de setembro de 2001 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4-A - (...)

Parágrafo único – nos serviços especiais caracterizados como executivos, turísticos ou miniônibus, os passageiros deverão ser transportados sentados, admitindo-se excepcionalmente, a permanência de usuários em pé, desde que observado o limite máximo de seis passageiros simultaneamente”.

HELIO  
MEDEIROS  
CORREA:9  
15727896  
20

Assinado de forma digital por HELIO MEDEIROS CORREA:91572789620 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=HELIO MEDEIROS CORREA:91572789620 Dados: 2022.10.27 14:28:47 -03'00'

JOSE DE  
JESUS  
FERREIRA:  
05888715  
670

Assinado de forma digital por JOSE DE JESUS FERREIRA:05888715670 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=JOSE DE JESUS FERREIRA:05888715670 Dados: 2022.10.27 13:49:18 -03'00'

Art. 12 – O Poder executivo regulamentará o disposto nessa Lei.

Art. 13 – Ficam revogados os art.s 2º, 3º e 4º da Lei nº 8.224 de 28 de setembro de 2001.

CLEITON  
XAVIER DA  
SILVA:0456  
3721646

Assinado de forma digital por CLEITON XAVIER DA SILVA:04563721646 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=CLEITON XAVIER DA SILVA:04563721646 Dados: 2022.10.26 17:41:23 -03'00'

Art. 14 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MARILDA  
DE CASTRO  
PORTELA:00  
821508695

Assinado de forma digital por MARILDA DE CASTRO PORTELA:00821508695 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=MARILDA DE CASTRO PORTELA:00821508695 Dados: 2022.10.26 17:21:03 -03'00'

CLAUDIO  
MOTA  
CAMPOS:33  
976406104

Assinado de forma digital por CLAUDIO MOTA CAMPOS:33976406104 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=CLAUDIO MOTA CAMPOS:33976406104 Dados: 2022.10.26 17:02:54 -03'00'

JORGE LUIZ  
DOS  
SANTOS:023  
77068731

Assinado de forma digital por JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=JORGE LUIZ DOS SANTOS:02377068731 Dados: 2022.10.26 12:55:01 -03'00'

GABRIEL  
SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:014  
66629622

Assinado de forma digital por GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622 Dados: 2022.10.26 16:53:31 -03'00'

REINALDO  
GOMES DE  
SOUZA:7678  
1348604

Assinado de forma digital por REINALDO GOMES DE SOUZA:76781348604 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=REINALDO GOMES DE SOUZA:76781348604 Dados: 2022.10.26 11:55:45 -03'00'

MILTON DE  
FREITAS  
CARVALHO  
JUNIOR:030  
47581673

Assinado de forma digital por MILTON DE FREITAS CARVALHO JUNIOR:03047581673 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=MILTON DE FREITAS CARVALHO JUNIOR:03047581673 Dados: 2022.10.27 10:27:13 -03'00'

FLAVIA FERREIRA  
BORJA  
PINTO:969400186  
20

Assinado de forma digital por FLAVIA FERREIRA BORJA PINTO:96940018620 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=FLAVIA FERREIRA BORJA PINTO:96940018620 Dados: 2022.10.27 12:18:16 -03'00'

FERNANDA  
PEREIRA  
ALTOE:0451  
9898641

Assinado de forma digital por FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=FERNANDA PEREIRA ALTOE:04519898641 Dados: 2022.10.26 17:30:31 -03'00'

WESLEY  
MOREIRA DE  
PINHO:0031518  
7611

Assinado de forma digital por WESLEY MOREIRA DE PINHO:00315187611 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=WESLEY MOREIRA DE PINHO:00315187611 Dados: 2022.10.26 12:15:24 -03'00'

CELIO DA  
ASSUNCAO  
FROIS:67066  
968620

Assinado de forma digital por CELIO DA ASSUNCAO FROIS:67066968620 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=CELIO DA ASSUNCAO FROIS:67066968620 Dados: 2022.10.26 14:07:53 -03'00'

IRLAN  
CHAVES DE  
OLIVEIRA  
MELO:9236  
0769634

Assinado de forma digital por IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:92360769634 Dados: 2022.10.26 14:49:38 -03'00'

LEONARDO  
SILVEIRA DE  
CASTRO  
PIRES:779401  
48672

Assinado de forma digital por LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRE:77940148672 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRE:77940148672 Dados: 2022.10.26 15:23:41 -03'00'

MARCOS  
ANTONIO  
CRISPIM:0274  
9830605

Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO CRISPIM:02749830605 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=MARCOS ANTONIO CRISPIM:02749830605 Dados: 2022.10.26 15:43:56 -03'00'

WILSON  
MELO  
JUNIOR:67147  
976649

Assinado de forma digital por WILSON MELO JUNIOR:67147976649 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5, ou=22882751000111, ou=Presencial, ou=Certificado PF A3, cn=WILSON MELO JUNIOR:67147976649 Dados: 2022.10.26 16:25:51 -03'00'

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposição tem por objetivo determinar a adoção de formas de pagamento eletrônico da tarifa do transporte público coletivo de passageiros no município de Belo Horizonte.

A instalação de mecanismos para facilitar o pagamento é uma realidade em diversos municípios do país, trazendo agilidade ao usuário, a redução do tempo de embarque e, conseqüentemente, do tempo de viagem.

A adoção da tecnologia NFC, além de outras previstas na proposta, permite os pagamentos por aproximação, não estando vinculado a uma instituição ou a um único operador do sistema de bilhetagem, como ocorre hoje.

A multiplicidade de fornecedores e a concorrência entre os sistemas de cobrança da tarifa devem ser estimuladas uma vez que é claro o benefício final ao usuário do sistema de transporte municipal.

INÍCIO TERMOS DE USO F.A.Q.

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 27/10/2022 17:52:07 UTC  
**Versão do software** 2.10

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** PL mobilidade bilhetagem NFC VF (17).pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** 32f419e91fa9feafa3362f69bef84918343cce7955fdb9b5d34c5e36d5dbaf79  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 17

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** October 25, 2022 at 7:53:34 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** October 25, 2022 at 8:30:31 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=REINALDO GOMES DE SOUZA:\*\*\*813486\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐



<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 2:55:45 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=WESLEY MOREIRA DE PINHO:\*\*\*151876\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 3:15:24 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=JORGE LUIZ DOS SANTOS:\*\*\*770687\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 3:55:01 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=CELIO DA ASSUNCAO FROIS:\*\*\*669686\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 5:07:53 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=IRLAN CHAVES DE OLIVEIRA MELO:\*\*\*607696\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 5:49:38 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

## ▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=LEONARDO SILVEIRA DE CASTRO PIRES:\*\*\*401486\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 6:23:41 PM UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=MARCOS ANTONIO CRISPIM:\*\*\*498306\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 6:43:56 PM UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=WILSON MELO JUNIOR:\*\*\*479766\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 26, 2022 at 7:25:51 PM UTC

## ▶ Informações do assinante

## ▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

▼ Assinatura por CN=CLAUDIO MOTA CAMPOS:\*\*\*764061\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=73999229000155, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 8:02:54 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=MARILDA DE CASTRO PORTELA:\*\*\*215086\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 8:21:03 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=CLEITON XAVIER DA SILVA:\*\*\*637216\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 26, 2022 at 8:41:23 PM UTC
<b>Status dos atributos</b>	Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=MILTON DE FREITAS CARVALHO JUNIOR:\*\*\*475816\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

<b>Tipo de assinatura</b>	Destacada
<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Data da assinatura</b>	October 27, 2022 at 1:27:13 PM UTC

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=FLAVIA FERREIRA BORJA PINTO:\*\*\*400186\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 27, 2022 at 3:18:16 PM UTC

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

▼ Assinatura por CN=JOSE DE JESUS FERREIRA:\*\*\*887156\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 27, 2022 at 4:49:18 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

▼ Assinatura por CN=HELIO MEDEIROS CORREA:\*\*\*727896\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=22882751000111, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	October 27, 2022 at 5:28:47 PM UTC
Status dos atributos	Aprovados

► Informações do assinante

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

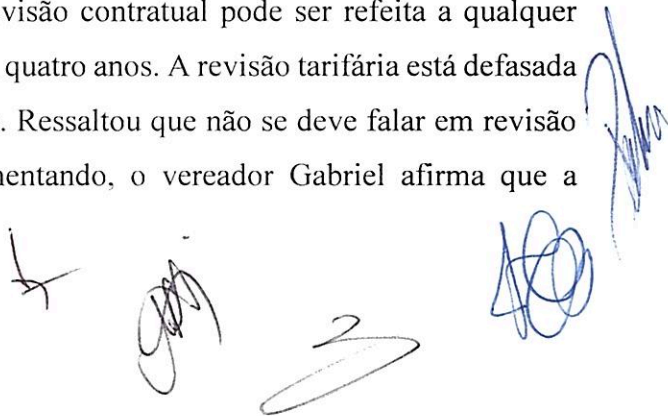
**Presentes:** ; a Presidente da Câmara Municipal vereadora Nely Aquino; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Gabriel; o vereador Pedro Patrus; o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas; o Presidente da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, Sr. Diogo Prosdocimi; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona, o Assessor Especial do Prefeito, Jorge Luiz Schmitt-Prym.

A Presidente da Câmara deu início à reunião informando que os vereadores em discussão prévia construíram uma proposta para os trabalhos do GT. Solicitou ao vereador Gabriel que apresentasse os pontos. O vereador Gabriel fez um histórico das reuniões do último Comitê e detalhou que naquela oportunidade as reuniões foram divididas por temas para organizar os trabalhos: 1) infraestrutura; 2) política tarifária; 3) bilhetagem eletrônica; 4) remuneração dos operadores; 5) tecnologia; 6) abertura de mercado; 7) ouvidoria, transparência e participação popular, e 8) integração metropolitana. Sugeriu que seja feito algo semelhante e que os temas sejam definidos com antecedência para melhor organização.

Destacou que a questão urgente a ser tratada é o projeto de lei que está tramitando na Câmara Municipal e sugeriu que o transporte público suplementar seja tratado em projeto distinto dos contratos de concessão das empresas de ônibus. Justificou que os temas possuem complexidade diferente e a discussão dos transportes suplementar poderia ser feita de forma mais célere.

Sobre a divisão dos temas, o secretário Fleury pontuou que o aporte tem como referência para definição do seu valor o volume de gratuidades, parâmetro possível de verificação e que simplifica a análise do PL como um todo.

A vereadora Fernanda Altoé ressalta que a revisão contratual pode ser refeita a qualquer momento. A revisão tarifária deve ser feita de quatro em quatro anos. A revisão tarifária está defasada desde 2012. Não há um cálculo de 2013 aos dias atuais. Ressaltou que não se deve falar em revisão contratual se não há uma revisão tarifária. Complementando, o vereador Gabriel afirma que a



aprovação do projeto não garante que não haverá aumento da passagem. Não seria uma garantia que o problema vai acabar.

Sobre a questão, o assessor Jorge Prym destacou que a ação judicial que está tramitando trata da aplicação da fórmula paramétrica e trata da reivindicação para que as fórmulas paramétricas não concedidas nos últimos anos sejam reconhecidas como um crédito líquido e certo a favor das concessionárias. O acordo de 21 de dezembro de 2021 prevê que haja a homologação do mesmo no âmbito daquela ação, e nele está prevista a redução em R\$ 0,20. Outros processos judiciais tratam da revisão tarifária e da revisão contratual, o Executivo está elaborando o Termo de Referência para contratação de auditoria para subsidiar ambas as revisões. Esse processo demora, pelo menos um ano, até a conclusão do trabalho da consultoria. A gratuidade colocada no PL é apenas uma base de cálculo com o objetivo de que a conta tenha um parâmetro objetivo. Sugeriu que as considerações apresentadas pelos vereadores poderiam ser incluídas por emenda, lembrando que um aporte público com a natureza de subsídio somente poderia ser implementado mediante lei específica.

A vereadora Nely apresenta como proposta do legislativo que sejam definidas condicionantes em um acordo com as concessionárias, a Prefeitura, a Câmara e o Ministério Público.

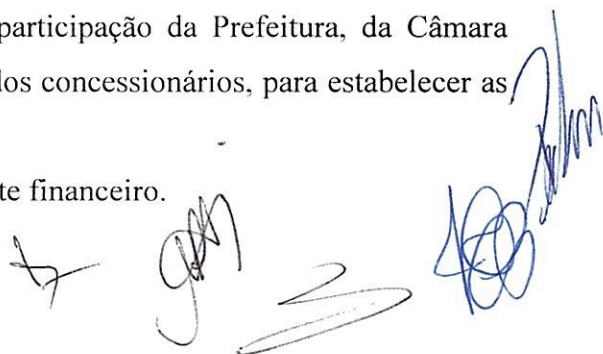
O vereador Gabriel solicitou que fosse registrado em ata (1) o questionamento sobre o porquê a Prefeitura não se colocou no polo ativo da ação civil pública do MP para anular o contrato; (2) divisão das reuniões em temas; (3) como estão os processos da auditoria da Maciel e o processo que está verificando a existência de cartel contrato.

O Subprocurador Caio Perona pontuou que os processos administrativos em relação a auditoria e para apurar eventuais irregularidades ocorridas no processo licitatório a que se referiu o Ver. Gabriel estão em andamento, mas temos uma situação emergencial que envolve o PL. Há atualmente uma decisão judicial que obriga o Executivo a instaurar o procedimento e homologar o reajuste, da qual o Município vai recorrer, conforme o Prefeito anunciou. Contudo, há uma solução em curso para evitar o reajuste que é o projeto de lei em tramitação. Ressalta também que o projeto de lei é uma norma legislativa autorizativa, não impõe o aporte de recursos. É possível condicionar a autorização à determinadas condições fáticas.

Vereadora Fernanda Altoé pondera que o acordo judicial constituiria título executivo. Vereador Gabriel propõe que o acordo judicial seja feito antes do prosseguimento do PL.

Por fim, os vereadores presentes fizeram a proposta que, antes de avançar com a análise e discussão do projeto de lei, seja feito um acordo com a participação da Prefeitura, da Câmara Municipal, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e dos concessionários, para estabelecer as seguintes condicionantes sobre o projeto de lei:

1. Estabelecimento de prazo para concessão do aporte financeiro.






2. Suspensão das ações judiciais discutindo o tema do reajuste tarifário;
3. Condicionantes contratuais para garantir a melhoria da qualidade do serviço.

Os pontos levantados durante a reunião serão levados para discussão com o Prefeito pelos representantes do Executivo e na Câmara pelos representantes do legislativo.

A presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

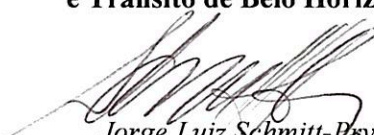


*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**



*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade  
do Município de Belo Horizonte**

*Diogo Prosdocimi*  
**Presidente da Empresa de Transportes  
e Trânsito de Belo Horizonte**



*Jorge Luiz Schmitt-Drym*  
**Assessor Especial do Prefeito**



*Fernanda Pereira Altoé*  
**Vereadora**



*Pedro Patrús*  
**Vereador**

*Caio Perona*  
**Subprocurador-Geral  
do Contencioso**



*Nely Aquino*  
**Vereadora**

*Gabriel Azevedo*  
**Vereador**

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Fuad Noman; a Presidente da Câmara Municipal, vereadora Nely Aquino; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Bruno Miranda; o Secretário Municipal de Governo, Sr. Josué Valadão; o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt-Prym; a Procuradora-Geral Interina do Município, Sra. Izabela Boaventura; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas.

O Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, deu início à reunião anunciando como objetivo principal dos trabalhos construir uma proposta de consenso para ser levada a audiência de conciliação no âmbito do Compór-MPMG. Foi distribuída a proposta apresentada pela Presidente da Câmara, Sra. Nely Aquino. Ressaltou que há decisão judicial que determina a instauração do procedimento e sua homologação com vistas a aplicação do reajuste previsto nos contratos de concessão. Por essa razão, solicitou o avanço e o foco nessa discussão para que seja construída uma proposta que possa solucionar a questão sem a necessidade de reajuste do valor das passagens.

O Prefeito passou a palavra para a Presidente da Câmara, vereadora Nely Aquino, que pontuou sobre a importância do projeto que está na Câmara para ser votado, bem como da responsabilidade do Legislativo com relação a aprovação deste projeto. De acordo com a Presidente, os vereadores concluíram que para o avanço da discussão são importantes algumas questões.

Vereadora Nely passou aos pontos. (1) Primeiro ponto: convidados para a audiência: Procurador-Geral de Justiça; Promotor de Defesa do Consumidor; Promotor de Habitação e Urbanismo; Promotor de Defesa do Patrimônio Público; representante da Defensoria Pública; representante do TJMG; representante do TCE/MG; representante da Câmara Municipal; representante do Executivo; representante do Setra e representante do Sindipautras. Acrescentou que também deve ser convidado um representante da associação que representa parte dos permissionários.





Sobre o acordo, os presentes discutiram que deverá ser assinado pelas partes e apresentado em juízo para homologação, com o efeito de suspensão da ação judicial que está em curso.

(2) O segundo ponto do acordo apresentado pelo Legislativo é que o texto do PL seja alterado para prever a autorização da concessão de um subsídio simples no mesmo valor atual, com prazo determinado de um ano e sem vinculação com a gratuidade. No acordo, prever que o subsídio será computado na verificação da modicidade tarifária quando for feita a revisão tarifária. Houve consenso em relação a proposta apresentada.

(3) Terceiro ponto: suspensão das ações judiciais e da alteração da tarifa até o final da auditoria, que tem previsão de um ano.

. A vereadora Fernanda Altoé afirma que o objetivo é manter o sistema como está e não aumentar a passagem, para posteriormente fazer o cálculo correto do valor da tarifa.

O Prefeito pontua que na redação atual do PL estamos falando em redução da tarifa, por essa razão há a vinculação com as gratuidades. Nos estudos apresentados para fundamentar o Projeto de Lei, na Mensagem encaminhada pelo Executivo e no acordo firmado com as empresas concessionárias do transporte público também encaminhado com o PL consta a motivação e fundamentação da redução da tarifa e retirar a redução é decisão da Câmara.

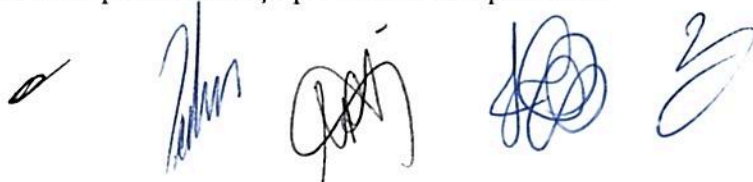
A vereadora Fernanda Altoé pontuou que a Câmara não vai entrar na discussão da redução da tarifa, que isso deve ser resolvido por contrato aditivo apenas entre o Executivo e o Setra. O vereador Pedro Patrus propõe retirar a questão da vedação à alteração do valor da tarifa das condicionantes e manter apenas a suspensão das ações judiciais.

O Prefeito afirma que não há preocupação do Executivo em discutir no futuro quanto ao correto reajuste da tarifa, por essa razão será contratada auditoria com vistas a subsidiar o processo de revisão tarifária e de revisão contratual. Contudo, a vinculação do aporte financeiro à gratuidade tem como finalidade reduzir o preço nesse momento, já que as gratuidades representam atualmente um custo ao sistema.

O Prefeito também explica que o Governo Federal acabou de aprovar no Senado o pagamento da gratuidade, está na Câmara tramitando em estágio avançado. Supondo a aprovação do pagamento da gratuidade pelo Governo Federal, no Município de Belo Horizonte seria pago a gratuidade acrescido do subsídio, com a aprovação do PL no formato apresentado pela Câmara.

Sr. Jorge Prym propõe que seja colocado no acordo que, durante o prazo de concessão do subsídio, só seria possível o aumento da tarifa condicionado a um percentual atrelado a um possível gatilho, por exemplo aumento do diesel.

Sr. Fuad, Sr. Valadão e Sr. Bruno Miranda pedem licença para outro compromisso.



Discutido o ponto, houve consenso somente em relação a apresentação de substitutivo propondo subsídio simples, sem base de cálculo vinculada, além da condicionante de suspensão das ações relativas ao reajuste das tarifas com base na fórmula paramétrica.

Vereadora Nely prossegue com os pontos do acordo. (4) O quarto ponto é a adoção do quadro de horários pré-pandemia, e o retorno do quadro de horários noturno. Discutido o ponto estabeleceu-se o consenso de que a condicionante será um acréscimo de 30% sobre o volume de viagens de março, o que representaria mais de 21.000 viagens e recompor o quadro de horários noturno. Propõe-se que o volume seja alcançado sob a forma de metas e o subsídio somente será repassado caso cumprida a meta.

A vereadora Nely leu o quinto ponto da proposta do Legislativo. (5) Indicação de bens em garantia no valor do subsídio para reversão ao Município em caso de descumprimento. Sr. Fleury aponta que como foi acordado que o subsídio só será pago após o cumprimento das metas de restabelecimento do quadro de horários, não há razão para ter garantia em bens. Houve consenso em excluir esta condicionante.

Foi lido o sexto ponto da proposta: (6) Transferência direta dos valores às empresas via Setra ou se passar pela Transfácil retirar a taxa de administração. O Executivo não vê dificuldades com essa proposta. O Sr. Jorge Prym ressaltou que essa é uma reivindicação do Sindipautras e o compromisso já foi assumido com eles. É possível manter essa cláusula para o transporte suplementar.

Sétimo ponto da proposta: (7) transparência na divisão dos valores – indicar quanto cada empresa recebeu. A proposta foi aceita por todos.

Oitavo ponto da proposta: (8) Disponibilidade, em tempo real, das imagens internas dos ônibus. A vereadora Nely aponta que atualmente as empresas não disponibilizam as imagens quando são solicitadas, o que dificulta a comprovação das viagens efetivamente realizadas. A vereadora afirma que seria uma ferramenta que facilita e possibilita a fiscalização. O Sr. André Dantas pontua que o sistema, conseguimos acompanhar pelo GPS. Concorde que as imagens são importantes, mas se preocupa com o custo disso. Vereadores entendem que pode ser retirado do acordo, já que possuem projetos que tratam disso em tramitação na câmara.

Outras questões apresentadas na proposta do Legislativo: auditoria aberta (com participação dos poderes); verificar a possibilidade do blockchain na auditoria; a contratação da auditoria não ser por pregão. Sobre esses pontos, o Sr. Jorge Prym pontua que o blockchain na auditoria é inviável, pode ser pensado apenas após a auditoria.





Sobre a proposta de divisão dos projetos entre suplementares e coletivos apresentada na reunião anterior, o Sr. Jorge Prym entende que não faz sentido agora que tratamos de um subsídio simples. Não há mais a complexidade levantada naquele momento.

O Sr. Jorge Prym sugeriu que o Executivo redija uma petição com os pontos acordados nessa reunião, cuja minuta será enviada a todos os presentes para avaliação. Estabelecido o consenso em torno da minuta esta será levada para discussão no âmbito do Centro de Autocomposição do MPMG (COMPOR). Prym pontua que temos um prazo para cumprir. A Prefeitura foi intimada hoje da decisão judicial hoje que determina a recomposição da tarifa e, portanto, o ideal é solicitar o agendamento da reunião o mais rápido possível.

A vereadora Nely vai conversar com o Prefeito para verificar a possibilidade de marcar a reunião no COMPOR para segunda-feira.

A presente ata foi lida e aprovada por todos os presentes. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada.

*Fuad Noman*  
**Prefeito de Belo Horizonte**

*Fernanda Pereira Alho*  
**Vereadora**

*Bruno Miranda*  
**Vereador**

*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**

*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**

*Nely Aquino*  
**Presidente da Câmara Municipal**

*Pedro Patrus*  
**Vereador**

*Josué Valadão*  
**Secretário Municipal de Governo**

*Jorge Luiz Schmitt-Prym*  
**Assessor Especial do Prefeito**

*Izabela Boaventura*  
**Procuradora-Geral Interina  
do Município**



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBBH**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2022**

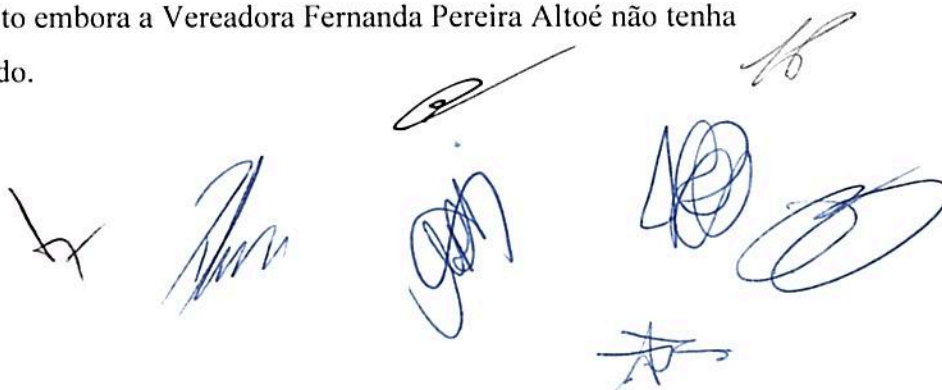
**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** a Presidente da Câmara Municipal, vereadora Nely Aquino; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Bruno Miranda; o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt-Prym; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Presidente da BHTrans, Sr. Diogo Prosdocimi.

A Presidente Nely Aquino iniciou a reunião e distribuiu a proposta de acordo reformulada pela Câmara Municipal. Vereadora Fernanda Altoé passou a leitura dos pontos. O documento foi elaborado a partir da minuta encaminhada pelo Executivo, com o ajuste de alguns pontos e houve consenso dos presentes quanto ao documento em anexo.

A Vereadora Fernanda Pereira Altoé demonstrou preocupação, juntamente com os demais Vereadores presentes, sobre o direito dos concessionários de empresas de ônibus continuarem exigindo o reajuste tarifário, com aplicação da fórmula paramétrica, para os anos de 2017, 2018, 2019 e 2020, através do ajuizamento de novas ações judiciais. Nesse momento, o Sr. Jorge Prym informou que a PBH não foi notificada pelas empresas de ônibus exigindo a aplicação da fórmula paramétrica para reajuste das tarifas, nos momentos oportunos, sendo apenas notificada dos efeitos financeiros da não aplicação da fórmula, e, com isso, somente teriam direito a essas perdas financeiras em ação de revisão contratual. Muito embora a Vereadora Fernanda Pereira Altoé não tenha concordado, o ponto foi superado.

The block contains several handwritten signatures in blue ink, likely representing the participants in the meeting. There are approximately seven distinct signatures of varying styles, some appearing to be initials or full names, scattered across the bottom right portion of the page.

A Prefeitura informa que está a disposição para a formalização do acordo e sugere que a reunião com o Ministério Público seja definida com a maior brevidade possível, cabendo à Presidente da Câmara agendar e enviar o convite aos membros relacionados na primeira reunião do GT.



*Nely Aquino*  
**Presidente da Câmara Municipal**

*Bruno Miranda*  
**Vereador**



*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**




*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**



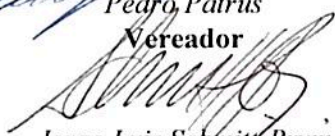
*Diogo Prosdocimi*  
**Presidente da BHTrans**



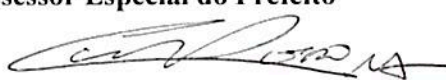
*Fernanda Pereira Altoé*  
**Vereadora**



*Pedro Patrus*  
**Vereador**



*Jorge Luiz Schmitt-Prym*  
**Assessor Especial do Prefeito**



*Caio Perona*  
**Subprocurador-Geral do Contencioso**



## PROPOSTA DE ACORDO – MINUTA

1 – O Município de Belo Horizonte – MBH e as concessionárias acordam a suspensão, até 21 de junho de 2022, das ações judiciais em curso (5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022.8.13.0024) na forma do artigo 313, II, do Código de Processo Civil, mediante as condicionantes elencadas a seguir:

2 – As concessionárias se comprometem a, imediatamente após o primeiro aporte: (i) aumentar o número de viagens diárias em dias úteis em, no mínimo, 30% em relação à média de viagens diárias em dias úteis verificada no mês de março de 2022, e (ii) retomar a prestação do serviço de transporte público em horário noturno aos níveis da média da programação realizada no último trimestre pré-pandemia (novembro/2019 a janeiro/2020).

3 – O descumprimento pelas concessionárias de qualquer das condições elencadas nesta proposta implicará no não pagamento da parcela do subsídio correspondente ao mês seguinte.

4 – O subsídio a ser implementado implica na renúncia à aplicação da fórmula paramétrica em 29/12/2021 e, acordam as partes que, enquanto vigorar o subsídio, não haverá aumento a qualquer título do valor da tarifa praticada.

5 – As partes se comprometem a computar o valor integral do subsídio quando da realização de revisão tarifária considerando-o na verificação da modicidade tarifária.

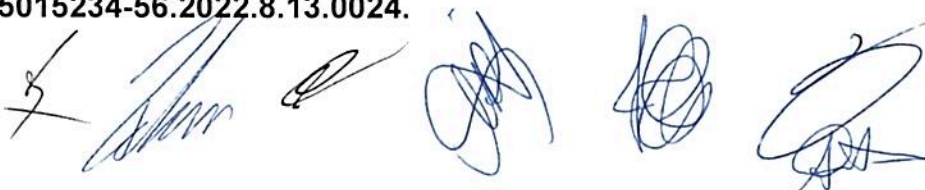
6 – Dentro da sua autonomia, a Câmara Municipal deliberará sobre o novo projeto de Lei que será apresentado pelo Poder Executivo, levando em consideração a urgência da matéria e podendo adotar mecanismos do regimento interno para viabilizar uma tramitação célere.

7 – O Poder Executivo encaminhará novo projeto de lei demonstrando que o subsídio proposto é simples (sem base de cálculo vinculada), no montante de R\$ 163,5 milhões, relativo ao período de abril de 2022 a maio de 2023, sendo o equivalente a R\$ 13,2 milhões/mês para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 10,8 milhões/mês para os meses posteriores para as concessionárias do transporte coletivo convencional, e R\$ 52.100,00 para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 43.400,00 para os meses posteriores para os permissionários do transporte suplementar.

8 – O MBH acorda em transferir, diretamente aos permissionários/câmara de compensação os valores mensais destinados aos permissionários, sem a incidência de taxa de administração.

9 – Fica acordado que o SETRA-BH enviará mensalmente planilha com o valor do subsídio destinado a cada uma das operadoras que integram os consórcios que operam as linhas do serviço concedido de Transporte Público Coletivo de BH e o executivo o divulgará.

10 – Sancionado o PL que autoriza a concessão do subsídio nos termos expostos, as partes concordam com a extinção, sem julgamento do mérito, dos autos 5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022.8.13.0024.



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 3 DE MAIO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

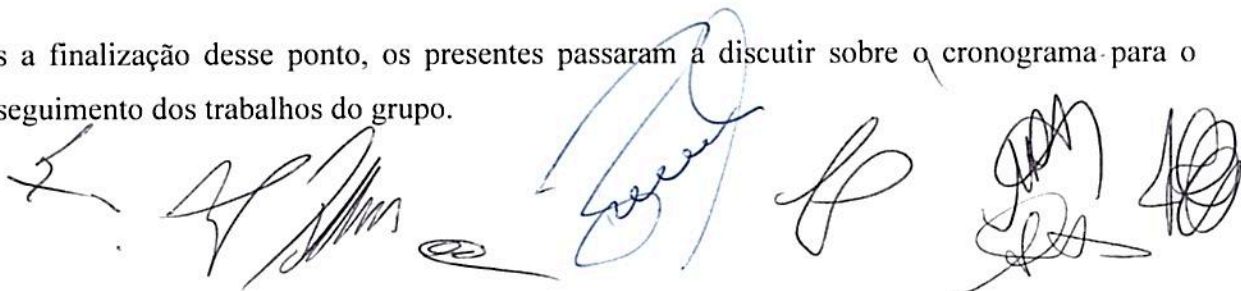
**Presentes:** a Presidente da Câmara Municipal, vereadora Nely Aquino; o Prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Bruno Miranda; o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt-Prym; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Presidente da BHTrans, Sr. Diogo Prosdocimi.

A reunião foi iniciada com a informação de que não será possível junto à Câmara de Mediação do Ministério Público (Compom) reunião para análise e eventual celebração de acordo sobre a minuta de proposta discutida e apresentada pelo Grupo de Trabalho, em razão de oposição do Ministério Público. Os presentes, em consenso, definiram que a reunião poderá ser realizada na Prefeitura ou na Câmara Municipal. A reunião marcada para o dia 5 de maio será realizada na Prefeitura, e a Câmara comunicará aos convidados o novo endereço.

O Assessor Jorge Prym informou que na minuta do acordo discutido na reunião realizada em 26 de abril de 2022 há um erro de cálculo relativo aos valores dos permissionários. A retificação consta em Anexo desta ata, apenas com a alteração do cálculo do repasse mensal aos permissionários dos transportes suplementares. O item 7 passa a constar com a seguinte redação:

“7 – O Poder Executivo encaminhará novo projeto de lei demonstrando que o subsídio proposto é simples (sem base de cálculo vinculada), no montante de R\$ 163,5 milhões, relativo ao período de abril de 2022 a maio de 2023, sendo o equivalente a R\$ 13,2 milhões/mês para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 10,8 milhões/mês para os meses posteriores para as concessionárias do transporte coletivo convencional, e R\$ 625.200,00 para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 520.800,00 para os meses posteriores para os permissionários do transporte suplementar”.

Após a finalização desse ponto, os presentes passaram a discutir sobre o cronograma para o prosseguimento dos trabalhos do grupo.





A primeira fase é a celebração do acordo, com o protocolo do novo projeto de lei e cumprimento de demais itens constantes na minuta do Grupo de Trabalho.

A segunda fase é a modernização e propostas de mudança do presente contrato, com contabilidade regulatória e segregação das operações vinculadas à concessão, paralelamente à contratação de uma auditoria que fará a revisão contratual e tarifária.


A terceira fase será o estudo para a modernização e planejamento de longo prazo da mobilidade urbana.

O Prefeito pediu licença da reunião em razão de outras agendas.

A Assessoria da Câmara propôs um plano de trabalho que foi distribuído aos presentes. Dos pontos propostos, os itens 1, 2 e 3 já foram discutidos no Comitê instituído anteriormente. Diogo Prosdocimi propõe, na próxima reunião, apresentar um resumo do que já foi debatido e, posteriormente, prosseguir com a discussão dos demais itens. Portanto, em consenso foi definido que a pauta da próxima reunião será a apresentação de um resumo dos itens (1) infraestrutura, (2) política tarifária e (3) bilhetagem eletrônica, com eventuais apresentações de complementações nos debates. O cronograma para discussão dos próximos itens também será proposto na próxima reunião.




*Nelson Aquino*  
**Presidente da Câmara Municipal**

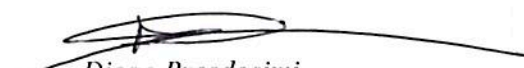


*Pedro Patrus*  
**Vereador**

*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**



*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**



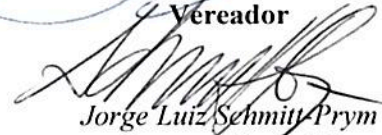
*Diogo Prosdocimi*  
**Presidente da BHTrans**



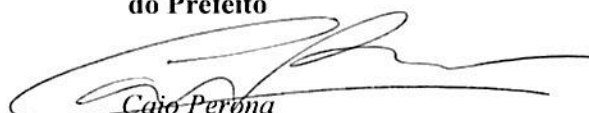
*Fernanda Pereira Altoé*  
**Vereadora**



*Bruno Miranda*  
**Vereador**



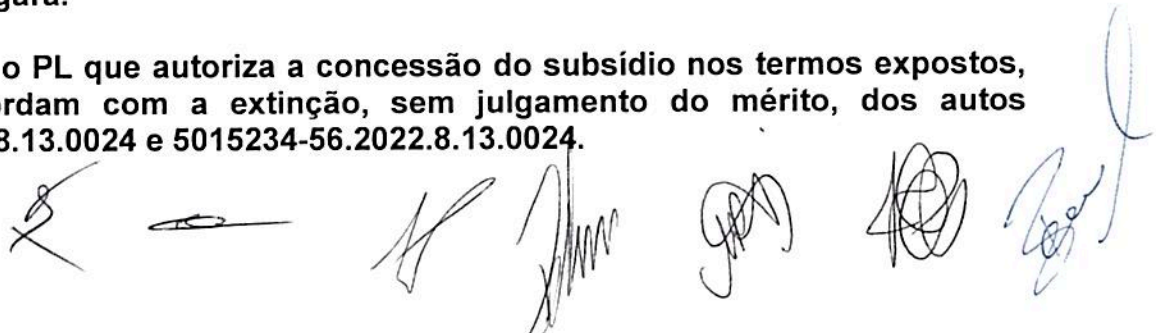
*Jorge Luiz Schmitt Prym*  
**Assessor Especial  
do Prefeito**



*Caio Peróia*  
**Subprocurador-Geral  
do Contencioso**

## PROPOSTA DE ACORDO – MINUTA

- 1 – O Município de Belo Horizonte – MBH e as concessionárias acordam a suspensão, até 21 de junho de 2022, das ações judiciais em curso (5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022.8.13.0024) na forma do artigo 313, II, do Código de Processo Civil, mediante as condicionantes elencadas a seguir:
- 2 – As concessionárias se comprometem a, imediatamente após o primeiro aporte:  
(i) aumentar o número de viagens diárias em dias úteis em, no mínimo, 30% em relação à média de viagens diárias em dias úteis verificada no mês de março de 2022, e (ii) retomar a prestação do serviço de transporte público em horário noturno aos níveis da média da programação realizada no último trimestre pré-pandemia (novembro/2019 a janeiro/2020).
- 3 – O descumprimento pelas concessionárias de qualquer das condições elencadas nesta proposta implicará no não pagamento da parcela do subsídio correspondente ao mês seguinte.
- 4 – O subsídio a ser implementado implica na renúncia à aplicação da fórmula paramétrica em 29/12/2021 e, acordam as partes que, enquanto vigorar o subsídio, não haverá aumento a qualquer título do valor da tarifa praticada.
- 5 – As partes se comprometem a computar o valor integral do subsídio quando da realização de revisão tarifária considerando-o na verificação da modicidade tarifária.
- 6 – Dentro da sua autonomia, a Câmara Municipal deliberará sobre o novo projeto de Lei que será apresentado pelo Poder Executivo, levando em consideração a urgência da matéria e podendo adotar mecanismos do regimento interno para viabilizar uma tramitação célere.
- 7 – O Poder Executivo encaminhará novo projeto de lei demonstrando que o subsídio proposto é simples (sem base de cálculo vinculada), no montante de R\$ 163,5 milhões, relativo ao período de abril de 2022 a maio de 2023, sendo o equivalente a R\$ 13,2 milhões/mês para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 10,8 milhões/mês para os meses posteriores para as concessionárias do transporte coletivo convencional, e R\$ 625.200,00 para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 520.800,00 para os meses posteriores para os permissionários do transporte suplementar.
- 8 – O MBH acorda em transferir, diretamente aos permissionários/câmara de compensação os valores mensais destinados aos permissionários, sem a incidência de taxa de administração.
- 9 – Fica acordado que o SETRA-BH enviará mensalmente planilha com o valor do subsídio destinado a cada uma das operadoras que integram os consórcios que operam as linhas do serviço concedido de Transporte Público Coletivo de BH e o executivo o divulgará.
- 10 – Sancionado o PL que autoriza a concessão do subsídio nos termos expostos, as partes concordam com a extinção, sem julgamento do mérito, dos autos 5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022.8.13.0024.





**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH  
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 10 DE MAIO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** a Presidente da Câmara Municipal, vereadora Nely Aquino; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Gabriel Azevedo; o vereador Bruno Miranda; o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt-Prym; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Presidente da BHTrans, Sr. Diogo Prosdocimi, o Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Sr. Luiz Henrique Michalick.

A Presidente Nely Aquino iniciou a reunião lembrando os importantes avanços das discussões do Grupo de Trabalho. O Secretário Fleury informou que foram avaliadas as sugestões apresentadas durante a reunião do dia 5 de maio de 2022 com os demais convidados para discussão da proposta de acordo. Sr. André Dantas leu item a item do documento entregue pelo Procurador do Ministério Público do Tribunal de Contas, Dr. Glaydson Soprani Massaria, que foram lidos e discutidos por todos. Houve consenso em alterar a minuta de proposta de acordo, conforme documento anexo.

  
Nely Aquino  
Presidente da Câmara Municipal

  
Gabriel Azevedo  
Vereador

  
Bruno Miranda  
Vereador

  
André Soares Dantas  
Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte

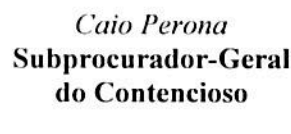
  
Diogo Prosdocimi  
Presidente  
da BHTrans

  
Jorge Luiz Schmitt-Prym  
Assessor Especial do Prefeito

  
Fernanda Pereira Altoé  
Vereadora

  
Pedro Patrus  
Vereador

  
João Antônio Fleury Teixeira  
Secretário Municipal de Política Urbana

  
Caio Perona  
Subprocurador-Geral  
do Contencioso

  
Luiz Henrique Michalick  
Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e  
Comunicação Social



## PROPOSTA DE ACORDO – MINUTA

- 1 – O Município de Belo Horizonte – MBH e as concessionárias acordam a suspensão, até 21 de junho de 2022, das ações judiciais em curso (5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234- 56.2022.8.13.0024) na forma do artigo 313, II, do Código de Processo Civil, mediante as condicionantes elencadas a seguir:
- 2 – As concessionárias se comprometem a, imediatamente após o primeiro aporte: (i) aumentar o número de viagens diárias em dias úteis em, no mínimo, 30% em relação à média de viagens diárias em dias úteis verificada no mês de março de 2022, e (ii) retomar a prestação do serviço de transporte público em horário noturno aos níveis da média da programação realizada no último trimestre pré-pandemia (novembro/2019 a janeiro/2020).
- 3 – O descumprimento pelas concessionárias de qualquer das condições elencadas nesta proposta implicará no não pagamento da parcela do subsídio correspondente ao mês seguinte.
- 4 – O subsídio a ser implementado implica na não aplicação da fórmula paramétrica em 29/12/2021 e, acordam as partes que, enquanto vigorar o subsídio, não haverá aumento a qualquer título do valor da tarifa praticada.
- 5 – As partes se comprometem a computar o valor integral do subsídio quando da realização de revisão tarifária considerando-o na verificação da modicidade tarifária.
- 6 – Dentro da sua autonomia, a Câmara Municipal deliberará sobre o novo projeto de Lei que será apresentado pelo Poder Executivo, levando em consideração a urgência da matéria e podendo adotar mecanismos do regimento interno para viabilizar uma tramitação célere.
- 7 – O Poder Executivo encaminhará novo projeto de lei demonstrando que o subsídio proposto é simples (sem base de cálculo vinculada), no montante de R\$ 163,5 milhões, relativo ao período de abril de 2022 a maio de 2023, sendo o equivalente a R\$ 13,2 milhões/mês para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 10,8 milhões/mês para os meses posteriores para as concessionárias do transporte coletivo convencional, e R\$ 625.200,00 para os meses de abril a maio/2022 e R\$ 520.800,00 para os meses posteriores para os permissionários do transporte suplementar.
- 8 – O MBH acorda em transferir, diretamente aos permissionários/câmara de compensação os valores mensais destinados aos permissionários, sem a incidência de taxa de administração.
- 9 – Fica acordado que o SETRA-BH enviará mensalmente planilha com o valor do subsídio destinado a cada uma das operadoras que integram os consórcios que operam as linhas do serviço concedido de Transporte Público Coletivo de BH e o executivo o divulgará.



10 – Sancionado o PL que autoriza a concessão do subsídio nos termos expostos, as partes concordam com a extinção, sem julgamento do mérito, dos autos 5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022.8.13.0024.

11 – As partes se comprometem a desenvolver mecanismos para potencializar as receitas advindas da publicidade dos ônibus como parte da revisão contratual.

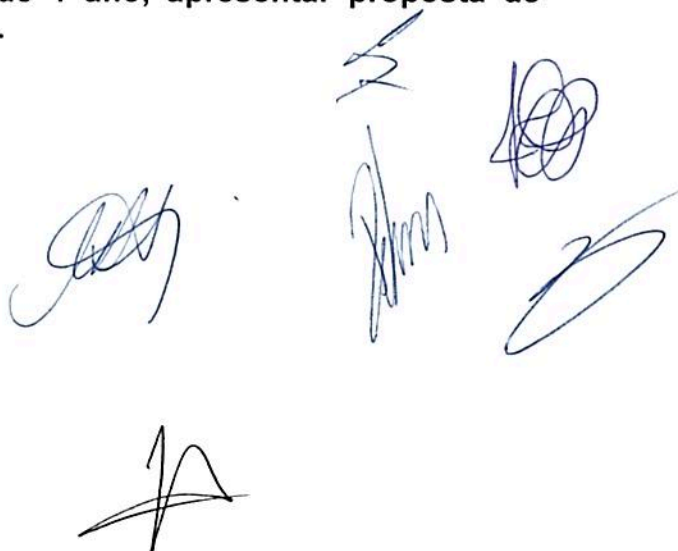
12 – O Município de Belo Horizonte se compromete a gradualmente buscar a incorporação das ponderações do item 4 do Ofício n. 40/2022/PGSSM/MPC, de 4 de maio de 2022, no balancetes mensais de desempenho da prestação do serviço.

13 – A SUMOB criará canal específico, no *Whatsapp* e e-mail, para facilitar a participação do usuário na fiscalização do serviço.

14 – As partes concordam que os créditos de passagem jamais poderão expirar nem depender de revalidação do seu titular.

15 – A Câmara Municipal de Belo Horizonte ampliará em mais R\$ 44 milhões o valor do subsídio.

16 – As partes se comprometem a, no prazo de 1 ano, apresentar proposta de repactuação do contrato e reformulação da tarifa.

Five handwritten signatures in blue ink are visible. Three are located in the upper right quadrant, and two are in the lower center. The signatures are stylized and vary in complexity, with some appearing to be initials or full names in cursive.



## ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 11 DE MAIO DE 2022

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** a Presidente da Câmara Municipal, vereadora Nely Aquino; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Gabriel Azevedo; o vereador Bruno Miranda; o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt-Prym; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; o Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e Comunicação Social, Sr. Luiz Henrique Michalick; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Consultor Técnico Especializado, Sr. Diogo Prosdocimi; o Presidente do Conselho Administrativo do Setra-BH, Sr. Robson Lessa; o Presidente do Setra-BH, Sr. Raul Lycurgo.

A Presidente da Câmara Municipal, Nely Aquino, iniciou a reunião informando que na última reunião do GTMOBBH foi finalizada a minuta da proposta de acordo, que consiste no documento disponibilizado para análise do Setra-BH. O Sr. Raul Lycurgo, passou a apresentação de item a item com as observações do Setra.

Após longa discussão de item por item da minuta redigida no dia 10 de maio de 2022, com nova redação de diversos deles e solução de impasses nos itens, 3, 4, 8, 9 e 14, restou consenso à exceção do item 7, conforme documento anexo. O Setra solicitou que a reunião fosse suspensa para que o ponto 7 fosse discutido com o Conselho do setor, ainda na data de hoje, 11 de maio de 2022, sendo convocada nova reunião para amanhã, 12 de maio de 2022, às 13h.

  
Nely Aquino  
Presidente da Câmara Municipal

Gabriel Azevedo  
Vereador

Bruno Miranda  
Vereador

Jorge Luiz Schmitt-Prym  
Assessor Especial  
do Prefeito

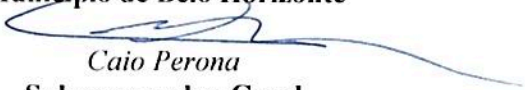
Diogo Prosdocimi  
Consultor Técnico  
Especializado

  
Robson Lessa  
Presidente do Conselho Administrativo  
do Setra-BH

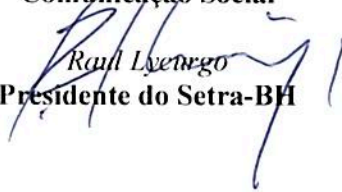
  
Fernanda Pereira Altoé  
Vereadora

Pedro Patrus  
Vereador

André Soares Dantas  
Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte

  
Caio Perona  
Subprocurador-Geral  
do Contencioso

Luiz Henrique Michalick  
Secretário Municipal de Assuntos Institucionais e  
Comunicação Social

  
Raul Lycurgo  
Presidente do Setra-BH

**ACORDO PBH/CMBH/SETRA, de 11 de maio de 2022**

**1 – O Município de Belo Horizonte e as concessionárias acordam a suspensão, até 21 de junho de 2022, das ações judiciais em curso sobre o reajuste tarifário (5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234- 56.2022.8.13.0024), na forma do artigo 313, II, do Código de Processo Civil, mediante as condicionantes elencadas a seguir.**

**2 – As concessionárias se comprometem: (1) no dia útil seguinte após o primeiro aporte, a (i) aumentar o número de viagens diárias em dias úteis típicos em, no mínimo, 15% em relação à média de viagens diárias em dias úteis típicos verificada no mês de março de 2022 e a (ii) retomar a prestação do serviço de transporte público em horário noturno aos níveis da média da programação realizada no último trimestre pré-pandemia (novembro/2019 a janeiro/2020); (2) em até 15 dias após o primeiro aporte, a aumentar o número de viagens diárias em dias úteis típicos em, no mínimo, 30% em relação à média de viagens diárias em dias úteis típicos verificada no mês de março de 2022.**

**3 – O descumprimento pelas concessionárias de qualquer das condições elencadas nesta proposta implicará o não pagamento da parcela do subsídio correspondente ao mês seguinte.**

**4 – As partes acordam que, enquanto vigorar o subsídio, não haverá aumento a qualquer título do valor da tarifa praticada.**

**5 – As partes se comprometem a computar o valor integral do subsídio quando da realização de revisão tarifária, considerando-o na verificação da modicidade tarifária.**

**6 – Dentro da sua autonomia, a Câmara Municipal deliberará sobre o novo projeto de Lei que será apresentado pelo Poder Executivo, levando em consideração a urgência da matéria e podendo adotar mecanismos do regimento interno para viabilizar uma tramitação célere.**

**7 – O Poder Executivo encaminhará novo projeto de lei demonstrando que o subsídio proposto é simples (sem base de cálculo vinculada), no montante de R\$ 207,5 milhões (R\$ 197,980 milhões para o transporte convencional e R\$ 9,52 milhões para o suplementar), relativo ao período de abril de 2022 a março de 2023, sendo o equivalente a R\$ 30 milhões/mês para os 3 meses de abril, maio e junho de 2022 e R\$ 11.997.777,78/mês para os 9 meses posteriores até março de 2023 para as concessionárias do transporte coletivo convencional, e**





R\$ XXX para os meses de abril a maio/2022 e R\$ XXX para os meses posteriores para os permissionários do transporte suplementar.

8 – O Município de Belo Horizonte acorda em transferir diretamente aos permissionários/câmara de compensação os valores mensais destinados aos permissionários, sem a incidência de taxa de administração. Quanto às concessionárias, o repasse será feito por meio do consórcio operacional, que exerce a função de agente de liquidação, que deverá informar à SUMOB o repasse específico a cada concessionária e empresa.

9 – Fica acordado que o consórcio operacional enviará mensalmente planilha com o valor do subsídio destinado a cada uma das operadoras que integram os consórcios que operam as linhas do serviço concedido de Transporte Público Coletivo de Belo Horizonte e o Poder Executivo divulgará os dados do repasse às concessionárias.

10 – Sancionado o Projeto de Lei que autoriza a concessão do subsídio nos termos expostos, as partes concordam com a extinção, sem julgamento do mérito, dos autos 5173697-33.2021.8.13.0024 e 5015234-56.2022.8.13.0024.

11 – As partes se comprometem a desenvolver mecanismos para potencializar as receitas advindas da publicidade dos ônibus como parte da revisão contratual.

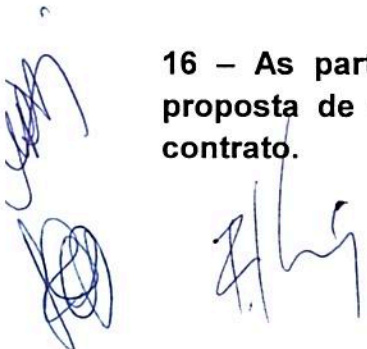
12 – O Município de Belo Horizonte se compromete a gradualmente buscar a incorporação das ponderações do item 4 do Ofício n. 40/2022/PGSSM/MPC, de 4 de maio de 2022, nos balancetes mensais de desempenho da prestação do serviço.

13 – A SUMOB criará canal específico, no *Whatsapp* e e-mail, para facilitar a participação do usuário na fiscalização do serviço.

14 – As partes concordam que os créditos de passagem jamais poderão expirar e eventual revalidação será sem ônus para o usuário, conforme regulamentação.

15 – A Câmara Municipal de Belo Horizonte ampliará em mais R\$ 44 milhões o valor do subsídio originalmente proposto pela Prefeitura de Belo Horizonte, totalizando os R\$ 207,5 milhões.

16 – As partes se comprometem a, no prazo de até um ano, apresentar proposta de reformulação da tarifa e de modernização ou repactuação do contrato.



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH  
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 24 DE MAIO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Gabriel Azevedo; o vereador Wesley; o vereador Bruno Miranda; o Assessor Especial do Prefeito, Sr. Jorge Luiz Schmitt-Prym; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Consultor Técnico Especializado, Sr. Diogo Prosdociimi.

O Secretário Fleury iniciou a reunião e informou que o Sr. Caio Perona vai trazer algumas informações sobre o procedimento para contratação da auditoria necessária para a revisão tarifária e contratual. Antes do início da apresentação, a vereadora Fernanda Pereira Altoé pediu para incluir mais um ponto no cronograma do grupo de trabalho, especificamente sobre o planejamento da mobilidade urbana em eventos de grande porte no Município, há muitas reclamações dos munícipes e turistas sobre os gastos e dificuldade de acesso.

O vereador Gabriel fez um informe sobre o andamento do projeto de lei que autoriza o subsídio. Hoje o PL vai ser apreciado pela CLJ e posteriormente será apreciado na Comissão de Transporte, o vereador Wesley vai convocar uma extraordinária. Em seguida será encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos e para a Comissão de Orçamento. Após a análise das Comissões será concluso para votação.

Em complementação, o vereador Gabriel solicitou a realização de reuniões específicas na Superintendência de Mobilidade para (1) discussão da forma de remuneração dos suplementares e do táxi lotação; (2) para regulamentação da lei dos aplicativos e (3) para o funcionamento do Comurb.

O Sr. Diogo passou a apresentação do resumo do cronograma e do que foi discutido até então no Grupo de Trabalho. Iniciamos agora a Fase II do Grupo de Trabalho, em que será discutida a

The block contains several handwritten signatures in blue ink. From left to right, there is a small signature, a large stylized signature, a signature that appears to be 'Caio Perona', another large stylized signature, and a final signature on the far right.



auditoria para revisão contratual e revisão tarifária. Passou a palavra ao Sr. Caio Perona. Fez explanação sobre a forma de realizar a auditoria com vistas a revisão tarifária e contratual e as alternativas avaliadas para sua execução. Houve o consenso de que se pode buscar a realização de uma perícia em procedimento de produção antecipada de provas. O passo seguinte será a formulação de quesitos e a busca de composição entre as partes que permita a realização da mesma por auditoria de renome internacional.

Os integrantes do grupo de trabalho discutiram o período de abrangência da auditoria e houve o consenso que será de 2014 (data da última revisão tarifária) até 2021. Definidos os quesitos, serão orçadas as maiores empresas de auditoria para apresentação da proposta em juízo. Caio Perona informou que será necessária também a contratação de um assistente técnico.

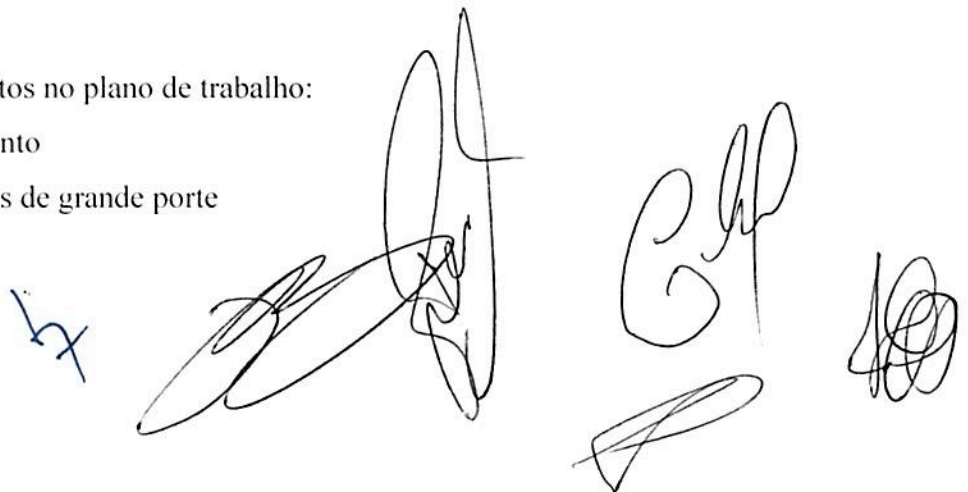
Na próxima reunião, terça-feira, dia 31 de maio, os representantes dos Poderes Legislativo e Executivo vão apresentar as suas propostas para os quesitos.

Prosseguindo a reunião, o Sr. Diogo apresentou um resumo do plano de trabalho e das discussões que ocorreram em 2021 no Comitê de Repactuação. Sobre o plano de trabalho que pautou as discussões do Comitê de Repactuação, os presentes ressaltaram principalmente a necessidade de se discutir de forma aprofundada a integração metropolitana e solicitaram que fosse o primeiro ponto a ser discutido no âmbito deste Grupo de Trabalho. André Dantas pontuou que, antes da integração metropolitana, deve-se discutir o modelo de financiamento. Os presentes definiram que, após a apresentação do Sr. Diogo com o resumo das reuniões do Comitê, as equipes do Legislativo e do Executivo vão definir o plano de trabalho com as respectivas datas das discussões.

Diogo Prosdocimi apresentou ponto a ponto das discussões e das propostas de cada uma das reuniões que ocorreram em 2021, especificamente sobre infraestrutura, política tarifária e bilhetagem eletrônica. Sobre esses pontos, os presentes entendem que as discussões do Comitê e as que já ocorreram no âmbito do GT foram suficientes.

Foram acrescidos 4 pontos no plano de trabalho:


- Modelo de financiamento
- Mobilidade em eventos de grande porte

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials. On the left, there is a small blue 'X' mark. To its right is a large, stylized signature. Further right is another large signature, followed by a smaller signature. On the far right, there are two more signatures, one of which appears to be a circular stamp or a very dense scribble.



- Mobilidade ativa
- Questão ambiental

O Secretário Fleury, encerrou a reunião.



*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**


*Pedro Patrus*  
**Vereador**

*Wesley*  
**Vereador**

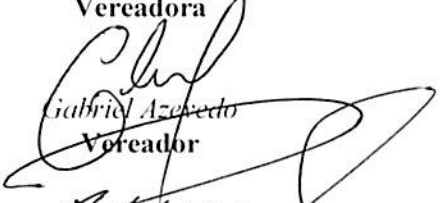
*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**




*Jorge Luiz Schmitt-Prym*  
**Assessor Especial do Prefeito**



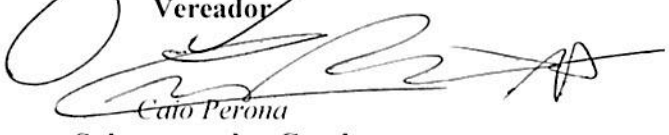
*Fernanda Pereira Alencar*  
**Vereadora**



*Gabriel Azevedo*  
**Vereador**



*Bruno Miranda*  
**Vereador**



*Caio Perona*  
**Subprocurador-Geral  
do Contencioso**

*Diogo Prosdocimi*  
**Consultor Técnico Especializado**

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH  
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 31 DE MAIO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Gabriel Azevedo; o vereador Wesley; o vereador Reinaldo Gomes; o vereador Bruno Miranda; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; o Consultor Técnico Especializado, Sr. Diogo Prosdociami.

O Secretário Fleury iniciou a reunião e passou a palavra ao Sr. André Dantas que informou que foi realizado o contato com o Setra-BH que se mostrou favorável à realização da auditoria por meio de perícia em procedimento de produção antecipada de provas e, agora, estamos aguardando o retorno do Setra com as condicionantes e requisitos.

André Dantas começou a apresentação das premissas formuladas pelos integrantes do Executivo para a realização da auditoria, com ampla discussão e ressalva de todos os presentes. Caio Perona ressaltou que as premissas apresentadas tem como objetivo formar um pressuposto do trabalho da auditoria. Diante das dúvidas e ressalvas apresentadas pelo grupo e necessidade de uma análise mais detalhada, o Secretário Fleury e o vereador Gabriel sugeriram que as premissas do Executivo e do Legislativo fossem lidas nesta reunião e enviadas aos integrantes do GT, com o compromisso de todos enviarem as sugestões para a formulação de um documento único na próxima reunião, no dia 7 de junho.

André Dantas leu ponto a ponto as oito premissas sugeridas pelo Executivo e, posteriormente, a Renata, assessora da Vereadora Fernanda Altoé, leu ponto a ponto os quesitos sugeridos pelo Legislativo. Além dos quesitos formulados, a vereadora Fernanda Altoé sugeriu que fossem incluídas todas as perguntas apresentadas pelo Ministério Público de Contas em reunião do GT, no dia 05/05/22.

A collection of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged horizontally at the bottom of the page. The signatures vary in style, with some being more legible and others being more stylized or cursive. They represent the participants in the meeting, including the Secretário Municipal, vereadores, and other officials mentioned in the text.

Vereador Gabriel informou que foram indicados para compor o Comitê, o vereador Reinaldo Gomes, o vereador Wesley e o vereador Bruno Miranda. Informou que, eventualmente, quando algum vereador não puder comparecer, os assessores poderão representa-los.

Os vereadores informaram que hoje o PL do subsídio ficou concluso para a votação e poderá ser aprovado em primeiro turno na próxima semana. O vereador Gabriel solicitou informação sobre o andamento para dos 17 itens do acordo firmado entre o Executivo, o Legislativo e o Setra-BH e solicitou informações sobre a implantação do Comurb. O Executivo assegurou que todos os itens serão cumpridos.

O Secretário Fleury, encerrou a reunião.

*João Antonio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**

*Pedro Patrus*  
**Vereador**

*Wesley*  
**Vereador**

*Bruno Miranda*  
**Vereador**

*Cláudio Perona*  
**Subprocurador-Geral  
do Contencioso**

*Fernanda Pereira Afonso*  
**Vereadora**

*Gabriel Azevedo*  
**Vereador**

*Reinaldo Gomes*  
**Vereador**

*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**

*Diogo Prosdocimi*  
**Consultor Técnico  
Especializado**

*M*



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH  
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 7 DE JUNHO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Wesley; o vereador Reinaldo Gomes; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; o Consultor Técnico Especializado, Sr. Diogo Prosdociimi.

O Secretário Fleury iniciou a reunião e passou a palavra ao Sr. André Dantas para que realizasse a apresentação de item por item dos encaminhamentos e providências da PBH para o cumprimento dos 17 (dezessete) itens do acordo. Inicialmente, André Dantas informou que continuam realizando reuniões com empresas de auditoria com o objetivo de apresentação preliminar e verificação da possibilidade de realização do trabalho nos moldes do acordado no âmbito do GT. A vereadora Fernanda Altoé solicitou a participação de um membro do Legislativo nas reuniões, preliminares, que estão sendo realizadas com as empresas de auditoria, o que inclusive vai auxiliar na proposição dos quesitos. Caio Perona e André Dantas confirmaram que a vereadora será convidada para as próximas reuniões.

Para demonstração dos encaminhamentos do acordo, André Dantas demonstrou que (1) as ações judiciais foram suspensas; (2) apresentou partes de uma minuta de decreto que vai regulamentar o projeto de lei em análise no Legislativo, com a ressalva que a minuta ainda não foi finalizada e não foi submetida à análise jurídica do Executivo.

Sobre o aumento do número de viagens, André Dantas apresentou organograma com o ponto a ponto de como será a fiscalização do cumprimento das metas e da ampliação do número de viagens realizadas pelas concessionárias. Fleury ressaltou que todas as informações sobre o repasse do subsídio e cumprimento das metas pelas concessionárias e permissionários serão compartilhadas com o Poder Legislativo.

O ponto 11 do acordo, sobre potencializar as receitas advindas da publicidade do ônibus como parte da revisão contratual, André Dantas informou que não está no decreto, mas será objeto de estudo pelo Poder Executivo, que inclusive, está completamente aberto às contribuições dos Vereadores.

Sobre a criação do *whatsapp*, André Dantas informou que o processo de implantação está adiantado e regulamentado no decreto. Fleury confirmou que a criação do canal de comunicação do usuário por *whatsapp* estará disponível antes da sanção da lei.




Também constará expressamente no decreto a questão da não expiração dos créditos, sem ônus ao usuário. E, sobre a reativação do Comurb, Fleury informou que ainda neste mês será marcada a primeira reunião.

Sobre a realização da auditoria, questionados pela vereadora Fernanda Altoé, considerando todas as variáveis que o trabalho envolve, o Executivo reafirmou o compromisso que estão sendo realizadas todas as tratativas necessárias para iniciar e conduzir o trabalho de forma célere e confiável.

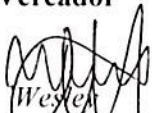
O Executivo e Legislativo iniciaram a discussão sobre a necessidade de deixar expressa a fiscalização do repasse aos suplementares. A vereadora Fernanda Altoé sugeriu a elaboração de instrumento para obter o compromisso dos suplementares ao cumprimento de metas específicas para o modelo da permissão, vinculando o recebimento do subsídio a um modelo de mais transparência e resposta à sociedade de melhoria na prestação do serviço, a exemplo da instalação de GPS nos veículos. Fleury ressaltou que essa discussão é urgente e que o Grupo deve encontrar uma solução.

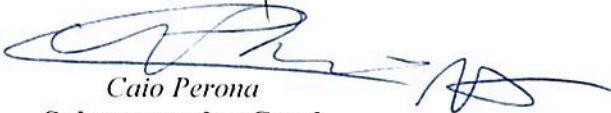
Ficou adiada a apresentação dos quesitos para a auditoria pelos integrantes do GT.

O Secretário Fleury finalizou a reunião.

  
*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**


  
*Pedro Patrus*  
**Vereador**


  
*Wesley*  
**Vereador**

  
*Caio Perona*  
**Subprocurador-Geral  
do Contencioso**

  
*Fernanda Pereira Altoé*  
**Vereadora**

  
*Reinaldo Gomes*  
**Vereador**

  
*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**

  
*Diogo Prosdocimi*  
**Consultor Técnico  
Especializado**



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO  
DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH  
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona.

O Secretário Fleury iniciou a reunião e passou a palavra à vereadora Fernanda Altoé que questionou sobre o andamento das ações judiciais quanto à realização da perícia. Caio Perona informou que recebeu retorno de duas empresas de auditoria informando que não poderão realizar o trabalho por existência de conflito. Os documentos relacionados ao contrato e às auditorias anteriores foram enviados para outras duas empresas de auditoria de grande porte e estamos aguardando o retorno. Posteriormente, os quesitos serão elaborados em conjunto pelos membros do GT.

O vereador Pedro Patrus solicitou urgência na análise do decreto, já que o projeto de lei poderá ser votado em breve. Assim, o grupo pode passar para a próxima fase de discussão que é a análise de modelos contratuais.

O grupo iniciou a discussão sobre o formato como serão realizadas as próximas reuniões. André Dantas explicou brevemente alguns pontos que demonstram que a discussão sobre os modelos de financiamento contratual é profunda e longa, portanto, deve ser definido exatamente como o grupo vai estudar a questão. Fleury afirmou que a questão do financiamento é um dos temas mais complexos do cronograma e sugeriu que, pela complexidade, seja o primeiro ponto a ser estudado. Propôs que sejam convidados especialistas para explicar cada um dos modelos existentes para subsidiar as discussões.

André Dantas se propôs, para início da discussão, a apresentar na próxima reunião os modelos de financiamento contratual existentes no mundo.

Fleury e Pedro Patrus ressaltaram que a composição do Legislativo no GT precisa ser regularizada formalmente.

Fleury informou que a minuta do decreto será encaminhada aos membros do legislativo antes do dia 21 de junho, data da votação do projeto de lei.






A reunião da próxima terça-feira, dia 21 de junho de 2022, será cancelada em razão da votação do projeto de lei em plenário. Portanto, a próxima reunião do grupo será no dia 28 de junho de 2022.

O Secretário Fleury finalizou a reunião.



*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal de Política Urbana**



*Pedro Patrus*  
**Vereador**



*Caio Perona*  
**Subprocurador-Geral  
do Contencioso**



*Fernanda Pereira Alho*  
**Vereadora**

*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA  
DE BELO HORIZONTE – GT-MOBBH  
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28 DE JUNHO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o vereador Bruno Miranda; o vereador Gabriel; o vereador Braulio; o vereador Pedro Patrus; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona.

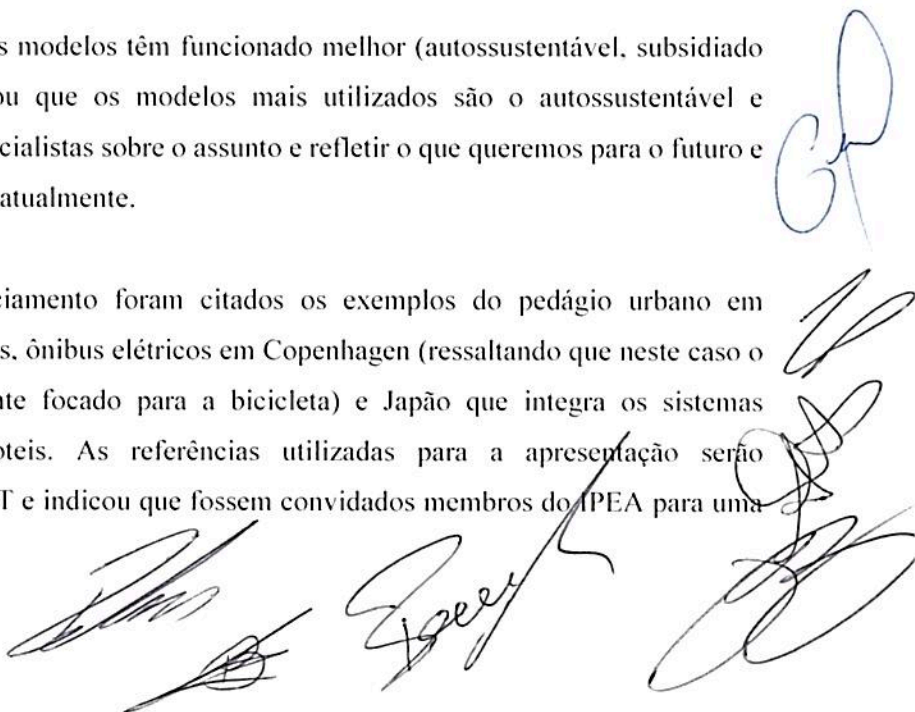
O Secretário Fleury iniciou a reunião e informou que, seguindo o cronograma aprovado pelo GT, na reunião hoje o Sr. André Dantas vai apresentar informações sobre os modelos de financiamento para o transporte público coletivo. O Secretário solicitou também o retorno dos membros do Legislativo quanto às minutas de decreto encaminhadas para análise e sugestões, que foram feitas de imediato.

André Dantas antes de iniciar a apresentação sugeriu ao grupo que fossem ouvidos especialistas no assunto e ele, inclusive, vai indicar alguns nomes. O arquivo com a apresentação será disponibilizado para os membros do GT.

André Dantas explicou detalhadamente os conceitos e os modelos de financiamento atualmente existentes: autossustentável, subsidiado, estatizado e suas variações que existem em todo o mundo, inclusive sobre experiências de desregulamentação do transporte, ou ainda experiências apenas teóricas. A questão fundamental em todos os modelos de financiamento é a origem dos recursos para o custeio. Quanto a este tema, André Dantas apresentou alguns estudos, ressaltando que há uma infinidade de teorias e experiências diversificadas, por exemplo a experiência de Seoul baseada na distância que o usuário percorre e a experiência de Hong Kong em que há uma variação da tarifa de acordo com o horário do dia.

O vereador Gabriel questionou qual dos modelos têm funcionado melhor (autossustentável, subsidiado ou estatizado). André Dantas informou que os modelos mais utilizados são o autossustentável e subsidiado, mas é importante ouvir especialistas sobre o assunto e refletir o que queremos para o futuro e não apenas sobre o que tem funcionado atualmente.

Prosseguindo com modelos de financiamento foram citados os exemplos do pedágio urbano em Singapura, *Cordon Prancing* em Londres, ônibus elétricos em Copenhague (ressaltando que neste caso o sistema de mobilidade é principalmente focado para a bicicleta) e Japão que integra os sistemas metropolitanos com *shoppings* e hotéis. As referências utilizadas para a apresentação serão disponibilizadas para os membros do GT e indicou que fossem convidados membros do IPEA para uma apresentação e debate.



Todos os tópicos foram debatidos pelos membros do GT que contribuíram com seus próprios estudos e experiências.

O vereador Gabriel questionou sobre o planejamento do grupo, sugerindo o início de tramitação de um projeto de lei até setembro. Fleury ressaltou que a revisão contratual não implica necessariamente em um novo projeto de lei. O vereador Gabriel considera que a construção deve ser breve, pois alguns assuntos implicam em um projeto de lei, como é o caso da integração metropolitana, subsídio e outros elementos de cobrança.

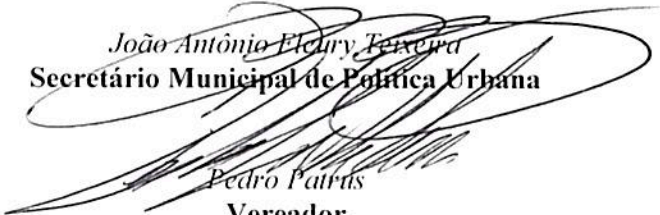
O vereador Braúlio fez considerações sobre a apresentação ressaltando que, antes de tudo, temos que avançar sobre a definição do modelo de financiamento desejado, que na opinião do vereador está entre o modelo autossustentável e subsidiado. Sugeriu reflexões também sobre a despesa, com a otimização de vias.

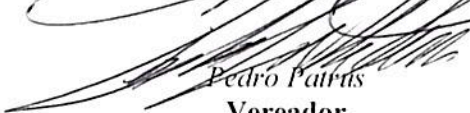
O Secretário Fleury sugeriu que a discussão sobre o modelo de financiamento seja encerrada ainda em julho, após o grupo convidar e ouvir alguns especialistas.

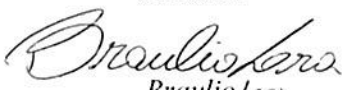
Sobre as reuniões com as empresas de auditoria, André Dantas informou que tiveram uma reunião recentemente com mais uma empresa e que devem retornar no prazo de 15 dias. Caso nenhuma das grandes empresas aceitem realizar o trabalho, o grupo terá que rediscutir a estratégia.


Questionado pelo vereador Gabriel, André Dantas informou que o *whatsapp* está pronto e que a transferência dos valores aprovados no projeto de lei como subsídio deverá ser efetuada em até dez dias.


O Secretário Fleury finalizou a reunião.

  
João Antônio Fleury Teixeira  
Secretário Municipal de Política Urbana

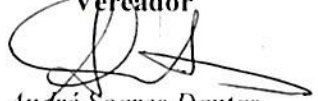
  
Pedro Patrão  
Vereador

  
Braúlio Lora  
Vereador

  
Caio Perona  
Subprocurador-Geral  
do Contencioso

  
Bruno Miranda  
Vereadora

  
Gabriel  
Vereador

  
André Soares Dantas  
Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA**  
**DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12 DE JULHO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; a vereadora Fernanda Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Reinaldo Gomes, o vereador Gabriel, o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona.

O Superintendente André Dantas iniciou a reunião e comunicou que na reunião teremos a apresentação de um convidado, especialista do Ipea, Sr. Carlos Henrique Carvalho, que participará por videochamada. Antes da participação do convidado, foram feitos alguns informes: Quanto à implementação das condicionantes previstas na Lei n. 11.367/2022, que autorizou a concessão do subsídio, André informou que os decretos e portarias foram publicados no DOM de sábado, 9 de julho de 2022. O canal de comunicação via whatsapp foi implementado e está funcionando. Foi assinado um termo de adesão às condições do decreto com cada um dos consórcios. As ações judiciais que estão previstas no acordo foram suspensas. Quanto às empresas de auditoria, estamos aguardando o retorno de duas empresas que enviarão a proposta até o dia 15 de julho.

André Dantas também informou que no período noturno foram cumpridas as viagens programadas, com alguns problemas em estações específicas, mas que foram acompanhados pelas equipes técnicas e operacionais da Prefeitura escaladas para monitorar o serviço de transporte público quanto ao cumprimento do novo quadro de horário proposto.

Caio Perona complementou que o termo de adesão aos requisitos do decreto e portaria se trata de uma segurança jurídica extra e foi assinado pelos quatro consórcios e pelo consórcio operacional.

Feitas as considerações, André Dantas apresentou o palestrante Carlos Henrique Carvalho, detalhando a sua trajetória e experiência na temática do transporte público a mais de 40 anos. Informou que a expectativa do grupo é avançar no estudo e detalhamento dos modelos de financiamento do transporte público.

O palestrante agradeceu o convite e iniciou a apresentação detalhando por meio de gráficos e dados os problemas estruturais do sistema de transporte público que advém da utilização da tarifa como principal fonte de custeio do transporte. O foco da apresentação foi na justiça social com compartilhamento do financiamento do modelo e compensação das externalidades geradas; criação de receita extratarifária focada na progressividade do pagamento (quem tem mais paga mais), pigouviano (quem polui mais paga mais), aumento da base de custeio com tributos generalista, em especial.

Ao final da apresentação André Dantas, abriu o espaço para dúvidas dos integrantes do GT. A vereadora Fernanda Altoé solicitou a palavra e fez questionamentos sobre o aumento de impostos, análise de quem faz o pagamento real das tarifas, considerando que muitos empregadores é que fazem esse pagamento, qual a abrangência do estudo quanto aos pagamentos reais pelos usuários, impossibilidade de vinculação de imposto (necessidade de emendas constitucionais) e surgimento dos carros elétricos no impacto da poluição), que foram respondidos.

André Dantas solicitou ao palestrante a divulgação da apresentação aos membros do grupo, que foi concedido e será transmitida a todos.

Após a apresentação, o vereador Gabriel pontuou que, pelo que ele tem estudado, o formato de financiamento progressivo, com a participação de todos é uma proposta que deve ser bem estudada pelo grupo e já adianta que o seu posicionamento atual é a materialização de um subsídio permanente, mas ainda não sabe a origem dos recursos. Dessa forma, sugere que o grupo comece a apresentar algumas propostas indicando a origem desse recurso.

O Secretário Fleury pontuou que, após a apresentação de hoje, fica ainda mais claro que a discussão deve ser mais ampla do que apenas o âmbito municipal. A discussão deve envolver principalmente a região metropolitana e o Estado. Aproveitou para parabenizar os membros do GT pelo trabalho desenvolvido até o momento, principalmente considerando o primeiro dia de implementação dos acordos para a concessão do subsídio.

O vereador Gabriel sugeriu que, no prazo de um mês, os membros do Executivo, principalmente o Superintendente André e o Secretário Fleury apresentassem os dados e o cumprimento das condicionantes aos demais vereadores na Câmara Municipal, o que foi aceito por ambos.

O Secretário Fleury finalizou a reunião.

<i>João Antônio Fleury Teixeira</i> <b>Secretário Municipal de Política Urbana</b>	<i>Fernanda Altoé</i> <b>Vereadora</b>
<i>Pedro Patrus</i> <b>Vereador</b>	<i>Reinaldo Gomes</i> <b>Vereador</b>
<i>Gabriel</i> <b>Vereador</b>	<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>
<i>Caio Perona</i> <b>Subprocurador-Geral do Contencioso</b>	

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA  
DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH  
ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; a vereadora Fernanda Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Bruno Miranda; o vereador Bráulio Lara; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; a Presidente da BH; a Presidente da BHTrans, Júlia Gallo.

Nos dias 19 e 26 de julho e dias 02 e 09 de agosto de 2022 não foram realizadas reuniões do GT.

O Sr. André Dantas iniciou a reunião e cumprimentou o convidado Adriano, que vai participar por vídeo chamada e apresentar alguns estudos sobre modalidades de financiamento do transporte público. A vereadora Fernanda Altoé, responsável pelo convite, apresentou todos os representantes do Grupo de Trabalho.

Adriano Paranaíba é economista e doutor em economia dos transportes. Atualmente é pesquisador visitante do Ipea e é professor efetivo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás na disciplina economia dos transportes.

O palestrante iniciou a apresentação detalhando os principais problemas das grandes cidades (congestionamento, poluição, segurança e habitação). Esses problemas na visão do palestrante, são todos advindos das configurações das cidades, como ocupamos e gerenciamos o espaço urbano. Com dados do transporte público de Goiás, demonstrou que, com o passar dos anos, o número de passageiros está reduzindo, mas a distância percorrida pelas linhas do transporte público tem aumentado e o número de veículos também. A conclusão imediata é que os usuários do transporte coletivo estão morando cada vez mais distante dos locais mais adensados da cidade. Como possíveis soluções apresentou a possibilidade da utilização do transporte público suplementar; a micro-mobilidade, que tem o objetivo de aumentar a capilarização do sistema (integração e suplementação do sistema); integração entre modalidades de transporte (ruas sem carro, ciclovias e transporte público integrados).

Passando para a discussão da sustentabilidade financeira do transporte, o palestrante, após trazer dados detalhados, afirma que, na sua opinião pessoal, o financiamento pelo subsídio e pelo financiamento apenas pela tarifa não são sustentáveis. Cita as receitas extra tarifárias, e como exemplo utiliza Hong Kong no qual todas as estações são auto sustentadas. O sistema de Hong Kong utilizou a especulação imobiliária como forma de trazer contra partidas ao sistema.



O palestrante agradeceu a atenção e finalizou a apresentação. André Dantas abriu para perguntas dos presentes.

A vereadora Fernanda Altoé solicitou a disponibilização da apresentação e, em seguida, fez dois questionamentos (1) como incluir as receitas complementares, se essa possibilidade entra na licitação da própria mobilidade ou se seriam licitações complementares; e (2) o ônibus tem o horário de funcionamento que abarcam tanto horários de pico quanto horários mais vazios e perguntou se é viável utilizar os horários mais vazios para outras finalidades, por exemplo transporte escolar.

Quanto a segunda pergunta, o palestrante informou que acha complexo, já que o próprio uso do sistema que determina os horários de pico, por exemplo o horário escolar é um dos horários de pico. Na visão dele, a solução é de longo prazo ao rever o uso do solo, pensar em linhas inteligentes.

André Dantas perguntou sobre a utilização das receitas extra tarifárias no Brasil, que na visão dele ainda é feita de forma tímida e a maioria dos nossos exemplos são internacionais. O palestrante informa que até então, os próprios contratos proibiam a obtenção de outras receitas por acreditar que as empresas poderiam desviar do objetivo principal. O desenho da tarifa extra tarifário tem que ser feito no próprio contrato, se o poder público que deve criar essas receitas ou se as próprias empresas deveriam criar essas receitas.

O vereador Bráulio Lara pediu a palavra e explicou sobre o trabalho realizado na Câmara Municipal em grupo de discussão sobre a mobilidade urbana onde uma das discussões é sobre separar a bilhetagem do pagamento da prestação do serviço. Sobre o assunto, pediu a opinião do palestrante. O professor Adriano informou que não é possível falar se é bom ou ruim sem a disponibilização dos dados do transporte. Apenas com a gestão da informação, aberta ao público, é possível que as empresas procurem o poder público para a prestação do serviço.

Após essa consideração do palestrante, a vereadora Fernanda Altoé informou que seu PL sobre dados abertos, pautado em segundo turno para o dia 01/09/22, inspirado no projeto de Santa Catarina, será muito importante justamente para ter essas informações em base aberta de dados para a melhoria do sistema de mobilidade urbana no Município e outros setores.

O vereador Bráulio Lara também questionou sobre a possibilidade de remuneração dos prestadores de serviço pelo km rodado. O palestrante vê com receio essa possibilidade, pois a consequência pode ser valorizar muito o dado da distância percorrida em detrimento de outros dados também relevantes.

O vereador Bráulio questionou sobre a possibilidade de se criar contratos mais flexíveis e abertos. O palestrante entende que devem ser pensados contratos de transição, que não flexibilizem o que vem sendo feito hoje, mas que criem possibilidade do contratante, o próprio concessionário, oferecer serviços por

demanda. Adriano entende que a possibilidade de se oferecer serviços por demanda é um caminho para gerar informações para o sistema e, a partir daí, rever o contrato.

André Dantas fez algumas considerações sobre o sistema atual que temos em Belo Horizonte, no qual coexistem o sistema de transporte público complementar e o suplementar. Considerou que o transporte por demanda de Goiânia deve ser observado de perto. Feitas essas considerações, André agradeceu ao palestrante pela importante contribuição.

O Secretário Fleury informou que, quanto as auditorias, as empresas vão apresentar as propostas em juízo. A próxima reunião, no dia 23 de agosto, será na Câmara Municipal, momento em que André Dantas vai apresentar informações sobre o subsídio.

André Dantas pontuou que a apresentação foi muito importante, principalmente por conectar o problema às políticas de ocupação urbana. Mas diante da nossa urgência, o foco deve ser no modelo de financiamento. Um ponto comum entre as apresentações até o momento, é a possibilidade de receitas extra tarifárias. A vereadora Fernanda propõe convidar os empresários para a próxima reunião. André Dantas concordou com a proposta e fará o convite para a reunião do dia 30 de agosto.

Após considerações sobre as informações do subsídio que deverão ser apresentadas na próxima reunião, o Secretário Fleury finalizou a reunião.

<i>João Antônio Fleury Teixeira</i> <b>Secretário Municipal de Política Urbana</b>	<i>Fernanda Altoé</i> <b>Vereadora</b>
<i>Pedro Patrus</i> <b>Vereador</b>	<i>Bruno Miranda</i> <b>Vereador</b>
<i>Bráulio Lara</i> <b>Vereador</b>	<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>
<i>Caio Perona</i> <b>Subprocurador-Geral do Contencioso</b>	<i>Júlia Gallo</i> <b>Presidente da BHTrans</b>

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2022**

**Local:** Câmara Municipal de Belo Horizonte, Plenário Amyntas de Barros

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Gabriel; o vereador Pedro Patrus; o vereador Bruno Miranda.

O vereador Gabriel iniciou a reunião, convidou os membros do GT a compor a mesa e abriu a palavra aos membros do Executivo. O Secretário Fleury agradeceu a presença de todos e informou que será realizada apresentação pelo Superintendente André Dantas com dados detalhados sobre o repasse do subsídio e a prestação de contas das contrapartidas implementadas e fiscalizadas.

André Dantas informou que o relatório completo estará disponível no Portal da PBH e neste momento serão apresentados todos os dados detalhados desde 11 de julho de 2022, data do primeiro repasse. O relatório também integra a presente ata como anexo.

André apresentou detalhadamente o cronograma desde o primeiro repasse do subsídio, data em que também houve o primeiro aumento das viagens realizadas. Informou que a Sumob, com o apoio da BHTrans, companhia, apura e fiscaliza a prestação do serviço diariamente. André também detalhou passo a passo como é realizado o controle diário dos requisitos que constam na lei e no decreto que regulamentou a concessão do subsídio. Na apresentação foi demonstrado item a item do que é considerado e analisado para a fiscalização da prestação do serviço (número de viagens no período diurno e noturno, nível máximo de ocupação e intervalo entre viagens). O repasse é realizado após o recebimento do relatório consolidado, demonstrando o cumprimento das condicionantes. Até o momento foram realizados dois repasses, o 1º referente às competências de abril, maio e junho e o 2º referente a julho, nos termos da lei que autorizou o subsídio.

Foram criados os canais de comunicação conforme decisão do GT, incluindo o whatsapp, e foi apresentado detalhadamente os dados da ampliação de viagens diurnas, noturnas, finais de semana, feriados e dias atípicos. Durante a apresentação, quanto aos dados da ampliação de viagens, o vereador Gabriel solicitou alguns esclarecimentos, que foram respondidos. O vereador Cláudio do Mundo Novo, que compõe a mesa pediu licença para se ausentar. Foi substituído por Wilsinho da Tabu.

André Dantas prosseguiu com dados sobre o número de passageiros e sobre os canais de comunicação implementados. Todas as contribuições recebidas foram tratadas e analisadas e os dados foram apresentados por número de reclamações, por assuntos, por linhas, detalhando as ações que foram realizadas a partir das

contribuições recebidas. Considerando os exemplos trazidos pelo André sobre as ações do Executivo, o vereador Gabriel ressaltou como a linha do whatsapp desburocratizou o atendimento das demandas, tornando a análise e a ação do Executivo mais célere. Os vereadores Pedro e Wilsinho questionaram sobre a forma como as demandas são atendidas e respondidas, e as dúvidas foram esclarecidas pelo Superintendente.

André finalizou a apresentação demonstrando a situação atual dos itens do acordo celebrado entre as concessionárias, Executivo e Legislativo.

Após a apresentação, o vereador Gabriel abriu a palavra aos membros do GT para perguntas e, posteriormente, aos vereadores. Gabriel fez um breve histórico lembrando os trabalhos realizados pela Câmara, incluindo a aprovação da lei que criou a Sumob, que levaram à criação do GTMOB e ressaltou a importância do evento realizado neste momento, em que os dados foram trazidos de forma aberta ao Legislativo.

A vereadora Fernanda questionou se tem sido cumprido integralmente a ampliação do número de viagens. André Dantas informou que atualmente têm sido cumpridas mais viagens do que o acordo prevê, mas há viagens não cumpridas e estas não são computadas. O relatório sobre as viagens não cumpridas será apresentado.

Fizeram o uso da palavra o vereador Pedro, o vereador Gabriel, a vereadora Fernanda, o vereador Bruno, questionando especificamente detalhes sobre o cumprimento das condicionantes e apresentando problemas verificados como ônibus lotados, não participação do GT no projeto piloto para potencialização de recursos da publicidade e solicitando atenção quanto ao relatório da Promotoria de Contas. Os questionamentos foram respondidos e o Secretário Fleury ressaltou que a prestação de contas referente ao repasse do subsídio estará disponível aos vereadores mensalmente, momento em que será possível avaliar a evolução quanto aos problemas apontados.

A vereadora Fernanda questionou sobre os quesitos da auditoria que foram apresentados sem a participação do GT. Fleury informou que na próxima reunião haverá a presença do Procurador que está acompanhando os processos e poderá esclarecer este procedimento.

O vereador Gabriel solicitou a realização de reuniões mensais na Câmara e as demais na Prefeitura de Belo Horizonte. O Secretário Fleury informou que a Prefeitura sempre vai prestar os esclarecimentos quando solicitada, mas ressalta a preocupação com a dinâmica das reuniões para que sejam mais resolutivas.

Após, abriu a palavra aos demais vereadores. Fizeram o uso da palavra os vereadores Wilsinho da Tabu, Rubão, Bráulio Lara, Marcos Crispim, Wanderlei Porto, Marcela Trópia. Todas as perguntas foram respondidas pelo Superintendente André Dantas e Secretário Fleury.

O vereador Gabriel agradeceu a participação dos vereadores e abriu espaço para a imprensa.

Essa reunião encontra-se gravada e disponibilizada no site da CMBH.

<i>João Antônio Fleury Teixeira</i> <b>Secretário Municipal de Política Urbana</b>	<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>
<i>Caio Perona</i> <b>Subprocurador-Geral do Contencioso</b>	<i>Fernanda Pereira Altoé</i> <b>Vereadora</b>
<i>Gabriel</i> <b>Vereador</b>	<i>Pedro Patrus</i> <b>Vereador</b>
<i>Bruno Miranda</i> <b>Vereador</b>	

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 30 DE AGOSTO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 3

**Horário:** 9h

**Presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Gabriel.

O Secretário Fleury iniciou a reunião e passou a palavra ao Superintendente André Dantas. André informou que, assim como definido na reunião do dia 16 de agosto, foram convidados para a presente reunião o Sr. Raul Licurgo e Célia Macieira, representantes do Setra-BH, tendo em vista que a fase atual do GT é a discussão de pontos que demandariam alterações contratuais.

O vereador Gabriel, convidou para participar da reunião o Sr. Matheus Daniel, representante dos bares e restaurantes para discutir e Eduardo Munhoz. Eduardo Muñoz é representante da Bravo Motor Company, que tem como objetivo auxiliar o poder público e privado na descarbonização e melhoria do transporte público por meio dos veículos elétricos.

A vereadora Fernanda expôs alguns pontos que foram discutidos no GT, como é o caso da publicidade nos ônibus e a possibilidade de alterações contratuais a qualquer momento, e solicitou que os representantes do Setra conversassem livremente sobre esses pontos.

O Sr. Raul Licurgo iniciou informando que com o início do subsídio já há uma melhora significativa no transporte público com a ampliação do número de viagens. Há alguns problemas, mas diariamente são feitas reuniões com a Sumob e BHTrans que visam o ajuste para eficiência do serviço, na medida do possível. Informou que trabalham hoje com uma frota antiga, que demanda mais manutenção, o que não é desejado. Detalhou alguns dados, como a redução dos fornecedores e a ausência da aplicação da fórmula paramétrica que levou a situação atual dos veículos. Sobre o contrato, informou que os contratos de concessão de transporte público são de longo prazo justamente para possibilitar a amortização do investimento. Informou que o financiamento tarifário realmente deve ser discutido, pois é um modelo em desuso. Detalhou os gastos do transporte público, citando o ISSQN e CGO que podem voltar a ser cobrados, e que a discussão da nova modelagem do contrato deve passar pela discussão da desoneração do transporte. Informou que a bilhetagem eletrônica fornece dados importantes para o sistema, e que a possibilidade de abolir o dinheiro em espécie no sistema público traria inúmeros benefícios.

Quanto ao uso exclusivo da bilhetagem eletrônica, o vereador Gabriel questionou o que deve ser feito e qual o benefício imediato. O Sr. Raul Licurgo informou que não há nenhuma vedação e que atualmente 70% dos usuários utilizam o vale transporte, 82% utilizam o cartão usuário, e 18% dinheiro. O vereador Gabriel questiona





se, ao abolir o dinheiro, alguém vai parar de usar o ônibus. O Sr. Raul Licurgo informa que não, em razão do aplicativo e que a proibição do uso do dinheiro não demanda alteração contratual e poderia ser por portaria.

O Secretário André informou que, no país, quando se tentou implantar medidas semelhantes, o Ministério Públicos vetou por considerar a medida restritiva. Mas ao mesmo tempo, pontuou que atualmente a recarga pode ser facilitada em razão do PIX, o que reduz a restrição indicada pelo Ministério Público em situações anteriores. O Sr. Eduardo Muñoz pontuou que tecnologicamente não existe problema para a implantação da bilhetagem exclusivamente eletrônica.

Caio Perona alertou que é importante, ao utilizar a bilhetagem exclusivamente eletrônica, que a medida não restrinja o acesso de ninguém. Portanto, uma pessoa que não tenha o cartão físico deve conseguir utilizar o ônibus. Atualmente isso não é possível. O Sr. Raul informou que a questão é de simples implementação.

Quanto a este ponto, o Secretário Fleury informou que o Executivo vai estudar as medidas necessárias, qual o instrumento jurídico, o Setra vai estudar as medidas tecnológicas necessárias para não impedir a utilização de nenhum usuário do transporte coletivo com a nova medida implantada e a Câmara vai estudar quais as alterações são necessárias quanto as leis atualmente vigentes. Fleury ressaltou que nesse processo também é necessária a participação do judiciário.

André Dantas ressaltou que a questão da bilhetagem exclusivamente eletrônica deve ser feita de forma estrutural, em razão dos efeitos sociais que outras experiências semelhantes já causaram. Outro ponto que deve ser considerado são demais custos gerados, por exemplo, com pagamento da bilhetagem por meio do cartão de crédito.

Fernanda questionou o Sr. Raul se há mais alguma alteração que poderia ser feita a curto prazo. O Sr. Raul trouxe a questão quanto a remuneração do contrato, por exemplo atualmente o transporte é remunerado por passageiro e não por quilometragem. Esse ponto, André Dantas informou que não é uma alteração simples, pois gera uma discrepância grande entre o que se pode pagar, a receita, e o real custo do sistema, quanto a esse ponto citou o exemplo de Londres, onde esse modelo é aplicado, e que atualmente está colapsando. Portanto, é uma alteração que não é simples e deve ser analisada com cautela.

Fleury solicitou que Raul Licurgo falasse um pouco sobre receitas extratarifárias. Raul detalhou alguns exemplos de prejuízo do sistema, por exemplo, ao suprir demandas de eventos específicos como jogos de futebol. Questionado, Fleury informou que será apresentado estudo sobre a mobilidade em dias de grandes eventos. Ao ser questionado pela possibilidade de obter receita por meio de publicidade, Raul já adiantou que a receita é muito pequena frente ao custo do sistema.

Prosseguindo para o próximo ponto da reunião, foi dada a palavra ao Sr. Matheus, representante da Abrasel, para falar sobre uma pesquisa realizada sobre o transporte público noturno. Da pesquisa realizada com os funcionários dos bares e restaurantes Matheus informou que 61% dependem do transporte público de Belo



Horizonte e o restante do transporte metropolitano. 82% relataram problemas com o transporte. Sobre o transporte noturno, principalmente nos finais de semana, relatou que o transporte tem horários muito distantes. Essa questão gera problemas inclusive para a contratação. Questionado pelo Raul Licurgo e pelo vereador Gabriel, informou que a pesquisa foi realizada em abril/2021 e junho/2022 e abarcou cerca de 580 pessoas, não há dados após a concessão do subsídio e ampliação das linhas. André Dantas solicitou os dados das linhas que o Sr. Matheus citou como exemplo de demora entre os horários disponíveis. O vereador Gabriel solicitou que o Sr. Matheus orientasse que os funcionários apresentassem as reclamações direto no canal do whatsapp, pois os dados da pesquisa trazidos na reunião não são úteis no momento atual, após a concessão do subsídio e retomada de inúmeras linhas noturnas.

Após as considerações da Abrasel, passaram a palavra ao Sr. Eduardo Muñoz. Ressaltou que a questão do transporte público é complexa em todo o mundo e, nem sempre há uma solução única e clara. As questões apresentadas são comuns à várias cidades do mundo. A questão da frota antiga e o tamanho dos veículos são questões fundamentais, pois elevam o custo do sistema. Portanto, a integração entre vans e outros tipos de veículos deve ser pensado. Entende que é necessário criar sistemas diferenciados e que reduzem a utilização do carro privado. O Sr. Eduardo foi convidado a apresentar detalhadamente os seus pontos na próxima reunião, no dia 6 de setembro.

O Sr. Fleury convidou o Setra a participar da próxima reunião e pediu licença em razão de outro compromisso.

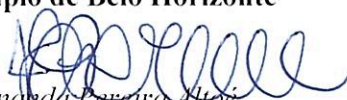
A reunião foi finalizada.

*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal  
de Política Urbana**

*Caio Perona*  
**Subprocurador-Geral do Contencioso**

*Gabriel*  
**Vereador**

*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**



*Fernanda Pereira Alhoi*  
**Vereadora**



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 06 DE SETEMBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Centro – Sala Multiuso 2

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o Subprocurador-Geral do Contencioso, Sr. Caio Perona; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Gabriel; o vereador Pedro Patrus.

**Convidado:** Presidente do SetraBH, Raul Licurgo.

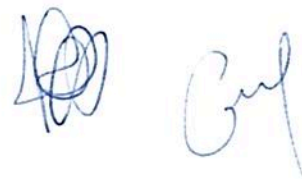
André Dantas iniciou a reunião e informou sobre o recebimento de dois ofícios. A resposta destes ofícios, com informações sobre o repasse dos recursos, foi entregue aos vereadores presentes, ressaltando sobre o sigilo das informações.

Após esse informe, André, divulgou uma proposta de cronograma para apresentações sobre o tema “modernização do contrato” com palestras de especialistas sobre o assunto. O cronograma será encaminhado para todos do grupo. André ressaltou que o cronograma está aberto para a inclusão de outros membros convidados. André convidou a todos para que, partir da próxima reunião, as reuniões sejam realizadas na SUMOB.

Passando para o próximo ponto, André solicitou que Raul Licurgo, apresentasse os detalhes levantados pelo SetraBH sobre a bilhetagem exclusivamente eletrônica, ponto que começou a ser tratado na última reunião. Raul Licurgo enumerou detalhadamente os pontos que o Setra considera favoráveis à proposta como: segurança e saúde pública, embarque rápido, fim de funções desnecessárias e retirada de custos do transporte. Informou sobre a Lei Municipal n. 8.224/2001, que autorizou a implantação da bilhetagem eletrônica e incluiu a função do agente de bordo em substituição dos cobradores, essa lei precisaria ser alterada para a implementação da proposta.

O vereador Pedro Patrus questionou sobre a quantidade de cobradores atualmente existentes nos ônibus. Raul Licurgo informou que não há mais cobradores dentro dos ônibus, os funcionários foram realocados em outras atividades e outros estão como agente de bordo nas estações. Pedro questionou se o fim do dinheiro a bordo não acarretaria nenhuma demissão. Raul Licurgo confirmou que não vai acarretar nenhuma demissão e informou que o fim do dinheiro a bordo tem sido um processo que vem ocorrendo em fases e que, na visão do Setra, só traz benefícios, facilita o embarque e traz o maior controle de dados.

Representantes do Setra trouxeram informações detalhadas sobre o funcionamento atual do aplicativo, que atualmente precisa do cartão. Mas está em desenvolvimento um aplicativo que não precisa do cartão, há uma carteira digital com geração do QRCode.



André Dantas solicitou que, diante das informações apresentadas, que o Setra trouxesse uma proposta formal.

Pedro Patrus questionou se o fim do dinheiro a bordo traz impacto no valor da passagem. Raul informou que atualmente já não há esse custo, mas o impacto da bilhetagem eletrônica poderá ser visto na revisão tarifária. André entende que o maior ganho seria a redução do tempo da viagem, ou seja, a qualidade da prestação do serviço.

Os membros do GT questionaram sobre aprimorar as formas de pagamento, por exemplo, pagar diretamente com o cartão de crédito ou reconhecimento fácil no caso de gratuidades. O Setra informou que atualmente, com os validadores existentes, ainda não é possível.

O vereador Gabriel pediu a palavra, se desculpou pelo atraso e informou que o Sr. Eduardo que estava previsto apresentar hoje não poderá vir, pois sofreu um acidente.

Após o informe, trouxe as informações que ficaram a cargo do Legislativo para a implementação da bilhetagem eletrônica. O legislativo relacionou a legislação que impediria esse passo. Ressaltou a existência da Lei Municipal n. 10.526/2012, que exige a presença de agente de bordo e, no entendimento do vereador Gabriel, precisa ser revogada. O vereador ressaltou que o projeto de lei deve ser de iniciativa do Executivo. Detalhou os benefícios trazidos pelo fim do dinheiro e finalizou questionando sobre o que precisa ser feito pelo Executivo.

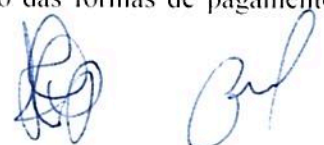
André informou que o Executivo também analisou os dados e impactos do processo, e o mais importante nesse momento é a elaboração de um plano de transição que tenha o menor impacto social. O vereador Gabriel solicitou a definição de prazo para a tomada da decisão.

Raul Licurgo apresentou detalhes das informações levantadas pelo Setra, com detalhes das linhas que atualmente mais utilizam o pagamento em dinheiro. A maior parte das linhas que utilizam o dinheiro a bordo com predominância são linhas que a tarifa é R\$1,00, que normalmente, é simples de ter o dinheiro trocado, facilitando o pagamento. Nesse sentido, a proposta é que essas linhas sejam as últimas do processo. Em grande parte das linhas a utilização do dinheiro está em torno de 4% dos usuários.

A vereadora Fernanda Altoé questionou se o SetraBH consegue apurar qual seria a economia para o sistema com a retirada do dinheiro. Questionou se, com a economia em curto prazo, seria possível o investimento na melhoria do sistema de cobrança eletrônica.

Fleury informou que a proposta de alteração dos atos normativos necessários para a implantação gradual do fim do dinheiro a bordo será levada para apreciação do Prefeito.

O SetraBH, por meio do seu representante, Raul Licurgo se compromete a apresentar todos os estudos para a implementação gradual da bilhetagem exclusivamente eletrônica e ampliação das formas de pagamento, de forma a não restringir o acesso dos usuários.






Quanto ao transporte público em eventos, o SetraBH relatou inúmeros prejuízos com vandalismo nos ônibus no último evento, domingo, no Mineirão. O GT solicitou um relatório com essas informações. Os membros do GT discutiram todas as variáveis do assunto, como o vandalismo e a necessidade de facilitar o acesso aos grandes eventos. O vereador Gabriel sugeriu a realização de uma reunião apenas sobre o tema sobre eventos. André Dantas informou que a Sumob está elaborando uma proposta detalhada sobre o assunto. A Vereadora Fernanda destacou a audiência pública sobre o tema e propôs o estudo sobre o uso de ônibus previamente ajustados para linhas específicas e mais rápidas até o evento, ainda que com valores diferenciados, como já existiu na cidade.

O Secretário Fleury pediu licença da reunião para outro compromisso. O vereador Gabriel sugeriu o tema faixas exclusivas na próxima reunião.

O GT passou para a discussão do próximo ponto, sobre auditoria. A vereadora Fernanda Altoé pediu explicações sobre as reuniões realizadas com as grandes empresas de renome. Caio Perona explicou detalhadamente como foi realizado o contato, a solicitação da perícia judicial e a decisão do juiz sobre a escolha direta de uma única empresa. Caio explicou que a Prefeitura apresentou Embargos de Declaração, solicitando que fossem nomeadas as quatro empresas de maior renome, para apresentação de propostas. O vereador Gabriel questionou o motivo dos Embargos. Caio esclareceu que o ideal é a apresentação de proposta das quatro empresas e que esse foi o primeiro pedido realizado judicialmente. A vereadora Fernanda questionou se não haveria impedimento de a empresa escolhida para atuar como perita, considerando que já atuou como auditora, em duas oportunidades, não seria impedida.


A reunião foi finalizada.

*João Antônio Fleury Teixeira*  
**Secretário Municipal  
de Política Urbana**

  
*Caio Perona*  
**Subprocurador-Geral do Contencioso**

*Pedro Patrus*  
**Vereador**

*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**

  
*Fernanda Pereira Altoé*  
**Vereadora**

  
*Gabriel Azevedo*  
**Vereador**

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 13 DE SETEMBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Álvares Cabral, 217, 10º andar, Centro – SUMOB

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, Sr. João Antônio Fleury Teixeira; o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Gabriel; o vereador Pedro Patrus.

**Convidados:** Joaquim José Guilherme de Aragão, Professor da Universidade de Brasília; Raul Lycurgo, Presidente do SetraBH; Eduardo Muñoz, representante da EVShare.

André Dantas iniciou a reunião e apresentou o primeiro convidado e palestrante, Professor Joaquim Aragão, especialista em engenharia dos transportes e professor da Universidade de Brasília.

O Professor iniciou a apresentação detalhando a dificuldade em saber como investir na infraestrutura de transporte urbano, destacou as diferentes formas de investimento possíveis as quais normalmente se deparam com o problema de quanto maior o investimento, maior o custo. Ressaltou que as ideias de investimento devem sempre ter em vista o retorno fiscal.

Como caso de engenharia territorial, apresentou o exemplo do metrô do Distrito Federal. Inicialmente a obra foi financiada mediante venda de terrenos e orçamento federal. O projeto não foi concluído, ficou insolvente. Entretanto o metrô foi construído conjuntamente com duas cidades, cujos recursos gerados por pessoas físicas e jurídicas poderiam ter auxiliado na conclusão da obra caso o projeto tivesse sido pensado de forma conjunta.

O palestrante apresentou brevemente o programa Metrolândia do DF, que tem como objetivo programar um sistema articulado de investimentos (polos de investimento) ao longo da linha do Metrô-DF, visando a sustentabilidade financeira da operação. Ressaltou que shoppings, espaços para escritórios e flats, não garantem sozinhos o sucesso dos polos, pois estão sujeitos a flutuações do mercado. Deve-se aliar negócios tradicionais a vocações específicas de saúde, cultura, lazer, etc.

O Professor Joaquim Aragão detalhou o projeto Metrô-BH, conforme apresentação que será anexada à presente ata. Finalizou a apresentação e abriu o espaço para discussão.

André Dantas questionou quais alterações legislativas seriam necessárias para implementar uma nova abordagem quanto às fontes de financiamento do transporte público. O Professor informou que a maior dificuldade é a necessidade de compreender qual tipo de relação o poder público quer com o setor privado.

A vereadora Fernanda elogiou a apresentação e pontuou que, pelo que ela viu, as alterações não passam pelo legislativo, pois são questões de uso e ocupação do solo, e questionou se, além de Brasília, há outros modelos



que podem ser estudados pelo Grupo. O professor comentou que no Brasil, há modelos de operações urbanas consorciadas, são as únicas experiências que ele tem conhecimento. O professor ressaltou que o Legislativo tem um papel fundamental e que a cooperação com o Executivo é essencial.

André Dantas agradeceu a participação do Professor.

Fernanda Altoé informou que a Câmara fez o estudo de toda legislação que precisa ser alterada para a implantação da bilhetagem eletrônica e que o estudo será enviado o grupo.

Fleury informou que o Executivo está de acordo com a alteração dos atos normativos necessários para implantação gradual da bilhetagem eletrônica, desde que, inicialmente ainda seja permitido o pagamento em dinheiro. Destacou que o fundamental é garantir que os trabalhadores que atualmente trabalham como agentes de bordo não percam o emprego.

Os membros do GT, em consenso, definiram que é necessário elaborar um cronograma para apresentação dos projetos de lei e decretos.

Após os informes, Eduardo Muñoz iniciou a sua apresentação sobre a eletrificação dos veículos. Informou que estão implantando um complexo industrial de bateria para carros elétricos em Nova Lima. Apresentou a EVShare e informou que o problema de mobilidade é comum na maioria dos lugares do mundo. Destacou que descarbonizar as cidades tem sido um foco, entendendo que este é um dos principais problemas atuais. Detalhou os impactos sociais decorrentes de um sistema de mobilidade urbana pouco eficaz e que acaba priorizando o transporte individual. Destacou que a mudança no sistema, quando bem pensada, não reduz emprego e pode gerar mais empregos.

Sobre os ônibus elétricos, Eduardo Muñoz demonstrou em sua apresentação os dados sobre custos e durabilidade, comparados com o motor a diesel, para demonstrar a viabilidade da implantação. Quanto ao custo para implantação, apresentou o exemplo de Curitiba que estabeleceu uma parceria com o BNDES para a implantação de ônibus elétricos, portanto, entende que é necessário um bom projeto para acessar os recursos disponíveis.

Eduardo Muñoz ressaltou a importância da bilhetagem eletrônica como forma de atrair investimento. Em sua apresentação também constaram dados sobre a geração, distribuição e armazenamento de energia e a necessidade de pensar essa questão de forma integrada à implantação de ônibus elétrico. Destacou a necessidade de desenvolvimento de redes integradas de mobilidade.

Explicou sobre a questão financeira da nova mobilidade. Detalhou que o sistema financeiro deve ser transparente de forma a facilitar a atração de investidores ou o acesso à linhas de financiamento. Como exemplo, apresentou a possibilidade de um único sistema de pagamento para ônibus e táxis. Esse sistema único também seria responsável pelo pagamento dos custos do transporte, de forma que qualquer pessoa poderia acessar. Detalhou

que quando se inclui no sistema de transporte um veículo elétrico, se gera o crédito de carbono. Esse crédito é também um retorno àquele que escolheu o veículo elétrico.

Eduardo finalizou a apresentação e informou que será compartilhada com os demais. O vereador Gabriel comentou que a partir da apresentação do Eduardo, ele entende que temos duas possíveis metas que são a troca da frota e a integração metropolitana.

A vereadora Fernanda Altoé questionou se há dados quanto a economia gerada pelos carros elétricos e o que é feito com a bateria após o prazo de 11 anos. Eduardo comentou que ela ainda dura mais 20 anos em galpões de armazenagem e depois 90% é possível de reciclagem.

André Dantas elogiou a apresentação e passou a palavra ao Raul Lycurgo para apresentar o projeto do Setra para a implantação gradual da bilhetagem exclusivamente eletrônica no transporte público.

O projeto seria estruturado em três fases. A primeira fase contemplaria as linhas que estão com menor circulação de dinheiro em espécie e haveria a divulgação da informação sobre a não circulação de dinheiro nestas linhas. Há a previsão de ação com os agentes nas estações incentivando o uso do aplicativo do BHBus e distribuição grátis do primeiro cartão. Serão realizadas campanhas de divulgação em mídias on line, com tutorial de como utilizar o BHBus, cartazes no ônibus, Backbus nas linhas e regiões específicas.

A segunda fase é trabalhar com cerca de 40% das linhas, que ainda estão com maior circulação de dinheiro. Nessa fase haverá a implantação da funcionalidade no aplicativo para pagamento por meio de QRCode, mas o QRCode não dará direito à integração.

A terceira fase é trabalhar com capilaridade, nas linhas que tem maior utilização de dinheiro. Nessa fase há a implantação dos pontos de venda, ATMs em pontos estratégicos e promotores (transfácil nas ruas) para incentivar ainda mais o uso do app.

André Dantas ressaltou a necessidade de correta divulgação para a implantação da fase 1 e, após agradecer a presença do Raul Lycurgo, finalizou a reunião.

<i>João Antônio Fleury Teixeira</i> <b>Secretário Municipal de Política Urbana</b>	<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>
<i>Fernanda Pereira Altoé</i> <b>Vereadora</b>	<i>Pedro Patrus</i> <b>Vereador</b>
<i>Gabriel Azevedo</i> <b>Vereador</b>	

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA DE BELO****HORIZONTE - GT-MOBH****ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 20 DE SETEMBRO DE 2022**

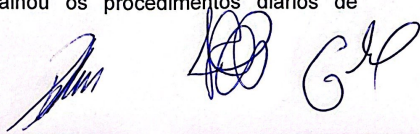
**Local:** Plenário Amyntas de Barros, na Câmara Municipal de Belo Horizonte

**Horário:** 9 horas

**Presentes:** o superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Soares Dantas; o vereador Gabriel; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Cláudio do Mundo Novo; o vereador Marcos Crispim; e o vereador Braulio Lara.

O vereador Pedro Patrus saudou a todos e comunicou que esta reunião seria destinada a nova prestação de contas pelo Grupo de Trabalho para Discussão da Mobilidade Urbana de Belo Horizonte - GT-MOBH.

André Soares Dantas saudou a todos e lembrou que o GT-MOBH é um trabalho conjunto da Prefeitura e da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Disse que todos os recursos destinados ao transporte público está sendo controlado de forma rigorosa e com transparência. Enfatizou que o trabalho tem sido realizado com o maior afinho, dedicação e comprometimento. Defendeu a busca por um transporte público de qualidade. Disse que a apresentação que faria é um complemento da feita na última reunião de prestação de contas e que o relatório completo será disponibilizado no site da Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte - SUMOB - às 10 horas de hoje. Apresentou o cronograma dos procedimentos que são realizados para o controle da situação do transporte e efetivação dos repasses. Detalhou os procedimentos diários de



acompanhamento do funcionamento do transporte público. Enfatizou as ações de fiscalização e acompanhamento de linhas críticas. Apresentou os critérios de fiscalização e de monitoramento do número de viagens, do nível máximo de ocupação dos ônibus e o intervalo máximo entre as viagens. Comentou sobre os procedimentos para efetivação e controle dos repasses previstos na lei. Disse que o último repasse foi feito em setembro com referencia aos serviços prestados em agosto. Lembrou que o transporte suplementar também recebeu repasses nesse período. Informou que as informações levantadas estão disponíveis para consulta no portal da SUMOB. Disse que existem canais de comunicação com a população no Whatsapp e na internet. Apresentou dados sobre a ampliação de viagens no sistema e detalhou a ampliação do quadro de horários. Comentou que a principal dificuldade enfrentada é a ampliação do número de viagens nos horários de pico em dias úteis. Apresentou dados comparativos entre as viagens noturnas realizadas entre março de 2020 e após julho de 2022 e enfatizou a ampliação do número dessas viagens. Apresentou exemplos de linhas que tiveram ampliação das viagens noturnas. Disse que uma série de linhas que haviam sido desativas tiveram suas viagens retomadas, assim como linhas que não tinham viagens noturnas passaram a tê-las. Apresentou dados da frota de ônibus empenhada e a ocupação média dos veículos. Disse ser muito importante a realização de contribuições pelos usuários, mas enfatizou que essas contribuições devem ser formalizadas e detalhadas o suficiente para que o problema apontado seja identificado. Informou que 68,6% das contribuições são feitas pelo Whatsapp e 31,4% são feitas pelo BH Digital. Enumerou os principais assuntos a que se referem as contribuições dos usuários e os números de contribuições por linha. Comentou que o trânsito tem sido prejudicado em alguns locais em função da realização de obras, o que explica o elevado número de reclamações nas linhas que passam por esses locais. Discorreu sobre as





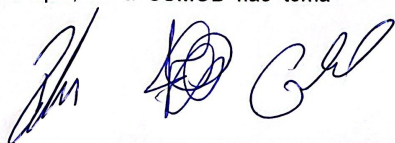
difficultades enfrentadas na Estação São Gabriel e no seu entorno. Detalhou a classificação das demandas apresentadas entre emergenciais e não emergenciais e apresentou os processos para atendimento dessas demandas. Informou que 47% dessas demandas foram tratadas como emergenciais, 51% delas foram fiscalizadas em campo e 32% já estavam corrigidas quando a fiscalização foi realizada. Informou ainda que 14% veículos fiscalizados foram tirados de circulação em função dos problemas apontados. Comentou sobre as ocorrências envolvendo a conservação dos veículos, em especial com relação ao funcionamento do ar condicionado e dos elevadores. Esclareceu que sempre ocorre resposta ao usuário que formalizou a contribuição. Comentou sobre os procedimentos para realização de intervenções e o plano de ações futuras da SUMOB. Apresentou algumas medidas sendo adotadas para melhoria do sistema, em especial alterações nos itinerários, acréscimo de viagens e criação de sublinhas.

O vereador Marcos Crispim cobrou maior agilidade na análise das sugestões de alteração de trajetos e linhas e questionou sobre os procedimentos de substituição dos veículos danificados ou com defeito.

André Soares Dantas respondeu que o retorno dos veículos danificados ao serviço depende da amplitude e natureza do problema verificado. Exemplificou que quebra de vidros é uma situação de solução rápida e que o veículo volta a operação em poucas horas, mas que casos de incêndios demandam um tempo muito maior para serem equacionados e provocam uma precarização imediata do serviço.

O vereador Cláudio do Mundo Novo parabenizou o trabalho desenvolvido pelo GT-MOBH. Questionou as formas possíveis de apresentação de demandas referentes ao transporte público.

André Soares Dantas enfatizou a importância do recebimento de demandas da população por qualquer canal que seja. Disse que, se a SUMOB não toma

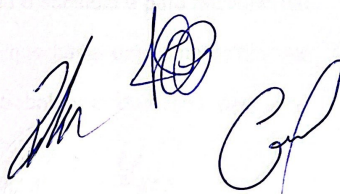


conhecimento dos problemas e dificuldades enfrentadas pelos usuários, não tem como tomar providências. Disse que não está satisfeito com a situação atual do transporte coletivo em Belo Horizonte, mas que está trabalhando com afinco para reverter essa situação. Ponderou que sem o subsídio, a situação seria ainda mais grave.

O vereador Bráulio Lara comentou que participa de Comissões Regionais de Transportes e Trânsito - CRTT's - e questionou as medidas que estão sendo tomadas para atender as demandas apresentadas nesses espaços.

André Soares Dantas respondeu indicando as medidas sendo adotadas e informou que estão sendo realizados estudos para definição de um novo sistema já para 2023. Lembrou que se busca atualmente sanar um problema que já existe há muitos anos e que foi agravado pela pandemia. Detalhou os procedimentos de fiscalização do nível máximo de ocupação dos veículos.

O vereador Gabriel disse que houveram avanços desde a última reunião realizada em 23/8/22. Disse que houve a promessa de que as dúvidas enviadas por ofícios seriam respondidas de forma rápida, porém, os ofícios nº 44, 45, 46, 47, 49 e 56/22 não foram respondidos ainda. Disse que vai reiterar os pedidos de informação por meio de requerimento de comissão e que o seu não atendimento vai levar a responsabilização dos responsáveis. Disse, ainda, que, se não houver resposta aos questionamentos, vai propor a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - para questionar o porque da Prefeitura de Belo Horizonte atuar como advogada dos empresários de ônibus. Enfatizou a importância da repactuação dos contratos de concessão. Denunciou que a Prefeitura pediu a anulação das ações judiciais apresentadas pelo Ministério Público que questionam os contratos de concessão de transporte público.





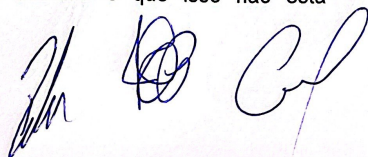
André Soares Dantas disse que não saberia responder os questionamentos do vereador Gabriel sobre as ações judiciais mencionadas.

O vereador Gabriel lamentou a ausência do secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira, e de representante da Procuradoria do Município. Informou que o secretário justificou que não participaria desta reunião em função de reunião com representantes do Banco Mundial. afirmou que não existe mais cobradores nos ônibus e que existe previsão de se extinguir o uso de dinheiro em espécie nos ônibus. Ponderou que, se esse grupo de trabalho não conseguir, até março de 2023, a repactuação dos contratos de concessão, a anulação dos contratos proposta pelo Ministério Público passa a ser uma alternativa. Disse estranhar profundamente a posição da Prefeitura de pedir a anulação dessas ações judiciais. Comentou sobre dois processos administrativos abertos pela Prefeitura sobre infrações das empresas concessionárias e cobrou informações sobre o andamento desses processos.

André Soares Dantas respondeu que está presente para fazer a apresentação da prestação de contas e que seria recomendável a realização de uma reunião com representantes da Procuradoria para esclarecer esses questionamentos.

O vereador Gabriel disse que os empresários de ônibus e a CMBH cumpriram os termos do acordo celebrado, mas ponderou que a Prefeitura não tem atendido o que lhe cabia. afirmou que o processo administrativo punitivo já teve seu prazo esgotado sem que tenha sido divulgada uma decisão. Comentou que o mesmo ocorre com o processo administrativo aberto para investigar o contrato de auditoria celebrado com a Maciel Auditores.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé disse que o subsídio é para financiar um sistema de transporte que não funciona e lembrou que havia um compromisso de compartilhamento de informações no grupo de trabalho e que isso não está



ocorrendo. Reconheceu que as questões apresentadas são técnicas e lamentou a ausência de representantes da Procuradoria do Município. Apresentou questionamentos a André Soares Dantas.

André Soares Dantas respondeu que os dados detalhados sobre as fiscalizações realizadas em cada linha estão disponibilizadas no portal da SUMOB e adiantou que as viagens não realizadas não foram consideradas, mas que por serem em número pequeno, não afetaram o pagamento do subsídio.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé cobrou resposta aos questionamentos apresentados na última reunião do grupo de trabalho.

André Soares Dantas respondeu que parte das informações solicitadas não estão disponíveis para a SUMOB por não estar previsto contratualmente que os consórcios forneçam essas informações. Disse que a solicitação dessas informações deveriam ser direcionadas aos consórcios.

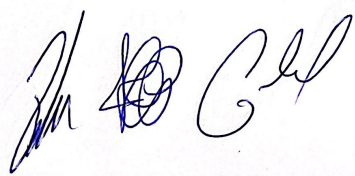
A vereadora Fernanda Pereira Altoé questionou se houve alguma evolução na busca de formas alternativas de financiamento do sistema de transporte por meio de ações de publicidade.

André Soares Dantas respondeu que ainda estão sendo realizados estudos sobre esse tema e que ainda não se chegou a uma alternativa viável.

O vereador Gabriel lembrou que na última reunião foi feito questionamento sobre formas de buscar recursos em publicidade e cobrou o estabelecimento de prazo para apresentação dessa proposta.

André Soares Dantas justificou a dificuldade de estabelecimento de um prazo para a apresentação dessa proposta.

O vereador Gabriel disse que o Tribunal de Contas fez uma série de recomendações e que havia a promessa da Prefeitura de incorporá-las nas prestações de contas, mas que isso não se verificou.



André Soares Dantas respondeu que essas recomendações serão analisadas.

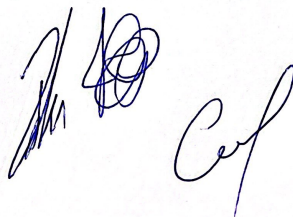
O vereador Pedro Patrus concordou com a insatisfação do vereador Gabriel e lamentou a ausência do secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury Teixeira, e do representante da Procuradoria do Município. Considerou que André Soares Dantas não teria condições de responder por aquelas autoridades. Afirmou que o prazo para a Prefeitura já está estabelecido e que a CMBH já deixou claro que não haverá prorrogação do subsídio.

O vereador Gabriel defendeu a repactuação do contrato de concessão. Disse que, se não ocorrer uma definição até março de 2023, a CMBH não irá aprovar um novo subsídio. Disse que os empresários estão cumprindo o que foi acordado, mas que a Prefeitura não tem cumprido o acordado. Apresentou uma série de recomendações feitas pelo Ministério Público de alterações nos contratos de concessão vigentes em Belo Horizonte. Lembrou que existe um decreto enumerando os componentes deste grupo de trabalho e cobrou a presença dos demais representantes do poder público. Questionou qual o percentual de reclamações dos usuários foram resolvidas.

André Soares Dantas respondeu que todas as contribuições apresentadas foram respondidas e que a solução de cada uma depende da sua natureza, mas que os procedimentos seguidos foram os por ele apresentados anteriormente.

O vereador Gabriel questionou qual a justificativa para aumento do intervalo máximo entre viagens entre o acordo celebrado e o decreto publicado.

André Soares Dantas respondeu quer essa ampliação foi uma flexibilização para ajustar a oferta à demanda.

Three handwritten signatures in blue ink are located at the bottom right of the page. The first signature is a stylized 'M' with a vertical line through it. The second is a circular scribble. The third is a cursive signature that appears to be 'Cep'.



O vereador Gabriel questionou porque o sistema de bilhetagem não está sendo mais usado para controle do quadro de horário e aplicação automática de multas.

André Soares Dantas esclareceu que a tecnologia não resolve tudo e que o sistema de monitoramento permite uma melhor avaliação das situações verificadas.

O vereador Gabriel questionou a motivação para diminuição da gravidade de multas por algumas infrações.

André Soares Dantas justificou que essas alterações foram em função da busca de melhoria da qualidade e adequação das operações à demanda verificada. Respondeu questionamento apresentado sobre a ampliação das faixas exclusivas no município.

O vereador Braulio Lara reiterou o pedido de análise detalhada das linhas que puxam para cima a média de ocupação dos veículos.

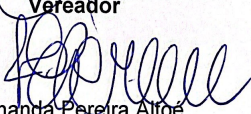
André Soares Dantas agradeceu a oportunidade de participar desta reunião e disse não se incomodar com os questionamentos feitos.

O vereador Gabriel declarou encerrados os trabalhos.

André Soares Dantas  
**Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte**



Gabriel  
**Vereador**



Fernanda Pereira Alfoe  
**Vereadora**



Pedro Patrus.  
**Vereador**

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Álvares Cabral, 217, 10º andar, Centro – SUMOB

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; o vereador Gabriel; o vereador Pedro Patrus.

**Convidados:** Maria do Socorro.

André Dantas iniciou a reunião e apresentou a convidada Maria do Socorro Pirâmides.

A Sra. Maria do Socorro iniciou a apresentação detalhando dados que constam em um estudo realizado sobre a priorização do transporte coletivo, conforme o documento anexo. Apresentou dados sobre a média de pessoas transportadas em veículo particular e a média da utilização do transporte coletivo e como o impacto nas vias urbanas é menor com a utilização do serviço de transporte público. Demonstrou que na pesquisa realizada foi estudado a circulação, operação dos pontos de ônibus; interseções com semáforos; circulação de pedestres e usuários do transporte coletivo e regulamentação da faixa de estacionamento.

Sobre as vias estudadas, informou que foram objeto de análise 71km de vias, que resultaram em 80km de projetos prontos para serem implantados e que não influenciariam na circulação dos veículos particulares. O projeto apresenta proposta de faixas exclusivas em horários específicos, abarcando o pico da manhã e o pico da tarde. Informou que os projetos estão localizados em todas as regionais, com exceção da regional Barreiro que possui um projeto específico de BRT. Foram apresentados dados sobre o tratamento de calçadas. Informou sobre parte do projeto que já foi implantado e parte que está em implantação. As etapas já iniciadas têm previsão de finalização no final de outubro. A apresentação também trouxe dados sobre o ganho de velocidade com a implantação das faixas exclusivas. Uma das prioridades de implantação do projeto é a região da Avenida Afonso Pena.

Trouxe dados sobre implantação e modificação das ciclovias, o projeto de implantação de ciclovias tem como objetivo interligar trechos já existentes. Há ainda o tratamento das interseções, com o objetivo de constar também orientações aos pedestres.

Maria do Socorro passou por todos os projetos, demonstrando as vias e as alterações que constam no projeto.

A 2ª etapa de implantação é a Avenida Afonso Pena, incluindo ciclovia da Avenida Rio Branco até a Praça da Bandeira. Passou ponto a ponto as interseções da Afonso Pena, demonstrando as intervenções que serão realizadas, inclusive para prevenir os atropelamentos, que possuem taxas elevadas na região. O projeto da Afonso Pena também inclui um projeto paisagístico com o plantio de novas árvores.

Com a implantação do projeto, os resultados esperados são: redução do tempo de viagem; menor tempo de espera; pontos de ônibus menos cheios; melhoria na pontualidade em relação ao quadro de horários; redução de custos operacionais; redução de emissão de gás carbônico, gases efeito estufa e poluentes locais.

Durante a apresentação os membros presentes, os vereadores Fernanda Pereira Altoé, Gabriel Azevedo, Pedro Patrus e Bráulio Lara, fizeram diversas colocações e questionamentos. O Superintendente André Dantas pontuou que sempre que são apresentados projetos de alteração das vias para implantação de ciclovias e faixas exclusivas há a preocupação com a piora do tráfego, principalmente para os carros. Mas na prática o que se verifica é uma melhora e maior fluidez para todos, incluindo os veículos particulares.

Os dados completos da apresentação, incluindo os dados do projeto de priorização do transporte coletivo, constam na apresentação que será anexada à ata.

André Dantas agradeceu a apresentação e passou para o próximo assunto da pauta. Conforme discutido em reuniões anteriores, foi distribuído aos presentes minuta de projeto de lei que possibilita a implementação da bilhetagem exclusivamente eletrônica. O assunto foi discutido e os vereadores recomendaram que, por se tratar de assunto técnico e para que não se alongue muito a discussão, o projeto de lei seja enviado para a Câmara na próxima semana.

Os vereadores demonstraram descontentamento com a ausência dos demais membros do GT, sobretudo, do Secretário Fleury e do Procurador do Município Caio Perona nos encontros recentes. Ressaltaram que a presença de ambos é importante para o prosseguimento das discussões.

André, por fim, destacou a importância da próxima reunião, na qual teremos a apresentação do convidado Fernando Portella sobre integração tarifária.

<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>	<i>Fernanda Pereira Altoé</i> <b>Vereadora</b>
<i>Gabriel Azevedo</i> <b>Vereador</b>	<i>Pedro Patrus</i> <b>Vereador</b>



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 4 DE OUTUBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Álvares Cabral, 217, 10º andar, Centro – SUMOB

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; a vereadora Fernanda Pereira Altoé; vereador Gabriel.

**Convidado:** Fernando Portella, CNA (Calypso Network Association); vereador Bráulio Lara

André Dantas iniciou a reunião e apresentou o convidado Fernando Portella, profissional que atua hoje como representante da Calypso Network Association – CNA – e também é membro do Instituto de Engenharia de São Paulo. O tema abordado será gestão tarifária.

Fernando Portella iniciou a apresentação e o arquivo contendo todos os detalhes será anexado à presente ata. Apresentou a CNA como uma associação internacional que reúne membros da comunidade de transportes, mobilidade, tecnologia e serviços. Calypso é uma tecnologia/protocolo que desenvolve aplicativos para gerenciamento do recebimento das tarifas do transporte público. Demonstrou como a tecnologia vem sendo utilizada, principalmente sob a ótica de ser uma tecnologia aberta, capaz de se integrar com outras tecnologias (interoperabilidade) e segura, não tendo sido relatados problemas de segurança até o momento. Em síntese é uma camada de software que possibilita uma equalização de toda a diversidade de softwares, dá respaldo e continuidade de evolução.

Após comentários do André Dantas e da vereadora Fernanda Altoé, o convidado ressaltou sobre a importância do desenvolvimento de tecnologias que possibilitam que a base de dados seja do poder público. Fernando Portella ressaltou que com a base de dados pertencendo ao Estado, é possível a completa gestão tarifária. As decisões passam a ser tomadas com base em fatos.

A vereadora Fernanda perguntou ao convidado sobre conselhos necessários para o momento que Belo Horizonte está passando, qual seja, a transição da possibilidade de pagamento da tarifa em dinheiro para a bilhetagem exclusivamente eletrônica. Portella ressaltou que o primeiro ponto é o integrador ser obrigado a usar a aplicação do poder público e não a dele. O poder público sendo o dono da base de dados, ele não vai receber um relatório consolidado, ele terá um diário. Usou como exemplo Lisboa, antes da pandemia. Lisboa tinha 7.000 tarifas, mas já tinham implementado um sistema integrado há 18 anos. Com fundamento nessa base de dados conseguiram definir uma tarifa para cada modalidade de transporte.

O vereador Bráulio questionou como seria o procedimento para aderir ao protocolo Calypso. O convidado informou que, em primeiro lugar, não se desconsidera nenhum dado já existente no Município, e em segundo lugar é necessário estabelecer um cronograma. André Dantas, aprofundou o questionamento e perguntou quem

deve tomar essa iniciativa? O convidado entende que a Prefeitura tem que fazer a gestão do controle de bilhetagem e definir as normas técnicas que serão seguidas.

Sobre integração tarifária, por exemplo, entre metrô e ônibus municipais, André Dantas questionou a posição do convidado. Fernando Portella ressaltou que tem que haver uma visão metropolitana. Normalmente seriam estabelecidos contratos dentro do sistema onde se estabelece quanto a Prefeitura paga para andar no metrô e quanto o metrô paga para andar no ônibus municipal. Usou como exemplo o cartão do idoso, que vai fazer isso independente do repasse ser Federal.

Portella ressaltou que o papel da autoridade de transporte é fundamental, a postura de gestão tem que ser tomada indicando as informações necessárias para que o Município tenha gestão da informação. O operador tem que receber pelo serviço prestado, o ideal é afastar a gestão tarifária do operador.

O vereador Gabriel elogiou a palestra e explicou resumidamente o contexto atual do GT e do Município. Questionou o que o convidado Fernando Portella faria como técnico. O convidado informou que, sem conhecimento profundo do caso concreto ele não pode opinar. Mas sugeriu a implantação de um cronograma, dentro do tempo disponível. E dentro deste cronograma há a publicação dos atos normativos que sejam necessários.

Todos agradeceram a contribuição do convidado.

Os representantes do legislativo presentes na reunião novamente manifestaram descontentamento com a ausência do Secretário Fleury e do Procurador do Município Caio Perona nesta reunião e solicitaram que a próxima reunião ocorresse com a presença do Prefeito.

André Dantas encerrou a reunião.

<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>	<i>Fernanda Pereira Altoé</i> <b>Vereadora</b>
<i>Gabriel Azevedo</i> <b>Vereador</b>	

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO DA MOBILIDADE URBANA DE  
BELO HORIZONTE – GT-MOBH**

**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Álvares Cabral, 217, 10º andar, Centro – Sumob

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, André Dantas; vereadora Fernanda Pereira Altoé; vereador Gabriel

**Convidados:** Márcio D’Agosto, (professor Associado do Programa de Engenharia de Transporte da COPPE/UFRJ); vereador Bráulio Lara

André Dantas iniciou a reunião apresentando o convidado Márcio D’Agosto, professor associado do Programa de Engenharia de Transporte da COPPE/UFRJ. O tema abordado foi “*Tecnologias para Propulsão do Transporte Coletivo Urbano*”.

André Dantas mencionou o interesse do Prefeito em convidar os(as) Vereadores(as) que fazem parte deste grupo para uma reunião na próxima semana, conforme pedido realizado pelos mesmos no encontro anterior do GT. Os vereadores solicitaram que a reunião aconteça antes do recesso do plenário.

André Dantas também esclareceu que os Requerimentos de Comissão estão sendo respondidos com maior celeridade pela Sumob.

Os representantes do legislativo, presentes na reunião, novamente manifestaram descontentamento com a ausência dos representantes da Secretaria Municipal de Política Urbana e da Procuradoria do Município.

Antes da apresentação, o Vereador Gabriel perguntou ao Professor Márcio D’Agosto se ele tinha conhecimento do relatório da CPI da “Caixa Preta da BHTrans” e de que o contrato de concessão do transporte coletivo por ônibus de Belo Horizonte é resultado de um cartel.

O professor respondeu que não tinha conhecimento do relatório da CPI e sobre o citado cartel das empresas em Belo Horizonte.

O professor Márcio D'Agosto iniciou a apresentação, e o arquivo contendo todos os detalhes que será anexado a presente ata. Apresentou a importância e o desafio da transição energética e tecnologia. Demonstrou a evolução da idade da frota, a importância da qualificação do transporte e da transição energética e tecnológica.

Após comentários do Superintendente André e do Vereador Bráulio Lara, sobre a atração de novos usuários para o transporte coletivo, o convidado ressaltou que as medidas para dar preferência ao transporte coletivo por ônibus nas vias são necessárias e podem atrair novos usuários, repartindo a fatia de usuários de automóvel privado e transporte coletivo.

Continuando a apresentação, o Convidado esclareceu que nem todas as fabricantes/montadoras que operam com ônibus convencionais no Brasil possuem veículo elétrico/híbrido.

Finalizada a apresentação pelo convidado, o Superintendente André Dantas agradeceu ao convidado e abriu para perguntas.

O Vereador Bráulio agradeceu a apresentação do convidado e disse que foi instigadora. Ainda, ressaltou que um dos primeiros desafios é a matriz energética e que as mudanças já estão acontecendo, mas ainda sem investimento. Acrescentando, o vereador perguntou qual é a visão do convidado sobre o transporte por propulsão magnética.

O Professor Márcio D'Agosto esclareceu que o “*maglev*” tem muitos desafios para a implantação no meio urbano. A proposição inicial seria substituir o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, porém, desconhece, por exemplo, qual é a capacidade efetiva deste sistema e quantos passageiros podem ser transportados.

O vereador Bráulio perguntou ao convidado como está a integração das matrizes solares para uso no sistema, tendo o professor Márcio D'Agosto esclarecido que existem algumas iniciativas no transporte de carga, como a instalação de painéis fotovoltaicos nos galpões para abastecer os caminhões elétricos. Que ainda não é algo significativo, levando em consideração o tamanho do transporte de carga por caminhões que circulam no Brasil e que não sabe afirmar se existe alguma ação sendo tomada a nível nacional.

O Superintendente André Dantas questionou ao convidado se uma garagem de ônibus, coberta por painéis fotovoltaicos, poderia abastecer 100 ônibus, tendo ele respondido que que não é possível abastecer os veículos com a energia gerada através dos painéis.

A Vereadora Fernanda Altoé perguntou ao convidado o que seria preciso para ter uma frota de ônibus elétricos, tendo ele acrescentado que com a tecnologia que existe hoje, seria possível, no máximo, abastecer com energia elétrica 10% da frota existente em Belo Horizonte. Complementou informando que seria necessário um estudo para avaliar qual seria o consumo destes veículos, levando em consideração, por exemplo: distância, trajeto, topografia, trânsito, entre outros.

O Vereador Bráulio Lara ressaltou que  $\frac{1}{3}$  do ganho energético poderá vir do trabalho de otimização do sistema e que saber medir o ganho pode dar embasamento para sustentar o projeto.

Os presentes agradeceram a presença do convidado.

A Vereadora Fernanda destaca que soluções mais simples podem ser implantadas para melhoria do sistema.

Os membros enfatizaram a importância da conscientização de todos para melhoria da mobilidade e destacaram a necessidade de avançar no combate a evasão nas viagens.

Vereador Bráulio apontou a dificuldade de integração tarifária e de modais. Ressaltou a necessidade de revisão do sistema, onde existem linhas periféricas mais sobrecarregadas.

O Superintendente André mencionou uma pesquisa realizada a nível nacional, que esclarece as principais necessidades dos usuários do transporte coletivo. Salientou que em primeiro lugar vem o preço da passagem, em segundo a confiabilidade do sistema e em terceiro o conforto.

André Dantas agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>	<i>Fernanda Pereira Altoé</i> <b>Vereadora</b>
<i>Gabriel Azevedo</i> <b>Vereador</b>	

## ATA REUNIÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS GRUPO DE TRABALHO DA MOBILIDADE URBANA

18/10/2022

Vereador Gabriel abriu a reunião registrando a presença dos Vereadores Pedro Patrus, Fernanda Altoé, Wilsinho da Tabu e pela Prefeitura Sr. André Dantas.

Registrou que esse comitê é composto por outros membros do executivo (Secretário Fleury - SMPU e Dr. Caio Perona - PGM) e que já tem algumas reuniões que eles não comparecem inviabilizando a repsostas a questões que não podem ser tratadas com o superintendente André Dantas.

Ressaltando que há um prazo de medidas a serem tomadas até dezembro, Vereador Gabriel apresentou três sugestões de projetos de lei e abriu um prazo até 25/10/22 para que os demais Vereadores que quiserem apresentar sugestões se manifestem nos projetos.

A apresentação foi intitulada como INICIATIVAS LEGISLATIVAS PELA MOBILIDADE.

Frisou que o Secretário João Fleury já registrou que não há possibilidade de novo subsídio sem a adoção de medidas de alteração no contrato e que as duas maiores reclamações conforme as apresentações anteriores são a superlotação e o descumprimento do quadro de horário.

Propôs o aumento da velocidade média por meio de privilégio ao sistema de ônibus, como por exemplo as faixas exclusivas. Ressaltou, porém, que a câmara não pode propor a criação de faixas exclusivas.

Disse que a prefeitura apresentou duas vezes a mesma proposta de implantação de faixas exclusivas mas não houve avanços. A responsável pelo projeto no antigo comitê de mobilidade disse que o projeto não avançou por conta do aumento de insumos.

Ao seu entender, hoje as faixas preferenciais e exclusivas são tratadas como exceção.

Apresentou então, a sugestão de um projeto de lei que implementa as faixas exclusivas.

Ressaltou que foi feito um estudo criterioso de legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, e que o projeto não cria gastos para o executivo.

Disse que é uma mudança circulatória no sistema de mobilidade, dando o exemplo de uma ponte de safena.

O segundo projeto tratou do fim do dinheiro a bordo.

Ressaltou que as formas de financiamento precisam de segurança dos dados de arrecadação e que o fim do dinheiro coloca os dados em forma digital, assegurando a confiabilidade dos dados obtidos pelo sistema. Além disso o fim do dinheiro a bordo diminui o risco de assalto e o tempo de entrada dos passageiros já que o motorista não tem que se preocupar com o troco.

De novo, o Vereador Gabriel ressaltou que as maiores causas de problema, segundo os usuários, são o tempo e a lotação e que ambos os projetos observam e ajudam nesses problemas.



Com uma legislação específica da bilhetagem eletrônica seria possível regularizar a situação e computar o impacto das novas tecnologias na modicidade tarifária.

Vereador Gabriel explicou que hoje 80% da operação já é eletrônica e que isso seria feito de forma gradual. Ressaltou que nenhuma metrópole no mundo usa mais dinheiro. Além disso o pagamento eletrônico dá uma noção de onde a pessoa entra e onde ela sai.

Disse que não há necessidade de se ter um cartão bhbus pra usar no ônibus, já que é possível utilizar o cartão de crédito.

Frisou que não está tratando do fim dos cobradores, já que isso é uma questão a ser definida pela Prefeitura.

A terceira sugestão foi a mudança na forma de remuneração. De acordo com o contrato os operadores não são renumerados por viagens feitas, mas por passageiro transportado.

Na sua visão, o contrato como está estimula os concessionários a atuarem pelos ônibus lotados. Sugeriu a remuneração por produção quilométrica o que inverteria a lógica fazendo com que os concessionários queiram fazer mais viagens.

Então apresentou um projeto que altera a forma de remuneração da prestação de serviços de transportes passando de tarifa para quilometro rodado.

Vereador Gabriel disse que essas três legislações podem mudar a vida dos cidadãos belo-horizontinos.

Frisou que amanhã haverá uma reunião com o Prefeito para discutir essas questões.

Disse que abrirá os textos para que os demais vereadores opinem e que na próxima terça será protocolado.

Ressaltou, novamente, que considera um desrespeito a Prefeitura não enviar o Secretário de Política Urbana e o Procurador nomeados para o comitê.

Vereador Gabriel anunciou a presença de dois representantes da ASTRASUPLE, Ernani Gomes Brandão e Alexandre Daniel de Oliveira.

André Dantas iniciou sua apresentação.

Começou contextualizando que a diminuição do número de viagens ocorreu durante a pandemia, com paralisação dos serviços em alguns horários, principalmente o noturno.

Disse que houve um processo de discussão para, a partir de 11 de julho de 2022, alocar um subsídio para aumentar o número de viagens.

Isso se seguiu até o contexto atual em que chegamos a 22 mil viagens. Ainda não considera ideal, porque estamos enfrentando por exemplo a greve do metrô, mas ao seu sentir há um avanço.

Ressaltou que tem havido grande nível de controle no dinheiro dado como subsídio.

Disse que a Lei 11.367/22 prevê que tem que ser realizadas 21.708/dia no período diurno e 528/dia no período noturno. Essas são os critérios de repasse do subsídio. Os outros dois critérios (nível máximo de ocupação e invertamo-nos máximo de viagem) estão no contrato e são mecanismos de controle da prestação de serviço e não do repasse.

Até agora restam a repassar 101 milhões para o convencional e 4.903.999,00 para o suplementar.

Repasseu o processo de repasse que leva em conta a apuração, análise, validade dos dados para só aí efetivar o repasse.

Disse que no dia a dia tem fiscalização na rua e no COP, além do monitoramento pelos canais de denúncia. Todo esse conjunto de atividade resulta em melhorias.

Frisou que a Lei 11.367/22 permitiu a manutenção da tarifa a R\$ 4,50 enquanto os demais lugares no Brasil aumentaram a tarifa. Além disso, houve aumento do número de ônibus, do número de viagens, dos canais de comunicação, o atendimento prioritário para as situações emergenciais, a ampliação da participação do cidadão e o desenvolvimento do plano de ação para demandas críticas.

Resaltou que no começo do subsídio tivemos uma demanda de 913 mil passageiros e agora 980 mil. Chegou a 1.013.007 em agosto. A média de passageiro por viagem saiu de 54 para 44. A frota passou de 2.113 para 2.266.

Apresentou comparativo do número de linhas demonstrando que houve um avanço no oferecimento das viagens. 95% das linhas de sábado, 98% das de domingo e 97% das de dias úteis tiveram aumento na oferta do quadro de horários.

Frisou que tudo pode ser acompanhando no portal da Prefeitura:

[HTTPS://prefeitura.pbh.gov.br/sumob/maisonibus](https://prefeitura.pbh.gov.br/sumob/maisonibus)

Demonstrou o histórico de contribuições via WhatsApp e BHdigital. Em setembro o campeão de reclamação foi o comportamento do motorista.

Encaminhamento das demandas:

Das 2.530 demanda recebidas todas foram respondidas.

As demandas geraram fiscalização, inteligência e atendimento de emergência.

As demandas emergenciais tratavam de conservação do veículos, ar condicionado, e funcionamento do elevador. E as não emergenciais tratavam de remodelagem, plano de ação e contribuições encaminhadas aos consórcios.

Disse que 35 linhas foram autuadas por descumprimento do nível máximo de ocupação. Isso gerou um plano de ação que considerou as linhas com mais reclamação de horário e superlotação, estabelecendo

atuação específica.

Destaques:

Linha 643 - acréscimo de 1 viagem no horário de pico.

Linha 8207 - treinamento de operadores para ordem de parada no ponto de embarque.

Linha 62 - acréscimo de viagem no pico

Linha 330 e 342 ajuste no quadro de horário

Há outras linhas que foram alteradas e estão todas registradas no portal.

Próximos passos. André ressaltou que é um processo contínuo e que os planos de ação continuam.

Vereadora Fernanda ressaltou que nas apresentações do GT o que se tem visto é que invés de inventar tem que se melhorar o que já está em mãos, a exemplo das medidas de privilégio de fluxo. Tem que melhorar o que já possui de recursos e quando isso não for mais suficiente passar a investir no que não se tem.

Vereador Wilsinho agradeceu a apresentação e a Comissão que tem feito um trabalho importante para a melhoria. Disse que durante a pandemia tentaram um diálogo com o executivo que não obtiveram e que agora, com as discussões, vê avanços. No seu entendimento o transporte público é uma das prioridades da cidade.

Vereador Bráulio, perguntou ao André, se ao invés da contratação de uma empresa para melhoramento da rede essa construção não poderia sair de dentro da SUMOB.

André disse que isso demandaria um estudo e uma equipe grande e que hoje não há como deslocar uma equipe para fazer isso sob pena de penalizar outras demandas essenciais da cidade.

Disse que a contratação de uma empresa de fora trará também especialistas com conhecimentos que a SUMOB não tem.

Vereador Bráulio disse que esteve em Porto Alegre na semana passada, e que acompanhou a Câmara de vereadores que também discutia sobre transporte.

Disse que percebeu que BH é muito cautelosa de não testar, e que o receio é que ao buscar o ótimo se deixe de observar o bom. Que há um amplo campo de alternativas de gargalos que são velhos conhecidos da cidade.

Disse que percebeu, voltando de madrugada, que os sinais da Dom Pedro I e Antonio Carlos não estão sincronizados. Que são obviedades que estão na boca do cidadão e que poderiam ser organizados de forma mais célere se houvesse menos burocracia. Que a SUMOB tem que chamar a sua responsabilidade um pouco de tentativa.

André ressaltou que a consultoria terá uma abordagem bem simplista para que seja de rápida implantação, mas agradece as considerações.

Vereadora Fernanda perguntou ao André sobre a auditoria da empresa EY para os consórcio analisando o período de 2015 a 2022 e André disse que não tem conhecimento.

Vereador Pedro agradeceu a prestação de contas e parabenizou o Vereador Gabriel pelas propostas de leis. Demonstrou grande preocupação com o decurso do tempo do subsídio sem novas proposições.

Disse que é a favor do subsídio mas que a transparência é fundamental e que nesse contrato não há isso.

Bráulio ressaltou que o sistema suplementar é a saída para suprir o que o convencional não consegue atender.

Vereador Pedro agradeceu e encerrou a reunião.

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Sala Multiuso 4, Centro.

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; o vereador Gabriel; o vereador Pedro Patrus; o vereador Bruno Miranda; o Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra; o Secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury.

André Dantas iniciou a reunião apresentando a minuta de projeto de lei para regulamentar a bilhetagem eletrônica. O vereador Gabriel sugeriu que o projeto fosse lido na reunião para que fosse possível votar ainda em dezembro.

André Dantas realizou a leitura da minuta na íntegra. O documento apresentado e lido em reunião será anexado à presente ata. Foram realizadas várias observações por todos os integrantes, notadamente quanto à utilização do cartão como principal forma de pagamento. O vereador Gabriel entende que a redação dá prioridade ao cartão e deixa outras mídias, como NFC, em segundo plano.

O vereador Gabriel sugeriu incluir dispositivo para possibilitar que o usuário do transporte público adquira créditos diretamente com o cartão de crédito e débito. André Dantas demonstrou preocupação com as implicações quanto ao repasse desse custo. O vereador ressaltou que, ao facilitar o pagamento da tarifa, a consequência direta é a possibilidade de voltar com a classe média e alta ao transporte público. A redação do art. 4º da minuta foi revista conforme sugestões apresentadas na reunião.

André Dantas, apesar de reconhecer a necessidade de avançar com a utilização das mídias que foram sugeridas pelo vereador Gabriel para inclusão no PL (cartão de crédito e débito com NFC e bilhetes de utilização única), demonstrou desconforto com a obrigação pelo fato de ainda não ter como prever o impacto da implantação, quanto aos custos e integração com outros sistemas.

André informou que a sugestão será avaliada e apresentada ao Prefeito. Os vereadores solicitaram que fossem informados da versão final antes do envio à Câmara.

Passou-se ao segundo ponto da reunião que é quanto ao modelo de financiamento apresentado na reunião passada. O vereador Gabriel informou que conversaram, e entendem que é um caminho, mas não ficou claro como será feito. Caso seja necessário projeto de lei, solicitou que fosse redigido e apresentado ao grupo. Questionou sobre a origem dos recursos, com indicação da dotação orçamentária.

André informou que, nesta reunião, espera uma confirmação dos vereadores participantes quanto à proposta de financiamento apresentado para continuar detalhando os próximos passos. Gabriel informou que os membros

do GT gostaram da proposta e entendem que um modelo híbrido atende ao contexto atual, ressaltando que não haverá consenso na Câmara. André firmou o compromisso de desenvolver uma minuta para discussão na próxima reunião.

André Dantas também informou que irá apresentar o projeto de faixas exclusivas na próxima reunião.

O vereador Gabriel agradeceu a presença do Hércules e solicitou, a pedido da vereadora Fernanda, uma reunião com o Procurador. Gabriel questionou sobre o andamento dos processos administrativos punitivos (PAP n. 01 e PAP n. 02) que foram abertos na BHTrans, um questionando a auditoria da Maciel e outro questionando o processo licitatório dos consórcios. Dr. Hércules narrou o andamento dos dois casos, um está na Controladoria e o outro foi encaminhado para a Sumob para esclarecimento de questões técnicas. Dr. Hércules informou que trará as informações na próxima reunião.

O vereador Gabriel questionou sobre os prazos de revisão contratual. André Dantas informou que entendem que a revisão contratual depende da auditoria que será realizada judicialmente. Dr. Hércules informou que vai tentar despachar com o juiz responsável pelo processo de auditoria e dará um retorno da próxima reunião.

<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>	<i>Bruno Miranda</i> <b>Vereador</b>
<i>Gabriel Azevedo</i> <b>Vereador</b>	<i>Pedro Patrus</i> <b>Vereador</b>
<i>João Antônio Fleury</i> <b>Secretário Municipal de Política Urbana</b>	<i>Hércules Guerra</i> <b>Procurador-Geral do Município</b>



**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Sala Multiuso 4, Centro.

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; a vereadora Fernanda Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Gabriel; o Procurador-Geral do Município, Hércules Guerra; o Procurador do Município, Felipe Mantuano.

André Dantas iniciou a reunião e apresentou o Dr. Felipe Mantuano, Procurador do Município que está acompanhando o processo de transição da BHTrans para a Sumob. O Dr. Felipe vai acompanhar as reuniões do GT a partir de hoje.

Dr. Hércules trouxe informações sobre o processo de auditoria que será feito em âmbito judicial, informou que despachou com o juiz responsável e que será indicada a KPMG. Após a intimação, é necessário aguardar a resposta da KPMG.

A vereadora Fernanda informou que há uma ação do Setra em que é discutida a ampliação da idade dos ônibus (Ação n. 5155564-40.2021.8.13). O Setra pediu a extinção e a Fernanda informou que o Município pediu o prosseguimento. Dr. Hércules vai verificar o que ocorreu nesse caso e dará o retorno.

Fernanda questionou sobre o andamento das Ações Punitivas (PAP 01/2021 e PAP 02/2021). Dr. Hércules informou que quanto ao PAP 01/2021 foi designada uma nova comissão, conforme portaria publicada no dia 29/10. Fernanda questionou os termos da portaria publicada que informava que não havia sido designada uma comissão anteriormente. Felipe e Hércules explicaram o andamento do procedimento e a razão da necessidade de designação de nova comissão. Quanto ao PAP 02/2021, Hércules explicou que ainda será publicada nova portaria.

O vereador Gabriel questionou o prazo de andamento dos processos punitivos que já duram mais de um ano, e, na opinião dele, a Prefeitura não tem passado as informações de forma correta o que acarretaria a responsabilidade dos gestores à época. Gabriel afirma que, com a publicação da Portaria designando nova Comissão o que ele entende é que nada foi feito até o momento. Deixou registrado a sua insatisfação e registrou a necessidade de uma reunião, com todas as garantias de sigilo, para informar o andamento dos processos.

Dr. Hércules informou que os processos não ficaram parados, foram encaminhados para a Controladoria que emitiu um relatório e, após o relatório, estão sendo tomados os próximos passos o que incluiu a publicação da portaria no sábado.

O vereador Pedro Patrus entende as preocupações do Gabriel, contudo afirma que o Grupo tem que olhar pra frente. Pois se forem apurar auditorias passadas, não há apenas a da gestão passada, há auditorias inclusive de gestões ainda mais antigas com várias questões que merecem ser apuradas e investigadas.

Gabriel reafirma a admiração pela gestão atual da Prefeitura, mas afirma que é necessário prosseguir com as investigações citadas nos processos administrativos punitivos para esclarecer a auditoria e o contrato de concessão ainda vigente.

Os membros do Executivo informaram que vão apresentar aos vereadores, com detalhes e garantindo o sigilo necessário, o andamento dos dois processos administrativos.

André Dantas prosseguiu com a reunião e apresentou o projeto de lei sobre bilhetagem eletrônica com alguns ajustes em relação ao texto apresentado na última reunião. As alterações constam no art. 4º, que trata sobre a forma de pagamento da tarifa e utilização de crédito eletrônico, e no art. 9º, que trata sobre o prazo de implementação.

Após discussões entre todos os presentes quanto a redação proposta, chegou-se no acordo quanto ao art. 9º. Será mantido o *caput* apresentado pelo André Dantas com o prazo de 90 dias para implementação de um projeto piloto e a redação sugerida pelo vereador Gabriel será incluída no parágrafo único, permitindo a implantação em prazo inferior nas linhas determinadas pelo Executivo.

Gabriel manifestou e pediu para registrar a sua insatisfação com a ausência do Secretário Fleury.

André prosseguiu com a reunião e informou que o projeto de lei sobre nova modalidade de financiamento do transporte público está em construção e assim que finalizado será encaminhado ao grupo.

Com a apresentação e discussão dos dois projetos de lei, o grupo discutiu quais seriam os próximos passos. André Dantas explicou com alguns exemplos estudos que seriam importantes para a mobilidade urbana, como, por exemplo, políticas de desincentivo para o transporte individual privado. Gabriel questionou sobre a possibilidade de implantação de projetos pilotos de transição e o grupo discutiu a possibilidade de implantação de estacionamentos subterrâneos como receita acessória e forma de revitalização do centro. Todos os membros presentes discutiram os diversos pontos de vista apresentados.

A partir desta discussão, o vereador Gabriel solicitou que a Sumob tente apresentar na próxima reunião 3 propostas com áreas do Município em que poderiam ser implantados projetos com a participação do

Executivo, da Câmara e da sociedade civil. André se comprometeu a verificar na BHTrans se já existem projetos prontos para apresentação.

André Dantas encerrou a reunião.

<i>André Soares Dantas</i> <b>Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte</b>	<i>Fernanda Altoé</i> <b>Vereador</b>
<i>Gabriel Azevedo</i> <b>Vereador</b>	<i>Pedro Patrus</i> <b>Vereador</b>
<i>Hércules Guerra</i> <b>Procurador-Geral do Município</b>	<i>Felipe Mantuano</i> <b>Procurador do Município</b>

**GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO**  
**DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GT-MOBH**  
**ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2022**

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, Sala Multiuso 4, Centro.

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Superintendente de Mobilidade do Município de Belo Horizonte, Sr. André Dantas; a vereadora Fernanda Altoé; o vereador Pedro Patrus; o vereador Gabriel; o Secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury; o Procurado do Município, Caio Perona; o Procurador do Município, Felipe Mantuano.

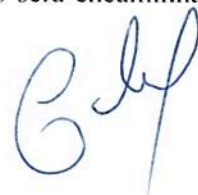
André Dantas iniciou a reunião e distribuiu aos presentes a versão final das minutas de projeto de lei que tratam sobre a bilhetagem eletrônica e sobre novo modelo de financiamento do transporte público. O PL da bilhetagem eletrônica já havia sido discutido na reunião anterior, os presentes receberam a versão final que incluiu os ajustes acordados, discutiram brevemente o assunto e o vereador Pedro Patrus informou que ainda precisa discutir o texto internamente com os segmentos interessados. A vereadora Fernanda solicitou a correção formal do parágrafo segundo do art. 9º.

Os presentes iniciaram a análise da minuta do PL que trata sobre forma de financiamento do transporte público coletivo. Os presentes leram e discutiram todos os artigos da minuta apresentada. A vereadora Fernanda questionou se o texto, no formato apresentado não modifica o contrato existente e questionou os requisitos constantes no art. 2º para definição da remuneração. André Dantas buscou esclarecer todas as dúvidas e informou que os requisitos postos no art. 2º são elementos de controle para garantir a qualidade do serviço. Os requisitos do art. 2º foram objeto de intensa discussão entre todos os presentes, não houve consenso.

Fleury sugeriu que a minuta do PL seja enviada para análise e envio de propostas de todos os membros do GT, no prazo de uma semana.

O vereador Gabriel informou que no dia 22 de novembro será realizada na Câmara sessão para prestação de contas. O vereador questionou também qual o prazo para conclusão dos trabalhos do grupo e sugeriu que seja encerrado em dezembro e com isso teremos mais cinco reuniões. Por sugestão do vereador Gabriel, que foi acolhida por todos, o grupo se encerra no dia 20 dezembro com apresentação de relatório final.

Gabriel informou que o texto do projeto de lei da bilhetagem eletrônica que está tramitando na Câmara é diferente do que foi discutido pelo grupo. André Dantas informou que foi surpreendido com a informação que os vereadores protocolaram PL semelhante ao que está sendo discutido no grupo sobre bilhetagem eletrônica. Gabriel entende que não há nenhum problema, pois com a apresentação do novo PL a tramitação do PL do legislativo pode ser suspensa. Fleury informou que o texto que foi discutido com o grupo será encaminhado em breve.



O grupo passou para o último ponto da reunião, com a apresentação pelo procurador Felipe Mantuano do andamento dos dois procedimentos administrativos punitivos, PAP 01/2021 e PAP 02/2021. O procurador Felipe apresentou inicialmente o procedimento administrativo que trata sobre a auditoria da Maciel. Foram relatados todos os andamentos, informando que houve análise pela Controladoria e atualmente foi devolvido para a BHTrans e Sumob, para análise das conclusões da Controladoria.

Com relação ao PAP que trata do contrato da concessão e possíveis irregularidades no processo de licitação, o procurador demonstrou os andamentos e explicou que, após avaliação prévia da PGM, foram notificadas todas as empresas e o Executivo está recebendo as notificações. Em razão da dificuldade para realizar as citações e recebimento das notificações, esse é o estágio atual.

André Dantas encerrou a reunião.

*André Soares Dantas*  
**Superintendente de Mobilidade do  
Município de Belo Horizonte**

*Gabriel Azevedo*  
**Vereador**

*Caio Perona*  
**Procurador do Município**

*Fernanda Altoé*  
**Vereador**

*Pedro Patrus*  
**Vereador**

*Felipe Mantuano*  
**Procurador do Município**

ATA 27ª REUNIAO GRUPO DE TRABALHO DE ESTUDOS DA MOBILIDADE

29/11/2022

Minuto de silêncio pelo falecimento do assessor jurídico do vereador Wilsinho da Tabu.

Vereador Pedro Patrus acompanha on-line por estar com COVID-19.

Superintendente André Dantas inicia apresentação do 4º relatório de prestação de contas do subsídio.

Alunos do Colégio Santo Agostinho ocupam as galerias.

André Dantas destaca a importância do subsídio para a manutenção do valor da tarifa pública, ampliação de número de ônibus, aumento da quantidade de viagens, aumento de canais de comunicação e transparência, atendimento prioritário para situações emergenciais, ampliação da participação dos cidadãos na busca de soluções e desenvolvimento de plano de ação para soluções críticas.

André Dantas especifica aumento na frota de veículos em circulação e queda na média de passageiros por viagem com a implementação do subsídio.

André Dantas apresenta execuções de melhorias já finalizadas e em andamento em linhas apontadas como prioritárias pelos usuários.

Vereadora Fernanda Altoé afirma que o número de viagens não, melhorou apenas voltou-se a cumprir o mínimo contratual, e questiona o que pode ser feito para efetivamente aumentar as viagens.

André Dantas esclarece que, se fossem seguidos os termos originais do contrato, a queda de demanda reduziria ainda mais a quantidade de viagens. Soluções mais avançadas dependeriam de atualização contratual, seguro o superintendente.

Vereadora Fernanda Altoé lembra que há oito anos não há auditoria efetiva no sistema de transporte coletivo em Belo Horizonte.

Vereador Bruno Miranda questiona sobre efetiva melhora na prestação de serviços. André Dantas ressalta que o usuário se sente mais acolhido por ter mais canais de comunicação para relatar sobre dificuldades no sistema.

Vereador Gabriel agradece a presença dos vereadores que não integram o grupo de trabalho e ressalta que a Câmara foi muito célere para a aprovação de um subsídio, mas que essa iniciativa não pode ser a única. Gabriel recorda que na 13ª reunião foi lembrado que dezembro está chegando e que está se encerrando o tempo hábil para aprovar modificações no contrato antes do fim do subsídio, já que em janeiro é recesso e o subsídio se encerra em março. Gabriel lembra que o subsídio já sofre queda significativa nos valores de janeiro, fevereiro e março.

Gabriel destaca que a Prefeitura não enviou nenhuma proposição legislativa que avance além do subsídio que se encerra em março de 2023.

Gabriel apresenta estado de tramitação de projetos de iniciativa do legislativo sobre o tema: a criação de faixas exclusivas como regra e não exceção (PL 444/2022), já aprovado nas comissões e pronto para votação em plenário. O PL da Bilhetagem Eletrônica (PL



446/2022) foi aprovado na CLJ e aguarda parecer de tramitação conjunta em comissões, sob relatoria do vereador Bruno Miranda, líder de governo. O PL da mudança de forma de remuneração (PL 442/2022) foi aprovado na CLJ e aguarda parecer de tramitação conjunta em comissões. O PL da eletrificação da frota até 2028 (392/2022) já foi aprovado em primeiro turno em plenário. O PL de encampação da frota em caso de descumprimento contratual (PL 332/2022) já foi aprovado nas comissões de Legislação e Justiça; Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário; Administração Pública; e atualmente está na Comissão de Orçamento e Finanças Públicas, presidida pelo vereador Claudiney Dulim. A Proposta de Emenda à Lei Orgânica (PELO 06/2022) que transforma em permanente a iniciativa de tarifa zero nos dias de eleição está tramitando em comissão especial própria para o tema.

Vereador Gabriel ressalta que a recuperação do transporte passa por tornar o serviço de transporte coletivo também atrativo para as classes médias que acabaram optando por não usar o sistema, mas que gostam de usar o transporte público de férias na Europa. A baixa atratividade do transporte público também contribui muito para que os usuários invistam em motos e alternativas individuais, e tornar o transporte mais fácil, acessível e confortável, e não apenas utilizado por falta de opção.

Vereador Wilsinho da Tabu lembra que a compra de uma motocicleta em prestações pode custar menos do que o gasto mensal em tarifas.

Vereador Gabriel apresenta anteprojeto de lei para destinação de R\$ 40 milhões de recursos economizados pela Câmara para investimento na modernização do sistema, ressaltando que, apesar da disposição dos vereadores, é indispensável a iniciativa privativa do Poder Executivo.

Vereador Gabriel lembra aos representantes da PBH que os prazos estão ficando curtos para solucionar a questão antes do fim do subsídio.

Vereador Cláudio do Mundo Novo solicita mudanças mais visíveis para a população, como reforço na integração das linhas à estação Pampulha. Vereador Marcos Crispim questiona falta de linhas na região do Granja de Freitas, e cobra transporte mais efetivo na região Leste. Vereadora Fernanda Altoé cobra estudo de origem e destino dos passageiros para aumentar a eficiência do sistema, e lembra que o contrato permite alteração a qualquer momento.

## GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUSSÃO

### DA MOBILIDADE URBANA DE BELO HORIZONTE – GTMOBBH

#### ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2022

**Local:** Avenida Afonso Pena, 1212, 1º andar, sala multiuso

**Horário:** 9h às 11h

**Membros presentes:** o Secretário Municipal de Política Urbana, João Antônio Fleury; a vereadora Fernanda Altoé; o vereador Gabriel; o vereador Bruno Miranda; o vereador Pedro Patrus; o Procurador do Município, Caio Perona.

O Secretário Fleury iniciou a reunião, informou sobre a ausência do Superintendente André Dantas por motivo de doença, e solicitou que os vereadores apresentassem as propostas quanto aos substitutivos aos PLs 442 e 446 que foram distribuídos na última reunião, realizada em 29 de novembro.

Quanto ao substitutivo ao PL 442, que trata sobre a bilhetagem eletrônica, a principal alteração é a retirada do art. 5º do PL original que dispõe sobre a possibilidade da multiplicidade de operadoras de bilhetagem eletrônica. A assessoria do vereador Gabriel informou que entende que essa alteração não representa um problema para o prosseguimento da proposta. Contudo, por solicitação dos vereadores, a opção de manutenção do texto original será discutida com o Superintendente André Dantas o mais breve possível.

Sobre o substitutivo ao PL 446, que trata sobre a forma de remuneração do transporte público coletivo, os vereadores apresentaram várias considerações em relação a todos os artigos, que foram discutidos entre todos. Diante da ausência do André Dantas nessa reunião, o que prejudica a decisão de questões técnicas, ficou definido que as considerações apresentadas serão analisadas e o Executivo dará retorno.

A vereadora Fernanda questionou sobre os recentes andamentos da ação judicial em que será realizada a auditoria do contrato de concessão. Relatou que a Câmara Municipal, desde o início da ação, apresentou petição para atuar em litisconsórcio com a Prefeitura, no polo passivo. Que o Juiz não se manifestou. O feito foi chamado à ordem, a pedido da Câmara. O Juiz continuou sem se manifestar. As partes foram intimadas a se manifestarem sobre o pedido da Câmara. Setra e PBH não se manifestaram. O Juiz abriu novo prazo de 15 dias úteis e continua sem decidir. Vereadora Fernanda perguntou ao Procurador Caio se a PBH vai se manifestar e em qual sentido. Caio Perona disse que a manifestação do MBH está em análise na PGM.

A reunião foi encerrada.

*João Antônio Fleury*  
Secretário Municipal de Política Urbana

*Fernanda Altoé*  
Vereadora

*Gabriel*  
Vereador

*Bruno Miranda*  
Vereador

*Pedro Patrus*  
Vereador

*Caio Perona*  
Procurador do Município

[Início\(https://www.em.com.br/\)](https://www.em.com.br/) > [Gerais\(https://www.em.com.br/gerais/\)](https://www.em.com.br/gerais/)

# em.com.br **PASSAGEM MAIS CARA**

## Justiça determina aumento da tarifa de ônibus e valor pode chegar a R\$ 5,85


Enquanto Câmara e Prefeitura não avançam em projeto de redução da passagem, Justiça aceita pedido das empresas e determina reajuste das tarifas na capital

BE [Bernardo Estillac\(https://www.em.com.br/busca?autor=Bernardo%2AEstillac\)](https://www.em.com.br/busca?autor=Bernardo%2AEstillac)

05/04/2022 16:42 - atualizado 05/04/2022 18:57

COMPARTILHE

[\(https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=\(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419\)\)](https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419)) [\(https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=\(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419\)\)](https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419))

SIGA NO  [\(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419\)](https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419)



Passageiros esperavam pela redução de R\$ 0,20, mas podem ter que arcar com aumento de cerca de 28% na passagem do ônibus

(foto: Tulio Santos/EM/D.A Press)

Em meio ao imbróglio entre executivo e legislativo municipal pela redução do preço das passagens de ônibus de Belo Horizonte, a Justiça determinou que a prefeitura da capital faça um reajuste aumentando a tarifa do transporte na cidade.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

---

O juiz Wauner Batista Ferreira Machado, da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte, deferiu, nesta terça-feira (5/4), um pedido das concessionárias de ônibus solicitando que a prefeitura e a BHTrans concedam o aumento tarifário previsto em contrato.

O valor final da passagem deve ser definido pelos órgãos do executivo municipal. Segundo o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), o preço deve chegar a R\$ 5,85, um aumento de 30% em relação à tarifa atual.

PUBLICIDADE

A decisão judicial atende às reivindicações das empresas de ônibus, que pedem os reajustes tarifários anuais previstos em contrato com a prefeitura e citam o aumento do preço dos combustíveis como fator limitador à circulação dos veículos em BH.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

---

Na última terça-feira (29/3), o recém-empossado prefeito Fuad Noman (PSD) teve como seu primeiro ato à frente da capital, o envio do Projeto de Lei ([https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/29/interna\\_politica,1356282/fuad-noman-entrega-pl-da-reducao-tarifaria-de-onibus-a-camara-de-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/29/interna_politica,1356282/fuad-noman-entrega-pl-da-reducao-tarifaria-de-onibus-a-camara-de-bh.shtml)) que prevê a diminuição da tarifa principal do ônibus de R\$ 4,50 para R\$ 4,30 à Câmara Municipal.

O projeto de Noman contém alterações exigidas pelo legislativo em relação ao texto original, enviado à Câmara pelo então prefeito Alexandre Kalil (PSD) em fevereiro deste ano. A pauta foi motivo de rusga entre os poderes ([https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/03/interna\\_politica,1349843/kalil-critica-camara-e-diz-que-bh-sofre-por-questoes-politicas-contras-ele.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/03/interna_politica,1349843/kalil-critica-camara-e-diz-que-bh-sofre-por-questoes-politicas-contras-ele.shtml)) após a devolução da proposta do executivo sem apreciação no plenário municipal.

Procurada pela reportagem, a Prefeitura de Belo Horizonte disse que dará cumprimento à decisão judicial e irá instaurar o procedimento para adotar o reajuste da passagem. O executivo municipal disse que fará o possível para informar previamente à população sobre o início da vigência da tarifa com valor mais alto.

A prefeitura ainda disse lamentar a decisão judicial que determinou o aumento das passagens antes que a Câmara Municipal votasse a proposta de redução tarifária enviada

pelo executivo.

## CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Segundo a administração da capital, a incerteza de uma solução no cenário do transporte público levou as concessionárias a buscar judicialmente a medida liminar. A ação das empresas, no entanto, foi enviada à Justiça em janeiro deste ano, antes ainda da proposta de redução tarifária da prefeitura chegar à Câmara Municipal.

O executivo finalizou sua manifestação afirmando ter confiança de que uma saída para implementar a redução da passagem dos ônibus da capital pode ser encontrada na Câmara.

---

### RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Comece o dia com as notícias selecionadas pelo nosso editor

RECEBER

---

© Copyright Jornal Estado de Minas 2000 - 2022. todos os direitos reservados.



# 'Orientação é retirar os ônibus das ruas', diz motorista em BH

Funcionário diz ter recebido ordens para recolher os coletivos e interromper funcionamento no horário noturno.

Por **Guilherme Pimenta, g1 Minas** — Belo Horizonte  
05/03/2022 05h14 · Atualizado há 9 meses

Criminosos colocam fogo em ônibus na Região de Venda Nova em BH

Motoristas que trabalham no transporte coletivo de **Belo Horizonte** denunciam a orientação das empresas para que os **ônibus que cumprem o itinerário noturno sejam recolhidos** para as garagens na madrugada deste sábado (5). **A recomendação surgiu após o segundo ônibus ser incendiado em menos de 24 horas na capital mineira.**

Segundo os funcionários, que não quiseram se identificar, a ordem é generalizada e **atinge mais de uma empresa** que presta o serviço na cidade. Há relatos de que os coletivos da **Cidade BH** e da **Transoeste** interromperam o cumprimento das viagens durante a madrugada e que o retorno das atividades só será feito com **autorização das gerências.**

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

- **Criminosos jogam querosene em motorista e colocam fogo em ônibus em BH; VEJA VÍDEO**
- **Ônibus é incendiado no bairro Vista Alegre, em BH**

Às **5h**, os motoristas informaram que os coletivos começaram a deixar as garagens para cumprir os horários deste sábado.

O **g1** entrou em contato com o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de **Belo Horizonte (SetraBH)** e com a BHTrans por volta das **4h30**.

“Diante da iminência da greve dos servidores do estado da área de segurança pública, o Setra-BH enviou ofício notificação para os órgãos estaduais, inclusive de segurança pública, PBH, BHTrans e Guarda Municipal, solicitando garantia de integridade e da proteção dos usuários, trabalhadores e dos ativos utilizados na prestação do serviço público. Hoje [sábado] fizemos novo ofício reiterando, inclusive solicitando escolta para a operação de hoje e dos próximos dias”, disse o sindicato

Já a BHTrans afirmou que empresas do consórcio Pampulha interromperam a operação de 19 linhas na noite desta

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

034, 035, 037, 041 e 043.



"Agentes da BHTrans estiveram nestas estações Venda Nova, Vilarinho e Pampulha - por onde as linhas circulam - prestando informações e orientando os usuários. As estações contaram também com a presença da Guarda Municipal para garantir a segurança dos passageiros e das estações. Além disso, as estações foram monitoradas pelo sistema eletrônico na Central de Operações (COP)", disse em nota.

## Jardim dos Comerciários



Coletivo da linha 627 ficou destruído — Foto: Reprodução/TV Globo

O motorista Átila Siqueira Teixeira, de 35 anos, **passou por momentos de tensão na noite desta sexta-feira (4)**, no bairro Jardim dos Comerciários, na Região de Venda Nova, em **Belo Horizonte**. Criminosos invadiram o coletivo em que ele trabalhava e jogaram querosene no ônibus e na vítima (**veja vídeo acima**).

O motorista abriu as portas do ônibus para que, aproximadamente, **sete passageiros** desembarcassem. Em seguida, a dupla espalhou o combustível e ateou fogo no coletivo. Eles entregaram uma carta ao motorista.

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

Os bombeiros foram acionados para controlar as chamas, mas o fogo se espalhou rapidamente. Quando os militares chegaram, o incêndio já havia consumido o ônibus.  
Ninguém ficou ferido.

## Vista Alegre

## MINAS GERAIS



## Oferta de viagens será reduzida em todas as 282 linhas de ônibus que circulam em BH

Empresas alegam que não há recursos financeiros para manter o quadro de horários atual. Prefeito chamou a medida de 'maldade' e disse que circulação dos coletivos em horários de pico está sendo afetada.

Por **Rafaela Mansur, g1 Minas** — Belo Horizonte

29/04/2022 11h15 · Atualizado há 7 meses



Passageiros à espera de ônibus em Belo Horizonte — Foto: TV Globo

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

PROSSEGUIR



Os passageiros de todas as **282** linhas de ônibus que circulam em Belo Horizonte serão afetados pela **redução da oferta de viagens a partir desta sexta-feira (29)**. Com a medida, os usuários vão passar a esperar mais pelos veículos e devem enfrentar coletivos ainda mais lotados.

- **Empresas de ônibus de BH dizem que vão reduzir oferta de viagens a partir desta sexta-feira**

Segundo o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), a mudança na circulação dos coletivos será aplicada nos horários fora de pico – nos dias úteis, das 5h às 8h e das 16h às 19h, o número de viagens será inicialmente mantido.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE





Usuários do transporte esperam por ônibus na Estação da Pampulha, em BH (imagem de arquivo) — Foto: Elton Lopes/TV Globo

A redução das viagens **foi anunciada nesta quinta-feira (28) pelo Transfácil**, consórcio formado pelas empresas de transporte público da capital.

- **Em dia útil, ônibus circularam com horário de domingo em Belo Horizonte, diz BHTrans**
- **Mais de 90% das linhas de ônibus de BH estão operando com os horários irregulares**
- **Superlotação, atrasos e poucos ônibus: passageiros do transporte coletivo de BH relatam principais problemas ao g1**

Segundo o consórcio, a medida é necessária por causa do "total e completo exaurimento das forças financeiras das empresas que formam os quatro consórcios que operam o sistema" e será aplicada para "evitar o colapso total do serviço por falta de recursos financeiros".

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

De acordo com as empresas, inicialmente, a circulação de ônibus nos horários de pico dos dias úteis não será afetada. As mudanças serão realizadas nos horários fora de pico dos dias úteis, em todos os horários noturnos e também aos sábados, domingos e feriados.

Empresas de ônibus reduzem número de viagens em Belo Horizonte

Entre as razões apontadas para a decisão, estão o "desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão", o "congelamento das tarifas públicas desde 2018" e os "aumentos extraordinários em todos os custos que afetam a prestação do serviço".

#### Leia também:

- **PBH acata decisão da Justiça e diz que população será comunicada sobre aumento da tarifa de ônibus**
- **Prefeitura vai recorrer de decisão da Justiça que liberou aumento na tarifa de ônibus em BH**
- **Ministério Público de Contas pede que Defensoria questione aumento da tarifa de ônibus em BH na Justiça**
- **Prefeitura de BH é notificada da decisão que permite aumento da tarifa de ônibus**

O consórcio também destacou que a **decisão liminar da Justiça que determinou o reajuste da tarifa de ônibus de Belo Horizonte** "ainda não foi cumprida" e que os projetos de lei encaminhados pela prefeitura para a Câmara Municipal, com previsão de repasse de recursos às empresas de ônibus, **não foram analisados**.

- **Tramitação de projeto de lei que pede subsídio a empresas de ônibus de BH é suspensa na Câmara Municipal**

Ainda segundo o Transfácil, a decisão de reduzir as viagens considera a queda do número de passageiros em comparação com o período pré-pandemia

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

"Continuamos trabalhando para que a solução do desequilíbrio do sistema possa rapidamente ser resolvido pelas Autoridades competentes e o serviço público possa voltar à sua normalidade", disse o consórcio.

## Prefeito chamou redução de viagens de 'maldade'

A Prefeitura de Belo Horizonte disse, por meio de nota, que "foi surpreendida" com o anúncio das empresas de ônibus de redução do número de coletivos em circulação.

O prefeito Fuad Noman (PSD) disse que a medida é "uma maldade" e indicou que a circulação dos coletivos nos horários de pico também está sendo afetada.

**"Nesse momento, tirar os ônibus do horário de pico, que eles prometeram que não fariam, eu acho que é uma maldade. E a prefeitura não vai ficar alheia a isso. A prefeitura vai penalizá-las na forma do contrato, sem dúvida nenhuma", afirmou.**

Segundo o município, a decisão das empresas foi tomada no momento em que a prefeitura discute com a Câmara Municipal e o Ministério Público Estadual "o melhor mecanismo legal para subsidiar as tarifas, evitando um reajuste para os usuários".

O executivo disse que a Superintendência de Mobilidade do Município de Belo Horizonte (Sumob) convocou uma reunião com os representantes das empresas "para cobrar explicações sobre a medida e buscar uma solução que não prejudique a população usuária do transporte público".



#6: Diretor e criador de produtora de filmes premiados encarna a frase 'sou do mundo, sou

Frango com Quiabo



00:00

35:41

## Vídeos mais vistos no g1 Minas:

Nós usamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar a sua experiência em nossos serviços, personalizar publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse. Ao utilizar nossos serviços, você concorda com tal monitoramento. Informamos ainda que atualizamos nossa [Política de Privacidade](#). Conheça nosso [Portal da Privacidade](#) e veja a nossa nova Política.

[Início\(https://www.em.com.br/\)](https://www.em.com.br/) > [Gerais\(https://www.em.com.br/gerais/\)](https://www.em.com.br/gerais/)**em.com.br** TRANSPORTE PÚBLICO

# BH: empresas de ônibus vão reduzir viagens fora do horário de pico

Contra 'colapso' e 'desequilíbrio econômico', setor traça plano para cortar itinerários durante o horário comercial


[Guilherme Peixoto\(https://www.em.com.br/busca?autor=%2AGuilherme%2APeixoto\)](https://www.em.com.br/busca?autor=%2AGuilherme%2APeixoto)

28/04/2022 18:18 - atualizado 29/04/2022 07:42

COMPARTILHE

[\\_ \(https://twitter.com/intent/tweet?](https://twitter.com/intent/tweet?)

[\\_ \(https://www.facebook.com/sharer.php?u=\)](https://www.facebook.com/sharer.php?u=) [text=Confira&url=\)](#)

SIGA NO  [\\_ \(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUI?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419\)](https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUI?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419)





(foto: Marcos Vieira/EM/D.A Press)

As concessionárias de ônibus responsáveis pelas linhas que rodam em Belo Horizonte vão, a partir desta sexta-feira (29/4), adequar o número de viagens diárias à receita obtida pelo sistema de transporte público. A decisão foi anunciada hoje pelo consórcio Transfácil, formado pelas empresas que operam os coletivos na capital mineira.

Segundo o grupo, o corte é necessário para "evitar o colapso

([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/11/23/interna\\_gerais,1325292/conta-nao-fecha-empresas-de-onibus-veem-colapso-e-sindicato-rebate.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/11/23/interna_gerais,1325292/conta-nao-fecha-empresas-de-onibus-veem-colapso-e-sindicato-rebate.shtml)) total do serviço por falta de recursos financeiros".

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

A ideia inicial é diminuir o número de viagens fora dos horários de pico. A tendência é que haja queda nos carros disponíveis entre 9h e 16h30. Aos sábados e domingos, também haverá redução. Para amanhã, segundo o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH), a mudança deverá ser muito pouco sentida pelos usuários.

As empresas vão ajustar o quadro de horários noturnos e, também, os intervalos entre as viagens feitas aos sábados, domingos e feriados.

PUBLICIDADE



"O sistema não gera receitas financeiras suficientes para a manutenção do mesmo nível de viagens hoje existente", lê-se em nota dos empresários do setor. Para justificar a decisão, o consórcio responsável pelos ônibus diz que o contrato para controle do sistema tem "notório desequilíbrio econômico-financeiro".

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE



"Tem piorado bastante": passageiros relatam rotin...



Protestos, também, contra a fixação da passagem em R\$ 4,50 desde 2018 - o trato para operação do transporte, assinado há doze anos, prevê reajustes anuais. O Transfácil fala, ainda, em "descontrole inflacionário" desde 2019, cita os "aumentos estratosféricos" do diesel e a diminuição no número de passageiros em comparação aos tempos pré-pandemia de COVID-19.

**CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE**

Itinerários onde houver maior desequilíbrio entre os custos e a receita obtida devem sofrer mais cortes. O Setra garantiu que fará avisos sobre as mudanças. "Continuamos trabalhando para que a solução do desequilíbrio do sistema possa rapidamente ser

resolvido pelas autoridades competentes e o serviço público possa voltar à sua normalidade", aponta a entidade.

O **Estado de Minas** procurou a Prefeitura de Belo Horizonte para comentar a decisão. Se houver resposta, este texto será atualizado.

## Imbróglgio sobre preço das passagens permanece

Na semana passada, a prefeitura foi oficialmente notificada da decisão liminar que ordena o reajuste das tarifas a R\$ 5,85

([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/18/interna\\_gerais,1360813/pbh-e-notificada-de-liminar-que-aumenta-preco-de-passagens-mas-quer-acordo.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/18/interna_gerais,1360813/pbh-e-notificada-de-liminar-que-aumenta-preco-de-passagens-mas-quer-acordo.shtml)). Para barrar o aumento, o poder Executivo municipal se ampara em projeto para repassar R\$ 163 milhões anuais às empresas e, assim, bancar as gratuidades concedidas pelo setor.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Se a proposta for aprovada pelos vereadores, a equipe do prefeito Fuad Noman (PSD) acredita ser possível, inclusive, baixar as tarifas de R\$ 4,50 a R\$ 4,30

([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/12/interna\\_gerais,1359529/fuad-quer-subsidio-de-gratuidades-para-barrar-aumento-das-tarifas-em-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/12/interna_gerais,1359529/fuad-quer-subsidio-de-gratuidades-para-barrar-aumento-das-tarifas-em-bh.shtml)).

Há dois dias, porém, a gestão municipal pediu a suspensão da tramitação do texto, em análise na Câmara Municipal

([https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/04/26/interna\\_politica,1362534/p-projeto-para-baixar-tarifas-de-onibus-de-bh-em-r-o-20-tem-analise-suspensa.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/04/26/interna_politica,1362534/p-projeto-para-baixar-tarifas-de-onibus-de-bh-em-r-o-20-tem-analise-suspensa.shtml)).

A liminar e a suspensão da tramitação são citadas pelo Transfácil como motivos que agravam o momento do setor. O líder do governo no Legislativo municipal, Bruno Miranda (PDT), no entanto, garantiu na terça (26) que a suspensão ocorreu a fim de aperfeiçoar a redação do projeto.

"O texto está sendo finalizado. O cuidado existe porque a Câmara está acompanhando de perto a nova redação. O objetivo é, quando ele for apresentado, que a gente consiga avançar com esse projeto, tão importante para os usuários e para o transporte público da nossa capital", salientou.

---

## RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Comece o dia com as notícias selecionadas pelo nosso editor

DIGITE SEU E-MAIL

RECEBER

---

[Início\(https://www.em.com.br/\)](https://www.em.com.br/) > [Gerais\(https://www.em.com.br/gerais/\)](https://www.em.com.br/gerais/)

# em.com.br **ÔNIBUS**

## Empresas de BH garantem ônibus suficientes em horário de pico na segunda


Com aval dos sindicatos, prefeito Fuad Noman garante que a população de Belo Horizonte terá escala normal de ônibus nos horários de pico

[EM Estado de Minas\(https://www.em.com.br/busca?autor=Estado%2Ade%2AMinas\)](https://www.em.com.br/busca?autor=Estado%2Ade%2AMinas)

30/04/2022 17:04 - atualizado 30/04/2022 23:07

COMPARTILHE

[\(https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=\(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419\)\)](https://www.facebook.com/sharer.php?text=Confira&url=(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419)) [\(https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=\(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419\)\)](https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419))

SIGA NO  Google News



Como se não bastasse lidar com ônibus lotado, agora população enfrenta redução de veículos no horário de pico

(foto: Gladyston Rodrigues/EM/D.A Press)

As empresas de ônibus de BH, por meio do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra BH), após reunião com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), reiteraram o compromisso de colocar um número suficiente de ônibus nas ruas para o "atendimento da população, principalmente nos horários de pico dos dias úteis, dentro da limitação financeira a que estamos submetidos e dentro do que é gerado pelo sistema com o pagamento das tarifas".

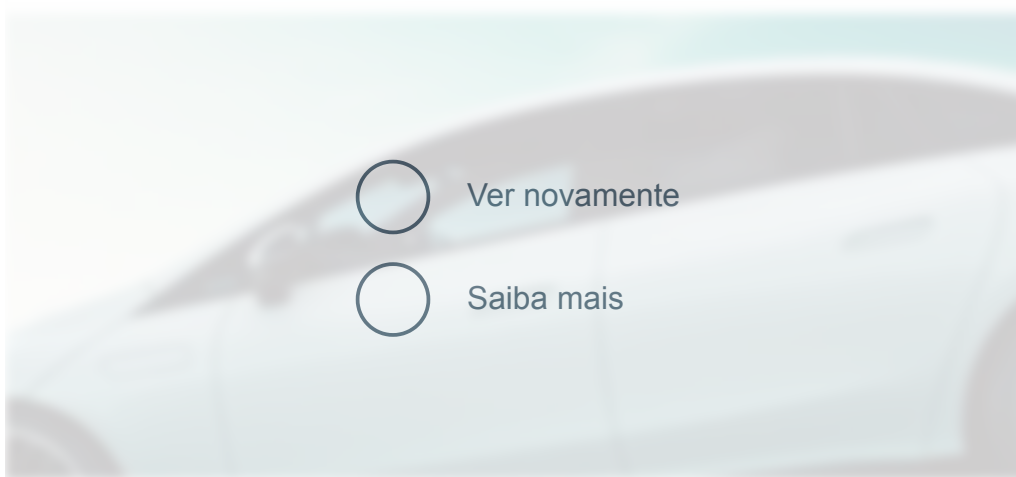
CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

Ainda em nota, o Setra BH diz que "não mediremos esforços para que a oferta de serviços, principalmente no horário de pico, seja mantida e as dos demais períodos sejam pouco ou minimamente afetadas", acrescenta. "A prestação de qualquer serviço público de modo contínuo e eficiente demanda a existência de recursos financeiros suficientes, principalmente no caso do transporte urbano, que demanda a compra de diesel em quantidades elevadas diariamente, sob pena de seu colapso. O desequilíbrio econômico-financeiro no presente contrato é de conhecimento público e vem sendo mostrado e demonstrado publicamente há muito pelas concessionárias."

O sindicato elogia as boas iniciativas – como a da Prefeitura de Belo Horizonte – em propor a instituição de um subsídio para auxiliar os usuários do serviço no pagamento das tarifas públicas ([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/30/interna\\_gerais,1363403/vamos-ter-que-aumentar-a-passagem-ou-dar-subsidio-diz-fuad-sobre-onibus.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/04/30/interna_gerais,1363403/vamos-ter-que-aumentar-a-passagem-ou-dar-subsidio-diz-fuad-sobre-onibus.shtml)). "Um sistema em colapso necessita de medidas rápidas."

As empresas de ônibus apontam como demandas a necessidade de se contratar auditoria de primeira linha (conforme determina a cláusula 22.1 e 22.5 do contrato de concessão) para analisar a situação do contrato; a imediata modernização, conforme as práticas mais atuais; e a implementação imediata de faixas preferenciais e/ou exclusivas em todas as vias arteriais da cidade, ao menos, nos horários de pico, para que os coletivos possam prestar o serviço da maneira mais rápida e eficiente para a população.

PUBLICIDADE



## PBH tomará medidas legais

Já o prefeito Fuad Noman (PSD) garantiu que a oferta de ônibus voltará ao normal no horário de pico na capital a partir de segunda-feira. O prefeito alertou que, na hipótese de as empresas não retomarem o quadro de oferta de ônibus, a prefeitura poderá usar de instrumentos legais para o cumprimento do contrato.

---

### RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Comece o dia com as notícias selecionadas pelo nosso editor

RECEBER

---



## Empresas de ônibus de BH reduziram viagens durante 1ª semana da greve do metrô

Dados divulgados pela BHTrans mostram uma redução média de 29 viagens por dia na comparação com a semana anterior, ante uma alta de quase 20 mil novos passageiros diários.

Por Rodrigo Salgado, TV Globo e g1 Minas — Belo Horizonte

31/03/2022 09h17 · Atualizado há 8 meses



Estação Venda Nova lotada na última segunda-feira (28) — Foto: Reprodução/TV Globo

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

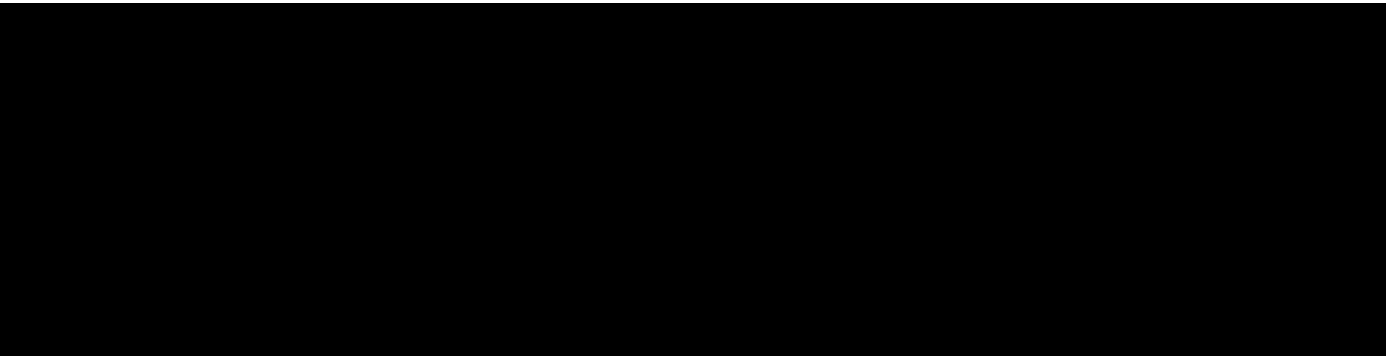


As empresas de ônibus descumpriram a recomendação da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte (BHTrans) e reduziram a oferta de viagens durante a primeira semana de greve do metrô da capital. Por outro lado, houve uma alta de quase **20 mil** novos passageiros diários.

De acordo com os dados divulgados pela própria BHTrans, houve uma redução média de **29** viagens por dia útil entre 21 e 25 de março – primeira semana da greve dos metroviários.

Por outro lado, foram contabilizados, em média, **953.716** passageiros diários na semana entre 21 e 25 de março. Isso representa um aumento de quase **20 mil** novos usuários na comparação com a semana anterior, quando a média foi de **933.959**.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Foram realizadas **16.688** viagens diárias nos primeiros cinco dias úteis da greve, ante **16.717** na semana entre 14 e 18 de março.

Em nota, a BHTrans informou que "está em constante ação para identificar problemas e adequar a frota nos locais e horários de maior necessidade" e que na semana de 21 a 25 de março houve "reforço de viagens e readequação da frota pontuais nas estações São Gabriel, Vilarinho e Venda Nova".

Empresas de ônibus de BH reduziram viagens durante 1ª semana da greve do metrô

## Redução sentida na pele

Os passageiros vêm sentindo na pele os impactos da redução das viagens em plena greve dos metroviários.

Na quinta-feira passada (24), **uma passageira virou assunto nas redes sociais após desabafar ao vivo no Bom Dia Minas sobre a situação do transporte público da capital**. Leila de Oliveira Silva reclamou da linha de ônibus 61, na Estação Venda Nova.

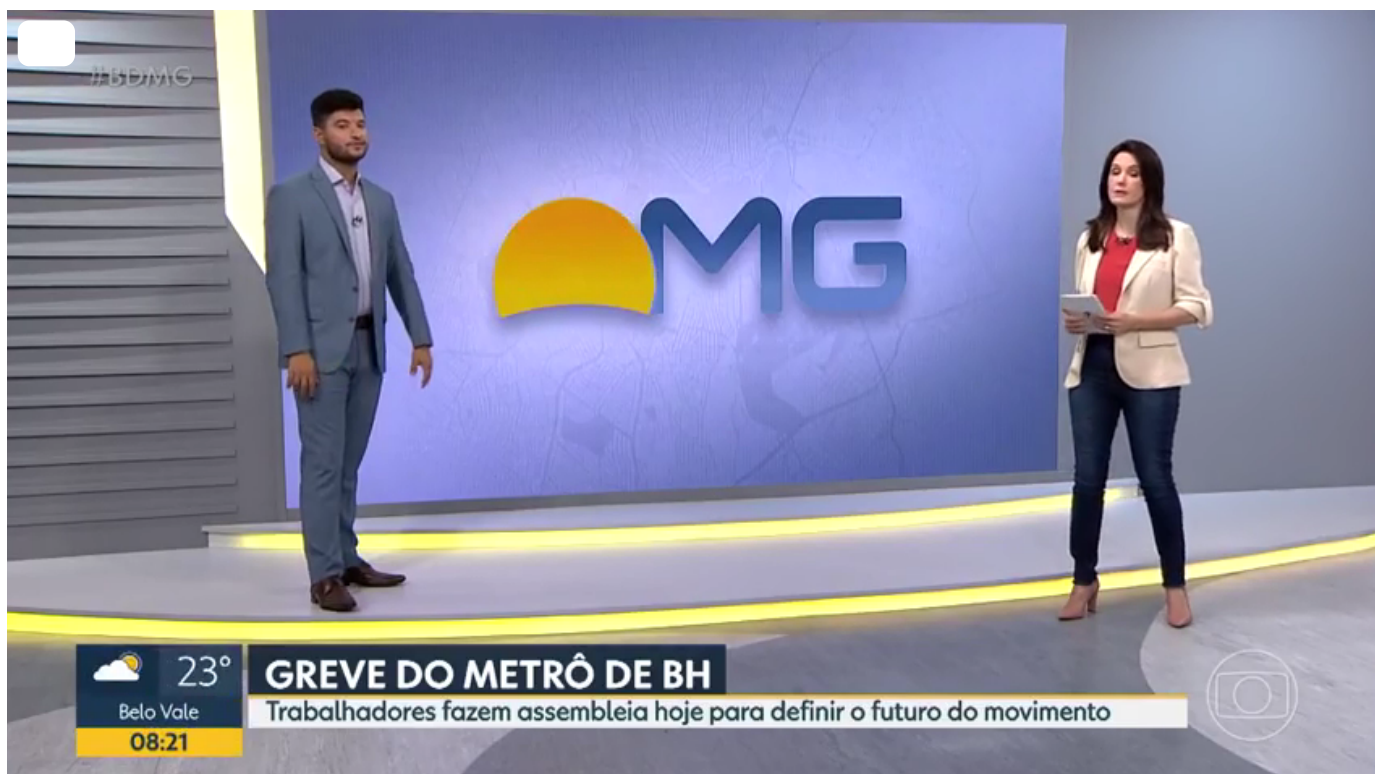
CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

- **'Eu estou toda suada. Deus é mais', diz passageira Leila ao 'correr' para dar entrevista ao Bom Dia Minas**

Na manhã de sexta-feira (25), passageiros **impediram a saída de coletivos da Estação Venda Nova em protesto contra a falta e o atraso dos ônibus do transporte municipal de Belo Horizonte**.

## A greve dos metroviários

A greve dos metroviários de Belo Horizonte **completou uma semana na última segunda-feira (28) sem previsão para acabar**.




Metroviários fazem assembleia para definir rumos da greve

O movimento foi iniciado no dia 21 de março. Os trabalhadores são contra a privatização do metrô e reivindicam a garantia dos empregos ou, pelo menos, que possam ser realocados para outras unidades da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) caso ocorra a desestatização.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

A BHTrans informou anteriormente que enviou um ofício ao sindicato das empresas de ônibus para a realização de viagens de reforço, para aliviar a falta do metrô durante os horários de pico.



#4: Capeta do Vilarinho, baile da Saudade e cultura da Região

Frango com Quiabo

00:00

44:15

Vídeos mais vistos do g1 MG





50 vídeos



Veja também





[Início\(https://www.em.com.br/\)](https://www.em.com.br/) > [Gerais\(https://www.em.com.br/gerais/\)](https://www.em.com.br/gerais/)

**em.com.br** **GREVE**

# BHTrans pede reforço dos ônibus em meio à greve dos metroviários

Com a paralisação da categoria, estações do metrô funcionarão somente das 10h às 17h

[Roger Dias\(https://www.em.com.br/busca?autor=%2ARoger%2ADias\)](https://www.em.com.br/busca?autor=%2ARoger%2ADias)

21/03/2022 15:38 - atualizado 21/03/2022 17:56

COMPARTILHE

[\\_\(https://www.facebook.com/sharer.php?u=\)](https://www.facebook.com/sharer.php?u=) [\\_\(https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=\)](https://twitter.com/intent/tweet?text=Confira&url=)  
[SIGA NO Google News \(https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419\)](https://news.google.com/publications/CAAqBwgKMKis8AlwoKUi?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419)



## Total de ônibus deverá ser reforçado em BH com a greve do metrô

(foto: Gladyston Rodrigues/EM/D.A Press)

O transporte coletivo de Belo Horizonte deve ser reforçado na tarde desta segunda-feira (21/3), em meio à greve iniciada pelos metroviários. A BHTrans enviou um ofício ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (Setra-BH) para que mais veículos sejam colocados à disposição da população.

CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE

---

As estações de metrô de Belo Horizonte amanheceram com os portões fechados no período da manhã

([https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/03/21/interna\\_gerais,1354152/estacoes-de-metro-de-bh-amanhecem-com-portoes-fechados.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/03/21/interna_gerais,1354152/estacoes-de-metro-de-bh-amanhecem-com-portoes-fechados.shtml)). O funcionamento do metrô ocorreu das 10h às 17h.

Em contato com o **Estado de Minas**, o Setra-BH alegou que vai atender à solicitação da BH Trans, acrescentando viagens extras nos horários de pico pela manhã e no final da tarde.

"O SetraBH informou que aumento de viagens pontuais aconteceram hoje e, que, está acompanhando o comportamento da demanda para fazer ajustes quando necessário e dentro da possibilidade de cada uma das empresas", diz nota da entidade.

PUBLICIDADE





O sindicato, no entanto, admitiu que existe muita dificuldade em ampliar a oferta de ônibus, em virtude da crise financeira que assola das empresas de transporte público da capital. Recentemente, empresários do setor se reuniram com o prefeito Alexandre Kalil (PSD) para estudar uma solução imediata para o problema.

**CONTINUA APÓS A PUBLICIDADE**

"O Setra-BH destaca que o sistema passa por um momento de extrema gravidade onde as empresas estão encontrando grande dificuldade de realizar viagens extras para cobrir o atendimento do metrô – em razão do colapso financeiro que o sistema de transporte coletivo por ônibus vem enfrentando – após aumento de 25% no óleo diesel e pelo congelamento das tarifas desde 2018. A total insuficiência de recursos arrecadados no sistema hoje não consegue cobrir despesas básicas como mão-de-obra e combustíveis".

## Sem escala mínima

Os metroviários contrariaram a ordem judicial que determina a escala mínima do sistema nos horários de pico, de 5h30 às 10h e das 16h30 às 20h. O descumprimento da referida decisão, prevê multa diária de R\$ 30 mil.

Os trabalhadores têm como objetivo negociar a anulação das condições do item 3 da Resolução CPPI nº 206, com normas para a privatização do sistema de transporte. Ele permite que a Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), que opera o metrô de BH, faça transferência dos funcionários para as empresas privadas que futuramente serão responsáveis pela administração do serviço. Nesse sentido, os metroviários teriam apenas um ano de estabilidade e depois poderiam ser demitidos.

Outra proposta da categoria é permitir que os trabalhadores possam ser transferidos para outras unidades operadas pela CBTU, que também atua em João Pessoa, Natal, Maceió e Recife.

---

### RECEBA NOSSA NEWSLETTER

Comece o dia com as notícias selecionadas pelo nosso editor

RECEBER

---

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

## RELATÓRIO

## ▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com MP 2.200-2/2001

**Data de verificação** 21/12/2022 18:27:53 UTC  
**Versão do software** 2.10

## ▼ Informações do arquivo

**Nome do arquivo** ofício encaminhamento relatório final GTMOBBH C ANEXOS.  
(1).pdf  
**Resumo SHA256 do arquivo** b327d9fed83398a46da7eb91bee0ae7c2ac931e471322aed0308e91131  
dcc37d  
**Tipo do arquivo** PDF  
**Quantidade de assinaturas** 3

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla  
v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** December 21, 2022 at 5:08:14 PM UTC  
**Status dos atributos** Aprovados

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF  
A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil,  
C=BR

## ▼ Informações da assinatura

**Tipo de assinatura** Destacada  
**Status da assinatura** Aprovado  
**Caminho de certificação** Aprovado  
**Estrutura da assinatura** Conformidade com o padrão (ISO 32000).  
**Cifra assimétrica** Aprovada  
**Resumo criptográfico** Correto  
**Data da assinatura** December 21, 2022 at 5:39:08 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

AVALIE ESTE  
SERVIÇOEXPANDIR  
ELEMENTOSModo escuro ☐

▼ Assinatura por CN=PEDRO LUIZ NEVES VICTER ANANIAS:\*\*\*500636\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Videoconferencia, OU=09461647000195, OU=AC SOLUTI  
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

## ▼ Informações da assinatura

Tipo de assinatura	Destacada
Status da assinatura	Aprovado
Caminho de certificação	Aprovado
Estrutura da assinatura	Conformidade com o padrão (ISO 32000).
Cifra assimétrica	Aprovada
Resumo criptográfico	Correto
Data da assinatura	December 21, 2022 at 5:43:05 PM UTC

▶ Informações do assinante

▶ Caminho de certificação

